



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

ALTACIR BUNDE

OS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO DOS
AGROCOMBUSTÍVEIS SOBRE O CAMPESINATO EM
GOIÁS.

CATALÃO (GO)
2011

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais,
Silvino Bunde e Elda Helbig Bunde;
à minha querida esposa, Aline Cristina Nascimento;
a todos(as) os(as) militantes do MCP e
àqueles e àquelas que, de alguma forma,
contribuíram e/ou me motivaram para que
esta produção fosse possível.

Agradecimentos

Durante minha caminhada acadêmica, que culmina, agora, nesta dissertação, foram inúmeras as pessoas que, de alguma maneira, contribuíram para que eu pudesse trilhar o rumo certo do conhecimento e da pesquisa. Mas, quero aqui agradecer principalmente aos militantes do Movimento Camponês Popular (MCP), por ter nos proporcionado a oportunidade de conhecer, a partir de um outro olhar, o olhar militante, a realidade, que, junto com o conhecimento científico, fez com que pudéssemos observá-lá e interpretá-lá de outra forma.

Quero destacar que esta contribuição que faço à Geografia foi possível graças aos meus pais, Silvino Bunde e Elda Helbig Bunde, que me puseram no mundo e que me ensinaram os valores e a importância da vida. Também, aos meus três irmãos, Rugar Renato, Adilson e Daniel, os quais, juntamente comigo, viveram todas as dificuldades, durante a infância e a juventude, que as necessidades materiais acarretam às famílias camponesas.

Agradeço, com todo o carinho e o amor, à minha querida companheira, esposa e amiga, Aline, pelo apoio incondicional em todos os momentos desta pesquisa, pela compreensão durante minhas ausências, motivações, sonhos etc...

Sou grato a todos os professores que fizeram parte do meu aprendizado e me ensinaram o sentido de diversas coisas, em especial, a importância do conhecimento científico e, com isso, me instigaram a prosseguir nos estudos.

Agradeço principalmente a dedicação do professor Marcelo Mendonça que, desde a minha entrada no curso de Pós-graduação em Geografia, área até então estranha a mim, me incentivou e alimentou meu desejo de buscar explicações para diversas dúvidas.

Agradeço ao Alfredo Arantes que contribuiu enormemente na elaboração de alguns mapas que apresento nesta pesquisa.

Aos professores do Mestrado em Geografia da UFG/CAC, pelas contribuições teóricas e metodológicas.

Aos colegas do Mestrado, pelas discussões e pelos debates, muitas vezes, acalorados.

Ao Professor Gilmar Avelar, pela oportunidade para a realização do estágio de docência na disciplina Geografia e Movimentos Sociais.

Aos membros da Banca de Qualificação (Prof. Dr. Antônio Thomaz Jr. e professora Helena Angélica de Mesquita), que contribuíram enormemente mostrando as possibilidades da pesquisa teórica e empírica na Geografia.

A todas e todos as/os entrevistadas/os durante a pesquisa de campo, especialmente às camponesas e camponeses e aos militantes da luta social no campo, verdadeiros sujeitos desta pesquisa, e aos representantes das agroindústrias canavieiras que se disponibilizaram a dar entrevistas e/ou fornecer informações.

À CAPES, por fornecer a bolsa, que foi fundamental para a realização da pesquisa teórica e empírica, especialmente para os trabalhos de campo.

Enfim, sou grato a todas e todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa e que, de alguma forma, contribuíram para esta criação e que, por serem tantos, não foram citados aqui.

Sumário

Resumo.....	14
Abstract.....	15
Apresentação.....	16
Introdução.....	22
CAPÍTULO I. O CAMPESINATO NO CAPITALISMO: Extinguir? Resistir? Existir?.....	25
1.1 A via inglesa de desenvolvimento do capitalismo no campo.....	30
1.2 A via prussiana de desenvolvimento do capitalismo no campo.....	39
1.3 A via <i>junker</i> de desenvolvimento capitalista no campo.....	40
1.4 A via <i>farmer</i> de desenvolvimento do capitalismo no campo.....	42
1.5 O campesinato no século XXI: sua luta e teimosia em existir.....	44
CAPÍTULO II. AGRONEGÓCIO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS: a “nova” face da acumulação de capital no campo	53
2.1 Os agrocombustíveis e o discurso <i>ambientalmente correto</i>	54
2.2 A utilização do etanol como combustível e a cana-de-açúcar como fonte de matéria-prima para a sua produção.....	66
2.3 O <i>plantation</i> : modelo de produção da cana-de-açúcar no Brasil Colônia.	73
2.4 O agronegócio: modelo atual de produção da cana-de-açúcar.	81
2.5 O agronegócio dos agrocombustíveis no Brasil no período atual	83
2.6 Os agrocombustíveis e a formação dos monopólios e oligopólios: o processo de centralização de capital.....	96
CAPÍTULO III. OS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS SOBRE O CAMPESINATO EM GOIÁS	116
3.1 O agronegócio dos agrocombustíveis no estado de Goiás.....	117
3.2 A instalação das agroindústrias canavieiras no estado de Goiás.....	131
3.3 Impactos da expansão da área plantada com cana-de-açúcar sobre a produção de alimentos, no estado de Goiás.....	143
3.4 Os impactos da expansão da lavoura de cana-de-açúcar sobre as famílias camponesas.....	153
Tecendo algumas considerações.....	188
Referências.....	194

Lista de Quadros

Quadro 01	Evolução da área plantada de cana-de-açúcar, no estado de Goiás – 1960 a 2011.....	122
Quadro 02	Área plantada (em hectares) com cana-de-açúcar, no estado de Goiás, por microrregiões geográficas – 1990 a 2009.....	125
Quadro 03	Evolução da produção de etanol e açúcar no estado de Goiás – Safra 1990/91 a 2009/10.....	132
Quadro 04	Número de agroindústrias canavieira no estado de Goiás em operação, instalação e em projeto – 2009.....	135
Quadro 05	Quantidade de cana-de-açúcar processada pelas agroindústrias canavieiras e origem desta matéria prima no estado de Goiás – 2010.....	160

Lista de Mapas

Mapa 01	Distribuição da área plantada de cana-de-açúcar nos municípios do estado de Goiás.....	130
Mapa 02	Distribuição das agroindústrias canavieira de açúcar e álcool pelos municípios no estado de Goiás em 2009.....	137

Lista de Tabelas

Tabela 01	Número de estabelecimentos agropecuários no estado de Goiás – série histórica (1970/2006).....	120
Tabela 02	Número de agroindústrias canavieiras em operação no estado de Goiás, 2000 – 2009.....	135

Lista de gráficos

Gráfico 01	Evolução da área plantada com cana-de-açúcar no Brasil – 1975 a 2010.....	70
Gráfico 02	Evolução da produtividade média, por hectare, da cana-de-açúcar, no Brasil – 1975 a 2010.....	70
Gráfico 03	Produção brasileira de açúcar e etanol – safras 1990/91 a 2008/09.....	85
Gráfico 04	Evolução da produção brasileira de etanol por região – 1990/91 a 2008/09.....	87
Gráfico 05	Vendas de automóveis e veículos comerciais leves por tipo de combustível no Brasil – 1979 a 2010.....	92
Gráfico 06	Área (em ha) de cada estabelecimentos – série histórica	

	(1970/2006).....	120
Gráfico 07	Evolução da área plantada com cana-de-açúcar no estado de Goiás – 1990 a 2011.....	123
Gráfico 08	Participação, em percentual, das microrregiões geográficas, do estado de Goiás, na área plantada de cana-de-açúcar – 1990.....	127
Gráfico 09	Participação, em percentual, das microrregiões geográficas, do estado de Goiás, na área plantada com cana-de-açúcar – 2009.....	128
Gráfico 10	Evolução da área plantada (em hectares) de cana-de-açúcar nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres, 1990 – 2009.....	129
Gráfico 11	Evolução da produção de etanol e de açúcar, no estado de Goiás – Safras 1990/91 a 2010/11.....	133
Gráfico 12	Evolução da cana-de-açúcar processada (toneladas), no estado de Goiás – Safras 1990/91 a 2010/11.....	134
Gráfico 13	Classificação das agroindústrias canavieiras quanto a quantidade de cana (em toneladas) processada no estado de Goiás – 2010.....	138
Gráfico 14	Evolução do efetivo do rebanho bovino (por cabeça) nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.....	145
Gráfico 15	Evolução da produção de leite (mil litros) nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.....	146
Gráfico 16	Evolução da área plantada (em hectares) com soja nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.....	147
Gráfico 17	Evolução da área plantada (em hectares) com milho nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.....	148
Gráfico 18	Evolução da área plantada (em hectares) com arroz e feijão no estado de Goiás – 1960 a 2009.....	149
Gráfico 19	Evolução da área plantada (em hectares) com arroz nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.....	150

Gráfico 20	Evolução da área plantada (em hectares) de feijão nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.....	151
Gráfico 21	Evolução da área plantada (em hectares) com mandioca nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.....	152

Lista de fotos

Foto 01	Usina CRV de açúcar e álcool, em Carmo do Rio Verde (GO).....	162
Foto 02	Comunidade Água Branca, município de Ipiranga de Goiás (GO): propriedade cercada pela plantação de cana-de-açúcar.....	165
Foto 03	Propriedade camponesa cercada pela cana, município de Goiatuba (GO).....	167
Foto 04	Comunidade Córrego da Boa Vista, município de Ipiranga de Goiás (GO): caminhão transportando cana-de-açúcar.....	170
Foto 05	Município de Nova Glória (GO): homem queimando a cana-de-açúcar antes do corte.....	171
Foto 06	Comunidade Bom Jesus, Córrego do Café, Ipiranga de Goiás (GO): propriedade cercada por cana-de-açúcar.....	171
Foto 07	Cidade de Maurilândia (GO) cercada pela plantação de cana-de-açúcar.....	173
Foto 08	Comunidade Córrego da Boa Vista, município de Ipiranga de Goiás (GO): abaixo-assinado com mais de 300 assinaturas pedindo providências às autoridades para o fim da poluição.....	173
Foto 09	Área abandonada, fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).....	175
Foto 10	Área após ocupação, fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).....	175
Foto 11	Casa destruída, área ocupada na fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).....	176
Foto 12	Casa destruída, área ocupada na fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).....	176

Foto 13	Destroços da casa e de brinquedos que foram destruídos durante a expulsão das famílias camponesas da fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).....	177
Foto 14	Acampamento de sem-terras, município de Rubiataba (GO).....	178
Foto 15	Acampamento de sem-terras, município de Bom Jesus (GO).....	179

Lista de figuras

Figura 01	Esquema do ciclo biogeoquímico do nitrogênio com as principais rotas de emissões, transporte, transformações e mudança de fase dos compostos de nitrogênio no ambiente, adaptado de <i>World Health Organization</i> (1997).....	66
Figura 02	Produção brasileira de cana-de-açúcar, safra 1989-1990.....	88
Figura 03	Produção brasileira de cana-de-açúcar – safra 2007.....	89
Figura 04	Localização das áreas aptas para a expansão da plantação de cana-de-açúcar para a produção de etanol.....	91
Figura 05	Classificação dos cinco maiores grupos multinacionais do agronegócio dos agrocombustíveis no Brasil.....	98
Figura 06	Participação dos grandes grupos nacionais e multinacionais na comercialização de etanol.....	99
Figura 07	Zoneamento da cana-de-açúcar no estado de Goiás – 2009.....	142

Lista de siglas e abreviaturas

AEAC – Álcool Etílico Anidro Combustível.

AFC – Associação de Fornecedores de Cana.

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

BA – Bahia.

CAI – Complexo Agro-Industrial.

CANASAT – Mapeamento da Cana via Imagens de Satélites de Observação da Terra

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

CEM – Usina.

CEPAGRI/UNICAMP – Centro de Pesquisa Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura da Universidade de Campinas.

CFC – Clorofluor carbonado.

CH₄ – Metano.

CO₂ – Dióxido de Carbono.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

COOPERÇÚCAR – Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

COOPER-RUBI – Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba Ltda.

CV – Cavalos Potência.

DF – Distrito Federal.

DIGEM – Diretoria de Logística e Gestão Empresarial.

E – Leste/*Yest*.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EPA – Agencia de Proteção Ambiental dos Estados Unidos.

EUA – Estados Unidos da América.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FOMENTAR – Programa de Incentivo Fiscal Estadual – Goiás.

GATT – Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio.

GEE – Gás de Efeito Estufa.

GO – Goiás

HA – Hectares.

IAA – Instituto Brasileiro do Açúcar e do Álcool.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IED – Investimento Externo Direto.

ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza.

LTDA – Companhia Limitada.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MG – Minas Gerais.

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

MS – Mato Grosso do Sul.

N – Norte.

N₂O – Óxido Nitroso.

NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool.

PRODUZIR – Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás.

PT – Partido dos Trabalhadores.

R\$ – Real.

S – Sul.

S/A – Sociedade Anônima.

SEPIN – Superintendência de Pesquisa e Informação.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás.

SF₆ – Hexafluoreto de Enxofre.

SIFAÇÚCAR – Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar.

SIFAEG – Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool de Goiás.

SIGABrasil – Sistema de Informação Geográfica da Agricultura

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura.

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

TEP – Toneladas Equivalentes de Petróleo.

TO – Tocantins.

U\$ – Dólar.

UDOP – União dos Produtores de Bioenergia.

UNICA – União das Indústrias de Cana-de-açúcar.

UNICAMP – Universidade de Campinas.

W – Oeste/*West*.

Resumo

A presente pesquisa versa sobre os impactos causados pelo agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato no estado de Goiás. É na etapa agrícola, na produção da cana-de-açúcar, que são mais visíveis as características capitalistas desta atividade econômica, os danos sócio-ambientais que causa e suas contradições. O capitalismo, a *partir de e devido a* condições históricas e econômicas, se desenvolveu primeiramente no campo brasileiro no sistema de *plantation*. A evolução (modernização) do *plantation* chegou ao que se tem atualmente: o agronegócio, que, no período atual, mesmo impactando de forma brutal o campesinato, dada a violência posta e imposta sobre ele, não foi capaz de eliminá-lo. A luta e a resistência do campesinato determinaram a sua presença na história como sujeito social, nos dias atuais, em alguns locais com mais e em outros com menos força.

A expansão da área plantada de cana-de-açúcar em Goiás vem ocorrendo devido ao aumento da demanda do mercado externo e interno por açúcar, ao aumento do consumo interno de etanol e a sua adição na gasolina, em proporções que podem chegar a 25%. O discurso de defesa do aumento da produção de etanol tem se baseado em dois argumentos: substituir os combustíveis fósseis e reduzir as emissões de CO₂ (dióxido de carbono) na atmosfera. Este setor vem passando por um processo de concentração e centralização de capital na produção e na comercialização que leva à formação de monopólios e oligopólios. O Brasil e o estado de Goiás, a fim de atrair o agronegócio dos agrocombustíveis, vêm afrouxando ao máximo a regulamentação e a fiscalização ambiental, trabalhista, social etc. e, ao mesmo tempo, vem “blindando” política e juridicamente empresas do setor, acobertando os crimes por elas cometidos contra as famílias camponesas com e/ou sem terras e sendo, em muitos casos, o próprio agente da violência. Comprova-se, assim, que o Estado é um dos principais fomentadores do setor. Para tanto, outra maneira de o Estado agir é com a transferência do erário público ao capital privado, nacional e internacional, na forma de incentivos e isenções fiscais.

Em Goiás, nas frações do território onde já se produz e para onde se expande a cana é que se desenvolvem os mais intensos conflitos. A produção da cana-de-açúcar em grande escala traz sérias consequências principalmente para as famílias camponesas que vivem nestes territórios, coloca-se em risco a produção de alimentos e degrada-se os recursos naturais e a biodiversidade do Cerrado.

Palavras-chave: Campesinato. Agronegócio. Espaço. Território. Territorialidade.

Abstract

This research focuses on the impacts caused by the agrofuels business on the peasantry in the state of Goiás, Brazil. It is in the agriculture phase, especially in the sugarcane production, in which the capitalist characteristics, the socio-environmental damage, and their contradictions are most visible. *From* the historical and economical conditions, the Capitalism developed first in the Brazilian countryside by the *plantation* system. The *plantation* development (modernization) reached what is currently called agribusiness, which was unable to eliminate the peasantry, but causing impact on its life way, putting and imposing the violence on it. The peasantry struggle and resistance led to its presence in history as a social subject, nowadays, with more force in some places and in others with less force.

The expansion of the sugarcane plantation in Goiás is happening due to the rising demand from domestic and international markets for sugar, increased domestic ethanol consumption and with its addition to gasoline in proportions of up to 25%. The defense speech of increased ethanol production has been based on two arguments that are to replace fossil fuels and reduce CO₂ (carbon dioxide) emissions into the atmosphere. This sector has been undergoing a process of the capital concentration and the centralization in the production and marketing that leads to the monopolies and oligopolies formation. Brazil, mainly the state of Goiás, in order to attract the agrofuels business is loosening the regulation and the environmental monitoring, labourite, social etc. At the same time, they come "shielding" political and legal sector companies, covering up the crimes they commit against the peasant families with and/or no land and being itself the violence agent in many cases. It proves so that the state is one of the main promoters of the sector. Another way that the State is acting, it is transferring the public funds to the private capital, national, and international by incentives and tax exemptions.

In Goiás, the greatest conflicts are taking place in the territory fractions where the sugarcane is already produced and expanded. The sugarcane production in a large scale brings some serious consequences especially for the rural families living in these territories, putting at risk the food production and degrading the natural resources and the Cerrado (Brazilian Savannah) biodiversity.

Keywords: Peasantry. Agribusiness. Space. Territory. Territoriality

Apresentação

As inquietações e as preocupações com os impactos causados pela expansão do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato no estado de Goiás surgiram ao se conhecer os relatos das famílias camponesas, especialmente na Microrregião de Ceres, durante a militância nos movimentos sociais do campo no estado de Goiás e nos longos debates na Via Campesina do Brasil sobre o tema. Essas inquietações levaram à necessidade de se proceder a um estudo mais acurado sobre o assunto.

A clara percepção dos impactos que a expansão do plantio da cana-de-açúcar, matéria-prima para fabricação de etanol e açúcar, vem causando para o campesinato – e a consciência da importância do campesinato para a sociedade e para as necessárias transformações dessa sociedade – requeria avanços. A militância nos movimentos sociais camponeses, especialmente no Movimento Camponês Popular – MCP, a vivência, a militância, a experientiação levantavam indagações às quais era preciso tentar responder. A expansão do agronegócio dos agrocombustíveis e suas tendências de crescimento ainda maior são uma ameaça real, em andamento, às famílias camponesas em Goiás. Respostas, sugestões de solução e ações poderiam surgir com o desenvolvimento desta dissertação de mestrado.

Durante a graduação, as tentativas de apreensão e compreensão das desigualdades sociais em nosso país se deram por outro caminho, o da Economia, e culminaram na monografia de bacharelado sobre a distribuição de renda no Brasil. De lá para cá, muitas coisas mudaram. Mas, foi a militância nos movimentos sociais do campo e as oportunidades de conhecer e manter contato com pesquisadores renomados na Geografia como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes e Carlos Walter Porto-Gonçalves, entre outros, que mostraram a possibilidade de buscar na Geografia explicações para a desigual e injusta realidade do campo. Mas, entre tantos e tão importantes motivos e estímulos para estudar o assunto, há um fato determinante: minha origem camponesa. Essa, sim, talvez tenha sido o motivo decisivo, posto que foi no campo que nasci e vivi toda a minha infância e a minha juventude. Foi no campo, como filho de camponeses, e como camponês, junto com meus três irmãos, que vivi na pele a dureza de um Brasil extremamente injusto, desigual e preconceituoso.

Assim posto, a dissertação de mestrado que ora apresentamos é um estudo inicial sobre os impactos causados pela expansão do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato no estado de Goiás. Com esta pesquisa busca-se apreender, compreender e apontar alguns elementos para a reflexão sobre as diversas contradições geradas pelo agronegócio dos

agrocombustíveis e seus impactos para o campesinato. Para isso, utilizou-se algumas categorias de análise da Geografia, tais como espaço, território e territorialidade, situando-as no contexto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo.

No que se refere à metodologia ou procedimentos metodológicos e/ou técnicas que foram utilizadas para buscar informações e/ou respostas às questões apresentadas na problematização desta pesquisa, foram percorridos as seguintes etapas: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental; e, c) pesquisa de campo. Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), essas técnicas e procedimentos são utilizados em pesquisas de caráter qualitativas, como é o caso. Além disso, estas pesquisas possuem um caráter multimetodológico, devido ao qual podem ser utilizados diversos mecanismos para a coleta de dados.

Para estudar o movimento contraditório do capital no campo, no que se refere aos temas relacionados ao campesinato, foram realizadas leituras de obras de autores como: K. Marx, R. Luxemburgo, V. I. Lênin, Karl Kautsky, A. V Chayanov, T. Shanin, J. Gorender, J. de S. Martins e A. U. Oliveira, entre outros. No que se refere ao processo de concentração/centralização de capital centrou-se os estudos sobre autores como: K. Marx, R. Luxemburgo, V. I. Lênin, D. Harvey, F. Chesnais, J. D. van der Ploeg, entre outros. No que refere ao debate sobre território, foram analisadas obras de autores como: Calabi, Indovina, Raffestin, A. U. Oliveira, entre outros autores que abordam as diferentes teorias de desenvolvimento do capitalismo no campo, formuladas a partir do pensamento de Marx.

No que se refere às pesquisas documentais, elas foram de fundamental importância, posto que, com elas encontramos informações importantes para a pesquisa, como estatísticas, análises já realizadas etc., que ajudaram a orientar tanto a pesquisa teórica como a pesquisa de campo. No nosso caso, centraram-se as análises em documentos e dados extraídos de órgãos como: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, CANASAT – Mapeamento da Cana via Imagens de Satélites de Observação da Terra, CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, SEPIN – Superintendência de Pesquisa e Informação, SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, UDOP – União dos Produtores de Bioenergia, UNICA – União das Indústrias de Cana-de-açúcar e ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, entre diversos outros.

No que se refere à pesquisa de campo, Segundo Luna (2000), ao realizar uma pesquisa de campo, o pesquisador poderá se deparar com vários problemas, principalmente devido a dificuldades de acesso às informações. No nosso caso, para as entrevistas dos/as sujeitos camponês/a devido à militância no MCP – Movimento Camponês Popular e à convivência com as famílias camponesas, em várias regiões do estado de Goiás, houve uma confiança

entre as partes, com a qual várias barreiras foram superadas. O desafio maior, porém, foi fazer entrevistas com usineiros ou diretores de agroindústrias canavieiras. Neste caso, o acesso às informações foi obtido através de solicitação formal de visitas e entrevistas. A inclusão deste sujeito foi de fundamental importância para poder identificar o contraditório.

O procedimento para recolher as informações foi o relato verbal (oral), que foi gravado após a autorização dos/as entrevistados/as em uma entrevista semi-estruturada, tanto com os sujeitos camponeses/as quanto com usineiros e/ou diretores de agroindústrias canavieira. Os trabalhos de campo foram iniciados antes mesmo de entrarmos no Mestrado em Geografia, ou seja, teve início no mês de maio de 2009, quando foram realizadas algumas visitas e entrevistas preliminares, como parte da pesquisa, no município de Ipiranga de Goiás, sendo encerrada em fevereiro de 2011. Durante o trabalho de campo também se buscou registrar os problemas causados pela expansão da plantação de cana-de-açúcar sobre o campesinato mediante o registro em imagem fotográfica.

Quanto à amostragem utilizada em nossa pesquisa, usou-se o mecanismo de amostragem deliberada, pois através dele pode-se deliberar quais seriam os sujeitos que compuseram o estudo. Segundo Turato (2003), na amostragem deliberada o pesquisador fica livre para deliberar sobre as características pessoais. Além disso, neste tipo de amostragem não se deve quantificar quantos indivíduos serão entrevistados, mas, sim, pensar critérios gerais e a inclusão de sujeitos potenciais. Diante disso, nós optamos, no caso dos sujeitos camponeses/as, por entrevistar lideranças locais.

Com a pesquisa, chegou-se a um número de 32 (trinta e duas) entrevistas realizadas com os sujeitos sociais camponeses/as e 5 (cinco) entrevistas com sujeitos usineiros e/ou diretores de agroindústrias canavieiras. As entrevistas com os sujeitos foram realizadas em cinco Microrregiões do estado de Goiás, sendo elas: Meia Ponte, Sudoeste de Goiás, Quirinópolis, Ceres e Vale do Rio dos Bois. Isso ocorreu porque é nestas áreas que está concentrada grande parte da plantação de cana-de-açúcar e localizadas as agroindústrias canavieiras.

As entrevistas com os camponeses/as foram realizadas nos municípios de Ipiranga de Goiás, Nova Glória, Rubiataba, Carmo do Rio Verde, Itapuranga, Quirinópolis, Itumbiara, Bom Jesus, Maurilândia, Santa Helena de Goiás e Goiatuba. Com os usineiros, nos municípios de Carmo do Rio Verde, Rubiataba, Goiatuba, Quirinópolis e Itumbiara.

Nosso objetivo, com o trabalho de campo, foi perceber e buscar respostas para as perguntas elaboradas em nossa problemática, assim como, fazermos uma leitura mais coerente e o mais próxima possível da realidade concreta e identificar o contraditório. Mas, também,

serviu para apontarmos, de forma mais clara, as ações e os interesses de classe, envolvidos no tema.

Assim, essa dissertação de mestrado se baseou na identificação das contradições existentes no agronegócio dos agrocombustíveis, bem como nas suas novas territorialidades e estratégias, na apreensão e na discussão dos rearranjos espaciais e redefinições desencadeadas nas atividades do campo por este setor do agronegócio, tendo como eixo principal os impactos sobre as famílias camponesas e a reflexão sobre a consolidação deste setor que vem ocorrendo em Goiás.

Foram considerados aspectos julgados relevantes, tais como: o campesinato e as diferentes vias de desenvolvimento do capitalismo no campo; o agronegócio do agrocombustível e seu discurso *ambientalmente correto*; o processo de expansão das áreas de cultivo da cana-de-açúcar, frente à perspectiva de aumento do consumo do etanol e do açúcar e de seus subprodutos nos mercados interno e externo; a concentração e a centralização de capitais que vão formar monopólios e oligopólios que, posteriormente, se territorializaram e monopolizaram territórios e, por fim, os impactos causados pela expansão do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato no estado de Goiás.

Com essas análises pôde-se perceber que o capitalismo no campo brasileiro, organizado na forma do agronegócio, agora contando com esse setor específico dos agrocombustíveis, vem formulando uma nova estratégia para garantir a expansão da acumulação de capital: firmar alianças entre a produção, a circulação e o capital financeiro (este no comando), para formar, assim, grandes monopólios e oligopólios. Esta estratégia de ação do capital no campo visa à territorialização dos monopólios e oligopólios, via desterritorialização dos camponeses e monopolização de territórios através da sujeição e subjugação da renda da terra, oriunda tanto das relações de produção capitalistas quanto das relações não capitalistas.

É no estudo e na análise das características da acumulação e da reprodução ampliada do capital no campo brasileiro que podem ser encontradas explicações, em suas próprias contradições, para as transformações e prejuízos territoriais, sociais e ambientais decorrentes da expansão do agronegócio dos agrocombustíveis no estado de Goiás, produto da modernização e expansão capitalista no campo.

No desenvolvimento da investigação empírica, na análise de documentos e na reflexão teórica procurou-se considerar, sobretudo, os desdobramentos do processo de apropriação e o conseqüente reordenamento espacial que atinge as famílias camponesas e que estabelece a luta pelo território de pertencimento. Para isso, levou-se em conta a ideia defendida por alguns estudiosos do tema de que o agronegócio dos agrocombustíveis produz um discurso,

muitas vezes, respaldado pelas ações e pelo discurso do Estado, de que essa atividade é capaz de produzir combustível ecologicamente correto, limpo, e, assim, contribuir para enfrentar a *crise climática*. O fato de que o agronegócio é historicamente concentrador de terra e de capital, é explorador da força humana que trabalha (inclusive com trabalho escravo), não gera emprego, renda e desenvolvimento econômico e social onde está instalado e/ou onde se instala e, ao mesmo tempo, causa grandes impactos para o campesinato e para o meio ambiente pôde ser comprovado nesta pesquisa. Além disso, ficou claro que o modelo tecnológico usado na produção da matéria-prima, a cana-de-açúcar, para a fabricação do etanol, na verdade é um modelo *petrodependente* dada a quantidade de insumos oriundos de combustíveis fósseis consumidos e mesmo de óleo diesel, durante o plantio, a colheita e o transporte da cana e do etanol.

Constatou-se na pesquisa empírica a luta de classes no campo, envolvendo o conjunto dos trabalhadores, especialmente as famílias camponesas, em defesa do direito à *terra de trabalho*, do acesso e/ou da permanência nela, e que, enquanto sujeitos sociais têm se oposto à reprodução ampliada do capital no campo, sendo por este considerados um obstáculo, um empecilho que precisa ser removido para “limpar a terra”.

Nesta pesquisa, no que diz respeito ao recorte geográfico, foi adotada a divisão em microrregiões feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo a qual o estado de Goiás possui dezoito microrregiões geográficas. Destas, cinco, segundo dados da Produção Agrícola Municipal, série histórica do mesmo órgão, se destacam na plantação de cana. São elas: Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois e Ceres. É nelas que está concentrada grande parte (cerca de 77%) da plantação de cana-de-açúcar do estado. Nessa porção do estado, o discurso e o ideário dessa nova territorialização do agronegócio dos agrocombustíveis vêm utilizando os “benefícios” que a expansão do cultivo de cana-de-açúcar proporciona, o que expressa a fundamentação econômica do agronegócio dos agrocombustíveis, para se firmar e afirmar. Foi por este motivo que, durante o desenvolvimento dessa dissertação, acompanhou-se o discurso desenvolvimentista do agronegócio dos agrocombustíveis, respaldado pelo Estado, e constatou-se que ele adquire visibilidade e territorializa-se com as novas configurações com que o capital se apresenta.

Entre os principais percursos teórico-metodológicos que nortearam a pesquisa empírica e a formulação dessa dissertação está a leitura geográfica da “correlação de forças”, que envolve, de um lado, capital e Estado e, de outro, as famílias camponesas. Nesse embate, a contradição do capital fica explícita na materialidade e nos fenômenos presentes na expansão do agronegócio dos agrocombustíveis. E é a consciência dessa contradição que leva à luta

pela permanência na *terra de trabalho* e/ou pelo acesso a ela. Ou seja, a leitura geográfica mostra as disputas pelo território entre famílias camponesas (com ou sem terra) e capital, na construção e/ou manutenção de territorialidades. Enfim, trata-se da luta das famílias camponesas pela sobrevivência contra o capital (agronegócio dos agrocombustíveis) que busca no campo a sua reprodução e ampliação.

Não é pretensão desta pesquisa, como não pode ser de nenhuma outra, esgotar o assunto. Intencionou-se demonstrar que, em algumas frações do território, no estado de Goiás, está em curso um processo de reordenamento territorial e produtivo pautado por um conjunto de ações estratégicas, econômicas e políticas, adotadas pelo agronegócio dos agrocombustíveis com o apoio do Estado, que vêm causando sérios problemas no uso e posse da terra, por exemplo, a diminuição da produção de alimentos, especialmente os produzidos pelas famílias camponesas que vivem nestes territórios. Assim, estão postos novos desafios para os movimentos sociais do campo na busca de mecanismos de resistência e superação da ação do capitalismo no campo.

As obras lidas, analisadas e interpretadas durante a pesquisa, somadas à investigação empírica e aos levantamentos de dados em fontes secundárias, forneceram os elementos necessários para a elaboração dessa dissertação.

Com essa pesquisa espera-se ter contribuído para mostrar a importância da ciência geográfica e, especialmente, ter esclarecido algumas questões e proposto assuntos para novas pesquisas. Além disso, procuramos deixar clara nossa posição diante da realidade encontrada, pois pior do que não compreender os problemas causados pelo agronegócio dos agrocombustíveis às famílias camponesas é compreender e não tomar posição, não fazer nada, tratar com indiferença, ignorá-los.

Diante disso, apresenta-se esta dissertação para atender às exigências do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, da Universidade Federal de Goiás, *Campus Catalão*, na área de concentração “Geografia e Ordenamento do Território” e na linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” com o intuito de obter o título de Mestre em Geografia.

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem, de repente, aprende”, segundo João Guimarães Rosa que, por meio de um dos seus personagens também disse: “Saber de muitas coisas eu não sei; mas, desconfio”.

Introdução

O espaço geográfico onde se realiza esta pesquisa é o estado de Goiás. Situado no centro do país, Goiás possui 341.300 Km² de área total, com suaves declives em grande parte de seu território, extensos planaltos, também chamados de chapadões e chapadas, nascentes que dão origem a bacias hidrográficas importantes como a Amazônica, a do Prata, a do São Francisco e a do Tocantins-Araguaia (CASTRO; BORGES; AMARAL, 2007). Mas, as análises feitas concentraram-se sobre os lugares onde está localizada grande parte da plantação de cana-de-açúcar, como é o caso das Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres.

O capitalismo, formado a *partir de* condições históricas, políticas e econômicas se desenvolveu, ao longo da história, a partir da Revolução Industrial ocorrida entre o final do século XVIII e o início do século XIX na Inglaterra. No campo, seu desenvolvimento ocorreu a partir de diferentes vias, como a *inglesa*, a *prussiana*, a *junker* e a *farmer*. Mas, nos países colonizados, como é o caso do Brasil, a forma capitalista de produção que predominou foi o *plantation* que influenciou também a formação do meio urbano, visto que o Brasil teve na agropecuária sua principal atividade econômica até sua industrialização, que ainda está em curso. Da modernização do *plantation* surgiu a forma atual: o agronegócio.

A ação capitalista no campo vem causando impactos brutais para os camponeses, dada a violência posta e imposta sobre eles, mas, mesmo assim, não foi capaz de eliminá-los, pois sua resistência fez com que eles continuassem presentes na história, nos dias atuais, inclusive nas sociedades capitalistas, em alguns locais com mais e em outros com menos força e presença. Isso ocorre, segundo Shanin (1983; 2005) porque fatores econômicos desagregam e, ao mesmo tempo, o agregam, assim como, fatores políticos (política conjuntural) desagregam e, ao mesmo tempo, agregam (transformações espaciais) o campesinato e ele, então, para sobreviver, recria-se.

No Brasil, o capitalismo no campo, que teve início com o *plantation* e na produção de cana-de-açúcar, sua principal atividade econômica, passou, ao longo da história, por diversas transformações até chegar à sua fase atual, o agronegócio. No período recente, devido às *crises climáticas* e à relativa proximidade do “fim do petróleo”, o capital encontrou no campo brasileiro, mais especificamente no agronegócio dos agrocombustíveis, uma nova oportunidade para realizar e ampliar ainda mais a sua acumulação. Utilizando um discurso *ambientalmente correto*, o capital vai construindo novos mecanismos e/ou estratégias de acumulação o que dá a ele uma “nova” face.

Como resultado, ocorre um reordenamento territorial e produtivo em frações do território goiano, mais especificamente a partir do ano de 2005/06, momento em que a área plantada com cana-de-açúcar sofre enorme expansão, provocada por três fatores, que são: 1) o aumento na demanda dos mercados externo e interno por açúcar; 2) o aumento do consumo interno de etanol como combustível de veículos automotores; e 3) a adição de álcool anidro à gasolina. Em defesa do etanol, o discurso capitalista tem se baseado principalmente em dois argumentos. O primeiro deles é que o etanol é uma alternativa de combustível renovável para substituir os combustíveis fósseis que vão acabar num futuro não muito distante considerando-se o tempo histórico; o segundo é a necessidade de reduzir as emissões de CO₂ na atmosfera, cujo principal responsável são os combustíveis fósseis. São estes os principais argumentos utilizados nos discursos para justificar a expansão do setor que, atualmente, vem promovendo a concentração e a centralização de capital, tanto na produção como na distribuição e comercialização do etanol, formando oligopólios e monopólios.

No Brasil, entretanto, a produção do agrocombustível, o etanol, é *petrodependente*, porque a produção da matéria-prima para a fabricação do etanol, a cana-de-açúcar, é altamente dependente do consumo de venenos, fertilizantes, máquinas e equipamentos, caminhões etc. que consomem uma grande quantidade de combustível fóssil e seus derivados. Portanto, na verdade, o etanol não é um combustível limpo como propagado e, mesmo assim, no Brasil, sua produção vem se expandindo justificada como um meio para enfrentar a *crise ambiental* e as possibilidades reais do “fim do petróleo”.

Além disso, no Brasil, vem ocorrendo uma crescente concentração e centralização na produção e nas vendas de etanol e açúcar por grandes grupos econômicos multinacionais, o que condiz com o que François Chesnais chamou de mundialização do capital. Neste sentido, o capitalismo no campo brasileiro, no caso, o agronegócio dos agrocombustíveis, vem construindo um conjunto de ações para garantir a expansão da acumulação de capital e, para isso, está firmando uma aliança entre a produção, a circulação e o capital financeiro, formando, assim, grandes monopólios e oligopólios, tendo sempre à frente os grupos de empresas transnacionais e estas, por sua vez, controladas e/ou dirigidas pelo capital financeiro. Portanto, há, de fato, uma tendência à formação de monopólios e oligopólios no agronegócio dos agrocombustíveis no Brasil.

A formação de monopólios e oligopólios ocorre por meio do processo de fusão e aquisição no setor sucroalcooleiro no Brasil, que pode ser explicada, a partir das teorias sobre o imperialismo, elaborada por autores como Marx, Lênin, Luxemburgo, Harvey e Ploeg, entre

outros. Mas, as explicações mais próximas à realidade podem ser encontradas nas análises sobre a mundialização do capital realizadas por François Chesnais.

A luta de classes, travada entre as famílias camponesas e o capital, no caso o agronegócio dos agrocombustíveis, conforme Oliveira (2007), que estuda a luta dos camponeses pela permanência em seus territórios, é “produto do próprio desenvolvimento do capital” que faz do território objeto de um longo e constante processo de construção/destruição/manutenção/transformação para dele se apropriar para aquilo que for conveniente no momento, neste caso, para exercer o agronegócio dos agrocombustíveis. É a partir da expansão da área plantada com cana-de-açúcar sobre os territórios camponeses que surge a luta pelo território, que tem levado à construção de novas territorialidades e, com isso, tem provocado enormes contradições.

Esta dissertação é dividida em três capítulos, os quais abordam os seguintes temas:

a) Capítulo I: as relações entre o capitalismo e o campesinato a partir das diferentes vias de desenvolvimento do capitalismo no campo. Para isso, foram analisadas várias vias de desenvolvimento, desde as clássicas até as mais recentes.

b) Capítulo II: trata das novas faces de acumulação do capital e seu discurso *ambientalmente correto*; do agronegócio dos agrocombustíveis no Brasil; da expansão das áreas de cultivo da cana-de-açúcar, frente a perspectiva de aumento do consumo do etanol e do açúcar nos mercados interno e externo; da concentração e da centralização de capitais que vão formar oligopólios e monopólios.

c) Capítulo III: apresenta os impactos causados pelo agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato no estado de Goiás. Neste capítulo são apontadas as diversas contradições geradas por esse setor do capital no campo. Para tanto, deu-se ênfase ao estudo em áreas de maior concentração das agroindústrias sucroalcooleiras e de plantação de cana-de-açúcar.

Por fim, apresentam-se as considerações e alguns apontamentos, embora o tema pesquisado requeira muitos outros e permanentes estudos. Espera-se que a pesquisa seja útil para a Ciência Geográfica, para os sujeitos envolvidos nesta pesquisa, ou seja, para as famílias camponesas, bem como, de alguma forma, para grande parte do povo brasileiro.

CAPÍTULO I. O CAMPESINATO NO CAPITALISMO: Extinguir? Resistir? Existir?

“Os camponeses não falam, são falados”.
(Pierre Bourdieu citado por Gerard Mauger)

Para se analisar a presença do campesinato na sociedade capitalista e apreender, compreender e apontar alguns elementos para a reflexão sobre sua extinção, resistência e/ou existência, faz-se necessário entender as diferentes vias de desenvolvimento adotadas pelo capitalismo no campo, desde o seu surgimento até os dias atuais.

Nesta pesquisa, o tema proposto será abordado a partir da Geografia Agrária. Neste campo da Geografia, há certo consenso que o compreende como o conjunto de problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

No Brasil, no começo dos anos de 1960, Orlando Valverde foi um dos precursores do debate sobre a Geografia Agrária a partir de um olhar crítico. Segundo Valverde (2006), ao se estudar a exploração agrícola, é necessário que se tenha um profundo conhecimento sobre o solo, a geologia, o relevo, o abastecimento de água natural, o clima, a vegetação, a formação econômica, as influências sociais etc. Mas, para ele, além de se compreender esses elementos, faz-se necessária uma análise maior de aspectos como a ação modificadora dos homens por motivos de ordem econômica, social, histórica e religiosa. Por isso, mostra ainda que a Geografia Agrária não deve restringir-se a uma simples análise e classificação dos sistemas agrícolas e, sim, deve ir além, porque

A Geografia Agrária é, em última análise, a interpretação dos vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, cotidiana e silenciosa. Ela permanece, desse modo, no seu substrato, como um estudo essencialmente econômico. Não foi por acaso que ela foi estruturada quase um século depois da Economia Política. Só assim, bem caracterizada no seu aspecto qualitativo e quantitativo, a Geografia Agrária adquirirá cunho científico e terá utilidade prática. Amputada de uma de suas partes, ela poderá proporcionar matéria para elegantes conferências, cheias de erudição, mas jamais contribuirá para a solução de qualquer dos problemas que afligem o homem (VALVERDE, 2006, p. 15).

Referindo-se à realização de trabalhos de campo, Valverde (2006) considera que,

[...] o instrumento mais importante que o geógrafo leva para o campo é o próprio cérebro. Lá, ele não se limita a olhar, pois que assim o fazem todos os que viajam: turistas, viajantes. O geógrafo precisa ver o que significa olhar, associado ao ato inteligente de refletir: observar, enfim (VALVERDE, 2006, p. 07).

Referindo-se à origem da Geografia Crítica no Brasil, Oliveira (2005) esclarece que ela surgiu nos anos 1970 tendo-se atribuído a ela a característica “crítica”, porque intentava-se fazer a crítica ao modo de produção capitalista que se consolidava vorazmente no campo brasileiro naquele momento.

Para Bray (2008), é em Manuel Correia de Andrade que encontra-se uma ampliação dos estudos de Geografia Agrária no Brasil, pois, segundo ele, os estudos de Andrade rompem com a chamada neutralidade da Geografia ao incluir em suas discussões os movimentos agrários do Nordeste, especialmente as Ligas Camponesas. Na visão de Bray, Andrade seguia o mesmo caminho de outros estudiosos da agricultura brasileira à época, principalmente, Caio Prado Júnior, que prefaciou uma das principais obras de Andrade, *A Terra e o Homem no Nordeste*, publicada no começo dos anos 1960, momento no qual se discutia a Questão Agrária e as Lutas Camponesas em diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Segundo Bray (2008), é devido a essa comunhão do geógrafo com os movimentos sociais que pode-se considerar Manuel Correia de Andrade o primeiro geógrafo brasileiro a romper com os formalismos e as formalidades, do positivismo à neutralidade. Para Bray, foi a partir desse momento que Andrade passou a produzir ciência como cientista e como cidadão. Nesse sentido, “A ligação da obra *A Terra e o Homem no Nordeste* com Caio Prado Júnior colocava a necessidade do trabalho empírico sensível que o geógrafo nacional desenvolveu, no estudo das relações de produção e de trabalho” (BRAY, 2008, p. 08).

Seguiu esta linha de pensamento e é também considerado um dos precursores deste debate o professor e geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, com a defesa, em 1978, de sua tese de doutorado intitulada “*Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao “Estado isolado” de Von Thünen*”¹. Sobre o estudo do campo pela Geografia, Oliveira afirma que é preciso construir uma Geografia que “[...] possa servir de instrumento para a transformação do campo e, se possível, também, da cidade” (OLIVEIRA, 2001, p.7)².

Em suas análises sobre a Geografia Agrária, Oliveira inseriu temas como a luta pela terra e a lógica do sistema capitalista. Para tanto, nas discussões envolvendo o estudo das relações sociais no campo, foram incorporadas a Sociologia e a Economia para buscar explicações para a complexa realidade no campo. Mas, é claro que isso não se fez sem que houvesse críticas por parte de alguns geógrafos³.

De todo modo, como bem ressalta Thomaz Jr (2009),

[...] o que queremos com esse raciocínio é chamar a atenção do leitor para o fato de que a Geografia Agrária tem como elemento fundamental e fundante o fato de termos uma questão agrária no Brasil [...] habitada, pois, por contradições, polêmicas históricas e renovadas nos últimos anos pelos efeitos irradiadores do

¹ Ver Atlas da Questão Agrária Brasileira, disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm.

² Ver Atlas da Questão Agrária Brasileira, disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm.

³ Para identificar alguns críticos e para uma maior compreensão do tema ver *Atlas da Questão Agrária Brasileira*, disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm.

destrutivismo do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas através do agronegócio, em particular na primeira década do segundo milênio (THOMAZ JR, 2009, p. 27-28).

Como os debates e a discussão sobre a Geografia Agrária Crítica no Brasil tiveram início no final da década de 1960 e começo dos anos de 1970, também, nesta pesquisa, para o entendimento das diferentes vias de desenvolvimento do capitalismo no campo, recorrer-se-á a autores clássicos, tanto da Economia como da Sociologia, especialmente Marx e autores marxistas, porque escolher os métodos e conhecer suas implicações é importante em todas as pesquisas.

Mas, antes é preciso, mesmo de forma resumida, pois não é intenção aprofundar este debate nessa pesquisa, conceituar o que é o capitalismo enquanto modo de produção.

Entre os consensos existentes entre intelectuais das mais diferentes correntes que, a partir de um olhar extremamente técnico, analisaram no último século e meio o sistema capitalista está o entendimento de que capitalismo refere-se: à acumulação financeira, à posse privada dos meios de produção que é destinada totalmente à comercialização para obtenção de lucro, portanto, todos os produtos são “mercadorias”, inclusive o homem.

Mas, dentre as principais correntes de análise e interpretação deste sistema de produção, duas correntes chocam-se e divergem substancialmente, seja no que se refere às origens, seja no que se refere às consequências deste sistema para a sociedade. Nesse caso, está se falando de dois grandes pensadores: Karl Marx e Max Weber⁴.

A primeira crítica sistematizada feita ao capitalismo foi elaborada por K. Marx, para quem o capitalismo tem sua origem *em* e é formado *a partir de* condições históricas e econômicas. Marx define o capitalismo como um *modo de produção de mercadorias* que teve origem na Idade Moderna. O seu desenvolvimento, enquanto modo de produção, deu-se a partir da Revolução Industrial.

⁴ É claro que existem diversos outros autores que abordaram o tema como Werner Sombart; Maurice Dobb, com seus *Estudos sobre o desenvolvimento do Capitalismo*; Paul Sweezy e Rodney Hilton, cujo conjunto de debates foi publicado nos livros *A transição do feudalismo para o capitalismo*, publicado no Brasil pela Editora Paz e Terra e *Do feudalismo ao capitalismo*, livro organizado por Theo Santiago e que foi publicado no Brasil pela Editora Contexto. Também existe a obra de Karl Polanyi, *A grande transformação*. Além disso, nos anos de 1970 o livro de Perry Anderson, *Linhagens do Estado Absolutista*. Entre os mais recentes destaca-se a obra de Ellen M. Wood, *A origem do capitalismo*, publicada em 1999 e traduzida no Brasil em 2001. Mendonça (2008), por exemplo, afirma que “O capitalismo é uma construção histórica e, portanto, passível de ser superada, na medida em que em condições objetivas, o capitalismo surge em espaços e tempos diferenciados, contudo, é notório o seu pioneirismo na Inglaterra em meados do século XVII” (MENDONÇA, 2004, p. 03). A opção pelas obras de K. Marx e Max Weber deu-se porque, de certa forma, eles acabaram influenciando as demais, que acabaram por concordar ou não com as abordagens destes dois teóricos.

Para Marx o modo de produção capitalista não se restringe somente às questões econômicas, entranha-se nas relações sociais estabelecidas a partir da relação entre capital e trabalho, na qual a força de trabalho (os trabalhadores) não é proprietária dos meios de produção, o que leva a um outro aspecto fundamental para o funcionamento do sistema capitalista: *a transformação da força de trabalho em mercadoria*. Logo, esta força de trabalho pode ser levada ao mercado e trocada livremente. Feito isso, para Marx estava posta a característica fundamental deste sistema: *a divisão da sociedade em classes sociais*. De um lado, as classes que são proprietárias dos meios de produção (burguesia e proprietários de terra), e, de outro, outra classe, cuja única fonte de sobrevivência é a venda de sua força de trabalho.

Outra explicação alternativa à de Marx, e que ganhou muitos adeptos, inclusive na Geografia, foi apresentada por Max Weber em sua obra *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Weber centraliza sua análise em aspectos culturais, pois, para ele, o desejo de acumular riquezas sempre existiu nas sociedades humanas. Para Weber este desejo esteve presente no Império Romano, assim como nas Grandes Navegações. Mas, ainda faltavam condições sociais para garantir seu desenvolvimento contínuo e ininterrupto.

Weber afirma ainda que as condições sociais necessárias ao desenvolvimento pleno do capitalismo surgiram somente após a Reforma Religiosa Protestante ocorrida no século XVI. Demonstra isso a partir da análise que faz das condenações feitas pela Igreja Católica às práticas da usura e do lucro por comerciantes durante os séculos XV e XVI. Afirma também que, se as restrições tivessem sido mantidas, não se teria chegado à "acumulação primitiva".

Então, para Weber, a mudança fundamental ocorrida, e que permitiu retirar as amarras ao desenvolvimento do capitalismo, foi a Reforma Religiosa⁵ promovida por Lutero e Calvino. Segundo Weber, tanto para Lutero como para Calvino, as atividades profissionais devem ser vistas como um dom, uma vocação divina, e seria da vontade de Deus que elas fossem exercidas. No entendimento de Weber, foi a partir deste momento que o trabalho, que até então era visto como um mal necessário, passa a ter um valor positivo. Ainda, na visão de Calvino, o trabalho é a única forma de salvação e a acumulação de riquezas a partir do trabalho é um sinal de predestinação.

Para Max Weber, esses novos dogmas religiosos, somados a outros como a contabilidade diária etc., passaram a formar os fundamentos de uma ética que, a partir de então, regeria a

⁵ Conjunto de movimentos de caráter religioso, mas que chegaram ao campo político e econômico contestando os dogmas católicos. Ocorreu entre os anos de 1517 e 1564. Iniciou-se na Alemanha e provocou a separação na comunidade católica da Europa que deu origem ao protestantismo.

conduta diária dos fiéis protestantes. Logo, estavam dados os elementos fundamentais para a consolidação do capitalismo aos quais chamou de: *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*.

Estas duas diferentes formas de interpretar o capitalismo, descrita acima, guardam divergências entre elas. Diante disso, toma-se posição – não apenas por questões ideológicas, mas também por questões lógicas – pois seguir analisando, de um lado, as ideias de Weber, e/ou autores weberianos, e, de outro, Marx e/ou autores marxistas se constituiria um exercício tautológico. Além disso, as opções teórico-metodológicas são necessárias para a realização de quaisquer trabalhos científicos. Ou se está com um ou se está com outro, especialmente no que se refere às interpretações sobre o capitalismo. Assim seguir-se-á nesta pesquisa as ideias de Karl Marx, até porque o conceito de capitalismo de Marx é rigorosamente unívoco. Não há margem para subterfúgios. Já o idealismo das teorias elaboradas por Max Weber, centradas numa certa *orientação capitalista de lucro*, poderiam levar as interpretações dos fatos a várias formas de capitalismo.

A seguir, serão discutidas as principais vias de desenvolvimento do capitalismo na agricultura a partir das obras de Marx e de autores marxistas, fato importante para poder se perceber os impactos da ação do capitalismo, especialmente do setor do agronegócio dos agrocombustíveis sobre as famílias camponesas. Além disso, a partir dessas vias pode-se confirmar ou não as predições de autores clássicos sobre a extinção do campesinato em todo o mundo.

Compreender este processo histórico do capitalismo e suas diferentes vias de desenvolvimento faz-se necessário porque a sua forma de ação/expansão não foi homogênea, o capitalismo foi se metamorfoseando conforme a necessidade de cada realidade histórica. Além disso, há diferentes interpretações sobre os impactos causados pelo seu desenvolvimento sobre o campesinato.

Diante disso, pergunta-se: Por que, mesmo depois de cerca de um século da proclamação do fim do campesinato, os camponeses continuam presentes em todo o mundo, em alguns locais, com mais, e, em outros, com menos presença? O que então explicaria sua permanência nestas sociedades capitalistas? Que elementos (fatores) levaram à sua extinção, à sua permanência, à sua recriação? Que futuro lhe espera especialmente onde se expande o agronegócio dos agrocombustíveis como vem ocorrendo em Goiás? Estas questões têm levado a grandes polêmicas e precisam ser mais bem analisadas pelos estudiosos.

Inúmeras discussões sobre o campesinato, desde os clássicos até os mais recentes, perpetuaram diferenças entre as atividades desenvolvidas no campo, a realidade camponesa, e

as não camponesas, que vão desde as suas formas de existência até as relações sociais e técnicas nelas presentes, como por exemplo: proprietários da terra x não proprietários; tecnificados x não tecnificados; especializados x diversificados; dinâmicos x conservadores; modernos x atrasados.

Quanto às discussões envolvendo a *racionalidade camponesa* do processo decisório são bastante comuns discussões abordando temas como: maximizador de renda x minimizador de fadiga x minimizador de risco.

Enfim, estas e tantas outras discussões, a partir de teorias totalizantes, têm sido colocadas nos últimos tempos sobre a presença do campesinato na sociedade capitalista.

Há ainda os que advogam a incapacidade estrutural das unidades camponesas de sobreviver na sociedade capitalista. Mas, há também os que, opondo-se àqueles, argumentam que os camponeses têm seus mecanismos próprios de resistir à ação econômica do capitalismo no campo. De qualquer forma, as predições sobre o futuro dos camponeses são elaboradas a partir de diferentes interpretações das diferentes vias de desenvolvimento do capitalismo no campo; entre as clássicas alguns autores marxistas identificam as vias *inglesa*, *prussiana*, *junker*, *farmer* e a *plantation* e a atual, o agronegócio. Neste capítulo, serão abordadas apenas as quatro primeiras. As demais serão tratadas no capítulo seguinte.

1.1 A via inglesa de desenvolvimento do capitalismo no campo

Entre os que realizaram uma primeira interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo a partir de uma visão crítica estão autores clássicos, como Karl Marx, Friedrich Engels e Rosa Luxemburgo que centraram suas análises no desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra porque foi lá, na Inglaterra, que o capitalismo teve seu início a partir da Revolução Industrial ocorrida entre o final do século XVIII e o início do século XIX e que levou a um conjunto de mudanças técnicas e tecnológicas que causou grandes impactos no processo produtivo, assim como mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais profundas.

Estes autores são tidos por muitos, assim como serão tidos nesta pesquisa, como aqueles que interpretam o desenvolvimento, nessa fase inicial, do capitalismo como a chamada *via inglesa*.

Karl Marx (2005), no livro I, V. II, Cap. XXIV de O Capital, foi o primeiro a partir de uma visão crítica e a utilizar o conceito de acumulação primitiva em suas abordagens

históricas sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e os impactos causados, por meio de sua expansão, sobre o campesinato na Inglaterra.

Neste capítulo, Marx denuncia o modo violento e criminoso com que a nova classe social (a burguesia), que se formava na Europa, especialmente na Inglaterra, se apoderou de toda a riqueza fundiária, que pertencia historicamente à grande massa camponesa (na Idade Média), após o declínio da sociedade feudal.

Para Marx, o desenvolvimento do modo de produção capitalista se alicerça na dissociação dos trabalhadores de seus meios de produção através da expropriação e da extração da mais-valia.

[...] a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, a mais valia, a produção capitalista, e esta, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadoria [...] Todo esse movimento tem, assim, a aparência de um ciclo vicioso, do qual só poderemos escapar admitindo uma acumulação primitiva, anterior à acumulação capitalista, uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida (MARX, 2005, p. 827).

A história do capitalismo para Marx, no que se refere ao acúmulo de terras, sempre se deu pela expropriação dos camponeses ou de povos tradicionais⁶, que eram a maioria, em proveito de uma minoria. Marx denominou este processo de acumulação primitiva.

Para Marx a acumulação primitiva teve seu início com a expropriação dos camponeses na Inglaterra através dos “enclosures”, ou seja, dos cercamentos, e, posteriormente, se estendeu às colônias⁷, de uma forma ainda mais brutal e violenta, tendo presente o trabalho escravo. Assim, “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX; ENGELS, s/d, p. 24). E,

Devido ao rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obrigam a capitularem os

⁶ Existem, claro, outras formas de interpretação sobre a origem do capitalismo. Na visão de Ellen M. Wood, por exemplo, “O capitalismo nasceu bem no cerne da vida humana, na interação com a natureza, da qual depende a própria vida, e a transformação dessa interação pelo capitalismo agrário revelou os impulsos intrinsecamente destrutivos de um sistema em que os próprios fundamentos elementares da vida ficam sujeitos aos requisitos do lucro” (WOOD, 2001, p. 126).

⁷ Para Ellen M. Wood, “Uma vez estabelecido o capitalismo num dado país, a partir do momento em que ele começou a impor seus imperativos [quais sejam: desapropriação, extinção dos direitos consuetudinários, imposição dos imperativos do mercado (como os de competir e acumular) e destruição ambiental] ao resto da Europa e, por fim, ao mundo inteiro, seu desenvolvimento em outros lugares nunca pôde seguir o mesmo curso que ele tivera em seu lugar de origem. A partir de então, a existência de uma sociedade capitalista transformou todas as demais, e a expansão posterior dos imperativos capitalistas alterou constantemente as condições do desenvolvimento econômico (WOOD, 2001, p.126-127).

bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo a sua imagem (MARX; ENGELS, s/d, p. 25).

Como resultado deste processo, a burguesia criou aglomerações de pessoas nas cidades, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade da terra, o que, conseqüentemente, levou à centralização política.

Realizada a separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, destruídas as diferentes formas organizativas de povos primitivos ou outros modos de produção (Primitivo, Asiático e/ou Feudal), “Em seu lugar, estabeleceu-se a livre concorrência, com uma organização social e política correspondente, com a supremacia econômica e política da classe burguesa” (MARX; ENGELS, s/d, p. 26).

Para Marx, o sistema capitalista, em seu processo histórico, como história universal, pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção pelos quais realizam o trabalho, o que corresponde à separação entre homem e natureza. Em meio a esta contradição, a luta de classes aparece como agente propulsor deste processo. Ainda, segundo ele, quando a produção capitalista se torna independente, não se limita apenas a manter essa dissociação, dedica-se a reproduzi-la em escala cada vez mais ampliada. Por isso, os mecanismos que criam o sistema capitalista estão alicerçados na retirada do trabalhador da propriedade de seus meios de trabalho. Um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e converte em assalariados os produtores diretos.

Daí a acumulação primitiva, para Marx, ser o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção e que separa homem e natureza. E é considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. Neste sentido, “[...] a expropriação da massa do povo que fica assim sem terra forma a base do modo capitalista de produção” (MARX, 2005, p. 884) e é o principal mecanismo de produção do capital.

Portanto, para Marx, a acumulação primitiva constituiu a base do desenvolvimento do modo de produção capitalista e,

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim, privado de suas terras, constitui a base de todo o processo (MARX, 2005, p. 829-830).

Para Marx, a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da decadência da estrutura econômica da sociedade feudal. A desagregação do feudalismo liberou os elementos necessários para a formação do sistema capitalista. Com a dissolução do sistema feudal que, em toda a Europa, segundo Marx, se caracterizava pela grande distribuição⁸ das terras entre os camponeses, é que teve início o processo então chamado de *enclosures*.

Os *enclosures*, ou cercamentos, consistiam na destituição das terras antes em posse dos camponeses, as terras comunais, desses camponeses, para dar lugar à criação de ovelhas, com a finalidade de fornecimento de matéria-prima (lã) para abastecer a indústria de tecelagem que se desenvolvia à época. Como resultado deste processo, a terra transforma-se em mera mercadoria.

Para garantir o cercamento das terras comuns, neste período (séculos XV e XVI), o instrumento utilizado foi a violência e o terrorismo, que garantiram, assim, a transformação das lavouras em pastagens. Se a situação do camponês já era ruim, com a usurpação das terras comuns e a revolução agrícola que a acompanhava, agravou-se (MARX, 2005).

Além disso, várias outras ações de violência e vários outros mecanismos de expropriação dos camponeses foram utilizados na Inglaterra, durante este período. Tudo para afastar os camponeses do seu meio de produção – a terra –, e, assim, “[...] o último e grande processo de expropriação dos camponeses é finalmente a chamada limpeza das propriedades, a qual consiste em varrer desta os seres humanos” (MARX, 2005, p. 842). Como resultado, “[...] a expropriação da população rural cria imediatamente apenas grandes proprietários de terras” (MARX, 2005, p. 856).

Segundo Marx (2005), com o furto das terras da Igreja, com a alienação dos domínios do Estado, com a ladroeira das terras comuns e com a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada levados a cabo através de violência implacável, configuraram-se os métodos idílicos da acumulação primitiva que permitiram o ganho das terras para o capital e “[...] conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos” (MARX, 2005, p. 847).

Efetivado este processo de expropriação e expulsão dos camponeses de suas terras, estas foram enquadradas na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio do *terrorismo legalizado*, que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura⁹. Mas, segundo

⁸ Entendida como posse, como terra para trabalho.

⁹ Sobre o tema ver também a obra *Costumes em comum - estudos sobre a cultura popular tradicional* de E. P. Thompson. Nela o autor aborda temas relacionados à história do trabalho, dos motins, do radicalismo, do crime,

Marx (2005), para o desenvolvimento do capitalismo, não bastava apenas que houvesse, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital e, do outro, seres humanos que nada tinham a vender além de sua força de trabalho, tampouco bastava forçá-los a vender livremente sua força de trabalho. Para progredir a produção capitalista, era preciso que se desenvolvesse também uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, passasse a aceitar as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes.

Essas condições foram dadas, durante a Idade Média, conforme (MARX, 2005), ao surgirem duas formas de capital das quais emergiram o capitalismo: o capital usurário e o capital mercantil. Mas, o capital dinheiro, formado tanto pela usura quanto pelo comércio, era impedido de transformar-se em capital industrial devido à existência do sistema feudal no campo e à organização corporativa na cidade, as corporações de ofício. Estes entraves foram postos abaixo com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação e expulsão das populações rurais.

Para Marx (2005), os vários acontecimentos ocorridos durante o processo de desenvolvimento do período manufatureiro caracterizam-no como período de acumulação primitiva. Entre eles, “O sistema colonial, a dívida pública, os impostos pesados, o protecionismo, as guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro, desenvolvem-se extraordinariamente no período infantil da indústria moderna” (MARX, 2005, p. 870-71). Assim, mediante enormes sofrimentos para as populações é que,

Estabeleceram-se as “eternas leis naturais” do modo capitalista de produção, completou-se o processo de dissociação entre os trabalhadores e suas condições de trabalho, os meios sociais de produção e de subsistência se transformaram em capital, num polo, e, no polo oposto, a massa da população se converteu em assalariados livres, em “pobres que trabalham”, essa obra prima da indústria moderna [...] o capital, ao surgir, escorrem-lhe sangue e sujeira por todos os poros, da cabeça aos pés (MARX, 2005, p. 873-74).

Durante todo esse processo, agitavam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentiam prejudicadas e que deveriam ser destruídas e o foram. Sua destruição significou a transformação dos meios de produção individual em meios socialmente concentrados que transforma as posses minúsculas de muitos em propriedades gigantes de poucos. Assim, a expropriação dos camponeses, expulsos de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, constitui a pré-história do capital (MARX, 2005).

dos costumes, das leis etc. Analisa também os hábitos dos setores populares britânicos, como a defesa do uso comunal das terras diante da intensificação dos cercamentos, as novas noções de tempo trazidas pelo capitalismo industrial, a cruel punição aplicada a quem desrespeitasse as regras dos vilarejos etc. como defesa de direitos imemoriais ou estratégias de manipulação da lei numa sociedade que se defrontava com as novas imposições do capitalismo.

No entendimento de Marx (2005), desintegrada a velha sociedade e convertidos os camponeses e demais trabalhadores em proletários e suas condições de trabalho em capital e posto o modo de produção capitalista a andar sobre seus próprios pés, surgiria uma nova etapa em que prosseguiriam, agora, sob nova forma, a socialização do trabalho e a conversão do solo e dos meios de produção em meios de produção coletivamente empregados – em propriedade comum –, o que levaria à uma nova expropriação. Nesta nova etapa, “[...] o que tem de ser expropriado agora não é mais aquele trabalhador independente, e, sim, o capitalista que explora muitos trabalhadores (MARX, 2005, p. 876).

Para Marx (2005), essa expropriação¹⁰ ocorreria pela ação das próprias leis imanentes da produção capitalista, que levam ao processo de centralização do capital e à constituição de monopólios, que se estenderiam pelo mundo, dando origem ao caráter internacional do regime capitalista, o que, de fato, ocorreu. Todo este processo de centralização dos meios de produção e socialização do trabalho, contudo, podem atingir patamares que o tornarão incompatível com o próprio envoltório capitalista, que romper-se-á e, então, soará a hora final da propriedade particular capitalista, na qual os expropriadores, agora, serão expropriados. É nesta contradição que a produção capitalista vai gerar sua própria negação, como um processo natural. É a negação da negação. Se antes houve a expropriação da massa do povo por poucos, agora se trata da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo. No entanto, esse não é um processo que ocorre por “inércia” ou naturalmente. É preciso que os expropriados da massa do povo ajam “no vácuo” que as contradições capitalistas geram.

Ao se analisar, a partir da visão de Marx, o futuro do campesinato na sociedade capitalista, percebe-se que o camponês para ele é *funcionalizável* para o capital mercantil e usurário (momento da dominação indireta do capital), porém *incompatível* com o domínio direto e a subsunção real. Neste sentido, para Marx, não existe a possibilidade de permanência (sobrevivência) do campesinato na sociedade capitalista, pois os fatores econômicos – identificados no desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra – levariam ao seu fim.

Contrapondo-se à tese de Marx, Rosa Luxemburgo (1985), em sua obra *A Acumulação de Capital*, no capítulo XXVII em que aborda *A Luta Contra a Economia Natural*, afirma que

O capitalismo vem ao mundo e se desenvolve historicamente em meio social não-capitalista. Nos países da Europa ocidental ele se desenvolve inicialmente no meio feudal, o que lhe comunica sua forma primitiva [...] após a queda do feudalismo, terá por ambiente o meio camponês-artesanal, ou seja, o meio da produção simples, de

¹⁰ Esta expropriação da massa do povo deu origem ao conceito de exército industrial de reserva desenvolvido por F. Engels em seu trabalho sobre *As condições da classe trabalhadora na Inglaterra* e que veio a integrar o núcleo central da economia política desenvolvida posteriormente por Marx.

cunho mercantil, seja agrícola, seja artesanal [...] É esse o meio em que prossegue a marcha do processo capitalista de acumulação (LUXEMBURGO, 1985, p. 253).

Embora seguidora do pensamento de Marx, Rosa Luxemburgo vê o futuro do campesinato de uma forma diferente da de Marx. Para ela, há três fases importantes a se observar neste processo, que são: “a luta do capital contra a economia natural; a luta contra a economia mercantil; e a concorrência do capital no cenário mundial, em luta pelas condições restantes de acumulação” (LUXEMBURGO, 1985, p. 253).

Para Luxemburgo (1985), as formas de produção da *economia natural* de nada servem para o capital para a realização de seu fim, que é o lucro, pois nestas formas de produção seus produtos são destinados à satisfação das necessidades próprias e, por isso, seus praticantes não necessitam de mercadorias estrangeiras e nem registram excedentes de produtos próprios que os obriguem a deles se desfazerem. Além disso, nesta economia e em todas as suas formas de produção existe sempre um vínculo entre os meios de produção e a mão-de-obra, seja ela nas comunidades camponesas onde a posse da terra era comum, como na propriedade feudal, seja em outras. Nestas economias, estabelece-se como base de sua organização a sujeição dos principais meios de produção – terra e força de trabalho – conforme o direito e a origem. É por isso que a economia natural cria empecilhos às exigências do capital e é também por isso que o capitalismo, onde quer que seja, busca sempre destruí-la.

Para Luxemburgo (1985), os objetivos econômicos da luta do capitalismo contra as sociedades de economias naturais eram os seguintes:

a) apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terra, caça, das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como a borracha etc. b) “liberar” força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho; c) introduzir a economia mercantil e; d) separar a agricultura do artesanato (LUXEMBURGO, 1985, p. 254).

Na acumulação primitiva, segundo Luxemburgo (1985) o *encampamento* do pequeno estabelecimento agrícola pelo grande, constituiu, na Inglaterra e no continente europeu, o meio mais importante para a transformação maciça dos meios de produção e da força de trabalho em capital. Esta situação prevaleceu e foi levada adiante, em escala bem maior, por meio das políticas de colonização. Na visão da autora é pura ilusão, entretanto, esperar que o capital se contente com os meios de produção obtidos somente da via comercial.

Mas, o capital encontrou resistência para se implantar. Entre as principais dificuldades estava o fato de que, em grandes regiões do mundo, as forças produtivas se encontravam sob o controle de formações sociais que rejeitavam o comércio ou não podiam oferecer ao capital os principais meios de produção que lhe interessavam. Isso aconteceu principalmente com a

terra e com a riqueza que ela continha. Esperar pelo processo de desagregação dessas regiões de economia natural, até que isso resultasse na alienação, pelo comércio, dos principais meios de produção, significaria para o capital a renúncia total às forças de produção desses territórios. Isso explica por que o capitalismo utilizou a apropriação violenta dos principais meios de produção em terras coloniais (LUXEMBURGO, 1985).

Além disso, a acumulação capitalista também não se dispunha a aguardar o crescimento natural da população operária e nem a esperar pela desagregação lenta e natural das formas não-capitalistas e passagem para uma economia mercantil. O capital não conhece outra forma que não seja a violência como método eficaz para a acumulação e é por isso que o aplicou e continua, ainda nos dias de hoje, a aplicar este método.

Para as sociedades primitivas, resistir às expropriações capitalistas tratava-se de uma luta pela sobrevivência. A resistência à agressão, para estes povos, tinha um caráter de vida ou morte levado até às últimas consequências. Mas, o capitalismo não podia viver sem os meios de produção e a força de trabalho dessas sociedades, nem sem a demanda delas por mais produtos, então, deveria tirar os meios de produção e a força de trabalho desses povos e transformá-los em compradores de suas mercadorias, mas não destruí-los de todo. Assim, o capitalismo procurava voluntariamente destruir sua unidade formal de entidade social autônoma (LUXEMBURGO, 1985).

Efetuada o processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, o capitalismo caminhava para estabelecer a segunda condição mais importante, tanto para a aquisição dos meios de produção, como para a realização da mais-valia. Começava o processo de *inclusão das comunidades de economia natural na economia e na circulação mercantis*. Assim, todas as sociedades não capitalistas deveriam tornar-se consumidoras de mercadorias do capital (LUXEMBURGO, 1985). É por meio deste processo que pode-se entender, nos dias de hoje, a *funcionalidade* do campesinato *na e para* a sociedade capitalista.

Mas, se o capital, pela força, podia roubar dos grupos sociais seus meios de produção e forçar os trabalhadores a se tornarem objeto de exploração capitalista, não podia, pelo mesmo método, transformá-los em consumidores de suas mercadorias, nem podia forçá-los a realizar sua mais-valia. Para isso, construiu-se uma falsa paz e igualdade, também uma falsa concorrência pacífica, bem como, falsas influências civilizadoras. Para implantar sua economia de mercado, a existência de meios de transportes, como ferrovias, navegação e canais, era pré-requisito. A conquista da economia mercantil era precedida de maravilhosas obras de transporte, como linhas férreas e transatlânticos, e de comunicação, como linhas de

telégrafos. Mas, a pacificidade dessas ações era apenas aparente; elas serviam para encobrir uma cruel e brutal violência (LUXEMBURGO, 1985).

Para dar continuidade em sua luta contra a economia natural, o capital precisava separar a agricultura da indústria. Ou seja, excluir a indústria rural da economia camponesa, pois, no campo, o artesanato continuava preso à economia camponesa e, como ocupação doméstica acessória no tempo não preenchido pela agricultura, representava um importante meio de subsistência. Desse modo, o desenvolvimento da produção capitalista conseguiu arrancar da economia camponesa, um por um, seus ramos artesanais, para concentrá-los na produção fabril maciça, pois o capital necessitava transformar a massa camponesa em consumidora de seus produtos e em operários. Para isso, procurou reduzir a economia camponesa a um só ramo, a agricultura. Estas ideias de Luxemburgo ajudam a entender, hoje, o processo de concentração das indústrias de alimentos, entre outras, nas mãos de grandes empresas transnacionais monopolistas nos tempos atuais.

Se o capitalismo, para sobreviver e acumular depende de formas econômicas não capitalistas, vive mais exatamente da ruína e da absorção destas formas de economia. É somente com a destruição progressiva dessas formações que surgem as condições da acumulação de capital. E, é por isso que o processo de acumulação de capital tende sempre a substituir a economia mercantil simples pela economia capitalista, como modo único e exclusivo de produção.

Mas, na visão de Luxemburgo (1985), é exatamente neste ponto que surge a contradição, pois, alcançado o resultado final, chega-se a um ponto em que a continuação da acumulação torna-se impossível, a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. E, a impossibilidade de haver acumulação capitalista leva à impossibilidade de desenvolvimento das forças produtivas, o que, conseqüentemente, leva ao declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase do capitalismo durante sua trajetória histórica, o imperialismo.

Neste sentido, o esquema marxista da reprodução ampliada não corresponde às condições de acumulação enquanto ela progride. Não é possível mantê-la dentro do quadro das relações e dependências recíprocas e fixas que existem entre os dois grandes departamentos da produção social, a produção e o consumo, formulados pelo esquema. A acumulação não é simples relação interna entre os dois ramos da produção capitalista, mas, uma relação entre o capital e o meio não-capitalista, onde os dois grandes ramos da produção seguem, no processo

de acumulação, na maioria das vezes, de forma independente um do outro, embora os movimentos de ambos se cruzem e se interliguem. O esquema marxista de acumulação é a expressão teórica do momento em que a dominação do capital alcança sua última barreira, sendo uma ficção teórica, como sucede com o esquema da reprodução simples que formula teoricamente o ponto de partida da produção capitalista. E, é exatamente nestas duas ficções que reside o conhecimento exato das leis da acumulação do capital (LUXEMBURGO, 1985).

As ideias de Luxemburgo têm diferenças da tese de Marx. A diferença encontra-se na afirmação que Luxemburgo faz de que *para se desenvolver, o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não capitalistas de produção*. Ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia, delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. Neste sentido, para a autora, o sistema capitalista não pode viver sem a presença do campesinato, caso contrário, chegaria ao seu fim. E é a partir daí que se pode justificar a presença (do campesinato) nos dias atuais, inclusive integrando-se e/ou sendo útil ao sistema. Luxemburgo defende a tese de que o desenvolvimento do capitalismo não levará à supressão de formas não capitalistas de produção, ou seja, do campesinato, mas, ao contrário, para ela quanto mais o capitalismo se desenvolve, contraditoriamente ele mesmo produz relações sociais não capitalistas de produção. Faz isso como forma de sobrevivência.

1.2 A via prussiana de desenvolvimento do capitalismo no campo

Outra obra analisada para a compreensão das diferentes vias de desenvolvimento do capitalismo no campo é a de Karl Kautsky, *A Questão Agrária*. É a ele que se atribui a teorização da via prussiana de desenvolvimento do capitalismo no campo, na qual uma das bases é a transformação por “cima”, ou seja, sempre conservadora e sem a participação popular. Daí, Kautsky ser considerado reformista e economicista, tanto por V. I. Lênin como por Rosa Luxemburgo¹¹.

Em suas análises sobre o campesinato e seu processo de reprodução social, Kautsky (1986) afirma que sua reprodução se dá a partir de uma autoexploração, que se aproximava da barbárie. Para ele, o camponês, no campo, não passava de um atraso econômico e social que vivia apegado ao seu pedaço de terra; o camponês, proprietário ou não de seu meio de

¹¹ Ver COUTINHO, C. N. 2008. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/porta/filosofia/157-livro/551-os-efeitos-da-via-prussiana-sobre-a-intelectualidade-brasileira>. Acessado em 15/04/2010.

trabalho, a terra que cultivava, representava nada mais que um vestígio de um modo de produção já ultrapassado.

Ao analisar o campesinato na Rússia, no começo do século XX, Kautsky afirmou que seu fim estava próximo, pois o desenvolvimento do capitalismo no campo caminhava para a formação, neste campo, das duas classes sociais antagônicas: proletariado e burguesia. Na visão de Kautsky, os camponeses não teriam lugar como sujeitos políticos, capazes de contribuir para a construção da sociedade socialista, porque, para ele, os camponeses são destituídos de conteúdo revolucionário, seja no que diz respeito às suas concepções, seja quanto às suas manifestações.

A tese de Kautsky se diferencia da de Lênin porque Lênin acreditava numa aliança entre camponeses e operários como forma de se chegar ao socialismo. Fato comprovado com a Revolução Russa de 1917. Para Kautsky os camponeses somente estariam aptos a participar da construção de uma sociedade socialista

[...] depois que as cooperativas socialistas tenham demonstrado a sua vitalidade, que hajam desaparecido os riscos ainda hoje inerentes a qualquer empresa econômica, o camponês poderá perder o medo de proletarizar-se pelo abandono de seus bens, reconhecendo que a propriedade individual dos meios de produção só representa um obstáculo a nos varar o caminho de uma forma superior de exploração, obstáculo de que se desembaraçará com prazer (KAUTSKY, 1986, p.149).

Ao se analisar a obra de Kautsky percebe-se em sua abordagem que o camponês (campesinato) era *funcionalizável* ao desenvolvimento inicial do capitalismo, especialmente nas primeiras fases da industrialização (subsunção real), mas era *incompatível* com seu avanço, o qual tenderia a suprimir (absorver) seus espaços econômicos. Neste caso, as ideias de Kautsky aproximam-se das de Marx, para quem a sobrevivência do campesinato na sociedade capitalista era impossível. O campesinato estaria, assim, fadado a morrer devido a sua incompatibilidade com o modo de produção capitalista.

A via prussiana, mesmo tendo tido sua essência e sua inspiração construídas por V. I. Lênin, que analisou o desenvolvimento do capitalismo na Prússia, onde os latifúndios feudais, na Alemanha do século XIX, iam transformando-se lentamente em latifúndios capitalistas e ocorria ainda a expropriação da massa camponesa com o aval e o apoio do Estado, quando reelaborada por Kautsky torna-se reformista e economicista, conservadora e distante de qualquer possibilidade de servir à transformação da realidade fundiária quando de uma verdadeira revolução.

1.3 A via *junker* de desenvolvimento capitalista no campo

Vladimir Ilitch Lênin aborda também outra via de desenvolvimento do capitalismo no campo, a *junker*, que traz elementos semelhantes à prussiana e, por isso, é também classificada como conservadora. Em suas obras *O programa agrário da social democracia na Primeira Revolução Russa de 1905 — 1907* (2002) e em “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*” Lênin desenvolve uma leitura sobre o capitalismo na Rússia no final do século XIX e começo do séc. XX. Aborda as transformações ocorridas no latifúndio pré-capitalista e em modernas explorações capitalistas, nos quais muitas vezes se misturam ou se encontram várias formas de trabalho como o escravo e o assalariado, o moderno e o atrasado.

Em *O programa agrário da social democracia na Primeira Revolução Russa de 1905 — 1907* (2002), Lênin demonstra que na forma de desenvolvimento do capitalismo (que vinha ocorrendo na Prússia), chamada de *junker*, os latifúndios feudais sofriam um processo de transformação lenta até tornarem-se capitalistas, com exploração burguesa, *junker*, ao mesmo tempo em que se acelerava a expropriação do campesinato (LÊNIN, 2002).

Mas, é em “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*” que Lênin deixa claro que “[...] conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga ‘superestrutura’, nessa hipótese, o papel dirigente caberá à burguesia e ao latifundiário liberal-monárquico [...]” (LÊNIN, 1985, p. 10). Assim, para Lênin, o modelo *junker* foi marcado pela transformação capitalista da grande propriedade rural sem que houvesse uma ruptura na estrutura fundiária. Isso fez com que os camponeses que não conseguiram transformar-se em capitalistas, através da utilização de técnicas modernas, fossem desapropriados e excluídos pela concorrência intercapital e transformados em força de trabalho, ou seja, foram produzidas relações de trabalho capitalistas (LÊNIN, 1985).

Nesta obra Lênin destaca a subordinação e a *dependência* do campesinato ao capitalismo. Na visão do autor, a decomposição do campesinato em patrões e proletários rurais constitui a principal base para a formação e consolidação do mercado interno. Isso faz surgir grupos contrários, os proletários rurais e a burguesia agrária. Os gastos em dinheiro com a alimentação que os proletários têm são superiores ao que eles ganham e eles têm que comprar alimentos dos quais precisam e que não mais produzem. Mas, eles não podem comprar muito. Já a burguesia compra mais. Os dois fatos juntos levam a uma ampliação do consumo de alimentos e produtos não agrícolas. E, cria-se assim, num país capitalista, o mercado interno para artigos de consumo individual. (LÊNIN, 1985).

Para Lênin (1985), a diferenciação do campesinato, consiste na sua divisão em três grupos de camponeses: *ricos, médios e pobres*. Ao classificá-los o autor diz que os *camponeses ricos* são aqueles com possibilidades de se tornarem capitalistas. Já os *camponeses médios* são aqueles que possuem rendimentos capazes de manter sua atividade, bem como de atender às demandas de sua família, podendo, inclusive, quando necessário, empregar mão-de-obra assalariada em um determinado período. Mas, na visão do autor, este grupo vive uma instabilidade, pois pode tornar-se tanto rico quanto pobre, dependendo da situação geral. No terceiro e último grupo estão os *camponeses pobres*, que são os que não obtêm renda suficiente com as atividades realizadas em seu estabelecimento e, por isso, necessitam buscar outras formas de trabalho para atender à demanda familiar, bem como para continuar a exploração de seu estabelecimento. Para tanto, buscam esta renda a partir do trabalho complementar assalariado.

Conforme Lênin (1985), a tendência do camponês pobre é a desagregação e seu destino é transformar-se em proletário (rural ou urbano). Para o autor estes três grupos de camponeses podem ser reorganizados, considerando-se as características dos estabelecimentos agrícolas: “entre os estabelecimentos agrícolas que fornecem mão-de-obra assalariada, [os] que não fornecem nem empregam e [os] que empregam.” (LÊNIN, 1985, p.72).

Lênin, ao abordar os mecanismos que levavam ao processo de diferenciação do campesinato na Rússia, provocados pelo avanço e desenvolvimento do capitalismo no campo, somados à não existência de uma razão camponesa (virada do século XIX na Rússia) capaz de impedir a penetração da razão capitalista no campo (mesmo aquela mercantil e usurária) em seu universo conclui que o campesinato se diluiria nesse processo de diferenciação. Mas, diferentemente de Kautsky, Lênin via no campesinato um potencial político e ele aliado ao proletariado, poderia tornar-se um sujeito revolucionário. Mas, para que isso ocorresse era preciso que se buscasse outra via para o desenvolvimento do capitalismo no campo, mais progressista, e é esta via que Lênin vai chamar de “*farmer*”.

1.4 A via *farmer* de desenvolvimento do capitalismo no campo

A via *farmer* foi a segunda proposta desenvolvida por Lênin na elaboração do Programa Agrário da Social Democracia Russa. Esta segunda forma, que Lênin chamou de *farmer*, para ele era mais progressista, pois

[...] a grande propriedade fundiária e todos os pilares da antiga “superestrutura” que lhe correspondem são destruídos; o papel dirigente é desempenhado pelo proletariado

e pela massa camponesa, neutralizando a burguesia vacilante ou contrarrevolucionária; assegurando o desenvolvimento mais rápido e livre das forças produtivas sobre uma base capitalista com a situação das massas operárias e camponesas sendo a melhor possível no limite da produção mercantil; e tudo isso cria as condições mais favoráveis para que a classe operária possa cumprir sua autêntica e fundamental tarefa – a transformação socialista (LÊNIN, 1985, p. 11).

Lênin, em sua obra “*Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*” (1980), analisa os elementos existentes no capitalismo rural norte-americano, no qual, após a Guerra Civil de 1861-1865, em que os grandes latifúndios foram confiscados pelo Estado, criou-se condições para que o campesinato viesse a existir naquele país, pudesse ir transformando-se lentamente e, a partir daí, formando as unidades de produção capitalistas, chamadas de “granjas”. De acordo com Lênin (1980), na via *farmer*, ou não existem domínios latifundiários ou estes são liquidados pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais em propriedades camponesas.

Lênin demonstra em sua obra a preferência pela via *farmer*, pois nesta via era possível, a partir da expropriação dos grandes latifúndios pelo Estado, construir mecanismos para que os camponeses pudessem transformar-se mais rapidamente em fazendeiros (granjeiros) no modelo capitalista e, com isso, se desenvolveriam as forças produtivas, formando-se assim, a grande massa de operariado e camponeses que seria capaz de realizar a revolução socialista.

Contraopondo-se às ideias leninistas de dissolução do campesinato via seu processo de diferenciação está a obra de Alexandre Chayanov (1974), *La organizacion de la unidad econômica campesina*. Nesta obra o autor faz uma análise das relações entre terra, capital, família e circulação do capital na unidade econômica camponesa, bem como das consequências, para a sociedade, da natureza da unidade econômica camponesa. Para isso, parte não de uma análise do sistema econômico, mas, sim, de uma análise microeconômica das unidades de produção camponesa. Chayanov analisa o modo de produção destas unidades, sua concepção, seu desenvolvimento e sua forma organizativa. Constata os equívocos que os conceitos da economia clássica trazem na compreensão e explicação da economia camponesa e, a partir daí, desenvolve novos conceitos e concepções.

Chayanov centra sua análise na unidade de produção e de consumo camponês, na família camponesa, na composição do grupo familiar. Analisa desde a idade e o gênero de cada membro e como eles desempenham diferentes tarefas no processo de trabalho de acordo com a força de cada um até as necessidades do grupo familiar. Segundo Chayanov, é a partir desses elementos que este grupo familiar cria os mecanismos que vão estabelecer sua relação consumo-trabalho e as possibilidades de cooperação entre os membros do grupo. No

entendimento de Chayanov, o trabalho da família é a condição básica para obter recursos que garantam sua reprodução social. Para Chayanov também existem outros elementos (fatores) que acabam influenciando o processo de produção da unidade camponesa. Mas, o trabalho e o consumo são os fatores fundamentais. Por isso, “[...] el balance fuerza de trabajo-consumo de la unidad de explotación familiar [...]” (CHAYANOV, 1974, p. 260.) é o elemento fundamental da permanência camponesa na sociedade capitalista.

Mesmo contrariando a predição feita por Lênin do fim do campesinato, Chayanov utiliza os mecanismos de reprodução simples do capital para explicar a permanência camponesa no mundo capitalista que têm como fator determinante a combinação entre força de trabalho e consumo familiar. Segundo ele, os diferentes tamanhos das propriedades dos camponeses têm origem na relação de parentesco e não na diferenciação simplesmente econômica, como descrita por Lênin.

Mas, as análises de Chayanov também foram bastante criticadas, principalmente por estarem centradas apenas na unidade de produção e de consumo e não incorporarem elementos como a cultura, que traz em si um conjunto de valores que também definem o campesinato, como nas abordagens feitas por autores como Margarida Maria Moura, Ellen F. Woortmann e Klaas Woortmann.

1.5 O campesinato no século XXI: sua luta e teimosia em existir.

Como pode-se perceber mesmo que as predições feitas apontassem para o fim do campesinato, este continua presente. Isso acontece, segundo Carvalho (2010), porque, em muitos casos, o campesinato tem sido analisado a partir de dois pontos de vista: um da *reminiscência*, outro, da *promessa*, ou seja, do *saudosismo* ou do *profetismo*. Já, segundo Santos (2009) no caso do Brasil, o pensamento sobre o campesinato, na maioria das vezes, segue duas vertentes (ambos consideram o campesinato a partir da família) que, ao mesmo tempo em que se contrapõem, acabam por serem complementares, são elas: o grupo familiar pensado como *unidade de produção e consumo* e o grupo familiar pensado a partir dos valores que o definem, ou seja, da *cultura*.

Thomaz Júnior (2009), referindo-se à presença do campesinato na atualidade, argumenta ainda que, mesmo em pleno século XXI, em que a mídia consagra a modernização e recursos ideológicos difundem a ideia de que o atrasado (entendido aqui como os camponeses) deve ser removido, pois impede a modernização das relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas no campo, são 2,4 bilhões de camponeses que persistem vivendo e/ou

constituindo vínculos comunitários, lavrando a terra e produzindo alimentos em todo o mundo.

No mesmo sentido, Oliveira (2004) diz que, quer se queira quer não, a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade em nosso país tem que considerar que esses camponeses vivem/estão vivendo em uma sociedade cujo modo de produção é capitalista.

Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

Se os camponeses “continuam lutando” agora, isso significa que não há um fato concluído, ele está em andamento e, realmente, ninguém pode ter certeza de como essa luta vai acabar. Essa incerteza atinge muitos, ao mesmo tempo.

Deseje ou não o fundamentalismo neoliberal; suponham ou não os cientistas sociais que se debruçam sobre o agrário; incomodem mais ou menos os setores da esquerda que se apoiam na profecia política da superação dialética dos camponeses pela expansão da empresa capitalista no campo e a correspondente criação de um proletariado rural; queiram ou não as confissões religiosas que se consagram à misericórdia vendo ou idealizando apenas um campesinato pobre e resignado, sonhem ou repudiem os românticos das classes médias urbanas com o viver bucólico e de outrora; enfim, a maior parte de nós, e eu no amontoado desses 'nós', de um jeito menos implícito ou mais assumido, vacila sobre as possibilidades de persistência do campesinato num futuro próximo no âmbito das formações econômicas e sociais capitalistas contemporâneas (CARVALHO, 2010, p. 01).

Ora, mas a história é um processo, está em constante movimento, os seus sujeitos podem mudar o futuro quando mudam a crença que se tem no presente a respeito desse futuro. Por isso, assim como os camponeses, este pesquisador resiste, talvez de forma diferente, porque essa resistência está no fato de perceber e admitir que o campesinato existe, é um fato real, mesmo quando a indução a pensar o contrário parece dominar a sociedade.

Essas variadas percepções, tais vontades e desejos, as profecias e tendências, as explicações que se supõem científicas, as leituras miméticas do que se vê e viu nos países europeus e a usual e performática análise da conjuntura nacional podem nos induzir a crer (crença na ciência ou na superstição, mas crença) que o campesinato brasileiro deve (ria) estar com os dias contados (CARVALHO, 2010, p. 01).

Mesmo que muitos intelectuais, como Marx, Lênin e Kautsky, entre outros, tenham anunciado a morte do campesinato, a história insiste em desmenti-los. Para Carvalho, essa situação mostra que o campesinato é a classe incômoda, porque

Esses “dias contados” têm tido uma duração maior do que as supostas nas predições de todos os matizes, apesar da acentuada expansão capitalista no campo no Brasil pós 1950. Mas, também, lá tão longe fisicamente, desde a Revolução Russa de outubro de 1917 até hoje, quase cem anos passados, os camponeses continuam despertando novas (ainda que tão velhas) polêmicas. De fato, desde muito antes e em diversos outros recantos do mundo, os prognósticos sobre o destino do campesinato evidenciam mais e mais que os camponeses são realmente incômodos

(a classe incômoda)¹² para todos aqueles que nutrem a expectativa, seja “científica” seja ideologicamente, da sua desagregação e desaparecimento econômico e social. Tantos vaticínios, quantas desilusões (CARVALHO, 2010, p. 01-02).

No Brasil, durante toda a sua história o que temos visto é a burguesia agrária¹³ se expandir e se consolidar, concentrando e centralizando seus negócios, se apropriando das terras devolutas e públicas, controlando e monopolizando a água doce, degradando o meio ambiente, usando e abusando dos produtos geneticamente modificados e dos agrotóxicos, pressionando e desagregando o campesinato, se associando aos capitais estrangeiros, se fazendo dependente do capital financeiro internacional e dos impérios econômicos e tecnológicos que dominam os mercados de produtos e de insumos, e, mesmo assim, obtém o respaldo político e ideológico das empresas capitalistas que controlam a grande mídia para disseminar a ideologia de que o agronegócio é vantajoso para a população brasileira e para o Brasil. Faz isso por meio de um conjunto de interesses de classe (CARVALHO, 2010).

Para Carvalho (2010), são estes setores, juntamente com uma intelectualidade “anticamponesa” (aqueles que defendem sua extinção ou a tratam como simples resíduo social nas sociedades capitalistas), os responsáveis pelo *escarnecimento* via generalizações, do campesinato e que vêm insinuando, desde há muito tempo, o seu fim. Além disso,

[...] são essas generalizações que mascaram as desigualdades sociais, os interesses de classe das classes dominantes, o intencional processo de transformar todas as formas de vida em negócios e o absoluto desprezo pelos outros, por todos aqueles que não se identificam com a exploração, a arbitrariedade, a impunidade e a ignomínia. É essa burguesia agrária a responsável direta pelo escarnecer do campesinato insinuando sua obsolescência como produtor rural e asseverando que ele só é eficiente quando subordinado econômica, política e tecnicamente ao agronegócio (CARVALHO, 2010, p 03-04).

Para Carvalho (2010) é também esta mesma burguesia agrária que age para efetivar uma contra reforma agrária dentro da reforma agrária que se pratica, como forma de constituição de novos camponeses porque “[...] mesmo quando, pela pressão da ação direta dos trabalhadores rurais sem terra, esta [a reforma agrária] se efetiva, pontualmente, aqui e acolá, como política de assentamentos rurais [é] no âmbito do mais conservador reformismo capitalista” (CARVALHO, 2010, p. 04).

¹² Ver Shanin, Teodor (1972). La clase incómoda. Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1919-1925). Madri, Alianza Editorial.

¹³ Segue-se aqui o conceito de burguesia agrária proposto por Buzanello (1993) para quem ela é “[...] constituída pela classe dominante na agricultura. São os donos dos meios de produção, isto é, a terra, o capital agrário, o capital agroindustrial e agrocomercial. São empresas capitalistas que administram direta ou indiretamente a produção, servindo-se para esta finalidade, da contratação de um considerável número de trabalhadores assalariados, o quae forma a base de sua acumulação. É uma classe que mantém relações em constante oposição com os camponeses e proletários rurais, nos quais fundamenta a acumulação de capital apropriando-se de seu trabalho excedente” (BUZANELLO, 1993, p. 48).

Não é objetivo desta pesquisa discutir todas estas polêmicas. No entanto, no que se refere ao campesinato e aos seus diferentes conceitos, quer se deixar claro que partilha-se da ideia de Theodor Shanin (2005) de que os “[...] camponeses ‘são’ uma classe, uma economia, uma *part-society* e, além disso, outras coisas que ainda não conceituamos” (SHANIN, 2005, p. 15-16). Mas, se a opção é em tomar o campesinato como classe, isso porque é a partir da luta de classes que afloram os conflitos e surgem as contradições e também com isso podemos chegar mais próximos da realidade concreta, faz-se necessária uma breve explicação sobre o conceito de classe.

O conceito de classe para Marx, em sua obra *A Miséria da Filosofia* ((1847) 2001), tem duas faces, interdependentes e complementares. Para ele, tem-se, de um lado, um grande número de pessoas inseridas na divisão social do trabalho e, de outro lado, um grupo unido em torno de uma organização ética, política, um sujeito coletivo, com consciência, revolucionário. Na visão de Marx, a dimensão organizativa é fundamental para a classe praticar as ações que levam a uma luta coletiva de seus membros e é nesta luta que essa classe vai se confrontando com a ordem estabelecida.

Segundo Marx, o desenvolvimento das forças produtivas relacionadas às condições econômicas transformaram a massa do povo (na qual pode-se incluir os camponeses) em trabalhadores assalariados desconhecidos e concorrentes uns dos outros. Mas, esta mesma ação de exploração criou também situações comuns que logo passaram a gerar interesses comuns, o que acabou reunindo estes trabalhadores para a luta de resistência. Na visão de Marx essa massa de trabalhadores unida já é uma classe em si em relação ao capital, mas ainda não é uma classe para si mesma, pois somente no momento em que estes trabalhadores inserem-se organizadamente na luta política é que vão constituir uma classe em si e para si; é neste momento que os interesses que ela passa a defender tornam-se interesses de classe.

Em sua obra *O Dezoito Brumário* (2003), Marx, referindo-se aos camponeses, afirma que se existem milhões de famílias camponesas em situação econômica diferente da situação das outras pessoas, que acabam também por opor o seu modo de vida ao das outras, assim como os seus interesses e a sua cultura aos das demais classes existentes na sociedade, estes milhões podem constituir-se em uma classe. Mas, na visão dele isso só não é suficiente, pois apenas a ligação local de interesses, sem a existência de comunidade, sem uma organização política não é suficiente para a classe existir. Em *O capital*, Marx diz ainda que são três as classes sociais existentes na sociedade: burguesia, proletariado e proprietários de terras.

Thompson (2004), referindo-se à formação das classes sociais, diz que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 2004, p.10).

Como pode-se observar, para Thompson o fazer-se classe é um fato tanto da história política e cultural, quanto da econômica. Neste sentido, conforme Thompson, a classe forma-se a si própria, como também é formada: “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 2004, p.11). Portanto, para o autor, a classe, enquanto sujeito político, se forma nas luta e esta luta, por sua vez, forma os sujeitos políticos enquanto classe.

Theodor Shanin (1983), em uma de suas principais obras, *La clase incomoda*, prova que a mobilidade sócio-econômica da sociedade camponesa, no início do século XX, conduziu a mudanças significativas de modo que a diferenciação real e os processos de polarização afetaram a ação e a consciência política do campesinato na Rússia. Diz ainda que o tema do campesinato não deve ser esgotado apenas com o reconhecimento do campesinato enquanto uma classe social. Em sua avaliação, além de constituir uma classe, o campesinato constitui também uma economia, entre outras coisas mais, pois apresenta padrões sociais distintos que vão dar a ele um determinado modo de vida e, por isso, deve ser compreendido também a partir do contexto histórico e de uma estrutura societária geral. Nesta pesquisa que se apresenta, é a partir desta visão que serão analisados os impactos causados pelo agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato, no estado de Goiás, mais específica e aprofundadamente, no capítulo III desta dissertação.

Para Shanin (2005), os camponeses, em qualquer continente, Estado ou região do mundo, os assim designados, diferem, tanto em maneira como em conteúdo, por isso o termo “camponês” não guarda nenhum sentido imediato e estritamente específico, e, isto é tão rico quanto o próprio mundo. Para Shanin (2005) importa esclarecer como esse conceito é usado no processo de conhecimento das sociedades.

[...] Enfim, o termo “camponês” pode ser usado, e tem sido usado, como mistificação. Entretanto, dizer tudo isso é apenas limpar o terreno para a discussão das questões centrais que estão em jogo aqui. O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades. (SHANIN, 2005, p. 01-02).

Criticando a tese do processo de diferenciação do campesinato, elaborada por Lênin no começo do sec. XX, Shanin (2005) afirma que, na atualidade, o processo de diferenciação, em

escala mundial, tornou-se mais complexo, o que desencadeou um conjunto de fatores que levaram e/ou estão levando o campesinato à pauperização e à marginalização. Isto acontece, segundo o autor, em determinadas regiões do mundo em virtude da concentração do capital em determinados polos, que, logo, têm levado à desintegração do campesinato sem que estejam sendo criados empregos para absorver esta mão-de-obra. Mas, na visão dele, isso não necessariamente aponta para o fim do campesinato, ao contrário, pois mesmo que o campesinato esteja inserido de forma subordinada na sociedade capitalista ele se levanta e se coloca em luta nos momentos de crise.

Para Shanin (2005) o campesinato sempre esteve presente na sociedade, independentemente dos diferentes modos de produção existentes, inclusive no capitalista. Isso ocorre por tratar-se de uma sociedade e de uma economia que existem paralelamente, articuladas aos diferentes modos de produção predominantes, seja feudal, escravista, asiático ou capitalista. Isto é possível, segundo o autor, devido às seis características e às especificidades presentes na sociedade e na economia camponesa, “[...] para ser mais preciso, a [...] especificidade do camponês pode ser apresentada através de seis categorias de características, pelas quais os camponeses têm sido distinguidos, em comparação com os “outros”” (SHANIN, 2005, p. 02-03). Para o autor, são elas:

Em primeiro lugar, tem-se dito que a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional [...] Em segundo lugar, os padrões e tendências da organização política dos camponeses têm, frequentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo [...]. Em terceiro lugar, normas e cognições típicas e muito semelhantes têm sido percebidas em campesinatos suficientemente afastados para obstar qualquer afirmação de simples dispersão [...]. Em quarto lugar, as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo o mundo [...]. Em quinto lugar, pode-se isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa (é claro que, na realidade, a estatística e a dinâmica são indivisíveis) [...] Finalmente, as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses. (SHANIN, 2005, p. 03-04).

Como argumento para propor a aceitação do campesinato como uma economia familiar, mesmo que esteja inserido de forma subordinada na sociedade capitalista, Shanin (2005) aponta as mais distintas especificidades e um conjunto de características sócio-econômicas do campesinato em todo o mundo. Por isso, na visão dele,

[...] aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses “intermodos” é chegar mais perto da riqueza das contradições da realidade. Dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são iguais aos camponeses sob o feudalismo, porque isso não está em questão (pressupõe-se, obviamente, o contrário). O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas que se refletirá em qualquer sistema societário

em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Em poucas palavras, significa que uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses. (SHANIN, 2005, p.14).

Para Shanin (2005), além desses elementos, de todas estas especificidades e características do campesinato, também não se deve esquecer que

[...] o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não apenas camponesa e/ou extra-historicidade. Essas ideias são como espantalhos, coisas que as crianças se encantam em derrubar. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses (SHANIN, 2005, p.18).

Assim, conforme Shanin (2005), as extensões das especificidades, e o conjunto de características próprias, bem como o de características gerais e a autonomia parcial fizeram com que o campesinato estivesse presente nos mais diferentes modos de produção, em especial, nos dias atuais, no modo de produção capitalista.

Para Shanin (2008) existem três padrões distintos de sobrevivência e organização econômica nas sociedades modernas. São eles: a sociedade capitalista, a organização estatal da economia e, por fim, a economia informal e/ou familiar. Para Shanin, este

[...] terceiro modelo de organização socioeconômica que existe é a economia informal, ou melhor, corresponde principalmente ao que podemos denominar de economia familiar [...] Não há forma de entender a economia nas sociedades capitalistas sem considerar o apoio que a economia familiar dá a esse sistema. (SHANIN, 2008, p. 26).

Conforme Shanin (2005), somente se se compreender o campesinato a partir de sua *economia informal e/ou familiar*, a partir de sua ética, dos seus valores, de sua identidade, de seu conhecimento tradicional, enfim, de suas especificidades e de suas mais diferentes características, próprias e gerais, é que se entenderá as mais diferentes formas de organização camponesa. Fazer isso significa compreender suas mais distintas formas de viver, de trabalhar, de produzir e de organizar-se.

Para o autor, as mais distintas formas do camponês produzir e reproduzir sua cultura, seus hábitos, seu diferente modo de ser e de viver, seu comportamento, sua rotina, sua ação política etc. vão dando forma à sua existência enquanto classe social e sujeito político capaz de

interferir nos mais diferentes processos sociais e históricos. Do conceito de campesinato, portanto, fazem parte elementos sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos entre outros.

Ao se analisar os argumentos de Shanin (1983; 2005), percebe-se que, talvez, sua mais rica contribuição para as análises do campesinato, entre tantas outras, diz respeito à sua metodologia. Na proposta metodológica desenvolvida, o autor parte das seguintes premissas: a) fatores econômicos cumulativos desagregam o campesinato. Esta premissa foi criada a partir das obras de Marx, Lênin e Kautsky no final do séc. XIX e começo do séc. XX; b) fatores biológico-demográficos agregam o campesinato. Para explicar este processo o autor busca elementos de explicação em Chayanov (1974); c) fatores políticos (política conjuntural) desagregam o campesinato, mas, ao mesmo tempo, o agregam (redistribuição de terra) e recriam-no.

É a partir destes elementos que, para Shanin (2005), pode ser explicada a presença do campesinato nos dias atuais em praticamente todas as partes do mundo, mesmo influenciado pela ação do mercado e pelas políticas de governo. É por isso que o campesinato vem resistindo, das mais diferentes maneiras, e transformando-se, conforme as necessidades históricas de cada momento e de cada conjuntura política. Isso pode ser identificado inclusive nas áreas onde ocorre a expansão do agronegócio dos agrocombustíveis no estado de Goiás.

Ao se analisar o caso brasileiro, uma das grandes contribuições para se compreender a formação do campesinato são as obras de José de Souza Martins e de Santos. Segundo Santos (2009) a formação do campesinato em nosso país é resultado de um processo histórico, no qual há dois períodos em que grupos distintos marcam presença: o primeiro começou ainda no período colonial brasileiro e o segundo resultou da imigração.

Durante o período colonial, conforme Martins (1983) e Santos (2009), a formação do campesinato iniciou-se após cessar a escravidão indígena no início do séc. XVII. É a partir deste momento que os índios e mestiços vão sendo incorporados (agregados) nas fazendas, mas, especificamente para prestarem serviços e produzirem o necessário à subsistência. O camponês, neste período, também era designado para abrir novas fazendas e, em troca disso, ganhava o direito de cultivar um pedaço de terra para produzir seus alimentos. Essa situação, conforme Martins, “[...] caracteriza os camponeses brasileiros durante todo esse tempo, como produtores de gêneros alimentícios de consumo interno, ‘lavoura de pobre’ como ainda se costuma dizer” (MARTINS, 1983, p. 39), uma classe que se formou, nos interstícios do latifúndio.

Já o segundo período, conforme Martins (1973) e Santos (2009), inaugura um novo modelo de formação histórica de um novo campesinato brasileiro devido à imigração, que começa exatamente no ano de 1886. É a partir daí que o colono vem se juntar ao campesinato já existente em nosso país e, com sua vinda, traz elementos ideológicos que fazem aumentar ainda mais a complexidade da configuração do campesinato no Brasil.

São estes dois processos, ou seja, a formação (interna) do campesinato durante o período colonial e o processo de imigração, que vão formar a base (origem) do campesinato em nosso país. A permanência ou não do campesinato na sociedade capitalista brasileira, sua resistência à expansão do capitalismo no campo, especialmente do agronegócio dos agrocombustíveis serão discutidas com mais profundidade nos capítulos seguintes desta dissertação, mas, desde já e sempre, como uma classe social.

Esta discussão é de fundamental importância, haja vista que o capitalismo no campo é apresentado atualmente sob um novo conceito, chamado de agronegócio. Isto se deve porque o mesmo foi sofrendo, ao longo da história, vários processos de transformação. Portanto, sua forma de ação e de acumulação de capital e de riquezas, nos tempos atuais, ao menos em alguns aspectos, se diferencia das vias clássicas de desenvolvimento. Mas, cabe ressaltar que, muitos dos seus traços ainda se encontram presentes, nos dias atuais.

Atualmente, a ação do capitalismo no campo, do setor dele que se optou por chamar nesta pesquisa de agronegócio dos agrocombustíveis – porque está diretamente ligado à produção de combustível a partir da cana-de-açúcar, como é o caso do etanol – vem provocando impactos para o campesinato, principalmente porque o capital nacional e internacional, diante da crise ambiental e das discussões que envolvem o “fim do petróleo”, acabou encontrando no campo brasileiro uma nova possibilidade de manutenção e ampliação do processo de acumulação de capital. Para isso, o capital, utiliza um novo discurso e novos mecanismos, chamados nesta pesquisa, de discurso *ambientalmente correto*.

CAPÍTULO II. AGRONEGÓCIO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS: a “nova” face da acumulação de capital no campo

No capítulo anterior demonstrou-se que o capitalismo formou-se a *partir de* condições históricas e econômicas e se desenvolveu a partir da Revolução Industrial ocorrida entre o final do século XVIII e o início do século XIX na Inglaterra. Expôs-se também que, no campo, seu desenvolvimento ocorreu a partir de diferentes vias, como a *inglesa*, a *prussiana*, a *junker* e a *farmer*. Mas, nos países colonizados, como é o caso do Brasil, o que predominou foi o *plantation*, que será discutido neste capítulo. A evolução (modernização) do *plantation* chegou ao que temos atualmente: o agronegócio.

Observou-se também que a ação capitalista, mesmo impactando de forma brutal os camponeses, dada a violência posta e imposta sobre eles, não foi capaz de eliminá-los, pois sua resistência fez com que o campesinato continue presente na história, nos dias atuais, inclusive nas sociedades capitalistas, em alguns locais com mais e em outros com menos força.

No Brasil o capitalismo no campo teve início com o *plantation*, e com a produção de cana-de-açúcar, sua principal atividade econômica, e passou, ao longo da história, por diversas transformações até chegar à sua fase atual, o agronegócio. No período recente, devido às *crises climáticas* e às possibilidades do “fim do petróleo”, o capital encontrou no campo brasileiro, mais especificamente no agronegócio dos agrocombustíveis, uma nova oportunidade para ampliar ainda mais a sua acumulação. E, é a partir daí que, utilizando um discurso *ambientalmente correto*, ele (o capital) vai construindo novos mecanismos e/ou estratégias de acumulação, o que dá a ele uma ‘nova’ face.

Mas, antes de seguir à frente nesta discussão, ainda que de forma resumida, esclarece-se os motivos da opção pelo termo “agrocombustível” e, não, “biocombustível”. Grandes questionamentos sobre o termo “biocombustível” foram feitos durante o Fórum Mundial de Soberania Alimentar, realizado em Mali/África, no começo de 2007. Neste Fórum, o termo adotado foi “agrocombustível”. Este debate deixou clara a incompatibilidade entre os dois diferentes termos. O termo “biocombustível” (usado pelas empresas transnacionais) busca associar este tipo de energia à sustentabilidade e à vida, pois a palavra *bio*, em grego, quer dizer vida. O Fórum preferiu utilizar o termo “agrocombustível”,¹⁴ por considerar a atividade econômica que origina esse produto. Diante disso, nesta pesquisa, a opção também é pelo

¹⁴ Ver Cartilha “Soberania alimentar, os agrocombustíveis e a soberania energética”. Via Campesina – Brasil, 2007

termo agrocombustível, especialmente para se referir ao etanol que, para ser produzido, tem como principal matéria-prima a cana-de-açúcar¹⁵.

2.1 Os agrocombustíveis e o discurso *ambientalmente correto*

Devido à intensificação dos debates e ao aumento das preocupações referentes ao aquecimento global e suas consequências para o meio ambiente e para a humanidade, os agrocombustíveis foram e estão sendo apresentados como uma alternativa para a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa. Ou seja, como uma alternativa eficaz para enfrentar as *mudanças climáticas* e o aquecimento do planeta¹⁶.

Associadas a isso, as discussões sobre o “fim do petróleo”, cujos derivados “além de terem extração altamente poluidora [...] já têm data para acabar” (LÖWY, 2005, p. 02), vem dando sustentação a este discurso. Com base na *crise ambiental* e na instabilidade mundial na oferta de petróleo, muitos países, em maior ou menor grau, dependentes de abastecimento externo deste combustível, têm buscado formas alternativas de energia. Algumas nações aceleram a produção de agrocombustíveis a partir da biomassa, especialmente da cana-de-açúcar, como é o caso do Brasil. Este discurso da eficácia e eficiência dos agrocombustíveis está nas declarações do presidente da UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar, Marcos Sawaya Jank, que diz: “Enquanto o petróleo é cada vez mais escasso e o maior responsável pela emissão de gases de efeito estufa, o etanol é renovável (e, portanto, infinito) reduzindo fortemente as emissões em relação à gasolina” (2010, p. 01).

A demanda por energia em todo o mundo deve aumentar num patamar de 1,7% ao ano entre os anos de 2000 a 2030. Isso significa que, em 2030, o consumo anual será de 15,3 bilhões de tep (toneladas equivalentes de petróleo). Se nada for feito para alterar a matriz energética mundial, os combustíveis fósseis responderão por 90% desse aumento. No entanto, as reservas mundiais de petróleo chegam a apenas 1,137 trilhão de barris. Este volume permite suprir a demanda mundial por apenas 40 anos, caso seja mantido o atual nível de

¹⁵ Admite-se que a cana-de-açúcar é originária das ilhas do sul do Pacífico e que a Nova Guiné a teria cultivado pela primeira vez, era tida como planta silvestre e ornamental. Sua disseminação teria sido feita pelos **persas** a partir da chegada deles à Macedônia no século IV a. C. Nos séculos XII e XIII os **árabes** expandiram o cultivo da cana pela Síria, Egito e Mediterrâneo, e a indústria do açúcar nas regiões banhadas pelo Mar Mediterrâneo e Oceano Índico. **Pelos Portugueses, no século XVI** a cultura da cana chega ao Brasil e em várias ilhas e arquipélagos do Atlântico. Disponível em: http://www.acucaritamarati.com.br/textos/origem_acucar.htm. Acessado em 15/05/2010.

¹⁶ Maiores informações a respeito podem ser encontradas em: http://resistir.info/climatologia/impostura_cientifica.html#asterisco.

consumo (BRASIL, 2006). O petróleo realmente é finito. Não se contesta esse fato; o problema está em como se usa esse conhecimento, principalmente para justificar lucros.

Se o aquecimento global tem origem no chamado efeito estufa e este é provocado principalmente pela poluição proveniente da queima de petróleo, há razão para que esta seja uma das principais preocupações no que se refere à vida na terra. Isto porque

A vida na Terra é possível graças à existência de uma camada de gases que rodeia o planeta. Essa camada é chamada de atmosfera e é formada por nitrogênio, oxigênio, dióxido de carbono, vapor de água e outros. Esses gases mantêm um equilíbrio dinâmico. A atmosfera permite conservar e distribuir parte do calor que os raios solares proporcionam, atenuar a diferença de temperatura entre o dia e a noite e atuar como escudo impedindo a radiação direta. Habitualmente se compara essa característica da atmosfera com uma estufa. Os gases cumprem a função do vidro ou plástico: captam e refletem os raios solares, gerando-se no interior um ambiente adequado para as plantas e, no planeta, as condições que permitem a vida. Imaginemos que aumentamos a espessura do vidro em dobro ou triplo: a temperatura do interior da estufa irá mudar (KOSSMANN e GRAIN, 2009, p. 02).

São as mudanças nesta camada de gases que rodeia a Terra que os cientistas têm chamado de efeito estufa ou mais, precisamente “efeito estufa artificial”, porque o natural, conforme Kossmann e Grain, é o que possibilita vida na terra. O “efeito estufa artificial” pode comprometer a vida na Terra. É a emissão de outros gases, prejudiciais à atmosfera, que está provocando o efeito estufa. Esses gases são o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O), clorofluorcarbonados e hexafluoretos de enxofre (SF₆). Segundo dados do Plano Nacional de Agroenergia, “A concentração de gás carbônico na atmosfera aumentou 31% nos últimos 250 anos. A queima de combustíveis fósseis e a produção de cimento são responsáveis por 75% da emissão desse gás” (BRASIL, 2006, p. 09).

Além da culpa, e do fim, do petróleo, outros elementos importantes que tem sido utilizados pelo grande capital para justificar esta corrida aos agrocombustíveis como a Convenção Sobre Mudanças Climáticas, aprovada no ano de 1992, que atualmente conta com a assinatura de 183 países, e o Protocolo de Kyoto, que visa estabelecer metas para a redução das emissões dos gases causadores do efeito estufa.

Em 1992, foi aprovada a Convenção sobre Mudança Climática. Nela se reconhece que o sistema climático é um recurso compartilhado cuja estabilidade pode se ver afetada por atividades industriais e de outros tipos que emitem dióxido de carbono e outros gases que retêm o calor. Já a assinaram 183 países que se comprometeram a cooperar para se preparar e se adaptar aos efeitos da mudança climática (KOSSMANN e GRAIN, 2010, p. 05- 06).

O país mais atuante nestas convenções e tratados tem sido os Estados Unidos, mesmo não sendo “membro da Convenção, pois negou-se a assiná-la. Apesar disso, a delegação norte-americana é muito ativa nas reuniões das partes. Entre 1992 [na Convenção] e 1997 [no

Tratado] conseguiu que se incluíssem uma série de mecanismos flexíveis que desvirtuaram os objetivos iniciais” (KOSSMANN e GRAIN, 2010, p. 06) destes documentos/acordos.

O Protocolo de Kyoto foi assinado em dezembro de 1997 e, nele, os países signatários “[...] se comprometeram a reduzir suas emissões totais de gases de efeito estufa em 5,2% em relação à situação de 1990, e têm como prazo o período 2008-2012” (KOSSMANN e GRAIN, 2010, p. 01). Mas, infelizmente, como bem disse Michael Löwy, “Kyoto é a coisa mais avançada que a elite dominante foi capaz de produzir. Trata-se de um protocolo furado, com objetivos mínimos e, ainda assim, os Estados Unidos, país que mais polui, são contra sua implementação” (2005, p. 01). Diante disso, virou uma grande farsa, convertendo-se num grande balcão de negócios de poderosos grupos econômicos onde se negociam falsas soluções, conforme afirmaram Kossmann e Grain:

[...] o Protocolo de Kyoto converteu-se em uma grande feira de negócios. Os dois princípios básicos que guiaram as negociações foram privilegiar o mercado como provedor de soluções e não exigir dos países que contaminam uma diminuição real e em seus territórios, da quantidade de emissões. Não se questionam as verdadeiras causas que nos levaram a essa crise climática: uma sociedade sustentada pela combustão de petróleo, baseada no consumo ilimitado de produtos materiais e na qual a totalidade da vida foi convertida em uma mercadoria (KOSSMANN e GRAIN, 2009, p. 08).

No Protocolo de Kyoto foram definidas duas ações consideradas importantes: a de *mitigação*, que busca amenizar as causas da mudança climática reduzindo as emissões dos gases de efeito estufa (GEE) e a captura de carbono, e a de *adaptação*, com o objetivo de propor ações para minimizar os impactos das mudanças climáticas ou para enfrentá-los de melhor maneira (KOSSMANN e GRAIN, 2009). Mas, infelizmente essas ações não passam de simples escrita em um papel e/ou vontade de algumas pessoas. Segundo os autores,

O Protocolo de Kyoto converteu-se num espaço de negócios onde poderosos grupos empresariais, com o aval dos governos, foram avançando com propostas de ações que, disfarçadas de soluções, não fazem mais do que aprofundar a crise climática, ao mesmo tempo em que continua o processo de mercantilização da vida e se destroem ecossistemas e comunidades (KOSSMANN e GRAIN, 2010, p. 01).

Os dois argumentos com que grandes grupos econômicos justificam a crescente produção e uso de energias tidas como “limpas”, como é o caso do etanol no Brasil, são o “fim do petróleo” e o aquecimento global, fatos que causaram a *crise ambiental*. Mas, são estas mesmo a verdadeira causa da *crise ambiental*? E mais: os agrocombustíveis são o melhor substituto para o petróleo?

Não se pretende nesta pesquisa analisar este tema com profundidade, basta a afirmação de que a *crise ambiental* é oriunda do sistema capitalista de produção que estabeleceu um

modelo de produção industrial e de consumo insustentável que vem esgotando os recursos naturais do planeta. Concordando com Michael Löwy, “Como marxistas, apontamos: a culpa é do sistema capitalista, com sua lógica absurda e míope de expansão e acumulação infinita, com seu produtivismo irracional, obcecado pela busca do lucro” (2010, p. 02).

Faz parte da lógica do sistema capitalista obter lucro fácil e rápido, foi para isso que este sistema impôs ao mundo um processo de produção industrial e de consumo para atender falsas necessidades. Como destaca Ruiz (2007), faz parte da lógica do capitalismo transformar em mercadoria tudo aquilo que está ao seu alcance; assim, a energia jamais ficaria de fora. O processo de mercantilização foi estendido a todos os componentes materiais e simbólicos da vida, inclusive aos humanos. Nada escapa ao seu incontrolável saque, a energia não teria como escapar.

A consolidação e a expansão deste modelo de produção e consumo estão levando ao esgotamento dos recursos naturais disponíveis em nosso planeta, como os da energia fóssil (petróleo e carvão mineral), dos minérios, da água potável, dos recursos da floresta e de toda a biodiversidade. Esta irracionalidade do capitalismo levará a um desastre ambiental de proporções incalculáveis. O esgotamento dos recursos naturais provoca grandes desequilíbrios nas mais diferentes formas de vida, animal e vegetal, existentes na Terra, o que pode inviabilizar, inclusive, a própria vida humana na Terra¹⁷.

Na atualidade, já são visíveis os sinais dos grandes problemas ambientais. Pode-se vê-los nas consequências provocadas pelo aquecimento global, como o degelo dos polos, a falta de água potável em várias partes do mundo e o excesso de chuvas em outras, incertezas nas estações do ano, mudanças na frequência e na intensidade de ventos e tempestades, desastres ambientais, com cada vez um número maior de vítimas. As consequências atingem também a qualidade do ar, no qual se constatam altos índices de poluição nas grandes cidades etc. Tudo isso é resultado de uma lógica do processo de acumulação de capital, que conduz a uma incessante "mercantilização" de todos os componentes da vida, seja ela humana, animal ou vegetal. Nem as questões simbólicas da vida em sociedade escapam de sua voraz fome por lucro.

Como causa da elevação da temperatura em todo o planeta, os cientistas têm apontado como um dos principais vilões, que é uma das piores consequências ambientais da ação capitalista, a emissão de CO₂, especialmente pelos mais de 1,3 bilhões de veículos, que rodam pelo mundo utilizando combustível líquido fóssil. De acordo com Kossmann e Grain “[...]”

¹⁷ Ver CARTILHA DA ASSEMBLEIA POPULAR. Para debater a crise. São Paulo. 1º edição, março de 2009.

desde o início do século XX, a atividade industrial desenvolveu-se a partir de motores que consomem combustíveis derivados do petróleo. Na década de 50, a indústria automotiva se expandiu e se converteu no coração da indústria geral do mundo” (KOSSMANN e GRAIN, 2009, p. 02). Portanto, grande parte da emissão destes gases tem origem nestes veículos produzidos em massa pela indústria automobilística.

Estados Unidos e Europa são responsáveis por cerca de 40% das emissões de CO₂ na atmosfera. Da quantidade emitida de gases na atmosfera, em 2006, quase 40% foi pelos Estados Unidos e União Européia.

Em 2006, segundo as Nações Unidas, os Estados Unidos produziam 19,8 toneladas anuais de dióxido de carbono por habitante; o México 4,1 t/h; o Chile 3,7 t/h; o Equador 2,4 t/h; o Brasil 1,9 t/h; a Costa Rica 1,8 t/h; a Colômbia 1,4 t/h; o Uruguai 1,3 t/h; a Bolívia 1,2 t/h e a Nicarágua 0,8 t/h. Se fizermos as contas, [...] de que os Estados Unidos e a União Europeia são responsáveis por 39,6% das emissões de GEE produzidas por ação humana (KOSSMANN e GRAIN, 2009, p. 03-04).

Os Estados Unidos têm manipulado e/ou boicotado as discussões nas convenções que buscam reduzir a quantidade de CO₂ emitida na atmosfera porque reduzir estas emissões exigiria alterações no atual modelo de produção e consumo americano.

O aquecimento global também vem causando enormes impactos sociais. Os problemas ambientais causados nos ecossistemas provocam grandes problemas a diversas populações em todo o planeta. Como destacam Kossmann e Grain (2009), estes problemas acabam por afetar as condições de vida das pessoas, das mais diferentes maneiras. E são os “países do Sul” os que acabam sofrendo os piores impactos e as pessoas mais pobres que aí vivem são as que mais padecem. São exemplos as dificuldades no abastecimento de água que atingem milhares de famílias camponesas; a insegurança cada vez mais crescente no manejo da agricultura; as perdas na utilização dos saberes tradicionais sobre o clima; as mudanças de zonas aptas para a produção de alimentos que causam alterações e imprevistos na produção; a perda de colheitas e a redução na pesca; aumento dos custos de alimentos e de serviços; perdas de moradias e de fontes de trabalho; todos estes fatos já são comuns nesta região do planeta. Atividades de sobrevivência, em “países do Sul”, principalmente, que afetam pouco a natureza agora não podem mais ser praticados ou são dificultados pelas mudanças climáticas causados pelos países ricos.

Durante milhares de anos, os povos agricultores e pastores produziram seus alimentos em harmonia com os ciclos naturais do planeta, aproveitando as mudanças das estações para a criação e cultivo de milhares de espécies alimentares, medicinais, forrageiras, úteis para a indústria têxtil e para a construção de moradias (KOSSMANN e GRAIN, 2009, p. 05).

Continuando, Kossmann e Grain (2009) mostram também que os impactos sociais causados pela *crise climática* acabam afetando de maneira mais grave as mulheres, porque nas populações mais pobres do mundo são elas que desenvolvem atividades importantes para a sobrevivência como, por exemplo, são elas que buscam água, que pescam, que criam animais e/ou desenvolvem a agricultura para produzir alimentos para sua família em vários países do mundo. Por isso, os desastres climáticos acabam por expor as mulheres a muita pressão, pois elas, além de naturalmente zelarem dos filhos e da união da família, ainda têm que garantir a subsistência no meio do caos.

O estudo denominado “Aquecimento Global e Cenários Futuros da Agricultura Brasileira”, coordenado pelos pesquisadores Eduardo Assad (Embrapa Agropecuária) e Hilton Silveira Pinto (Cepagri/Unicamp), publicado em agosto de 2008, aponta um cenário extremamente preocupante, principalmente no que se refere à produção de alimentos.

O aquecimento global pode comprometer a produção de alimentos, levando a perdas que começam com até R\$ 7,4 bilhões em 2020, podendo atingir R\$ 14 bilhões em 2070.

A soja deve ser a cultura mais afetada. No pior cenário, as perdas podem chegar a 40% em 2070, levando a um prejuízo de até R\$ 7,6 bilhões.

O café arábica deve perder até 33% da área de baixo risco em São Paulo e Minas Gerais, apesar de poder ter um aumento de produção no Sul do país.

Milho, arroz, feijão, algodão e girassol sofrerão forte redução de área de baixo risco no Nordeste, com perda significativa da produção.

A mandioca terá um ganho geral de área de baixo risco, mas deve sofrer graves perdas no Nordeste.

A cultura da cana-de-açúcar poderá dobrar nas próximas décadas (ASSAD & PINTO, 2008, p. 08).

Felizmente, ao menos aos poucos, começa a haver sinais de conscientização, pelas autoridades, sobre os desequilíbrios gerados no planeta, de que são exemplos a Convenção Sobre Mudanças Climáticas e o Protocolo de Kyoto, entre outros, apesar de seus poucos resultados práticos. Foi os anos sessenta e setenta, do século passado, que se começou a questionar o modelo predador de desenvolvimento associado ao estilo de vida dependente do petróleo, altamente consumista e gerador de grandes emissões de CO₂. Em 1972 foi realizada a Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia. Foi a partir de então que começou a se pensar em modelos alternativos de desenvolvimento que respeitassem o meio ambiente. Mas, foi somente 20 anos depois, com a realização da Segunda Conferência Mundial do Meio Ambiente, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, também conhecida como “Rio-92” ou “Eco-92”, que essas preocupações ganharam força, embora, na prática, os resultados sejam poucos.

Para enfrentar a *crise climática*, não há discordância de que a melhor alternativa é a redução do consumo de energia, principalmente a de origem fóssil. Mas, se é o estilo de vida,

altamente consumista da sociedade ocidental, que exige grande consumo de energia, que se expande a cada ano, há que se impor limites a esse consumismo, afinal os recursos do planeta são esgotáveis. O atual modelo de acumulação de capital tem neste estilo de produção e de consumo sua base de sustentação, mas além de se considerar o esgotamento dos recursos naturais que são utilizados para essa produção, o que por si só, para a sociedade ocidental, já seria razão suficiente para mudar, há que se considerar que ele atende, e por enquanto, apenas a uma pequena parte da população mundial, enquanto a maior parte fica sem nem o básico para a sobrevivência e, logicamente ele não será estendido a toda a população do mundo, mesmo que se quisesse. Só há uma saída: mudar esse modelo de produção para consumo de apenas uma parte da humanidade e para a acumulação de lucros por uma parte menor ainda.

Estas mudanças precisam ser rápidas. Como bem disse Michael Löwy (2005, p. 01):

O discurso de que precisamos preservar o mundo para nossos filhos já foi superado: evitar o desastre ambiental é tarefa para agora, não é uma questão para daqui a um século. As consequências que temíamos para nossos filhos já estão aí, para nós mesmos. Imaginem então com a inevitável piora que deverá ocorrer em cinco, dez, 20 ou 30 anos.

Mas, não é vontade do modelo capitalista preservar o mundo. Este sempre tem agido a fim de manter e ampliar a produção e o consumo. É por isso que alternativas de fontes de energia menos poluentes propostas pelo capitalismo são falsas. As novas tecnologias para a produção de energia, que vão desde a utilização do hidrogênio como fonte energética às energias solar, eólica, geotérmica e das marés, entre outras, na verdade, visam garantir o padrão de acumulação do capital, porque ele mesmo as explorará quando não houver mais energia de origem fóssil.

É claro que estas alternativas são muito mais eficientes do ponto de vista ambiental, mas são deixados de lado, pois requerem grandes investimentos e nem sempre garantem a acumulação de capital desejada e/ou um retorno rápido do capital investido. É por isso que grandes corporações energéticas não investem em soluções energéticas tecnologicamente mais avançadas e socialmente generalizáveis. Sua preferência tem sido claramente a conversão da biomassa em combustíveis líquidos, no caso brasileiro, a fabricação de etanol, para substituir e/ou ser adicionado à gasolina, utilizando a cana-de-açúcar como fonte de matéria-prima; mas também outras plantas, especialmente a soja, podem ser utilizadas para produção de agrocombustíveis que substituem o diesel.

Utilizando um discurso *ambientalmente correto*, no qual se alega sempre um baixo lançamento de CO₂ na atmosfera, as grandes corporações dos agrocombustíveis vêm convencendo a sociedade brasileira e todo o mundo, inclusive alguns Movimentos Sociais, da

necessidade, da adequação e da urgência da adoção dos agrocombustíveis. Este discurso esconde todas as suas contradições e consequências geradas, especialmente para a produção de alimentos e para o campesinato. E assim o negócio dos agrocombustíveis “navega em águas calmas”, praticamente sem resistência, sem obstáculo, para consolidar o seu processo de acumulação de capital.

Um exemplo claro desse convencimento de que é capaz o capital pode ser encontrado na cartilha intitulada “Biodiesel e biocombustíveis: energia, alimento, renda e trabalho para o Brasil e para o mundo”, publicada em 2005, pelo gabinete do então Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, Frei Sérgio Görden e amplamente utilizada e divulgada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Nela, já de início, apresenta-se o seguinte argumento:

A produção de biomassa e bioenergias é a grande alternativa para a diversificação da agricultura e geração de trabalho e renda no campo, com grandes e novas possibilidades para os pequenos agricultores, para os camponeses brasileiros. Pode-se transformar numa alternativa também para um novo modelo de desenvolvimento, possibilitando alternativas aos pequenos municípios do interior do Brasil (2005, p. 02)

Além de os agrocombustíveis estarem sendo promovidos como resposta às mudanças climáticas, são tidos como uma grande possibilidade de renda e desenvolvimento para a agricultura camponesa. Infelizmente esses argumentos não passam de devaneios, do desejo de algumas pessoas de estarem ajudando a “salvar o mundo”, porque a realidade é absolutamente outra. O agronegócio dos agrocombustíveis tem sido trágico para as famílias camponesas, especialmente onde o capital canavieiro se territorializa. Este discurso dos benefícios dos agrocombustíveis para o campesinato serve apenas para consolidar e manter a hegemonia e o processo de acumulação de capital das grandes corporações nacionais e internacionais.

Mas, há ainda mais uma falsa vantagem na proposta dos agrocombustíveis: as plantas, ao crescerem, absorvem dióxido de carbono e, portanto, a posterior queima dos agrocombustíveis não aumentaria a presença do gás na atmosfera. Neste caso, não se estaria lançando novas moléculas de dióxido de carbono na atmosfera, pois as mesmas haveriam sido retiradas previamente do ar pelas plantações destinadas à produção dos agrocombustíveis. Esse argumento é muito utilizado no Brasil por representantes do agronegócio dos agrocombustíveis, especialmente do setor dedicado à produção de etanol, como a UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar. Nas palavras de seu Presidente,

Após dois anos de minuciosas pesquisas, a agência de proteção ambiental dos Estados Unidos, EPA, classificou o etanol de cana-de-açúcar como “biocombustível avançado”, com 61% de redução comprovada nos gases de efeito estufa em relação à gasolina, um valor três vezes superior ao obtido pelo etanol de milho, que ficou com apenas 21% de redução. Este valor considera, em primeiro lugar, o balanço de emissões desde o plantio da cana até o escapamento dos automóveis. Considera

também os chamados “Efeitos do Uso Direto e Indireto da Terra (JANK, 2010, p. 01).

Os dados apresentados por Jank (2010) são meias verdades porque na obtenção deles não se considerou que a matéria-prima para a fabricação dos agrocombustíveis é produzida em um modelo de agricultura dependente de combustíveis fósseis e com utilização de grandes quantidades de fertilizantes e venenos. Por isso, é extremamente ineficiente em termos energéticos, ambientais e sociais. Considerando o consumo de combustíveis fósseis resultante de toda a sua cadeia produtiva, o balanço da emissão de gases é negativo, pois libera-se mais dióxido de carbono do que se absorve (KOSSMANN e GRAIN, 2010). Assim os agrocombustíveis causam sérios problemas ambientais e sociais e, não, resolvem-nos.

No Brasil a produção de matéria-prima para os agrocombustíveis e sua fabricação e distribuição exigem grande consumo de combustíveis fósseis, fertilizantes, venenos, máquinas pesadas etc., que tende a aumentar cada vez mais devido à expansão do setor. Nos últimos anos, investiram-se milhões de dólares, através de aliança entre empresas automobilísticas, empresas petrolíferas, grandes grupos financeiros e de fabricação de máquinas e de produtos químicos, para o incremento do agronegócio dos agrocombustíveis, que é denominado de “sucroenergético” por alguns pesquisadores, especialmente referindo-se à produção de etanol.

No ano de 2008, “a indústria de insumos agrícolas faturou com o setor sucroenergético US\$ 9,3 bilhões” (NEVES; TROMBIN; CONSOLI, 2009, p. 23) e, só em combustível fóssil, nas “[...] operações mecanizadas na produção agrícola e no transporte da cana-de-açúcar do campo à unidade industrial consumiu quase um bilhão de litros de óleo diesel e lubrificantes [...] movimentando US\$ 1,0 bilhão” (NEVES; TROMBIN; CONSOLI, 2009, p. 24). Somando-se a isso o transporte do etanol pelo país até chegar aos postos de combustíveis, este volume de diesel gasto deve ficar próximo dos 2 bilhões de litros. Os dados do consumo de venenos, fertilizantes, máquinas pesadas etc. são assustadores e mostram a gravidade do problema. De acordo com Neves; Trombin e Consoli,

A cana-de-açúcar respondeu por 14% das vendas de fertilizantes agrícolas no Brasil em 2008, totalizando US\$ 2,3 bilhões (3,140 mil toneladas). O uso desse insumo nas lavouras de cana-de-açúcar é essencial e o aumento da área plantada de cana-de-açúcar nos últimos anos tem provocado incremento na demanda de fertilizantes [...]. Em 2008, a indústria produtora de defensivos agrícolas no Brasil para a cultura da cana-de-açúcar faturou US\$ 768,4 milhões [...] Do montante desembolsado com defensivos pelos agricultores nas lavouras de cana-de-açúcar, 73,5% foram gastos com herbicidas, 22,8% com inseticidas e 3,7% com fungicidas. Cerca de 3.970 tratores foram comercializados para o setor sucroenergético em 2008, gerando faturamento de US\$ 320,9 milhões [...] O setor sucroenergético foi responsável pela compra de 47% dos tratores vendidos com potência acima de 200 CV. O faturamento com implementos foi da ordem de US\$ 425,7 milhões.

O setor sucroenergético adquiriu 22% das colhedoras vendidas em 2008, contabilizando faturamento de US\$ 426,5 milhões. Foram vendidas 981 unidades para o setor, representando crescimento de 52% em relação a 2007. A frota nacional de colhedoras de cana quase dobrou [...] Até 2007 havia 1,28 mil colhedoras nas lavouras de cana.

As vendas de caminhões pesados, categoria com peso bruto total acima de 40 toneladas, também foram impulsionadas pelo crescimento do setor sucroenergético. (NEVES; TROMBIN; CONSOLI, 2009, p. 24)¹⁸

Além disso, o agronegócio dos agrocombustíveis vem ocupando terras férteis (que poderiam ser utilizadas para a produção de alimentos e matérias-primas essenciais) com monocultivos, estabelecendo um maior controle dos grandes grupos econômicos sobre a agricultura e provocando o deslocamento do campesinato e das populações indígenas. É por tudo isso que os agrocombustíveis não representam nenhum tipo de solução à *crise climática*, mas, sim, exatamente o oposto.

Na visão de Kossmann e Grain (2010), os agrocombustíveis em vez de solucionar o problema, aprofundam o modelo energético baseado em “queimar o planeta”. E, é exatamente por isso que eles (os agrocombustíveis) tem sido e devem ser amplamente rechaçados por toda a sociedade. Como reforçam os autores,

Os agrocombustíveis apresentam, além disso, uma enorme gama de impactos que já não conseguem ser ocultados: deslocam a produção de alimentos, ocupam terras férteis com monocultivos, incrementam o controle corporativo sobre a agricultura e deslocam comunidades camponesas e povos indígenas. Os agrocombustíveis não representam nenhum tipo de solução à crise climática, mas, sim, exatamente o oposto: agravam e aprofundam o modelo energético baseado em “queimar o planeta” e por isso tem sido amplo e claro o rechaço dos mais diversos setores da sociedade tanto no Norte como no Sul globais (KOSSMANN e GRAIN, 2010, p. 05)

Outro alerta sobre os falsos discursos dos agrocombustíveis como energia limpa é feito pela especialista em genética e bioquímica, a Professora Mãe-Wan - Ho, da Universidade de Hong Kong¹⁹. Como destaca a cientista, os agrocombustíveis vêm sendo apresentados e propagados erroneamente como “neutros em carbono”, ou seja, como se não contribuíssem para o efeito estufa. Mas, segundo ela, quando, em forma de combustível, é queimado, o dióxido de carbono absorvido pelas plantas durante seu crescimento nas lavouras é devolvido à atmosfera. Além disso, ignoram-se também os custos das emissões de CO₂ e de energia para a produção de fertilizantes e pesticidas utilizados durante o plantio e a colheita das matérias-

¹⁸ Para maiores informações ver “Etanol e bioeletricidade: a cana-de-açúcar no futuro da matriz energética / [coordenação e organização Eduardo L. Leão de Souza e Isaías de Carvalho Macedo]. - São Paulo : Luc Projetos de Comunicação, 2010.

¹⁹ Para maiores informações ver artigo de Edivan Pinto, Marluce Melo e Maria Luisa Mendonça **O mito dos biocombustíveis: nova fase da colonização do Brasil: fornecimento de biocombustíveis baratos para os EUA.** Disponível em: http://resistir.info/energia/mito_biocombustiveis.html.

primas utilizadas para a fabricação dos agrocombustíveis, bem como dos utensílios agrícolas, do processamento e refinação, do transporte e da infraestrutura para distribuição destes combustíveis. Estes impactos, segundo ela, são ainda maiores quando os agrocombustíveis são produzidos em um país e exportados para outro. Neste caso, grandes emissões são produzidas durante o transporte deste produto.

Seguindo neste mesmo raciocínio, os professores e pesquisadores da área de Química Ambiental Arnaldo Alves Cardoso, Doutor em Química pela USP e com Pós-Doutorado pela Universidade TexasTech, Cristine de Mello Dias Machado, Doutora em Química, e Elisabete Alves Pereira, Doutora em Química pela USP, em estudo denominado de “Biocombustível, o Mito do Combustível Limpo”, são enfáticos e afirmam: “infelizmente o álcool e o biodiesel ainda estão longe de serem considerados combustíveis limpos e usá-los significa que continuamos emitindo poluentes para a atmosfera e poluindo nossos rios, cidades, campos e florestas” (CARDOSO; MACHADO; PEREIRA, 2008, p. 09). Além disso, segundo eles, “[...] sobre o aspecto ambiental, podemos dizer que o uso do biocombustível pouco interfere no ciclo biogeoquímico²⁰ do carbono, ciclo esse que está intimamente relacionado com a homeostase do planeta, mais conhecido como efeito estufa” (CARDOSO; MACHADO; PEREIRA, 2008, p. 10).

Quanto à emissão de CO₂ para a atmosfera, Cardoso, Machado e Pereira (2008) destacam que, comparados os dois combustíveis, o fóssil e o renovável, pode-se dizer que o combustível de origem fóssil emite mais CO₂ para a atmosfera, apresentando um balanço positivo, enquanto que o agrocombustível, que emite menos CO₂ para a atmosfera, apresenta um balanço igual a zero. Neste sentido, o agrocombustível de fato é mais conveniente para o ambiente e considerado um combustível limpo com relação ao balanço de carbono, mas isso não significa que ele seja um combustível limpo como tem se propagado.

Segundo os autores, existem outros elementos que precisam ser avaliados, especialmente na formação da biomassa, como, por exemplo, o enxofre, o nitrogênio, o fósforo e o potássio, que são os principais elementos envolvidos no processo do crescimento de um vegetal, e que podem sofrer desequilíbrios devido ao processo de adubação química a que as plantações são submetidas. Para eles,

Estes são os macroconstituintes dos vegetais e devem ser incorporados anualmente ao solo na forma de adubos. Como resultado do processo de adubação, já não existe mais a condição de balanço igual a zero para esses elementos. Reforçamos assim a ideia de que o conceito de combustível limpo se restringe ao elemento carbono (CARDOSO; MACHADO; PEREIRA, 2008, p. 10).

²⁰ Para maiores informações ver: Biocombustível, o Mito do Combustível Limpo. Disponível em: <http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc28/03-QS-3207.pdf>.

Os pesquisadores esclarecem que um dos principais causadores de danos ambientais devido à produção e ao uso de agrocombustíveis é o nitrogênio ativo²¹ e dão como exemplos dos problemas causados a chuva ácida, a contaminação de águas e ainda os danos à biodiversidade de florestas naturais. Para eles, isso ocorre porque o nitrogênio ativo, proveniente da adubação química das lavouras, e de diversos processos de industrialização também, pode se apresentar na forma de gases (NO, NO₂, N₂O e NH₃) ou de compostos solúveis na água (NH₄⁺ e NO₃⁻), e é justamente por isso que sua ação não está limitada ao local onde foi produzido, mas pode se deslocar para outras regiões de acordo com a ação da chuva e/ou dos ventos. Os autores explicam os principais mecanismos formadores do nitrogênio ativo:

a) Arraste pela água da chuva do nitrogênio contido em adubos; b) ação de microorganismos no solo, transformando parte do adubo aplicado em gases; c) produção de nitrogênio ativo por bactérias existentes em raízes de leguminosas que transformam o nitrogênio inerte do ar em nitrogênio ativo; d) formação de gases nitrogenados como produto da combustão de qualquer combustível (CARDOSO; MACHADO; PEREIRA, 2008, p. 11).

Segundo Cardoso, Machado e Pereira (2008), a cultura da cana-de-açúcar acaba atuando direta ou indiretamente nos quatro mecanismos de formação e dispersão de nitrogênio ativo no ambiente. O processo se inicia quando são jogados cerca de 100 kg por ano de fertilizantes nitrogenados no solo, por hectare, para o cultivo da cana-de-açúcar; parte deste fertilizante é absorvida pelas plantas e outra parte é perdida, arrastada pelas águas da chuva para os rios e/ou acaba sendo transformada em gás pelos microorganismos, que é liberado para a atmosfera.

Para uma melhor compreensão deste processo Cardoso, Machado e Pereira (2008) elaboraram um esquema reproduzido na Figura 01. As emissões de nitrogênio ativo gasoso para a atmosfera, a dispersão e a dissolução de sua forma sólida em água, o transporte, a mudança de fase e a deposição dos compostos de nitrogênio no ambiente ocorrem de forma integrada. É um agravante o fato de que o ciclo biogeoquímico do nitrogênio pode seguir diferentes rotas. Outro problema é que todas as fases do processo de produção de agrocombustíveis, do plantio da cana à queima do combustível pelos veículos automotores, emitem nitrogênio ativo.

²¹ O nitrogênio ativo é aquele com atividade química e biológica e que possui potencial para modificar as propriedades físicas do ambiente ou da biota. O nitrogênio ativo não pode ser confundido com o gás nitrogênio (N₂) que é o principal componente da atmosfera e é considerado inerte (CARDOSO; MACHADO; PEREIRA, 2008, p. 11).

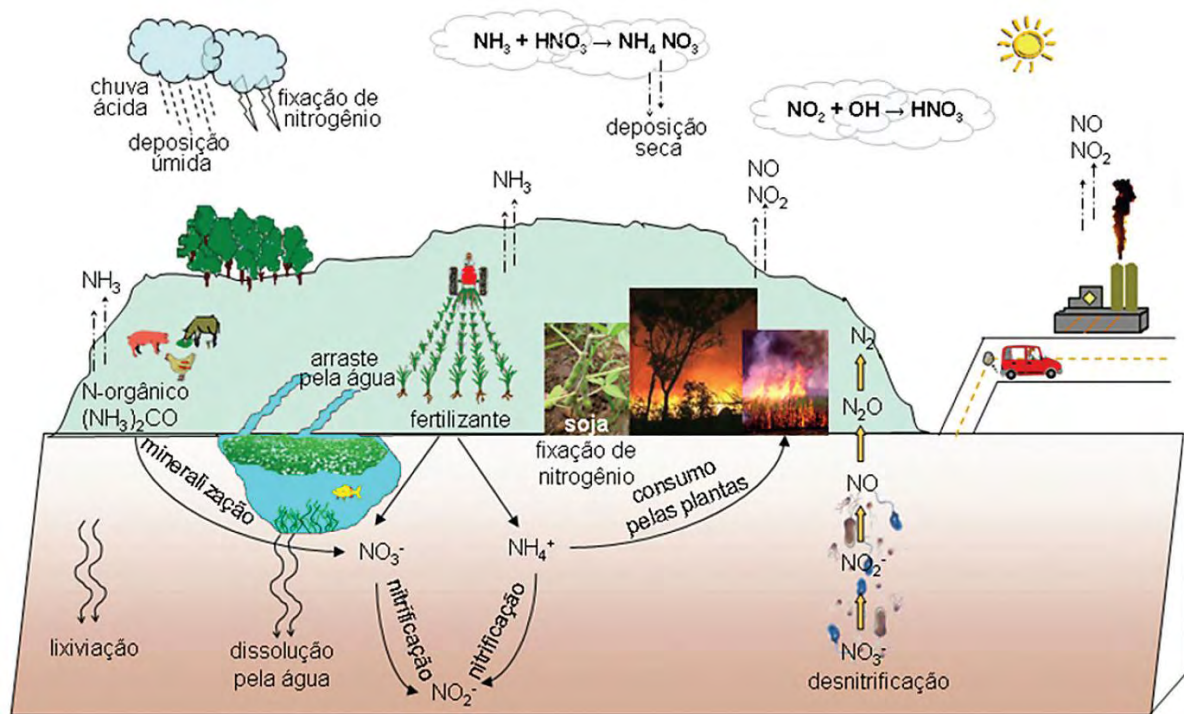


Figura 01 - Esquema do ciclo biogeoquímico do nitrogênio com as principais rotas de emissões, transporte, transformações e mudança de fase dos compostos de nitrogênio no ambiente, adaptado de *World Health Organization* (1997).

Fonte: (CARDOSO; MACHADO; PEREIRA, 2008, p. 14).

Diante do exposto, não resta dúvida, portanto, de que a produção de agrocombustível no Brasil, o etanol, está baseada num modelo *petrodependente* devido à produção da matéria-prima para a fabricação do etanol, a cana-de-açúcar, ser altamente dependente do consumo de venenos, fertilizantes, máquinas e equipamentos, caminhões etc., que consomem uma grande quantidade de combustível fóssil e seus derivados.

Portanto, na verdade, o etanol não é um combustível realmente limpo. Mas, mesmo assim, sua produção vem se expandindo no Brasil como uma forma de diminuir a *crise ambiental* e como alternativa real para quando houver o fim do petróleo”.

2.2 A utilização do etanol como combustível e a cana-de-açúcar como fonte de matéria-prima para a sua produção

A obtenção do etanol para ser utilizado como combustível pode ocorrer por meio de vários processos, tendo como fonte matérias-primas vegetais. A sua composição química, cuja fórmula é C_2H_5OH , foi estabelecida pelo suíço Nicolas-Theodore de Saussure no século XIX. O primeiro a usar o etanol em motores a combustão foi Henry Ford, no começo do século

XX. Mas, como o custo da gasolina, naquele período, era extremamente baixo, logo o uso de etanol foi abandonado e os motores foram adaptados para a gasolina (MARCOCCIA, 2007).

Segundo Carvalho (2001), foi durante a Segunda Guerra, devido às dificuldades de abastecimento dos veículos com motores de combustão movidos à gasolina, que o exército alemão passou, então, a utilizar o etanol obtido por meio de processamento de batatas. O desenvolvimento de tecnologias para a produção e o uso de álcool hidratado (ou etanol, como decidiu-se chamar o produto no Brasil depois da chamada Lei Seca²², que coíbe a direção de veículos automotores por pessoas alcoolizadas/embriagadas, para evitar danos à imagem e/ou confusões, envolvendo os tipos diferentes de álcool) como combustível no Brasil, tanto no início do século XX quanto no começo do século XXI, deve-se a conflitos e crises internacionais que provocaram problemas no abastecimento e nos preços do petróleo. No início do século XX foi a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) depois veio a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) que levaram à produção e ao uso, porém incipientes. O setor ganhou impulso a partir de quatro importantes conflitos envolvendo países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) no Oriente Médio.

Entre os conflitos do Oriente Médio, o primeiro foi no ano de 1956 com a nacionalização do Canal de Suez pelo governo do Egito, à época. Em função desta nacionalização, o fornecimento foi interrompido, causando uma enorme elevação no preço do produto. O segundo foi a Guerra do Yom Kippur (1973), quando países islâmicos produtores de petróleo desaceleraram a produção, majoraram preços e boicotaram o fornecimento aos E.U.A e à Europa em protesto contra o apoio dos Estados Unidos a Israel. Desta situação resultou a Primeira grande Crise do Petróleo. Foi neste período que os países árabes criaram a OPEP. O aumento no preço do petróleo, neste período, chegou a cerca de 400%; esse episódio ficou conhecido também como o *choque do petróleo*. O terceiro conflito foi a crise política no Irã que levou à deposição do Xá Reza Pahlevi (1979). Este acontecimento desorganizou a produção de petróleo no Irã. Os preços do produto neste período subiram mais de 1.000%. Foi a Segunda grande Crise do Petróleo, que se prolongou devido à Guerra Irã-Iraque (1980-1988), quando novamente o preço voltou a disparar, desta vez devido a uma súbita diminuição da produção. O quarto conflito é a Guerra do Golfo, em 1991, especialmente após o Iraque ter invadido o país vizinho, Kuwait, um dos maiores produtores de petróleo do

²² Em 19 de junho de 2008 foi aprovada a Lei 11.705, modificando o Código de Trânsito Brasileiro. Apelidada de "lei seca", proíbe o consumo da quantidade de bebida alcoólica superior a 0,1 mg de álcool por litro de ar expelido no exame do bafômetro (ou 2 dg de álcool por litro de sangue) por condutores de veículos,^[2] ficando o condutor transgressor sujeito a pena de multa, a suspensão da carteira de habilitação por 12 meses e até a pena de detenção, dependendo da concentração de álcool por litro de sangue (wikipédia, 2011).

mundo e em seguida os E.U.A. invadirem o Iraque. A crise mais recente a afetar o preço do petróleo e a estimular a produção e o uso do etanol é a crise econômica e financeira internacional de 2008, iniciada nos Estados Unidos da América, especialmente devido à elevação dos preços em mais de 100% entre janeiro e julho²³.

Segundo Menezes (1980), a utilização do etanol, ou álcool combustível, no Brasil data do início do século XX, quando foram feitas as primeiras tentativas de utilizar-se o álcool em veículos como combustível, após estudos realizados pela então Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), devido ao desabastecimento que atingiu o país e o mundo durante e logo após a Primeira Guerra Mundial. Este acontecimento motivou a realização de inúmeras experiências a partir de 1920, por agroindústrias canavieira, no Nordeste do Brasil. A prática utilizada à época foi a mistura de álcool à gasolina num percentual equivalente a 5%. O primeiro teste com veículo movido a álcool (a 70 GL) foi realizado no ano de 1925. O uso de álcool adicionado na gasolina, que era importada, tornou-se obrigatório, pelo Decreto nº. 9.717, de 20 de fevereiro de 1931.

Mas, para Marcoccia (2007), foi a partir da criação, em 1933, do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que foi possível o avanço, no Brasil, das pesquisas e da organização dos produtores, bem como da disponibilização de recursos financeiros para o setor, com vistas ao aumento dos financiamentos para agroindústrias canavieiras e lavouras de cana. A produção de álcool ganhou mais força a partir do Decreto nº. 737, de 23 de setembro, de 1938, quando se estendeu a adição obrigatória de 5% de álcool na gasolina produzida no país pela primeira refinaria de petróleo brasileira, a Destilaria Rio-Grandense de Petróleo.

Na década de 1940, a produção de álcool no Brasil volta a ganhar impulso. Desta vez, devido ao desabastecimento ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial. Neste período, a obrigatoriedade de adição de álcool à gasolina chegou a 42%. Mas, foi somente pelo Decreto-Lei nº 25.174-A, de 1948, que foram estabelecidos mecanismos de incentivos à produção de álcool combustível. Com a busca de petróleo em território nacional, a produção de álcool, no começo dos anos 1950, foi desestimulada, ficando restrita apenas à produção para o uso farmacêutico e alguns setores da indústria (MARCOCCIA, 2007).

Com a descoberta e o refino de petróleo em território nacional e com a crise e as oscilações nos preços internacionais do açúcar, ocorridas na década de 1950, a indústria canavieira, em ascensão até então, entra em crise profunda, o que a levou a recorrer ao Estado e a outros meios, em busca de mecanismos para garantir a sua sobrevivência, pelo menos para

²³ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_do_petr%C3%B3leo. Acessado em 31/05/2010.

produzir açúcar, mais amplamente utilizado em todo o mundo (apesar da tal crise) que o álcool combustível. Foi então que, mediante a união de 10 agroindústrias canavieiras no estado de São Paulo, criou-se a Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (COOPERSUCAR), um dos maiores grupos do país, até poucos anos atrás. Em grupo, fortalecido, o setor buscou no Estado brasileiro condições para melhorar a produtividade e modernizar o setor (MARCOCCIA, 2007), e é claro, com tudo pago pelos recursos públicos.

Durante a década de 1960, o álcool era utilizado no país, apenas em pequenas percentagens, misturado à gasolina. Mas, os conflitos ocorridos no Oriente Médio, em 1973, entre árabes e judeus (Guerra do Yom Kipur), levaram à Primeira grande Crise do Petróleo. Assim, no Brasil como em todo o mundo, são feitos os mais vultosos investimentos na pesquisa para produção e uso de álcool. Também se começou a buscar outras fontes alternativas de energia, como a eólica, a maremotriz e a solar, entre outras (MARCOCCIA, 2007).

Com esta crise, os usineiros vêem uma nova possibilidade de avanço na produção de álcool no Brasil, principalmente após o Decreto Nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, que criou o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). Neste período, especialmente entre 1975 e 1985, a produção de cana-de-açúcar no país sofreu uma expansão enorme (MARCOCCIA, 2007). O Gráfico 01 mostra a evolução da área plantada de cana no Brasil de 1975 a 2010.

Neste período, além deste enorme avanço na área plantada, houve também um enorme aumento na produtividade de cana-de-açúcar. Das cerca de 46 toneladas por hectares produzidas em 1975, saltou-se para próximo de 80 toneladas por ha. no período atual. Em algumas regiões a produtividade já está próxima das 100 toneladas/hectare. No Gráfico 02, apresenta-se a evolução da produtividade média de cana-de-açúcar no Brasil.

Oscilações na produção e utilização do etanol no Brasil, para cima ou para baixo, a partir do PROÁLCOOL devem-se a fatores internos e externos, entre estes a Crise do Petróleo, os preços do açúcar no mercado internacional, a produção de veículos *flex fuel*, a possibilidade real do “fim do petróleo”, de origem fóssil, a *crise ambiental* e a crise financeira internacional de 2008, entre outros.

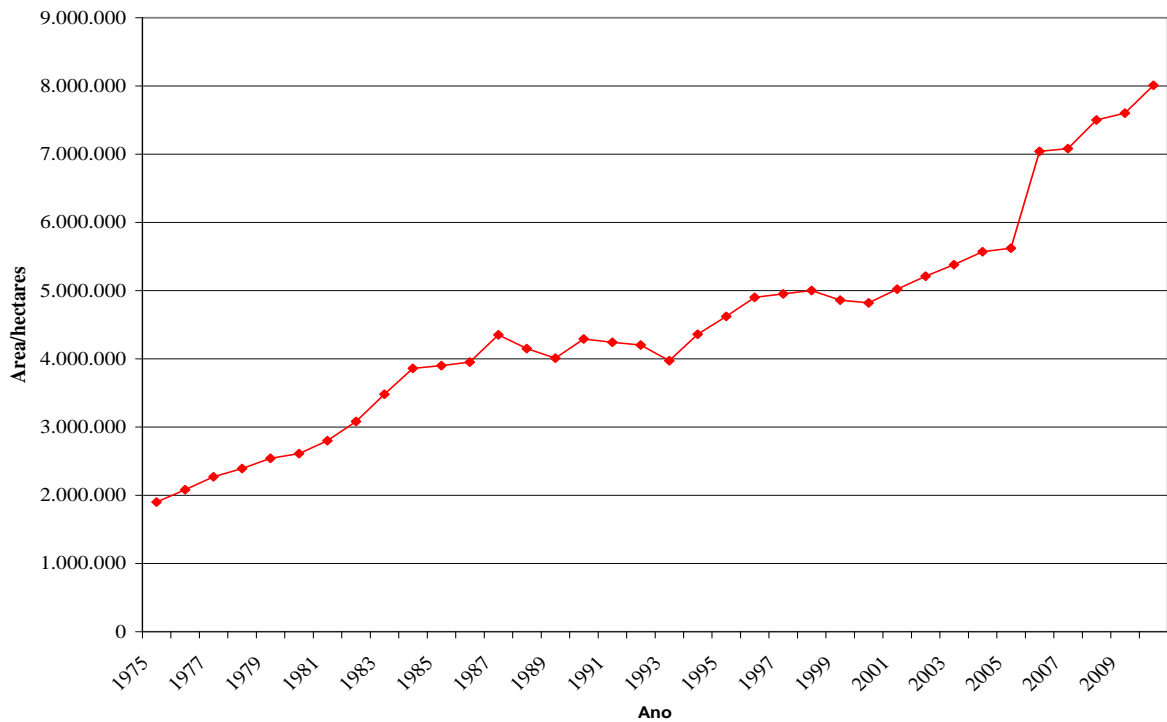


Gráfico 01 – Evolução da área plantada com cana-de-açúcar no Brasil – 1975 a 2010.

Fonte: Elaborado a partir de dados da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP).

Autor: BUNDE, A. jan/2011.

Nota: Os dados a partir de 2007 são estimados.

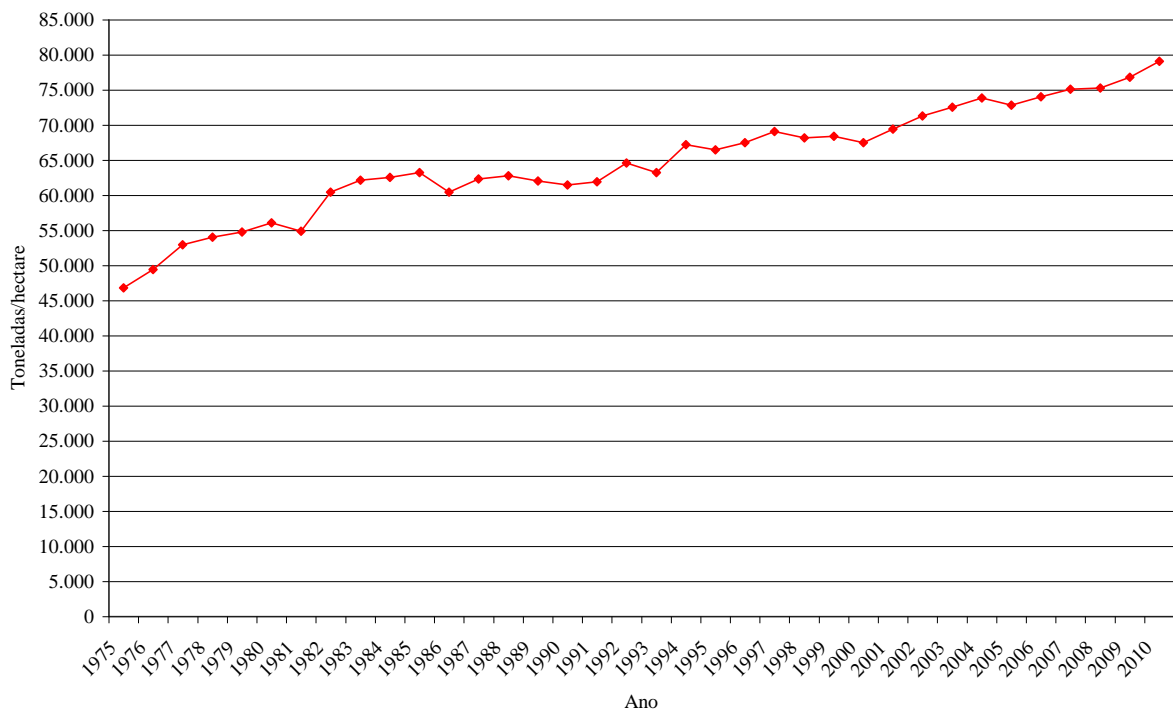


Gráfico 02 – Evolução da produtividade média, por hectare, de cana-de-açúcar no Brasil – 1975 a 2010.

Fonte: Elaborado a partir de dados da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP).

Autor: BUNDE, A. jan/2011.

Nota: Os dados a partir de 2007 são estimativas.

Fontes de energia alternativas e renováveis, capazes de substituir as fontes não renováveis, como o carvão mineral, o petróleo e o gás natural, assim como a energia atômica, desde há décadas estão presentes na agenda de discussões das organizações e movimentos sociais, especialmente daquelas que se dedicam a temas ambientais. Suas propostas e ações têm buscado o estudo e o estímulo ao uso de fontes alternativas de energia como: a eólica, a solar, a das marés e a da biomassa, entre outras.

Mas, com as mudanças de caráter neoliberais ocorridas e impostas ao mundo, no final do século XX, as grandes empresas transnacionais, com o apoio da ampla maioria dos governos, também de caráter neoliberal, colocaram-se como aquelas que deveriam assumir para si o desenvolvimento e a implementação das fontes alternativas de energia renováveis, posto que este poderia tornar-se, para estas empresas, um negócio com qual poderiam ampliar a acumulação de capital. É assim, de acordo com este modelo neoliberal, que os governos, em sua ampla maioria, optaram e/ou estão optando pela implantação de energias alternativas, inclusive o brasileiro. Essa opção, no Brasil, em sua ampla maioria, investiu nos agrocombustíveis, por isso vivenciam-se alterações e disputas territoriais significativas, além de danos ambientais e sociais, como os impactos significativos sobre as populações camponesas.

As empresas transnacionais disputam o controle da produção e das fontes de energia renováveis; uma disputa insana se dá pelo controle da matéria-prima, no caso brasileiro, a cana-de-açúcar para a fabricação do etanol. Além disso, segundo Carvalho (2008), de posse *da* e rebuçadas *pela* ideologia de fontes alternativas, limpas e renováveis de energia, estas empresas conseguem mascarar os danos causados ao meio ambiente e suas práticas socialmente excludentes e etnicamente discriminatórias, que vêm aumentando as desigualdades sociais em todo o mundo. Diz o autor ainda que estas empresas agem de acordo com a concepção de que “[...] a Revolução Verde burguesa da década de 60 do século passado [...] a natureza, amplo senso, e os gens especificamente são mercadorias e, portanto, as atividades a eles relacionadas devem ser sempre negócios” (CARVALHO, 2008, p. 01).

Ainda, segundo Carvalho (2008), as empresas transnacionais, como as responsáveis pela produção e oferta de energias renováveis (agrocombustíveis), logo se organizaram para direcionar sua expansão no sentido que melhor lhes propiciasse a maximização da reprodução ampliada de capital. Para isso, buscaram o apoio dos governos para organizarem a produção, em larga escala, de matérias-primas para a produção de energias renováveis. Esta situação vem provocando grandes contradições, pois as concepções e práticas das empresas

oligopolistas transnacionais e dos governos que os apoiam são contrárias às múltiplas e diversas iniciativas camponesas populares que visam a democratização do processo produtivo, a garantia da sócio-étnica-biodiversidade, assim como a participação social no estabelecimento de estratégias públicas de obtenção de fontes alternativas de energia renovável, especialmente a partir da biomassa.

Para Carvalho (2008), no Brasil essas contradições tendem a se intensificar, especialmente devido à expansão da produção da matéria-prima (cana-de-açúcar) para a produção de etanol, pois essa

[...] dá-se no âmbito de um modelo econômico para a agricultura onde predominam a monocultura em larga escala, o uso intensivo de agrotóxicos, de fertilizantes de origem industrial, de mecanização pesada e de exploração da força de trabalho assalariada (CARVALHO, 2008, p. 01).

Segundo Carvalho, a produção da matéria-prima vegetal, como soja, mamona etc., para a produção dos óleos combustíveis também se dá subordinando os camponeses e médios produtores rurais ao agronegócio.

Thomaz Jr. (2008), referindo-se à expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil, afirma que o que estamos assistindo no Brasil é uma disputa regionalizada por terras, por privilégios, isenções, favores etc. entre grupos empresariais canavieiros e de outros setores do agronegócio. Trata-se das novas alianças entre grupos políticos, entidades de classe, capitalistas, latifundiários, enfim, das classes dominantes. Estes acontecimentos demonstram a amplitude e o jogo de interesses de classe em torno das energias renováveis. Para ele, toda a complexidade desta discussão aponta também para os “[...] vários desafios para os trabalhadores e para a sociedade, em geral, dada a sua impetuosidade destrutiva, insistência nos vícios *culturais* arraigados na sociedade de consumo e insustentabilidade social e ambiental (THOMAZ JR., 2008, p. 01). Continuando, diz ele ainda que “[...] isso está mobilizando o que vem a ser uma *nova* divisão do espaço produtivo e do mercado nacional e mundial do álcool, ou uma redivisão territorial do trabalho com amplitude global e consequências regionais de significativa monta” (THOMAZ JR., 2008, p. 01).

Conforme Bunde e Mendonça (2009), o agronegócio e as discussões que envolvem latifundiários e usineiros sempre foram motivo de muitas polêmicas no Brasil. Para alguns autores, como Paulino (2008), este setor sempre se apoiou no Estado, especialmente nos fundos públicos, para garantir a acumulação de capital e proteger seu patrimônio, o que, ao mesmo tempo, lhe tem conferido poder.

Em tempos recentes, especialmente após a chegada do primeiro veículo bicomcombustível no mercado brasileiro, o modelo Gol *Total Flex*, da Volkswagen, em março de 2003, e, depois, com a produção em massa de veículos *flex fuel*, a produção de etanol começa a ser retomada, agora, em larga escala. Além disso, enquanto não se encontra uma solução energética tecnologicamente avançada e socialmente generalizável para todo o planeta, a alternativa para o baixo lançamento de CO₂ na atmosfera tem sido a conversão de biomassa em combustíveis líquidos, seja etanol ou biodiesel.

Daí o interesse em pesquisar a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, presente em nosso país desde o período colonial, quando o *plantation* era então o modelo de produção, agora transformado em agronegócio.

2.3 O *plantation*: modelo de produção da cana-de-açúcar no Brasil Colônia

A cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil desde os primórdios da colonização, à época, como matéria-prima para a fabricação de açúcar, que era exportado para a metrópole Portugal. E a partir dela (a cana-de-açúcar) e de sua forma/modelo de produção, foram construindo-se as bases para a via de desenvolvimento do capitalismo no campo, chamada de *plantation*.

Não se quer aqui entrar em detalhes, muito menos problematizar o conceito de colonização²⁴. Diante disso, discutir-se-ão tão somente quanto possível esta via de desenvolvimento, o *plantation*, e os fatos necessários para se entender o funcionamento do sistema colonial sofrido pelo Brasil.

Um dos autores a estudar o período colonial, e que ganhou destaque, foi Caio Prado Júnior com sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (1957). Em suas reflexões, o autor apresenta a colônia brasileira submissa à metrópole portuguesa. Para ele a economia colonial se estruturava com vistas a transferir lucros para Portugal, sustentada pela exportação, pela monocultura e pelo trabalho escravo. Neste período, segundo Caio Prado, o mercado interno, na colônia era praticamente inexistente.

Seguindo a mesma linha teórica de Caio Prado Júnior, outro estudioso que ganhou destaque em seus estudos sobre o período colonial foi Celso Furtado (1959). Na visão de Furtado, a economia colonial era organizada a partir dos interesses exclusivos do mercado externo, "[...] sendo uma plantação de produtos tropicais, a Colônia estava integrada nas economias europeias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo,

²⁴ Para um maior aprofundamento do tema, consultar as obras sobre o assunto de autores como: Caio Prado Jr.; Celso Furtado; Fernando Novaes; Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, entre outros.

sendo simples prolongamento de outros maiores" (FURTADO, 1959, p. 95). Furtado concorda com Prado Júnior quanto ao fato de o mercado interno ser *praticamente* inexistente, ou seja, havia mercado, mas ele se constituía apenas por produtos de subsistência. O que caracterizava e dava forma à colônia, na visão de Furtado, eram a monocultura e a escravidão, as quais ele acrescentou também o latifúndio. Foi nesse ponto, no latifúndio, que Furtado concentrou seus estudos do período colonial.

Grande destaque, devido às suas abordagens teóricas das relações entre as colônias e sua metrópoles, obteve Fernando Novais, com sua obra *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (1979), na qual desenvolve o conceito de Antigo Sistema Colonial, ligado ao Antigo Regime, caracterizado pelo absolutismo político e pela doutrina mercantilista. Para Novais, o exclusivismo do regime do comércio colonial constituiu-se, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, num dos principais mecanismos com que se processava a apropriação, por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes das colônias, onde o sistema colonial em funcionamento configurava uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu (NOVAIS, 1979).

Como pode-se observar existem semelhanças entre as teorias desses três autores, especialmente entre Caio Prado Júnior e Fernando Novais. Para Caio Prado, a colonização tinha como objetivo único: a transferência de matéria-prima da colônia para Portugal. Já para Novais a colonização era um instrumento de poder do Estado português, que lhe possibilitava o enriquecimento e o acúmulo de poder.

Concluído o processo de expropriação dos camponeses, após a ruína do sistema feudal na Europa Ocidental, e instalado o modo de produção capitalista, os países mais avançados da época neste processo, como Inglaterra e França, entre outros, passaram a desenvolver mecanismos de expansão deste sistema pelo mundo²⁵ através da colonização. Foi para garantir a exploração das colônias, em algumas regiões do mundo, que se idealizou o sistema de *plantation*.

O *plantation* é definido, pela maioria dos estudiosos do tema, como um modelo/sistema de organização econômica em que o latifúndio, a monocultura, a mão-de-obra escrava e a produção para o mercado externo eram as características principais. Estes elementos estiveram presentes na colonização brasileira e tiveram, na produção da cana-de-açúcar para a fabricação do açúcar destinado à metrópole, até metade do século XVIII, seu maior sucesso. Portanto, o *plantation* pode ser tomado como base de formação da estrutura sócio-econômica

²⁵ Conforme afirmaram (ARIENTI; FILOMENO 2008, p. 106) "O caráter que dá unidade à economia-mundo é [...] a divisão mundial do trabalho".

no campo brasileiro, como será feito nesta pesquisa. Não fosse o *plantation* do açúcar ter servido de base para a existência do agronegócio dos agrocombustíveis, poderia se ver aí apenas alguma coincidência fortuita envolvendo a cana-de-açúcar. Mas, na economia política capitalista não há coincidências, há, sim, consequências. Para a fabricação do etanol, controlada por monopólios e oligopólios, a matéria-prima utilizada é a cana-de-açúcar e é seu cultivo, através da monocultura em latifúndios e da exploração do trabalho, que vem causando impactos para os camponeses, no período atual.

As primeiras mudas de cana-de-açúcar chegam ao Brasil trazidas da Ilha da Madeira. Em 1533 foi fundado no Brasil por Martim Afonso de Souza, na Capitania de São Vicente (atual estado de São Paulo), o primeiro engenho para a fabricação do açúcar. A partir daí plantações de cana espalharam-se por várias regiões do litoral brasileiro, especialmente do Nordeste, que possuía o solo de massapé, ideal para a cultura. Na então Capitania de Pernambuco, no final do século XVI, já existiam 66 engenhos, e em 1584 este número chegava a 115 engenhos funcionando (SANTOS, 2010).

O sistema de *plantation* foi introduzido no Brasil por seu colonizador – Portugal – como mecanismo para garantir a posse, através do povoamento e da organização, com fins de exploração econômica de sua colônia, “descoberta” na América. Os objetivos do colonizador à época eram a extração de riquezas para a metrópole. E foi no *monocultivo* da cana-de-açúcar (já que as tão sonhadas jazidas de metais preciosos ainda não haviam sido descobertas) que Portugal encontrou meios para extrair riquezas de sua colônia. Para consolidar este processo, o latifúndio, a monocultura da cana, a mão-de-obra escrava trazida da África e a existência de um mercado mundial (para o açúcar), que a cada dia se tornava mais promissor, caracterizaram a organização do *plantation* na colônia portuguesa, o Brasil. Como retrata Ferlini: “A implantação da lavoura canavieira no Brasil, nos primórdios do século XVI, inscreveu-se na dinâmica geral dos descobrimentos, da ocupação e da exploração das terras americanas: o desenvolvimento mercantil europeu, iniciado no século XI” (FERLINI, 1984, p. 11). Diz a autora ainda que:

O Brasil nasceu no Nordeste açucareiro, de uma sociedade de senhores e escravos, massapé e açúcar. Os traços ainda permanecem: o latifúndio marginalizando o homem do campo; a exportação asfixiando o mercado interno; escolas de escravismo impondo preconceitos étnicos e étnicos ao trabalho. Sob a máscara do paternalismo das relações senhores/escravos, fermentava-se uma sociedade malenta, cujos conflitos marcaram com sangue a apenas aparentemente plácida história do Brasil (FERLINI, 1984, p. 11).

Foi sobre a base do *plantation* que o Brasil construiu sua economia, no período colonial. Voltada exclusivamente para fora, ou seja, para a sua metrópole. Dois elementos foram

fundamentais neste período para garantir a implantação deste sistema. O primeiro deles era o controle do latifúndio, já, o segundo, o controle da mão-de-obra utilizada. No caso brasileiro, segundo Gorender (1980), a posse de um grande número de escravos era fator determinante, posto que a terra era abundante e praticamente gratuita. É claro que tudo isso estava associado aos interesses das classes sociais dominantes da metrópole, que enxergavam nas suas colônias a possibilidade de acumulação de capital.

Todo este processo foi construindo certas relações e heranças espaciais que foram dando forma à organização/produção do espaço. Referindo-se à produção do espaço, Henri Lefebvre (1973) argumenta que o espaço é o lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam trazendo à tona suas manifestações, seus conflitos e contradições.

Durante este período (até meados do séc. XVIII), desenvolveram-se, no interior das colônias, outras formas de economias naturais, além das já existentes até a época da “invasão” portuguesa, o que levou autores como Tadeuz Lepkowski (Haiti)²⁶ e, posteriormente, Ciro Flamarion Cardoso (1987) a chamá-las de *brecha camponesa*. Referindo-se à brecha camponesa, Rodrigues afirma que:

A brecha camponesa era o espaço na *plantation* destinado à produção de alimentos para o consumo interno. O escravo produzia os seus provimentos e os do seu senhor, o que a princípio era favorável ao proprietário já que diminuía os gastos com a escravaria. Porém tal brecha no sistema escravista acabou por permitir ao escravo uma maior autonomia, já que ele acabou tendo a possibilidade de plantar não só para sua subsistência, mas também para o comércio, podendo inclusive se afastar do engenho para trocas comerciais. De um modo geral, o protocamponês não residia nas senzalas, mas em habitações próprias, à margem das *plantations* (RODRIGUES, 2005, p 04).

Segundo Rodrigues (2005), com essa pequena mudança no modelo de grande lavoura neste período, identificado por Ciro Flamarion Cardoso como “brecha camponesa”, constatou-se o surgimento de uma maior diversidade de ocupações do escravo no sistema colonial. No meio da polarização entre senhores e escravos se descobriu a possibilidade de um outro sujeito, ou seja, o protocamponês negro e indígena. Segundo Rodrigues (2005), “O protocamponês seria o cativo que trabalha em uma situação de relativa autonomia, em uma condição próxima à do camponês, ao ter a possibilidade de escolher o que plantar e aonde vender. A sua condição de escravo não é apagada, apenas amenizada” (RODRIGUES, 2005, p. 04).

²⁶ Para maiores informações ver: Dicionário da terra / Márcia Motta (organizadora). – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

Neste sentido, a “brecha camponesa” era um espaço reservado ao protocamponês, no *plantation*, destinado à produção de alimentos para serem consumidos internamente; o escravo produzia tanto os seus próprios alimentos como os do seu senhor e, com isso, evitava que seu proprietário gastasse dinheiro na aquisição de alimentos para si e para os escravos. Esse processo permitiu também ao protocamponês residir fora das senzalas, em habitações próprias, à margem das *plantations*. A permissão concedida ao escravo de plantar para o seu consumo e para o comércio e com isso acumular logo constituiu-se em um direito, o que fez com que a “brecha camponesa” passasse a ser constituinte do sistema escravista. Como ressalta Rodrigues (2005), o protocampesinato não foi um mecanismo de contestação da ordem escravocrata, mas, sim, uma adaptação a essa ordem, pois ela (a brecha camponesa) era, neste caso, vantajosa para os senhores de escravos, além disso, servia como mecanismo de cooptação, pois os escravos, agora com seus próprios rendimentos, dificilmente exigiriam sua alforria, muito menos iriam fugir e/ou se rebelar contra seu senhor.

Segundo Rodrigues (2005), Gorender (1980) contesta a utilização do conceito de “brecha camponesa” utilizada por Ciro Flamarion Cardoso. Conforme Rodrigues, o estudioso Gorender classifica a “brecha” como um aspecto secundário, pois não se pode considerar o comércio, de poucos produtos, realizado por escravos como estrutural. Estes escravos (*protocamponeses*) poderiam ser redirecionados para a lavoura e/ou engenho nos momentos de falta de mão-de-obra na produção açucareira. Além disso, na visão de Gorender, a plantação e o comércio realizado pelos escravos eram sazonais e se desenvolviam apenas nos momentos em que as lavouras e engenhos de açúcar não demandassem muita força de trabalho.

Na visão de Rodrigues (2005), a única função destas economias que existiam, dentro ou paralelamente aos *plantations*, era garantir a autossustentação alimentar, empregando, em alguns casos, também mão-de-obra escrava indígena e/ou de mestiços livres. Mas, estas brechas não foram capazes de criar um mercado interno, pois, além de a mão-de-obra utilizada neste período ser escrava, somava-se a isso o fato de que todas as outras mercadorias produzidas tinham como destino a metrópole.

No Brasil, o *plantation* foi o modelo de organização da economia implantado por Portugal com o objetivo de desenvolver atividades capazes de produzir riqueza para a metrópole e que perdurou por mais de dois séculos. Foi neste sistema que se consumiram, nesta colônia, milhões de almas africanas. Conforme Gorender (2000), em sua obra *Brasil em Preto & Branco*, de cada dez escravos capturados no interior da África, quatro morriam antes de

chegar aos portos africanos, dois morriam durante a viagem ao Brasil, restando apenas quatro para serem vendidos como mercadorias.

No estudo deste sistema de organização econômica (*plantation*), nenhum outro autor o fez de forma tão brilhante e contundente como Jacob Gorender em sua obra *O Escravismo Colonial*, de 1980. Gorender preferiu traduzí-lo para o português e chamá-lo de *plantagem*. Não se quer aqui entrar em polêmicas sobre o fato de Gorender relacionar a *plantation* a um *modo de produção escravista colonial*²⁷ e não ao capitalismo. E por não ser este o tema central desta discussão, não se tratará de suas contradições.

Gorender (1980), explica que o termo *plantation* tem origem a partir das grandes plantações surgidas no continente americano durante o escravismo colonial. Segundo o autor,

As grandes explorações agrícolas com trabalho escravo, surgidas no continente americano à época do mercantilismo, tem sido designadas, na literatura de língua portuguesa, pelo nome de *plantation*, vocábulo emprestado ao inglês e sempre impresso em itálico (GORENDER, 1980, p. 88).

Referindo-se à *plantagem*, Gorender afirma que “[...] foi ela a forma de organização dominante no escravismo colonial. Dela o trabalho escravo irradiou para outros setores da produção e se difundiu na generalidade da vida social” (GORENDER, 1980, p. 88-89). Também foi a partir daí que outras unidades produtoras não-plantacionistas se modelaram de acordo com o sistema de *plantagem*. E todas as demais formas econômicas, a partir de então, passaram a girar em torno da economia de *plantagem*.

Ao analisar o sistema de *plantagem* escravista, Gorender (1980) aponta as características existentes neste sistema; 1) especialização na produção de gêneros, voltados exclusivamente para o mercado mundial; 2) trabalho por equipes, sob comando unificado; 3) conjugação estreita e indispensável, no mesmo estabelecimento, do cultivo agrícola e de um beneficiamento complexo do produto e; 4) divisão do trabalho quantitativa e qualitativa.

Segundo Gorender (1980), foi na América que o sistema encontrou um vasto fundo de terras férteis e “sem proprietários” o que deu à *plantagem* canavieira do continente americano maior viabilidade do que à das ilhas mediterrâneas e atlânticas. Além de que os produtos em ascensão na época, como o açúcar, exigiam que fossem cultivados em clima tropical. Também as situações históricas existentes, como os interesses das classes sociais, os recursos

²⁷ Gorender defende a tese de que o que determina cada modo de produção é a forma pela qual se dá a exploração do trabalho e diz: “se no capitalismo esta relação, entre capital e trabalho, se dá por meio do trabalho assalariado e é isto que caracteriza o modo de produção capitalista [...] O mesmo se deve dizer do escravismo colonial: a relação entre o plantador e os escravos determina todo o caráter do modo de produção (GORENDER, 1980, p. 155). Assim, Gorender defende a tese do escravismo colonial enquanto modo de produção.

econômicos e técnicos etc., tiveram peso significativo. A geografia de uma terra apresenta aos homens possibilidades e impossibilidades. Mas, não são elas as decisivas na formação do espaço geográfico e, sim, os fatores sociais, envolvendo os interesses econômicos e políticos de classes sociais.

Na visão de Gorender (1980), a *plantagem* no Brasil apresentava dois segmentos. Um, de caráter mercantil, que se prendia à produção de mercadoria para o mercado mundial. O outro, de economia natural, voltado para o autoconsumo interno, pois, dadas a fraca divisão social do trabalho e a rigidez da mão-de-obra escrava, que exigia seu aproveitamento integral, a produção para o consumo doméstico se processava sob a forma de economia natural, dentro da própria *plantagem*, como produção de subsistência e de abastecimento das unidades produtoras. Desse modo, a *plantagem* escravista colonial no segmento de economia mercantil constituía a variável independente, enquanto o segmento da economia natural, a variável dependente.

Referindo-se às condições geográficas naturais do Brasil escravista, Gorender (1980) afirma que a terra era uma das condições primordiais para a instalação da *plantagem*. Ainda, segundo ele, as motivações para a apropriação de terras não estavam meramente nos interesses econômicos, mas, também, envolviam condições de *status*, por isso a própria forma *plantagem* já tendia à concentração e monopolização da terra. Neste sentido, a grande propriedade representou elemento estrutural, não apenas no Brasil, mas em todo o continente americano. Contudo, os processos de apropriação foram diferentes. Os moldes jurídicos de apropriação de terras no Brasil-Colônia procediam do direito português da época, que correspondia a certo estágio de evolução do feudalismo, adaptado às condições e aos interesses nas colônias. Por isso, logo tornavam-se cheios de discrepâncias e contradições. A divisão político-administrativa e a distribuição das terras se deu através das Capitânicas Hereditárias²⁸. Nestas, os seus capitães-donatários repartiam e distribuíam a terra em “sesmarias”, às quais se tinha acesso sob certas condições, como a capacidade do pretendente de instalar os engenhos de açúcar, o número de escravos que o possível sesmeiro podia adquirir etc.

²⁸ Maiores detalhes sobre esse assunto ver: CIRNE, Ruy. **Sesmarias e terras devolutas**. Livraria Sulina, Porto Alegre, 1954. COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. Edusp, São Paulo, 1992. SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndio- efeitos da Lei de 1850**. Ed. Unicamp, Campinas, 1996. Mas como este não é tema central de nossa pesquisa, não se aprofundará o assunto.

Nas sesmarias concedidas, caso já existissem posseiros—que era a forma de acesso à terra pelos mais pobres à época –, estes eram expulsos ou mesmo eliminados (mortos), caso fosse desejo de seu novo “proprietário” (GORENDER, 1980). Neste sentido,

[...] a história do regime territorial no Brasil colonial permite aferir como a instituição portuguesa da sesmaria foi amoldada aos interesses dos senhores de escravos, mesmo quando, sob certos aspectos, se lhes opunha a orientação do governo metropolitano. Da forma jurídica original se conservou na colônia apenas o que convinha ao novo conteúdo econômico-social escravista (GORENDER, 1980, p. 386).

As doações de áreas públicas feitas em forma de sesmarias foram suspensas em 1822 e definitivamente extintas pela Lei de Terras de 1850, promulgadas por Dom Pedro II quando passaram a ser consideradas legais somente as aquisições de áreas públicas mediante compra.

[...] percebendo a inevitabilidade da libertação dos escravos, a Coroa tratou de legislar o processo de posse, para que o acesso a terra fosse mais restrito, assegurando a disponibilidade de mão-de-obra, já que os escravos libertos deveriam permanecer nas fazendas como trabalhadores assalariados [...] Foi dentro desse contexto que Dom Pedro II promulgou a Lei n°. 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a primeira Lei de Terras, que definiu a forma como seria constituída a propriedade privada no Brasil. Essa lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade para a Coroa. (STEDILE, 1998, p. 10-11).

Segundo Gorender (1980), instalada a *plantagem*, baseada no latifúndio e no trabalho escravo, logo a escravidão se difundiu para outros setores econômicos, produtores de bens e serviços, ainda que incipientes. A posse de escravos não se restringia somente à grande *plantagem*. Existia um grande número de pequenos escravistas, que possuíam um número inferior a dez escravos. Os pequenos escravistas chegaram a representar 80% dos proprietários de escravos no Brasil. No entanto, apenas de 20% a 30% dos homens livres tinham escravos. Neste período quem não tinha escravo desejava um dia tê-lo; o escravo era o patrimônio mais valioso e socialmente qualificador, pois dava *status*. Essa situação contribuiu para a consolidação da escravidão em nosso país e conseguiu inibir as reações e pressões contrárias.

Foi a partir do sistema/organização econômica da *plantagem* que a escravidão se consolidou no Brasil e que lhe deu o título de um dos maiores países escravocratas da história mundial, tendo recebido cerca de 3,8 milhões de africanos (GORENDER, 2000). Prossegue o autor:

Todos estes aspectos e elementos autorizam a caracterizar o Brasil dos três primeiros séculos e meio, após a chegada dos portugueses a Porto Seguro, como um dos países mais escravocratas que já existiram na história mundial. Certamente, aquele que absorve o maior número de homens e mulheres escravizados, cujo suor e sangue foram sugados com furor vampiresco (GORENDER, 2000, p. 52).

Portanto, conforme as ideias de Gorender, o sistema de *plantagem* no Brasil iniciou-se com o monocultivo da cana-de-açúcar. Passados cinco séculos, por mais incrível que pareça, o monocultivo da cana-de-açúcar, o latifúndio e o trabalho escravo ainda não desapareceram das atividades do, hoje, agronegócio no país. Talvez a única coisa que tenha mudado seja o destino final das mercadorias; antes destinadas exclusivamente ao mercado externo, hoje servem para abastecer os milhões de veículos que circulam no Brasil. Sendo assim, era necessário e útil abordar esta via de desenvolvimento no campo. E, se ainda existem atualmente vários dos elementos que caracterizam o *plantation*, é porque as mudanças que ocorreram desde então no campo brasileiro foram feitas à *prussiana*, ou seja, o processo de modernização manteve praticamente intacta a estrutura fundiária brasileira.

E foi assim, instalando-se nos “interstícios do latifúndio”, em lugares que não interessavam aos latifundiários e/ou que eram abandonados por estes que, numa luta travada pela sobrevivência, os remanescentes dos povos indígenas, descendentes de negros escravizados, degradados e colonos, miscigenados ou não, sobreviveram até os dias atuais. É essa população que compõe grande parte da população camponesa de nosso país.

2.4 O agronegócio: modelo atual de produção da cana-de-açúcar

Atualmente, a produção de cana-de-açúcar é uma parte do agronegócio, integra uma cadeia produtiva e está relacionada a diversos outros setores da economia capitalista. O agronegócio, sinteticamente, nada mais é do que uma nova via, ou uma nova fase, de desenvolvimento do capitalismo no campo que, nos dias atuais, significa a produção com uso de mão-de-obra assalariada, com monocultura, com uso de grandes quantidades de produtos químicos, máquinas e implementos agrícolas, sementes e mudas geneticamente modificadas, com produção em grande escala etc., comandada, na maioria das vezes, por grandes grupos financeiros, nacionais e internacionais. Essas são apenas algumas de suas características.

Referindo-se à origem do agronegócio, Oliveira (2009) afirma que ele vem do sistema de *plantation* que, ao longo do tempo, sofreu transformações, “[...] mas a sua característica básica que é a exploração da terra e do homem, não se perdeu, ao contrário, se intensificou travestida com novas roupagens” (OLIVEIRA, 2009, p. 52).

O termo “*agribusiness*”, que é a expressão em inglês que equivale a “agronegócio”, foi desenvolvido e utilizado por Davis e Goldberg, em 1957, nos EUA. Ou seja, como a prática, o termo também não é novo, já existe há mais de 50 anos. Como relatam Fernandes & Welch (2008),

A primeira formulação do conceito de agronegócio (*agrobusiness*) é de Davis e Goldberg, 1957. Para os autores, *agrobusiness* é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento deste complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais que trabalham com uma ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo (FERNANDES & WELCH, 2008, p. 48).

Segundo Oliveira (2009) o termo foi traduzido para o português, no Brasil, como “complexo agroindustrial” ou “agronegócio” por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza, nos anos 1980, causando enorme repercussão nos meios empresariais e acadêmicos.

Na atualidade, e praticamente em todo o mundo, este setor do capitalismo está nas mãos das empresas transnacionais monopolistas. São elas que dominam a comercialização agrícola e pecuária no Brasil e no mundo. Para aumentar ainda mais seus lucros, o agronegócio, mais recentemente, por meio destas empresas, passou a “incentivar” as famílias camponesas via sistema de integração; para isso usam como estratégia a disponibilização de insumos, sementes, fertilizantes, agrotóxicos etc. Este setor acabou encontrando facilidade para impor suas políticas às famílias camponesas devido à falta de incentivos e políticas públicas e, ao mesmo tempo, de recursos próprios para investimentos de que são vítimas estas famílias. Um exemplo é o que vem ocorrendo na produção de fumo, no sul do Brasil, e de frango e suínos, entre outras atividades, que utilizam o processo de integração com essas empresas.

O Brasil, nos últimos anos, vem sendo alvo de uma grande ofensiva do capital nacional e internacional, associado às e articulado pelas empresas nacionais e transnacionais, banqueiros e latifundiários, que deu origem a esse “novo” modelo de organização da agricultura, o chamado agronegócio.

Durante a década de 1990 e agora, mais recentemente, 2008-2009, com a crise do capitalismo mundial, grandes grupos e corporações nacionais e internacionais, financiados pelo capital financeiro, vêm avançando sobre o campo brasileiro e, com isso, controlando e concentrando cada vez mais setores da economia, como o da industrialização e comercialização de alimentos, de agrotóxicos e, especialmente, o dos agrocombustíveis. Buscam controlar também os recursos naturais como a terra e a água, assim como controlam a produção de sementes, o que impede o fortalecimento do campesinato e a reforma agrária. O avanço do agronegócio, segundo a Revista Exame, em sua edição de 28-07-2010, em reportagem de Lívia Andrade, levou o número de companhias bilionárias do agronegócio a um aumento de 20% em 2009, no Brasil.

Como local de atividade e modelo de produção o agronegócio utiliza a grande propriedade, a monocultura, grandes quantidades de agrotóxicos e de máquinas, destruição da biodiversidade, sujeição e expropriação do campesinato e expulsão da mão-de-obra do campo, entre outros aspectos da produção e da comercialização agrícola. O agronegócio pode ser dividido em diversas áreas, entre elas a dos agrocombustíveis.

Para Oliveira (2009) o agronegócio não deve ser apreendido somente como um termo que define um modelo de desenvolvimento econômico agroindustrial, mas, também, como um modelo que possui uma carga ideológica que visa maquiagem a imagem da agricultura capitalista, historicamente exploradora do trabalho e concentradora de terra, renda e capital. Essa agricultura capitalista apresenta o agronegócio como um modelo de desenvolvimento social e econômico gerador de empregos nas áreas onde se territorializa. Na visão da autora,

[...] o agronegócio e, de modo particular o agronegócio canavieiro, se traveste do discurso de que é um modelo produtivo por excelência, para evidenciar a relevância produtivista da agricultura capitalista e enfatizar o aumento da produção, da geração de empregos, de riquezas e de novas tecnologias, tentando assim mascarar o que traz na sua essência, que é o seu caráter concentrador (de terras e de capital), expropriatório (da pequena agricultura camponesa e da natureza), excludente e exploratório (da força humana que trabalha) (OLIVEIRA, 2009, p. 51-52).

O agronegócio também pode ser entendido como um conjunto de atividades que compõem uma determinada cadeia produtiva. Conforme a autora, foi o processo de integração dos segmentos modernos da agropecuária às indústrias fornecedoras de equipamentos, máquinas e insumos que deu origem ao desenvolvimento do modelo e ao discurso e *práxis* do agronegócio. Segundo Oliveira, estes elementos formam o “[...] pressuposto para a formação do conceito de agronegócio, o qual implica na ideia de interdependência e de entrelaçamento dos vários elos que constituem uma cadeia produtiva” (OLIVEIRA, 2009, p. 52).

Neste modelo de produção capitalista no campo, denominado de agronegócio, inclui-se a produção de agrocombustíveis, no caso desta pesquisa, o etanol. O agronegócio dos agrocombustíveis vem sofrendo uma expansão avassaladora da produção de cana-de-açúcar, matéria-prima para a produção de etanol, no período mais recente, com consequências preocupantes.

2.5 O agronegócio dos agrocombustíveis no Brasil no período atual

No que se refere à produção de agrocombustíveis, vimos anteriormente que as iniciativas não são recentes, ou seja, o Brasil já percorreu várias fases, umas com mais, como é o caso do PROALCOOL, e outras com menos intensidade. Não queremos aqui detalhar todas elas,

diante disso, abordaremos apenas a fase atual em que se encontram os agrocombustíveis no país.

Atualmente o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, responde por 33% do total produzido. Depois do Brasil, vêm Índia, China, Tailândia e México. Segundo dados da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), na safra 2008/09, a produção mundial chegou em 1,5 bilhão de toneladas, concentradas na faixa intertropical do planeta, em nos países da América Latina, na África e no Sudeste Asiático, regiões com clima apropriado para o desenvolvimento desta planta.

No Brasil, segundo dados da UNICA, a produção de etanol que era de 11,5 bilhões de litros na safra 1990/01 saltou para 27,5 bilhões de litros na safra 2008/09. Um aumento de 140% no período. Segundo projeções do setor, até 2020, o país vai consumir cerca de 66 bilhões de litros de etanol, um aumento de mais de 150%.

A produção do etanol tem registrado crescimento contínuo, com exceção do final dos anos 1990 e dos dois primeiros anos do século XXI. Sua produção foi retomada com força a partir da safra 2002/03, com um aumento significativo a partir da safra 2006/07 quando passou dos 17,7 para 27,5 bilhões de litros na safra 2008/09. Um aumento de quase 10 bilhões de litros em apenas três safras.

O mesmo crescimento observado na produção de etanol é encontrado também na produção de açúcar que, de 7,3 milhões de toneladas na safra de 1990/91, saltou para mais de 31 milhões de toneladas na safra de 2008/09, um aumento de mais de 420% no período. Ao contrário do etanol, que sofreu queda na sua produção nas safras entre 98/99 e 00/01, a produção do açúcar, com exceção da safra 00/01, se manteve em níveis crescentes. Veja-se no Gráfico 03, a evolução brasileira na fabricação de açúcar e etanol.

O Gráfico 03 mostra que as transformações que vêm ocorrendo no setor sucroalcooleiro no Brasil, de fato, têm a ver com a produção de agrocombustíveis, embora não se deva contabilizar somente na conta do etanol a expansão da área plantada de cana-de-açúcar. O etanol tem sido responsável pela expansão da área plantada de cana nos últimos anos, mas o açúcar voltou a ter um papel fundamental na expansão do setor em particular no Brasil.

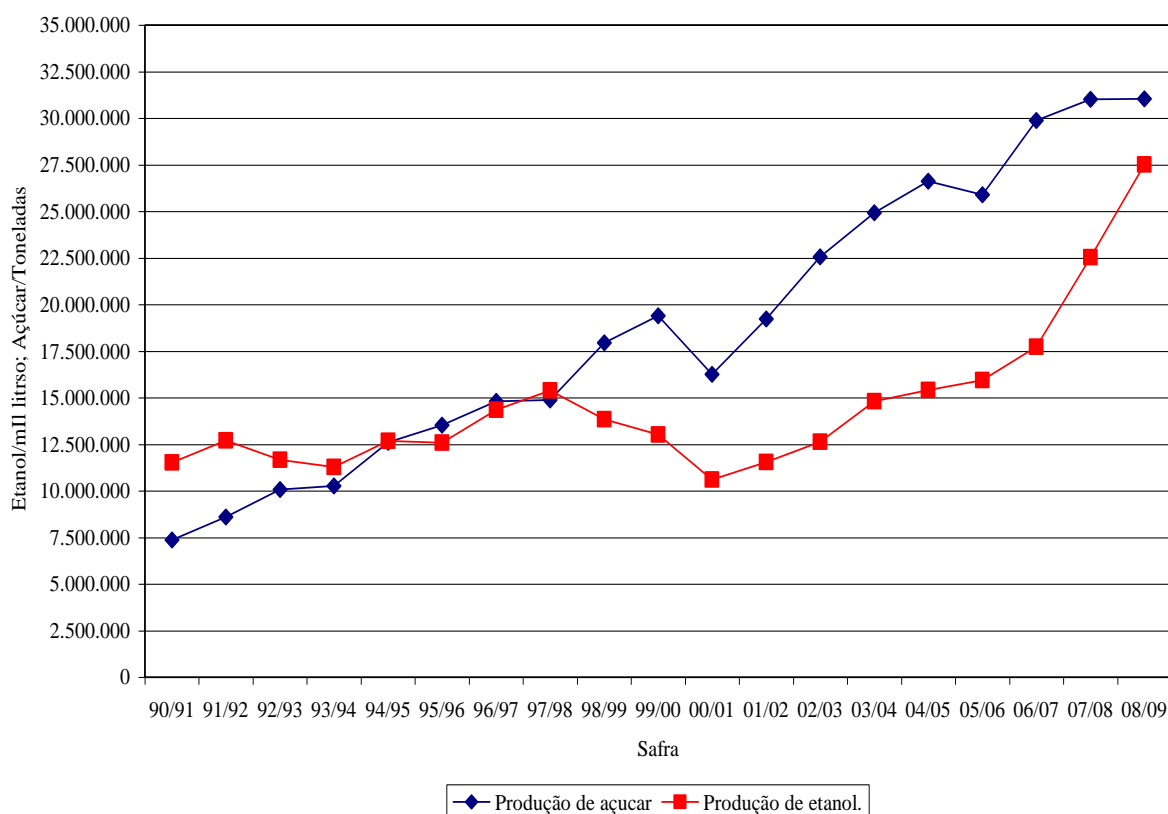


Gráfico 03 – Produção brasileira de açúcar e etanol – safras 1990/91 a 2008/09.

Fonte: Elaborado a partir de dados da União da Indústria de Cana-de-açúcar/UNICA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA.

Autor: BUNDE, A. jan/2011.

Como bem afirmou o sociólogo Jean Ziegler,

Durante um tempo o açúcar sofreu um declínio, e a agricultura se desenvolveu. Agora esse monstro está de volta, devorando a terra da agricultura. O açúcar voltou a ser santificado, como na época da colônia, quando a oligarquia enriqueceu e a música, a cultura, tudo era pago pelo açúcar.

Em vez do PT promover a agricultura familiar, volta ao açúcar, que significa concentração de terras nas mãos das multinacionais e das oligarquias [...] Socialmente o Brasil sofre um enorme retrocesso, volta ao período colonial [...] os senhores do capital financeiro, as oligarquias conquistaram um poder que nenhum imperador, papa ou rei jamais teve. Uma monopolização incrível: a refeudalização do mundo (Jean Ziegler. Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 2 de dezembro de 2007, p.6-7 *apud* MORAES, 2008, p. 64).

Partilhando deste ponto de vista, Oliveira (2009) adverte que é preciso sempre saber que o mercado do etanol não é regulado por ele próprio, mas, sim, pelo açúcar, devido a este ser uma *commodity* e o etanol não. Como destaca ele,

[...] este mercado não é regulado pelo álcool, mas, sim, pelo açúcar. Este, sim, é uma *commodity*, e, portanto, mercadoria central e reguladora internacional do setor canavieiro. A área plantada com cana-de-açúcar no mundo gira em torno de 20 milhões de hectares e o volume da produção mundial é de 1.231 milhões de toneladas. Desta produção mundial o destino final majoritário é para a produção de açúcar, que equivalia em 2005, a 141,3

milhões de toneladas. Portanto, o açúcar é o regulador mundial do setor sucroalcooleiro e, não, o álcool, como muitos imaginam (OLIVEIRA, 2009, p. 11).

No Brasil, os capitalistas do setor podem optar entre dois destinos possíveis para a cana-de-açúcar, o que,

Propicia aos usineiros brasileiros uma margem de ganho ainda maior devido às possibilidades de produção: ou açúcar ou etanol, e é lógico que, diante do mercado, que é regido pela lei da oferta e da demanda destes dois produtos, a destinação da cana para a fabricação do etanol irá, com certeza, num prazo bastante curto de tempo, puxar para cima os preços do açúcar no mercado internacional (BUNDE; MENDONÇA, 2009, p. 04).

Há que se fazer uma observação: Oliveira (2009) e Bunde e Mendonça (2009) não se contradizem. O mercado internacional é regulado pelo açúcar e o mercado brasileiro pelos dois produtos. Se o preço do açúcar subir no mercado internacional, a cana-de-açúcar será majoritariamente destinada à produção de açúcar (como já ocorreu) e, havendo menor oferta de etanol no mercado interno, seu preço subirá. Se o preço do açúcar cair, será produzido mais etanol e seu preço cai ou fica estável. É preciso lembrar que o etanol produzido no Brasil é “quase” ou “totalmente” consumido aqui, por isso é que ele não é uma *commoditie* e não regula o mercado internacional de produtos da cana-de-açúcar. Mas, cabe ressaltar que, sua utilização para a produção de etanol influencia também o preço do açúcar devido à diminuição na oferta deste produto no mercado mundial.

Quando se analisa o aumento da área plantada com cana-de-açúcar e a quantidade processada (que era de 222,4 milhões de toneladas na safra de 1990/91 e passou para 569 milhões de toneladas na de 2008/09) não se pode esquecer de se comparar as produções de açúcar e de etanol combustível.

Segundo dados da ÚNICA, o Brasil é o maior produtor e exportador de açúcar do mundo. É responsável por cerca de 20% da produção e 40% das exportações mundiais. Na safra 2008/09 a produção brasileira de açúcar foi de mais de 31 milhões de toneladas. Deste total, 18,6 milhões de toneladas destinaram-se à exportação, respondendo por mais de 65% das vendas no mercado internacional. Portanto, como já destacado por Oliveira (2009), o açúcar é o regulador do mercado mundial de produtos da cana-de-açúcar e não o etanol, como se poderia imaginar, no Brasil, devido à sua grande produção de etanol e à importância desse combustível para a economia brasileira.

Um dos elementos importantes a ser observado na produção de cana-de-açúcar e de etanol no Brasil é a concentração da produção em certas regiões. Na região Nordeste do país, a

produção de etanol, se manteve praticamente estável nos últimos vinte anos, passou de 1,8 bilhões de litros na safra 1990/91 para 2,4 bilhões de litros na safra 2008/09. Um aumento de 33%. Já, na região Centro-Sul, no mesmo período, a produção que era de 9,7 bilhões de litros passou para 25,1 bilhões de litros. Um aumento de 159%. Dos cerca de 569 milhões de toneladas de cana processadas na safra 2008/2009, aproximadamente 90% foi no Centro-Sul e, apenas, 10%, no Nordeste. Veja-se no Gráfico 04 a evolução da produção de etanol no Brasil, nos últimos 20 anos, nas Regiões Nordeste e Centro-Sul. Como pode-se observar no Gráfico 04, enquanto na região Nordeste a produção se manteve praticamente estável, no Centro-Sul ocorreu uma grande expansão, especialmente a partir do começo dos anos 2000.

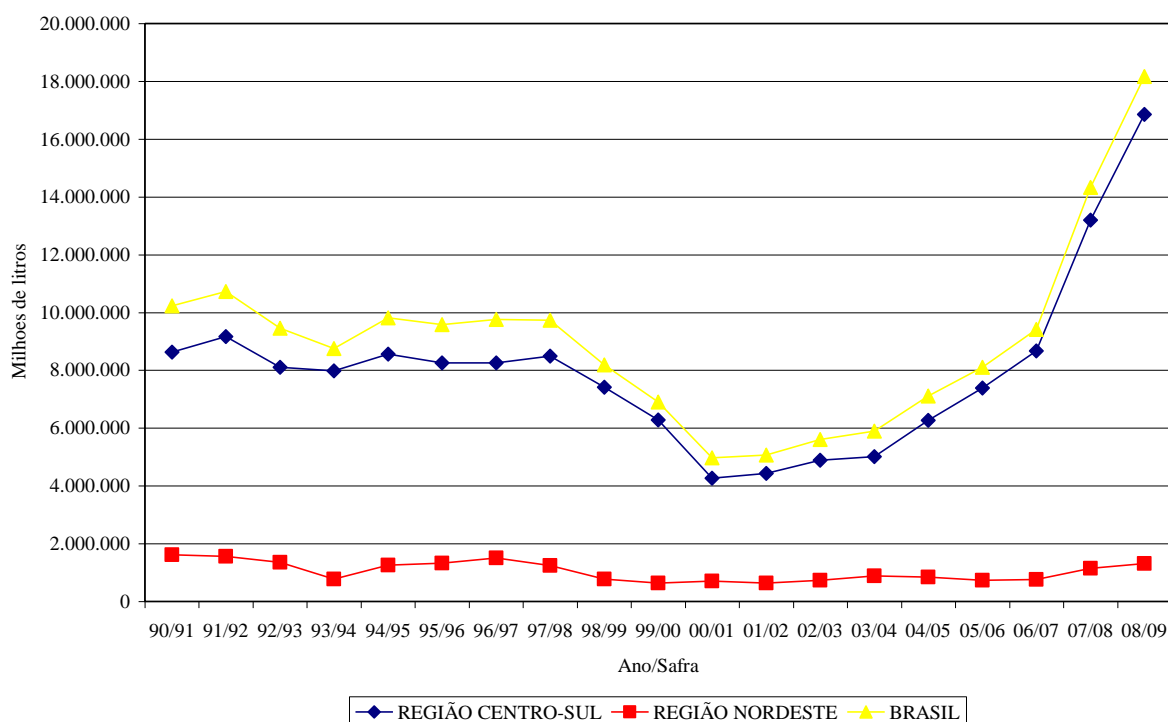


Gráfico 04 – Evolução da produção brasileira de etanol por região – 1990/91 a 2008/09.

Fonte: Elaborados a partir de dados da União da Indústria de Cana-de-açúcar/UNICA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA.

Autor: BUNDE, A. jan/2011.

Nota: Os dados incluem a produção de etanol anidro e hidratado. Os dados da safra 2008/2009 para a região Norte-Nordeste ainda não foram finalizados. Os valores apresentados na tabela referem-se à posição em 16/05/09.

Como vimos anteriormente, a produção de cana-de-açúcar está concentrada nas regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil. As Figuras 02 e 03 mostram as áreas onde se concentravam as plantações nas safras 1989/90 e 2007, segundo dados oficiais da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

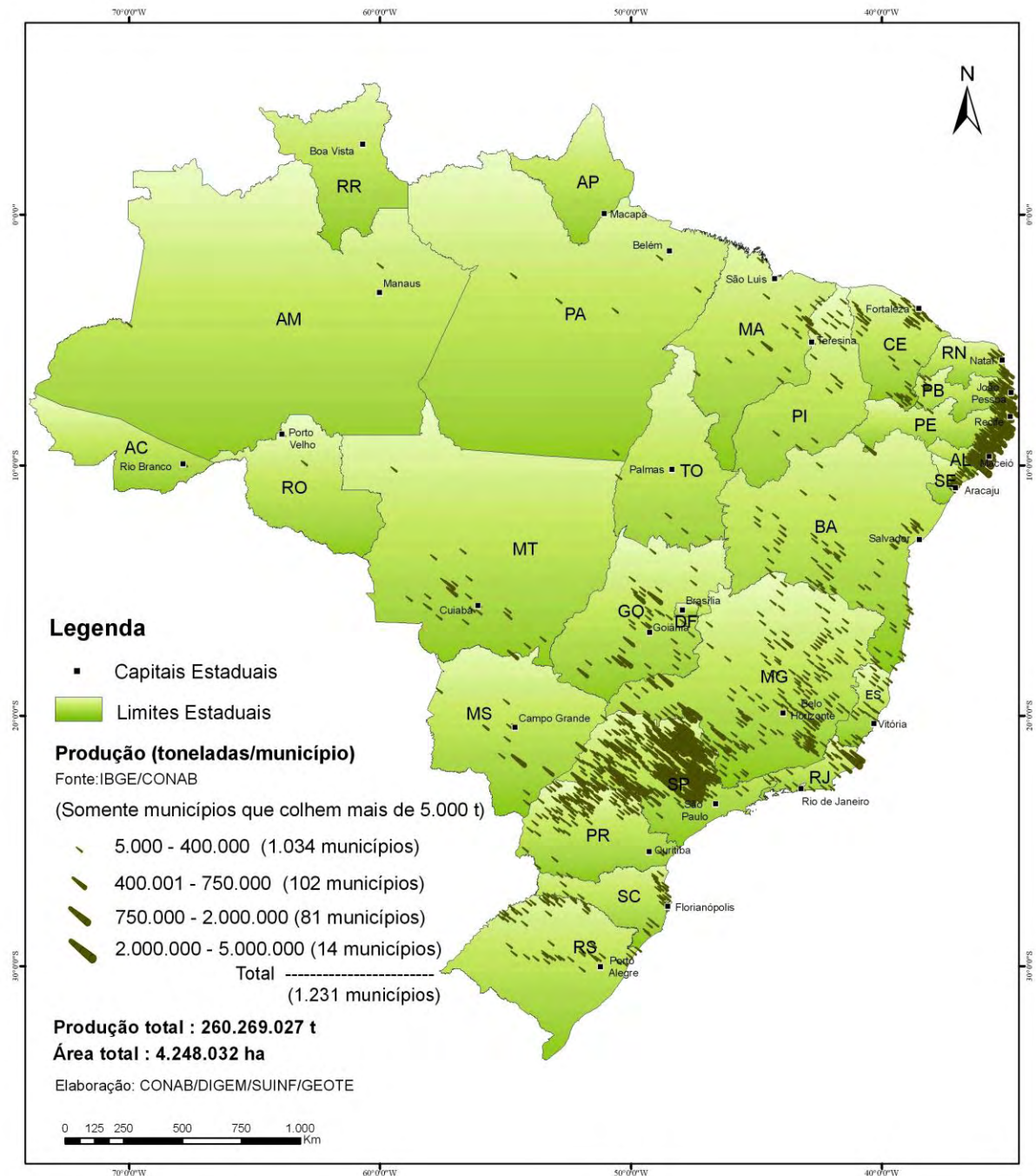


Figura 02 - Produção brasileira de cana-de-açúcar, safra 1989-1990.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB): SIGABrasil – Sistema de Informação Geográfica da Agricultura Brasileira.

Da safra 1989/90 para a de 2007, houve a inclusão de 363 novos municípios na produção brasileira de cana-de-açúcar. Na safra de 1989/90, havia 1.231 municípios produtores de cana e, em 2007, este número saltou para 1.594, segundo dados da Companhia Nacional de

Abastecimento (CONAB)²⁹, que podem ser vistos nas Figuras 02 e 03, elaborados pelo SIGABrasil – Sistema de Informação Geográfica da Agricultura, ligado a CONAB.

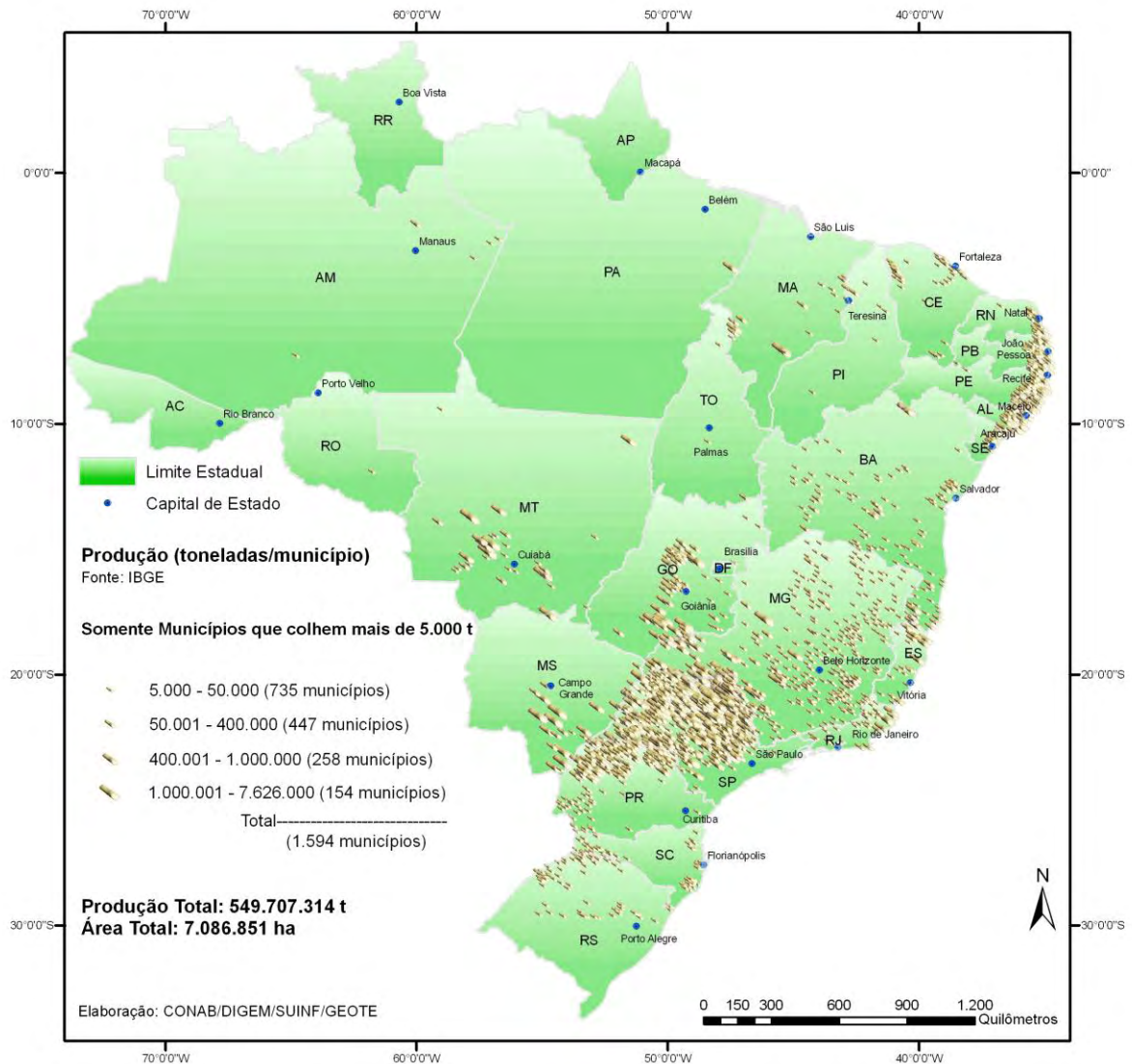


Figura 03 - Produção brasileira de cana-de-açúcar – safra 2007.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); SIGABrasil – Sistema de Informação Geográfica da Agricultura Brasileira.

Como mostra a Figura 03, a produção de cana-de-açúcar está concentrada, em sua grande maioria, no Centro-Sul do país, principalmente no estado de São Paulo. Mas, também se percebe tendência de crescimento nas áreas do Cerrado de Mato Grosso do Sul, Triângulo

²⁹ Disponível em:

http://www.conab.gov.br/conabweb/geotecnologia/sigabrasil/mapa_producao_agricola/cana.jpg.

Mineiro, Centro-Sul de Goiás e Sul de Mato Grosso. Em todo o Brasil estão instaladas 430 agroindústrias canavieira de açúcar e álcool, segundo a UNICA.

Outro exemplo desta cumplicidade está em um estudo sobre as possibilidades de produção de cana no Brasil chamado de “A Expansão do Proálcool como Programa de Desenvolvimento Nacional”, encomendada a um grupo de pesquisadores da Universidade de Campinas (UNICAMP), que teve como coordenador o físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite, e como base dados de abril de 2006, previu um aumento na produção mundial de etanol, que passaria dos 26 bilhões de litros/ano produzidos em 2004 para 205 bilhões de litros no ano de 2025. Para isso, os pesquisadores consideraram uma adição de 10% de álcool na gasolina consumida. Segundo essas previsões, em 20 anos, o Brasil poderia fornecer ao mundo 100 bilhões de litros/ano de etanol e com isso garantir uma mistura de 5% na gasolina consumida em todo o planeta. Para alcançar tal façanha, segundo a pesquisa deste grupo, deveriam ser plantados 36 milhões de hectares com cana-de-açúcar no país. Isto equivaleria a multiplicar por 5 os mais de sete milhões de hectares cultivados atualmente.

Neste estudo também foram mapeadas as melhores áreas para a plantação de cana-de-açúcar no país, um total de 12 áreas. A proposta de organização do sistema produtivo, apresentada por estes pesquisadores, é a de *clusters*³⁰, com um número mínimo de 15 agroindústrias canavieiras em cada cluster. Também propuseram um tamanho mínimo de área cultivada com cana para dar viabilidade econômica a cada destilaria, considerada como padrão, que seria de 35 mil hectares.

No mesmo estudo, como pode ser observado na Figura 04, um mapa do Brasil elaborado por estes pesquisadores, todas as áreas apontadas para esta expansão estão localizadas em áreas do Cerrado brasileiro.

Em todas estas áreas, caso as sugestões do estudo sejam acatadas, como pode ser observado na Figura 04, é que ocorrerão as maiores pressões para ampliar o cultivo com cana-de-açúcar e a instalação de novas agroindústrias canavieiras, nos próximos anos. E, nestas áreas o campesinato tende a sofrer ainda mais as consequências dessa expansão, na área sócio-ambiental.

Diante de previsões tão grandiosas, é preciso perguntar: Que motivos estão levando à expansão na quantidade de cana-de-açúcar plantada e processada no país para a produção de etanol e de açúcar?

³⁰ Termo em inglês que significa “blocos” ou “agrupamentos”; é utilizado em vários contextos para designar o agrupamento de elementos comuns para um determinado fim (SANDRONI, 2005, p. 150-151).

Para tal pergunta, podem-se obter inúmeras respostas. Uma delas, talvez a mais coerente, são as possibilidades criadas nesta atividade para a acumulação de capital. É esse o único desejo do capital. E, justamente, o aumento da produção e consumo de etanol e de açúcar tem propiciado aumento na acumulação.

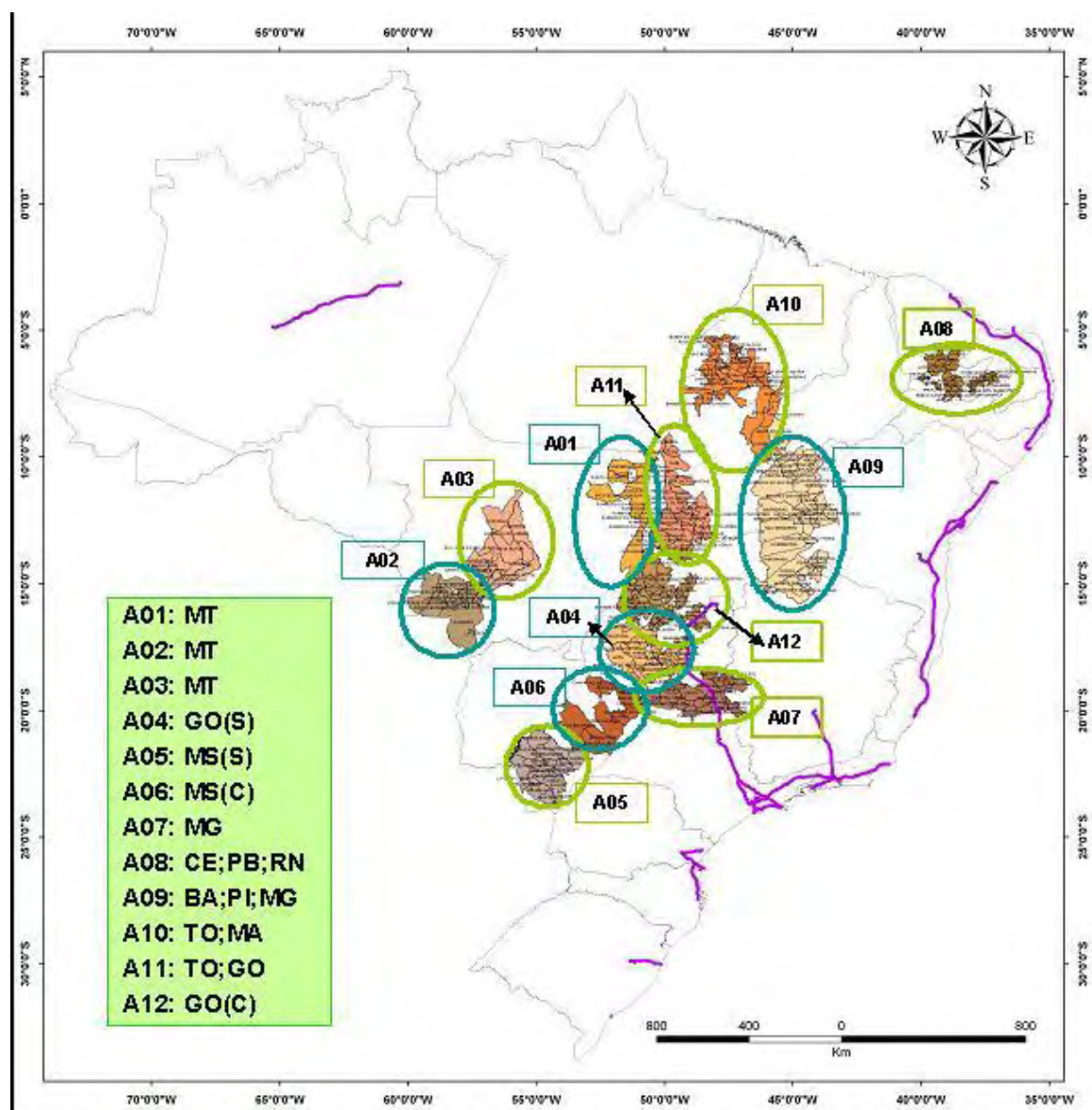


Figura 04 - Localização das áreas aptas para a expansão da plantação de cana-de-açúcar (segundo zoneamento agroecológico da EMBRAPA) para a produção de etanol.

Fonte: A Expansão do Proálcool como Programa de Desenvolvimento Nacional.

Org. Grupo Projeto Etanol CGEE.

O aumento da demanda de etanol no país, no período mais recente, é marcado pela chegada do primeiro modelo de veículo bicombustível no mercado brasileiro, o modelo *Gol Total Flex*, da Volkswagen, em março de 2003. Posteriormente, com a produção e venda em

massa destes veículos, *flex fuel*, o consumo de etanol explodiu. Como pode ser observado no Gráfico 04, apresentado anteriormente, a produção de etanol é retomada em larga escala, no Brasil, a partir do ano de 2003, mesmo momento em que é lançado o primeiro veículo *flex*. Veja-se no Gráfico 05 a evolução nas vendas de veículos leves no Brasil.

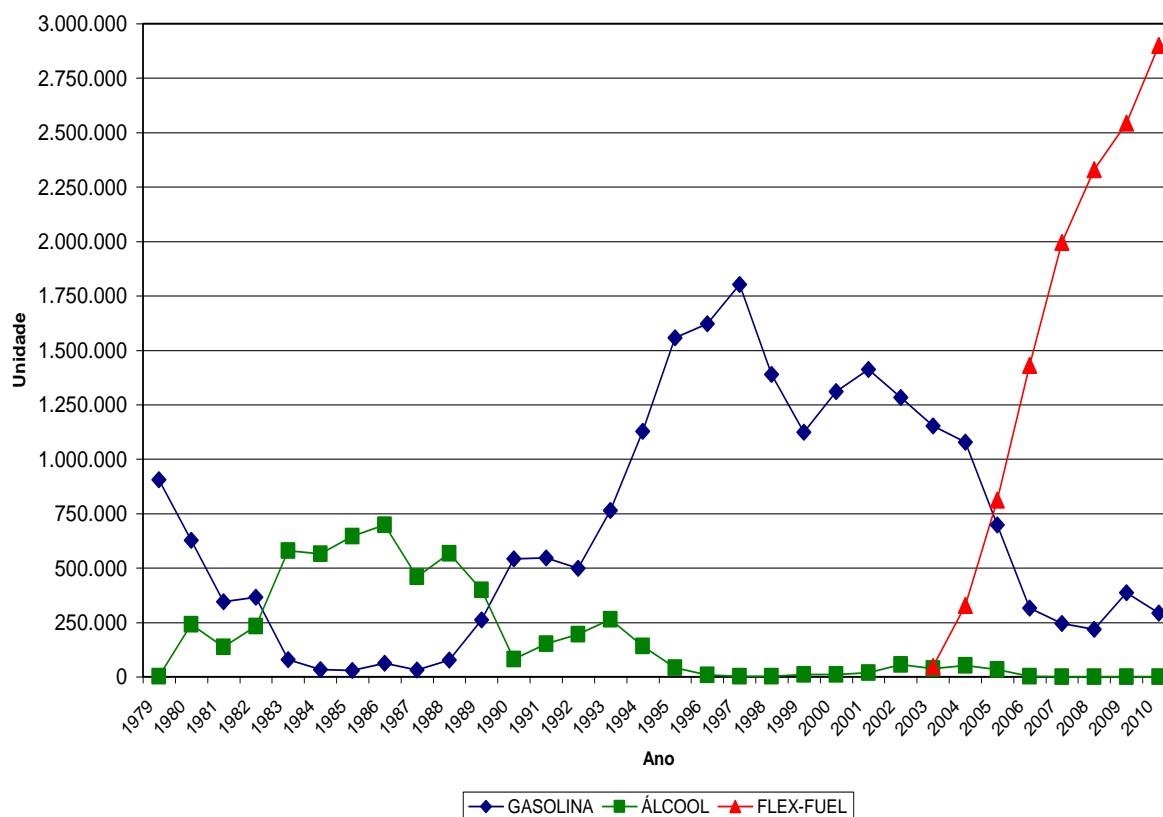


Gráfico 05 – Vendas de automóveis e veículos comerciais leves por tipo de combustível no Brasil – 1979 a 2010.

Fonte: Elaborado a partir de dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Brasil / ANFAVEA; União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA.

Autor: BUNDE, A. jan/2011.

Nota: 1) Os dados até 2004 referem-se a vendas internas no atacado. Os dados a partir de 2004 fazem referência ao número de veículos licenciados. 2) Inclui somente os veículos do Ciclo Otto (não estão contabilizados os comerciais leves movidos a diesel).

Como mostra o Gráfico 05, a partir de 2003 há uma mudança brusca nas vendas de veículos por tipo de combustível. Enquanto os veículos exclusivamente movidos a álcool são totalmente banidos do mercado, as vendas de carros com motor *flex fuel* aumentam enormemente. Esta tecnologia permite aos consumidores optarem pelo etanol ou pela gasolina não mais na compra do veículo, mas, sim, ao abastecerem o carro nos postos de combustíveis, como destacam Wilkinson e Herrera (2008, p 11).

No novo milênio, os preços do petróleo estão, mais uma vez, subindo explosivamente. Atualmente, no entanto, a busca por alternativas ao petróleo se generalizou e assumiu a força de normativa no contexto dos acordos do Protocolo de Kyoto. O setor automobilístico, por sua vez, introduziu uma importante

inovação na forma de veículos *flex-fuel*, que permitem ao consumidor optar livremente pelo álcool ou pela gasolina, não mais no ponto de compra de seus veículos, mas nos postos de combustível. Essa medida restaurou a confiança do consumidor rapidamente.

Por isso, pode se afirmar que a expansão, nos últimos anos, do agronegócio dos agrocombustíveis no Brasil está diretamente relacionada, e tem como principal propulsor, a fabricação e venda de veículos *flex fuel*, como confirma Thomaz Júnior (2008):

A produção e venda dos automóveis bicomcombustíveis foi o principal estímulo à retomada da produção de álcool hidratado e anidro, sendo que o Estado tem tido papel preponderante nesse processo. Os veículos *flex fuel*, capazes de rodar com álcool, gasolina ou com a mistura dos dois, estão mantendo os primeiros lugares no *ranking* dos mais vendidos, desde 2004. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 02).

Outro elemento que influencia diretamente o consumo de etanol é o preço deste combustível quando comparado ao da gasolina. Cálculos realizados indicam que é mais vantajoso abastecer o veículo *flex-fuel* com etanol se o seu preço por litro for inferior a 70% do preço do litro da gasolina, porque o consumo de etanol é superior ao de gasolina, comparado-se a quilometragem rodada pelo veículo com cada combustível.

Segundo Espírito Santo (2007), em algumas regiões do Brasil, como no Centro-Sul, na maior parte do ano (especialmente no período de safra), é mais vantajoso abastecer os automóveis com etanol, porém em outras regiões, como no Norte e no Nordeste, nem sempre esta vantagem ocorre, pois o preço apresenta oscilações, ora acima, ora abaixo.

Na região Norte o preço do litro do etanol está quase sempre acima dos 70% recomendado do preço do litro da gasolina, o que torna baixa a demanda por este tipo de combustível nesta região. Esse alto preço do etanol nesta região tem dois motivos. O primeiro deles é que no Brasil a alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um imposto estadual cobrado pelo etanol, varia em cada estado. O percentual cobrado gira entre 12% e 30%. Então, é o valor da alíquota de ICMS cobrado em cada estado que determina o valor do litro do etanol e, logo, sua viabilidade econômica, comparado à gasolina.

Em alguns estados como São Paulo, Paraná, Bahia, Minas Gerais e Goiás, o valor do ICMS cobrado pelo etanol é menor, o que, por um lado, beneficia os consumidores e aumenta o consumo, mas, por outro, toda a sociedade acaba arcando com os custos deste incentivo.

O segundo fator que influencia o preço do etanol é a logística. Os custos dos transportes acabam influenciando o preço nos postos de combustíveis, de cada estado e/ou região do país. Quanto mais longe da usina, mais caro o produto. Diante disso, fica evidente que, do

ponto de vista econômico, o preço do etanol, comparado proporcionalmente ao da gasolina, é o que determina o seu consumo.

Normalmente nos períodos de safra esse preço do litro de etanol, correspondente a menos de 70% do preço do litro da gasolina, se mantém, mas nos períodos de entressafra o preço do etanol geralmente ultrapassa esse preço correspondente. Esta tem sido a tendência, mas, como o setor está sendo cada vez mais monopolizado por grandes empresas multinacionais, esta situação pode se modificar, especialmente quando houver um aumento na demanda e nos preços do açúcar no mercado externo e os usineiros desviarem a cana da produção de etanol para a fabricação de açúcar. Neste caso os preços do etanol podem disparar.

Mas, para manter este preço, ou seja, 70% do preço do litro da gasolina, quais têm sido as estratégias utilizadas pelas empresas do setor? Pressionar os estados para que seja reduzida a alíquota de ICMS cobrado sobre o produto.

É por isso que, nos estados do Centro-Sul, grandes produtores de etanol, o ICMS cobrado sobre o produto é de apenas 12%. Um dos exemplos é o estado de São Paulo que reduziu o ICMS de 25% para 12% já em dezembro de 2003. Conforme declaração da UNICA, “a cobrança de alíquotas elevadas tira a competitividade do etanol em diversos estados brasileiros, pois eleva o preço a ponto de tornar o uso do etanol em carros *flex* menos eficiente do que o uso da gasolina”³¹.

É justamente a redução da alíquota de ICMS e os baixos custos com transporte que fazem com que o preço do etanol se mantenha abaixo dos 70% do preço do litro da gasolina, em algumas regiões, especialmente no Centro-Sul do país.

Quem paga a conta evidentemente é toda a população desses estados porque os recursos que poderiam ser arrecadados na forma de impostos e destinados aos serviços públicos acabam indo para o bolso das grandes empresas. Claro que os consumidores de etanol acabam tendo vantagem com um preço menor, mas à custa de toda a população, e não é toda a população que possui veículos.

Outro gesto generoso dos governos estaduais para com as empresas do setor sucroalcooleiro são os incentivos fiscais concedidos através de créditos outorgados de ICMS. Retomar-se-á esta discussão no capítulo seguinte.

³¹ Disponível em: <http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode={2ED7C84D-AA65-40A3-AE17-97761EE95A05}>. Acessado em: 14/01/2011.

Portanto, são vários os elementos que influenciam a expansão da produção de etanol no país. Mas, sem dúvida, os dois mais importantes são: a produção e venda de veículos *flex fuel* em massa e a ação do Estado, já descritos.

Mas, a produção de automóveis *flex fuel* tem aumentado tanto por que? Porque o capitalismo tem como uma de suas principais bases de organização econômica, para a obtenção de lucro rápido e fácil, a produção e venda de veículos para transporte individual, que são os automóveis. E, para que isso ocorresse, o capitalismo fez com que o automóvel se tornasse um dos principais sonhos de consumo das pessoas. Quem não tem um carro, deseja um dia ter. Talvez os carros não fossem tão desejados se os transportes coletivos urbanos fossem eficientes (rápidos, confortáveis, limpos e baratos).

O transporte individual vem causando grandes problemas. Um deles é que o trânsito nas grandes cidades se transformou num caos. Outro é que este tipo de transporte é um dos principais responsáveis pelo aquecimento global, que vem alterando o clima e pode alterar ainda mais e mais, provocando maiores e piores consequências. O funcionamento dos motores que consomem combustíveis de origem fóssil emite grandes quantidades de CO₂. Atualmente, estima-se que em todo o mundo já existem mais de 1,3 bilhões de veículos, e, a cada ano, são produzidos em torno de outros 80 milhões.

O transporte individual em automóveis movidos a combustível e derivado de petróleo polui. Então, melhora-se o transporte público, a eficiência dos veículos ou diminui-se a sua produção? Não. Procura se substituir o uso de combustível de origem fóssil por renováveis, de origem agrícola, como o etanol, conforme respondem as empresas do setor. Mas, seria possível substituir todo o combustível fóssil utilizado em veículos automotores por etanol? Resposta simples e precisa: caso fossem misturados apenas 10% de etanol na gasolina, precisar-se-ia de uma área equivalente a três planetas Terra para o cultivo de matéria-prima utilizada na fabricação deste tipo de combustível. Portanto, conclui-se que o problema não é apenas o combustível, mas também a forma de transporte que se utiliza: o automóvel para o transporte individual.

É este tipo de transporte que precisa ser substituído por meios de transporte coletivos eficientes e que utilizem combustível realmente limpo. A irracionalidade dessa situação é tamanha que usa-se energia para mover o motor de um automóvel com peso em torno de mil quilos para que ele transporte uma pessoa apenas, que pesa aproximadamente 80 quilos (CARTILHA DA ASSEMBLEIA POPULAR, 2009).

A expansão da área plantada com cana-de-açúcar no Brasil não é causada só pelo aumento da produção de etanol; é causada também pelo aumento crescente na produção de açúcar,

como pôde ser observado no Gráfico 03. Esta possibilidade de escolher o que produzir, açúcar ou etanol, com a mesma matéria-prima, a cana-de-açúcar, para os capitalistas do setor sucroalcooleiro é uma forma de garantir o lucro e sua acumulação. Também não se pode atribuir a expansão da área cultivada com cana-de-açúcar no Brasil somente ao aumento da fabricação e consumo de açúcar no mercado interno. Ela é causada também pelo aumento da produção e consumo externos.

Desse modo, a expansão da área plantada com cana-de-açúcar no Brasil é causada por três fatores. São eles: 1) a demanda do mercado externo e interno por açúcar; 2) o aumento do consumo interno de etanol hidratado como combustível de veículos automotores e; 3) a adição de álcool anidro à gasolina.

O discurso de defesa do aumento da produção de etanol baseia-se principalmente em dois argumentos. Primeiro: é uma alternativa para os combustíveis fósseis, que, sendo finitos, vão acabar, com a vantagem de ser renovável; segundo: o etanol reduz as emissões de CO₂ na atmosfera.

Mas, esse discurso aparentemente *ambientalmente correto* esconde um fato importante nesta expansão da plantação de cana-de-açúcar: a rentabilidade em relação a outras culturas no país e a certeza de comercialização e, portanto, de maior liquidez da produção. Além disso, a expectativa para os próximos anos é de aumento do consumo de etanol, o que, certamente levará a um aumento ainda maior na área plantada, na quantidade de agroindústrias canavieira esmagadoras de cana-de-açúcar e na capacidade industrial das agroindústrias canavieira existentes.

É no agronegócio dos agrocombustíveis que vivencia-se um dos maiores processos de transformação das atividades econômicas no campo, no período mais recente, destacando-se a centralização de capital, que vem formando grandes monopólios e oligopólios, como veremos a seguir.

2.6 Os agrocombustíveis e a formação dos oligopólios e monopólios: o processo de centralização de capital

Ocorre atualmente uma grande centralização e/ou concentração de capital, tanto no processo de produção como no de comercialização dos agrocombustíveis, do etanol no Brasil. Logo, surgem inúmeras perguntas, como:

- O capitalismo no campo brasileiro, organizado na forma do agronegócio, agora, contando com esse setor específico dos agrocombustíveis, formulou e/ou está formulando

como estratégia para garantir maior acumulação de capital uma aliança entre a produção, a circulação e o capital financeiro, para formar, assim, grandes monopólios e oligopólios?

- A tendência à formação de monopólios e oligopólios, no setor sucroalcooleiro no Brasil, pode ser explicada a partir das teorias sobre o imperialismo, elaboradas por Lênin e Luxemburgo, e a partir da obra de Harvey sobre o novo imperialismo?
- Ou deve-se recorrer as teorias de Marx sobre o processo de centralização do capital e à de François Chesnais sobre a mundialização do capital para explicar esses acontecimentos?

No Brasil, há um crescente envolvimento de empresas transnacionais com o setor do agronegócio dos agrocombustíveis, tanto que em 2007 a participação do capital estrangeiro no agronegócio dos agrocombustíveis representava apenas 7% e atualmente este percentual chega a 22%. A previsão é de que chegue a 40% nos próximos anos. Como destaca Marcos Sawaya Jank, presidente da União da Indústrias de Cana-de-Açúcar (UNICA),

Em 2007, o capital estrangeiro controlava 22 empresas, ou 7% do setor no Brasil. Na época, a UNICA projetava um crescimento para 12% em 2012, previsão já superada: até o final de 2009, 44 das mais de 430 agroindústrias canaveira em atividade no país eram controladas por capital externo, juntas representam perto de 14% das cerca de 590 milhões de toneladas de cana que deverão ser processados no país na safra 2009/10. Incluídas as quatro grandes transações anunciadas em 2010, o percentual, revisto pela UNICA, agora é de 22% (JANK, 2010, p. 08)³².

No final da década de 1990, anos de grande crise no setor do agronegócio dos agrocombustíveis, praticamente 100% dele era controlado por grupos familiares, nacionais. Cerca de dez anos depois, esta realidade está muito mudada. A cada ano, a participação de capital estrangeiro cresce mais. No começo de 2010, entre as multinacionais envolvidas no agronegócio dos agrocombustíveis, cinco empresas se destacam. São elas: COSAN, Santa Elisa (DREYFUS), Tereos, Santa Terezinha e Moema. A que tem a maior participação é o grupo COSAN, com um faturamento anual de cerca de US\$ 23 bilhões de dólares e com um controle de 9,3% do mercado. A Figura 05 mostra a participação dos cinco maiores grupos estrangeiros no mercado nacional do agronegócio dos agrocombustíveis.

³² Artigo publicado na edição de março de 2010 da Revista Produtor Rural e Disponível em: <http://unica.com.br/opiniao/show.asp?msgCode={3F9EA33E-4132-4292-BDB8-3F3BE97FF854}>. Acessado em 12/06/2010.

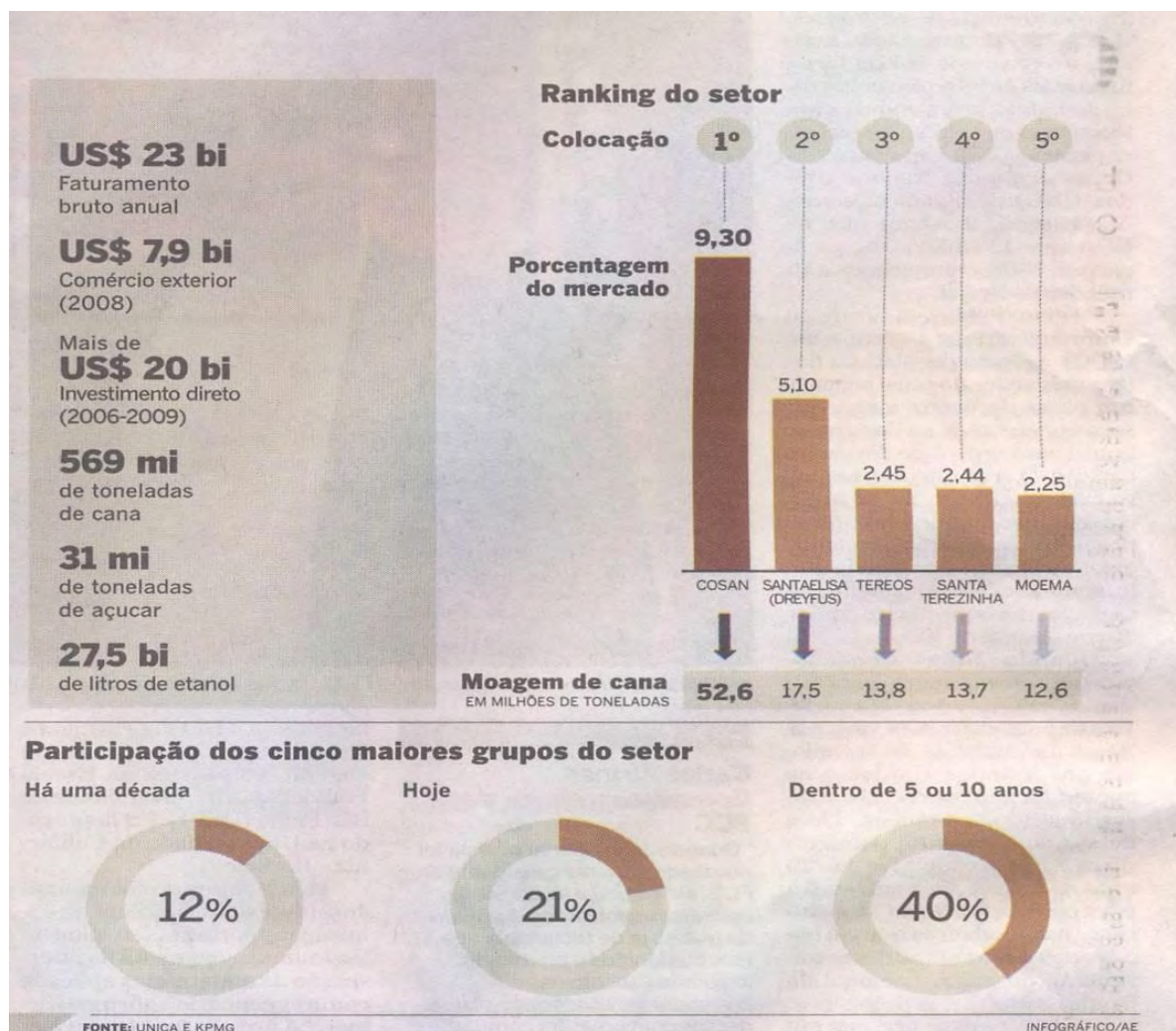


Figura 05 – Classificação dos cinco maiores grupos multinacionais do agronegócio dos agrocombustíveis no Brasil.

Fonte: UNICA e KPMG; OLIVEIRA, A. U. de. Trabalho apresentado em 19 de fevereiro de 2010, em Goiânia/GO.

No que se refere à distribuição e comercialização do etanol, o caso é semelhante. Há também um processo crescente de concentração/centralização por meio de fusões e/ou aquisições, o que dá uma nova característica ao setor: a de formação de oligopólios e/ou monopólios. No começo do ano 2000, 25% das vendas de etanol estavam sob controle dos grandes grupos.

Com a concentração/centralização ocorrida por meio de fusões e/ou aquisições, as estimativas apontam que, menos de 10 anos depois, na safra 2009/10, os sete maiores grupos de comercialização já controlam 61,4% das vendas e podem chegar a 67%, o que de fato aconteceu ainda em 2010.

Sete grandes grupos de agroindústrias canavieiras já dominam 67% da comercialização de etanol no Brasil. A concentração avançou rapidamente no setor nos últimos anos - era de 25% em 2000 -, sustentada por fusões e aquisições e estimulada por ganhos de produtividade. Estima-se que as agroindústrias canavieiras

que vendem etanol em grupo têm custos logísticos de 10% a 20% mais competitivos que as unidades que atuam isoladamente. Há vantagens na contratação de frete e no compartilhamento de infraestrutura logística³³.

E a tendência é esta de concentração/centralização, de controlar uma fatia ainda maior do mercado, do que é exemplo o anúncio da fusão entre a Cosan e a Shell, em meados de fevereiro de 2011, que criou a Raízen.

O nome foi inspirado na união das palavras raiz (da cana-de-açúcar) e energia. A Raízen nasce com valor de mercado estimado em torno de US\$ 12 bilhões, cerca de 40 mil funcionários, uma rede de 4,5 mil postos e com a previsão de em cinco anos dobrar a produção de etanol, passando de 2,2 bilhões de litros (resultado de 2010) para 5 bilhões de litros. Além disso, 4 milhões de toneladas de açúcar e 900 MW de energia.

A nova companhia nasce com faturamento anual estimado de R\$ 50 bilhões [...] Em termos de capacidade de produção, a companhia espera passar dos atuais 62 milhões de toneladas de cana moída para 100 milhões de toneladas anuais.

Num prazo de 5 anos, a previsão é que as 23 agroindústrias canavieiras incluídas na Raízen devam elevar a energia produzida por cogeração de 900 megawatts para 1300 megawatts. A produção de açúcar deve passar de 4 milhões de toneladas para 6 milhões de toneladas³⁴.

Como não há nenhuma forma de controle deste setor pelo governo federal desde a década de 1990, grandes empresas começam a pôr em prática a centralização/concentração, formando, assim, grandes oligopólios e/ou monopólios, não somente na produção, mas também na distribuição e comercialização dos agrocombustíveis, especialmente o etanol. Veja-se na figura 06 como está este processo de centralização.

Concentração

Participação de grandes grupos na comercialização de etanol

■ Safra 2009/10

38,6%

Produtores independentes



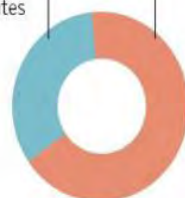
61,4%

SCA
Copersucar
Bioagência
CPA
Allicom
Louis Dreyfus
Santelisa Vale

■ Safra 2010/11

33,1%

Produtores independentes



66,9%

Copersucar
SCA
Bioagência
Louis Dreyfus
CPA
Allicom
Guarani

25% era a participação dos grandes grupos na venda de etanol no início dos anos 2000

Fonte: Mercado

Figura 06 – Participação dos grandes grupos nacionais e multinacionais na comercialização de etanol. Fonte: Valor Econômico, caderno de Mercado (15/09/10).

³³ Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/impresso/primeira-pagina/3021/308874/grandes-ja-vendem-67-do-etanol>. Acessado em: 27/02/2011.

³⁴ Disponível em: <http://www.ruralpecuaria.com.br/2011/02/fusao-entre-cosan-e-shell-criam-raizen.html>. Acessado em: 27/02/2011.

Ao se analisar a figura 06 percebe-se que, dos 25% da participação dos grandes grupos econômicos na venda de etanol no início dos anos de 2000, este número saltou para cerca de 70%, na safra 2010/2011, ou seja, superou as expectativas, quase triplicou em uma década. Mantida a atual tendência, tudo indica que nos próximos anos os grandes grupos econômicos multinacionais deverão controlar praticamente toda a comercialização de agrocombustíveis no Brasil.

Embora possa parecer, este processo de concentração/centralização de capital não é novo. Ele é uma tendência, uma lógica do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

K. Marx (2005, L. I, V. II) foi um dos primeiros a apontar este tipo de comportamento do capital. Ensinou ele que “[...] com a acumulação de capital, desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista, e, com o modo de produção especificamente capitalista, a acumulação de capital”. Diz Marx ainda que “Com a acumulação do capital, cresce, portanto, em maior ou menor proporção, o número de capitalistas” (MARX, 2005, p. 728).

Para Marx, de todo este processo é que vão surgir os mecanismos que levarão a uma concorrência entre estes capitalistas, que, como consequência, levará a uma concentração entre os capitais já formados. A concentração, por sua vez, propicia práticas que levarão à centralização do capital. Conforme Karl Marx,

O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes [...] O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração (MARX, 2005, p. 729).

Pode-se dizer dessa forma, que Marx (2005) reconhece três ações sucessivas do capital: acumulação, concentração e centralização, que diferem em suas características quantitativas e qualitativas, em poder, em práticas e em consequências para a sociedade e para os próprios capitalistas. Para Marx, o capital atingirá seu ápice de centralização quando permanecer apenas um capitalista seja ele individual ou associativo.

A centralização terá alcançado seu limite extremo quando todos os capitais nele investidos se fundirem num único capital [...] numa determinada sociedade só seria alcançado este limite no momento em que todo o capital social ficasse submetido a um único controle, fosse ele de um capitalista individual ou de uma sociedade anônima (MARX, 2005, p. 731).

A formação de oligopólios corresponderia à concentração dos capitais já formados e a formação de monopólios, ou um único grande monopólio, corresponderia à centralização. Uma extrema centralização seria por si só contraditória porque a competitividade e a ganância inerentes ao capitalismo acabariam por instaurar conflitos no seio do capitalismo de tal forma

que, ao se chegar perto do limite, o capitalismo criaria uma outra estratégia para não se auto-destruir.

Portanto, há que se refletir para compreender a ação do capital monopolista internacional, que não chegaria a essa condição de centralização sem a concorrência imperialista. A formação de oligopólios e monopólios no agronegócio dos agrocombustíveis não se dá independentemente de outros setores como o automobilístico e o financeiro, no Brasil. Essa ação do capital internacional, portanto, só pode ser entendida a partir das teorias sobre o imperialismo.

A fim de se compreender a atual fase do imperialismo e seus mecanismos de ação deve-se, necessariamente, recorrer a teorias e a conceitos, desde os clássicos até os mais recentes. Esta análise recorre aos seguintes autores: R. Luxemburgo, V. I. Lênin, D. Harvey, J. D. Ploeg e F. Chesnais. É claro que existem outros autores que também abordam o tema, mas, se é preciso optar, opta-se por estes autores. Não por se entender que eles têm todas as explicações, ou as mais fáceis e acessíveis, para os problemas estudados, mas, sim, porque eles, em suas teorias, oferecem elementos pertinentes e capazes de se fazer chegar às explicações que a situação requer, ou, ao menos, de aproximar-se dessas explicações, de sugerir caminhos.

Rosa Luxemburgo em *A acumulação de capital* formula sua tese sobre o imperialismo a partir do pensamento marxista e conceitua-o da seguinte maneira: “[...] o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital” (LUXEMBURGO, 1985, p. 305).

Ainda, segundo a autora, o processo de acumulação de capital, como um todo, histórico, concreto, apresenta dois aspectos distintos: um deles é a localização do centro de produção da mais-valia nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas e no mercado; e o outro é a existência de formas de produção não capitalistas concomitantemente às formas de produção plenamente capitalistas. Os sistemas de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência, as guerras, a violência aberta, a corrupção, a repressão e o saque aparecem sem disfarce, dificultando a descoberta do desenho das leis severas do processo econômico (LUXEMBURGO, 1985).

Conforme Luxemburgo (1985), para o imperialismo, as regiões externas, ou seja, não capitalistas, não somente são exploradas, mas também são imprescindíveis para garantir a continuidade da acumulação capitalista, pois são elas que permitem a sua expansão “horizontal”. E assim é que são construídas as condições sociais e materiais para a reprodução ampliada do capital. Na visão da autora, quando o capitalismo se expandir e atingir um certo

grau de desenvolvimento mundial terá alcançado sua fase final. Eis a exposição do assunto pela autora:

Dessa maneira o capitalismo expande-se cada vez mais graças a suas relações recíprocas com os círculos sociais e com as nações não capitalistas, acumulando seu capital às custas destes; ao mesmo tempo que corrói a cada instante a outra entidade a qual se associa, procurará desalojá-la e assumir seu lugar. E à medida que vai crescendo o número de participantes dessa caçada em busca de novos campos de acumulação de capital e diminuindo o número de regiões não capitalistas ainda abertas à expansão universal do capital, mais acirrada se torna a luta, ou a competição, visando à conquista dessas regiões para acumulação; tanto mais frequentes também se tornam, no cenário mundial, as incursões do capital, as quais acabam constituindo verdadeiras cadeias de catástrofes (de ordem econômica e política), representadas pelas crises mundiais, pelas guerras e revoluções. Acontece, porém, que por meio desse processo, o capital prepara a sua própria cova. Expandindo às expensas das demais formas de produção não capitalistas existentes, chega o momento em que qualquer expansão ou acumulação subsequente do capital torna-se impossível, uma vez que a humanidade toda veio a transformar-se em duas classes únicas – capitalistas e proletários assalariados. [...] à medida que se impõe essa tendência, o referido processo também acaba acentuando os contrastes entre as classes e a anarquia econômica e política internacionais de tal maneira que, muito antes mesmo de atingida a consequência última do desenvolvimento econômico – o domínio absoluto e indiviso da produção capitalista neste mundo –, o mesmo processo irá acarretar necessariamente a revolta do proletariado internacional contra a existência do domínio do capital (LUXEMBURGO, 1985, p. 335).

Como pode se ver, a autora apresenta o problema, mas também a solução. A relação entre as afirmações de Luxemburgo e a centralização de capital e formação de oligopólios e monopólios no agronegócio dos agrocombustíveis requer que se reflita se a expansão capitalista sobre as áreas de economia não capitalistas se estabelece como única condição para a reprodução ampliada do capital ou não. Assim, a centralização de capitais que vem ocorrendo no agronegócio dos agrocombustíveis pode implicar ou não, no caso brasileiro, na existência de formas não capitalistas. Como então se explicaria o processo de aquisição de empresas capitalistas por outras empresas capitalistas? Retomar-se-á esse debate mais à frente.

Lênin (2003), em sua obra, *Imperialismo fase superior do capitalismo*, define o imperialismo como a *fase monopolista do capitalismo*, na qual, uma das principais características é a *fusão* entre o capital financeiro, ou capital bancário de grandes bancos monopolistas, e o capital das associações monopolistas industriais. Lênin demonstra que, naquele contexto (começo do século XX), os monopólios já eram uma realidade e vinham controlando grande parte das riquezas naturais e da mão-de-obra. Para isso o autor se apoiou, especialmente, em dados estatísticos, contidos na obra clássica sobre o tema, publicada em 1902, pelo inglês John Hobson. Embora tenha se apoiado em números de um contexto específico, Lênin viu o imperialismo como um processo.

Continuando sua reflexão sobre o imperialismo, Lênin (2003) identificou alguns de seus traços principais. Sem esquecer o caráter condicional e relativo das definições, apresentou uma definição de imperialismo que inclui cinco traços fundamentais, que são os seguintes:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro", da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 2003, p. 67-68).

Refletindo sobre a formação e o desenvolvimento dos grandes monopólios, Lênin conclui definindo o imperialismo, sem esquecer o caráter condicional e relativo das definições:

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LÊNIN, 2003, p. 68)

O autor afirma ainda que “[...] o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada” (LÊNIN, 2003, p. 93). Lênin faz um resumo da história dos monopólios e os descreve em três fases. São elas:

[...] o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascensão de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo (LENIN, 2003, p.17).

Segundo Lênin (2003), o surgimento da fase imperialista provocou mudanças nas formas de acumulação do capital. As grandes empresas passaram a concentrar seus investimentos também no exterior, fazendo com que houvesse um crescimento no volume de exportação de capitais. Se antes, no velho capitalismo, o que prevalecia era a livre concorrência e a exportação de mercadorias, agora, o que caracteriza o capitalismo moderno, caracterizado pelo monopólio, é a exportação de capitais. Conforme afirma Lênin, “[...] o que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no que impera o monopólio, é a exportação de capital” (LENIN, 2003, p. 47).

Na visão de Lênin, portanto, a exportação de capitais acelerou o desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo com investimentos em outros e vários territórios, consolidando-se assim a expansão do capitalismo, o que provocou a aceleração da produção de riqueza nestes territórios e, conseqüentemente, levou ao desenvolvimento de novos mercados consumidores. O desenvolvimento do capitalismo estimula a formação de grandes empresas monopolistas com capacidade de realizar investimentos externos, sendo assim, esse movimento é parte do modo de produção capitalista.

O surgimento de grandes empresas e/ou grupos monopolistas, para Lênin, ocorria devido à concentração de capitais. Para o autor esta concentração se dava através da exportação de capital, que expropriava as riquezas naturais e explorava a classe trabalhadora, ou seja, era centrada na expropriação das forças produtivas. Mas, em momento algum de sua obra Lênin faz menção ao processo/movimento de centralização de capitais.

Como já se passou quase um século desde a publicação da obra de Lênin, e a realidade (fase) atual é outra, não há dúvida de que para a compreensão da ação do imperialismo no século XXI, sua teoria é uma importante ajuda, mas é insuficiente para explicar, especialmente o processo de centralização do capital que vem ocorrendo no agronegócio dos agrocombustíveis. Diante disso, é necessário recorrer a outros autores, e entre os mais recentes, a David Harvey, para tentar explicar a centralização de capital que vem ocorrendo no agronegócio dos agrocombustíveis no Brasil e a expropriação intercapitalista neste setor das atividades econômicas.

Harvey (2005), em sua obra *O novo imperialismo*, analisa o imperialismo sob o aspecto da lógica capitalista e da lógica territorial de poder. Para ele o novo imperialismo se estrutura em um tripé: a *opressão via capital*, a *acumulação via espoliação* e a *coerção consentida*. Diz o autor que “[...] o imperialismo do tipo capitalista surge de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista de poder” (HARVEY, 2005, p. 149).

Analisando a expansão do poder dos Estados Unidos, Harvey (2005) trata do conceito de “hegemonia” como justificativa para a imposição e a manutenção do poder político americano, que se expressa pela liderança e consentimento, pelo domínio e coerção e, por fim, pela combinação dos dois últimos: coerção e consentimento. Para Harvey, a hegemonia pode ser a supremacia de um grupo ou de uma Nação-Estado sobre os demais.

A hegemonia norte-americana se dá tanto por meio da dominação e coerção, seja ela interna ou externa, como pelo consentimento e cooperação, pois “[...] se não fosse possível exercer a liderança de uma maneira que gerasse benefícios coletivos, havia muito, o país teria deixado de ser hegemônico” (HARVEY, 2005, p. 41).

Mas, segundo Harvey (2005), mesmo contando com um conjunto de mecanismos de dominação e coerção, a hegemonia norte-americana vivenciou, durante o século XX, algumas crises, como a Depressão de 1930, cuja superação só foi possível mediante a construção de uma forma personalizada de imperialismo, que teve como eixo o poder político e o individualismo, a defesa da propriedade privada e a taxaço de lucros, assim como o desenvolvimento de uma forma de governo voltada para os interesses da classe industrial e de outros desejos corporativos. Outra crise, descrita por Harvey como a de sobreacumulaço, ocorrida na década de 1970, foi superada por meio de mudanças que levaram ao deslocamento do poder produtivo para as instituições financeiras. Para isso, estabeleceu-se um sistema monetário desmaterializado, criando-se assim a chamada hegemonia do capital financeiro.

Todas estas mudanças ocorridas no capitalismo do século XX, segundo Harvey (2005), tiveram consequências tanto no trabalho, como no espaço e no território. Para o autor, foi a partir daí que, no intuito de criar novas oportunidades de obter lucro para o capital, a expansão geográfica e a reorganizaço espacial foram colocadas como alternativas para a superação da crise de sobreacumulaço que afetava, e afeta, o sistema capitalista americano. Mas, para isso, fazia-se necessário romper as barreiras espaciais e territoriais, bem como acelerar o ritmo de giro do capital, coisa que só poderia ser feita por meio da açõ do Estado, e foi isso que ocorreu.

Para analisar estas chamadas “forças motrizes” das açõs políticas e econômicas dos Estados Unidos, Harvey (2005) parte *da lógica capitalista e da lógica territorial de poder*. Para ele, as lógicas do poder, mesmo agindo de formas diferentes “se entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias” (HARVEY, 2005, p. 34). Quanto aos seus resultados, podem ser diferentes de lugar para lugar. Assim, Harvey entendeu a expansão do poder norte-americano, definido como “imperialismo capitalista”.

Para Harvey (2005), esse tipo de imperialismo se caracteriza pela fusão contraditória da “política do Estado e do império”, na qual o poder está fundamentado no domínio territorial, nos processos moleculares de acumulaço do capital no espaço e no tempo, bem como no domínio e uso do capital, para o que dois elementos são fundamentais: as estratégias políticas, diplomáticas e militares e as formas pelas quais os fluxos do poder econômico percorrem um espaço na direção de entidades territoriais. Neste segundo caso, o que o autor vê de novo, nesta forma de imperialismo, comparada a outras formas, é, justamente, a “[...] predominância da lógica capitalista, embora haja momentos em que a lógica territorial venha para o primeiro plano” (HARVEY, 2005, p. 36).

Harvey (2005), recorrendo às análises de Hannah Arendt, afirma que:

Uma acumulação interminável de propriedade [...] tem de basear-se numa acumulação interminável de poder [...] O processo ilimitado de acumulação do capital requer a estrutura política de um ‘Poder ilimitado’ em tal grau que seja capaz de proteger o aumento da propriedade pelo aumento constante de seu poder e [...] a ideologia “progressista” do final do século XIX, que “prenunciou a ascensão do imperialismo” (ARENDETT, apud HARVEY, 2005, p. 36-37). Se, contudo, a acumulação do poder tem de acompanhar necessariamente a acumulação do capital, a história burguesa tem de ser a história de hegemonias que exprimem um poder sempre mais amplo e continuamente mais expansivo (HARVEY, 2005, p. 37).

Harvey indica o uso da teoria da ordenação espaço-temporal para o entendimento da mobilidade do capital, bem como da atuação do Estado via território no processo de acumulação capitalista e de acumulação de poder político.

Harvey defende a tese das ordenações espaço-temporais, nas mais diferentes escalas geográficas. Para ele é assim que é materializada a atuação desigual e combinada do capital e do poder político. Para isso, o instrumento utilizado por esse duplo poder é a mediação, via estruturas financeiras e institucionais. São estes mecanismos que, segundo o autor, fortalecem a produção econômica do espaço.

Mas, na visão de Harvey, este processo está cheio de contradições e tensões.

A paisagem geográfica da atividade capitalista está eivada de contradições e tensões [...] é perpetuamente instável diante de todos os tipos de pressões técnicas e econômicas que sobre ela incidem. As tensões entre competição e monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, entre diferentes escalas de atividade – todas estas tensões advêm dos processos moleculares de acumulação interminável do capital no espaço e no tempo [...] O efeito agregado é [...] que o capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num ponto do tempo simplesmente para ter de destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto ulterior do tempo a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável do capital (HARVEY, 2005, p. 87-88).

Mesmo que tudo o que foi descrito ocorra, para Harvey a afirmação do chamado novo imperialismo não se dá somente através deste meio de acumulação, ou seja, puramente econômico, mas principalmente pelo tripé: *opressão via capital, acumulação via espoliação e por meio da coerção consentida*.

Para explicar a *acumulação por espoliação*, Harvey recorre em algumas passagens de sua obra às ideias sobre o tema de Rosa Luxemburgo, mas somente para tratar da importância das regiões externas. Para Harvey, as características da acumulação primitiva descritas por Marx não se encerraram na “etapa original” do capitalismo, mas encontram-se presentes nos tempos atuais e podemos identificá-las na expulsão dos camponeses do campo, na massa da população sem terra, na privatização dos recursos naturais e na substituição da agricultura camponesa pelo agronegócio, entre muitos outros fatos.

Os mecanismos que viabilizam a acumulação primitiva permanecem e foram aprimorados e/ou recriados, segundo Harvey. Alguns exemplos são o sistema de crédito e o capital financeiro, os direitos de propriedade intelectual e as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), a biopirataria, a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual, a corporativização e privatização de bens públicos, a regressão dos direitos trabalhistas etc. Todos estes mecanismos contam com forte apoio do Estado e/ou conjunto de Estados.

Para a execução deste conjunto de leis, segundo Harvey, o mecanismo utilizado foi a abertura forçada dos mercados, especialmente pelas “[...] pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa), de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções” (HARVEY, 2005, p. 147).

Recorrendo *as* e corroborando *com as* ideias de Arendt, David Harvey, argumenta que, esta forma de imperialismo não é nova, mas, sim, uma readequação do “velho”, pois assim como

[...] a burguesia norte-americana redescobriu aquilo que a burguesia britânica descobriu nas três últimas décadas do século XIX, redescobriu que, na reformulação de Arendt, “o pecado original do simples roubo”, que possibilitara a acumulação original do capital, “tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente”. Se assim é, o “novo imperialismo” mostra não passar de uma revisitação do antigo, se bem que num tempo e lugar distinto (HARVEY, 2005, p. 148).

Conforme Harvey, ao ocorrer a *acumulação por espoliação*, também ocorrem inúmeras batalhas políticas e sociais como forma de resistência e um dos exemplos é a luta dos povos, em diferentes partes do mundo, contra os governos neoliberais e contra a superexploração do trabalho.

A terceira característica do novo imperialismo destacado por Harvey, a de que a acumulação se dá mediante a *coerção consentida*, ocorre tanto no próprio seio da sociedade americana, quanto pela coerção externa, mediante a emulação de Estados que seguem princípios, como o respeito à propriedade privada, à liberdade, à democracia, ao indivíduo etc. É dessa forma que as relações interiores e exteriores do Estado capitalista vinculam-se com as formas de imperialismo.

Na forma do imperialismo dos EUA, Harvey identifica duas modalidades distintas: uma neoliberal e outra neoconservadora. A versão neoliberal é representada pelo complexo Wall Street-Tesouro-FMI. Mas, esta se converteu numa modalidade neoconservadora, imposta pelo estabelecimento da “ordem e respeito” aos seus princípios, tanto internamente quanto

externamente, especialmente após a eleição de G. W. Bush, o que passou a exigir uma forte hierarquia de poder. Na visão de Harvey, mesmo que haja diferença entre as duas formas, tanto os neoliberais quanto os neoconservadores partilham dos mesmos objetivos imperialistas.

A obra de David Harvey segue as leis descritas por Marx para o processo de acumulação primitiva. Por isso, para Harvey esse processo continua vigente, mas agora sob novas configurações, pois no processo recente (século XXI) foram criados novos mecanismos de expropriação definidos por ele como *acumulação por espoliação*.

Harvey (2005) indaga:

Assim sendo, como a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação? A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedente de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cerca-lá e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação de capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado. O colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação de capital. O que teria acontecido com o capital sobreacumulado nos 30 anos sem abertura de novos terrenos de acumulação? (HARVEY, 2005, p. 124).

Não há dúvida de que, para o entendimento das questões envolvendo a ação do imperialismo no século XXI, a obra de David Harvey é muito importante. Como Harvey colocou, de fato, nos últimos anos as exportações do grande capital vêm cada vez mais se internacionalizando, incentivadas principalmente pelas políticas neoliberais que levaram à privatização dos bens públicos e/ou de uso comum, para gerar novos espaços para a acumulação de capital, que é o caso do agronegócio dos agrocombustíveis.

Diante do exposto, resta a dúvida de ser possível analisar a centralização de capital que vem ocorrendo no agronegócio dos agrocombustíveis a partir da tese de Harvey, porque o autor não analisou em profundidade a concorrência e/ou associação entre os próprios capitalistas e sua consequente centralização de capital. Nesse caso, há que se pensar na possibilidade de recorrer a outros autores, pois, como bem disse Marx, o desenvolvimento capitalista acaba por intervir também nas condições materiais dos próprios capitalistas devido à concorrência que leva à exclusão de capitais já constituídos, ou seja, a expropriação de capitalistas por outros capitalistas.

Ploeg (2008), referindo-se ao processo de centralização de capital, não denomina esse fenômeno como outros autores, de imperialismo, mas de “Império”, não por negar o domínio de uma nação e do capital sobre outras, mas para reforçar a ideia de comando, de predomínio, do capital sobre um território como mais uma estratégia para garantir a sua acumulação.

Para Ploeg (2008), em termos político-econômicos, a emergência do Império é fortemente associada ao aumento súbito da mobilidade de maiores fluxos de capital por todo o globo. Os elementos centrais do Império, como forma de governança e ordenamento, são o controle e a apropriação, o que requer um reordenamento generalizado do espaço social e do espaço natural. Neste sentido, a constituição do Império pode ser conceituada como a forma específica na qual os processos de globalização estão se manifestando (PLOEG, 2008). Desta forma,

A essência da *atual* fase da globalização é que ela introduz, literalmente, por toda a parte, *conjunto de normas e parâmetros generalizados* que governam todas e quaisquer práticas locais e específicas. Esses conjuntos de normas generalizadas representam o núcleo do Império. Consequentemente, o Império se materializa numa *conquista* continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e autogovernados [...] e os reúne para assegurar a controlabilidade e a explorabilidade. Ao fazê-lo, o Império elimina o local, o transformando em um “nãolugar” (PLOEG, 2008, p. 255).

O autor diz ainda que o Império não tem uma única origem. Ele é o resultado de uma variedade de mundos *sócio-técnicos* cada vez mais interligados; origina-se nas grandes corporações multinacionais, bem como em suas redes de transportes, comunicação, montagem e controle e na possibilidade de transferir capital de uma parte do globo para outra em poucos segundos. Também reside nos aparelhos estatais e nos acordos supranacionais, assim como em novos modos de organização centralizados, mas de grande alcance, e em modos específicos de produção de conhecimentos e sistemas especializados associados. Mas, “[...] o que atualmente confere poder ao Império é o ordenamento, a coerência solidamente construída e o fortalecimento mútuo destes diferentes ingredientes” (PLOEG, 2008, p. 256). Além disso, as múltiplas origens e a dinâmica confusa, combinadas com expressões multifacetadas e contraditórias, contribuem para as dificuldades de se desenvolver um entendimento completo sobre o Império e para encontrar formas e forças para lhe resistir.

Sintetizando esta complexa teorização sobre o Império, o autor diz ainda que:

O Império é uma estrutura composta por esquemas reguladores de natureza política e econômica que são impostos à sociedade e à natureza. Nessa estrutura e através dela, o Estado e o mercado se tornam cada vez mais interligados. Um se concretiza no outro e vice-versa. O Império não diz respeito primeiramente a produtos, pessoas, serviços, recursos, lugares, e assim por diante, nem é composto por esses elementos. O Império é, acima de tudo, um conjunto complexo, multifacetado em expansão e

cada vez mais monopolista de *ligações* (isto é, uma rede coerciva) que coloca processos, lugares, pessoas e produtos em contato de uma forma específica (PLOEG, 2008, p. 279).

Nessa síntese, Ploeg traz outros elementos para a reflexão sobre a concentração e centralização de capital que levaram/estão levando à formação de monopólios e oligopólios. No entanto, a globalização à qual Ploeg se refere é tratada de forma diferente por François Chesnais.

Segundo Chesnais (1999), o momento, a *fase* atual do capitalismo que o mundo está vivenciando é a *fase* da mundialização do capital e não da “globalização” como muitos fazem crer. Neste sentido, mesmo que a obra de Ploeg traga elementos importantes para a compreensão da centralização de capital, é insuficiente para explicar a centralização de capital que vem ocorrendo no agronegócio dos agrocombustíveis. Além disso, destaca Chesnais (1999), com as transformações que vêm ocorrendo devido ao desenvolvimento do modo capitalista de produção, são introduzidos tanto na nova ordem mundial como na sociedade novos processos de ordenamento especialmente após a crise do socialismo real. É a partir daí que o capital, em nível internacional, ganha força no seu processo de mundialização e passa a dominar praticamente todo o globo.

Para François Chesnais (1999), no século XX, dois processos passaram a determinar o processo de construção de territórios, dando sentido a diferentes tipos de regionalizações. São eles: o processo de expansão do socialismo e a formação dos monopólios e oligopólios por meio da mundialização do capital. A vitória ainda que “por enquanto” do capitalismo sobre o socialismo deu-se devido à crise do socialismo e concedeu total hegemonia e abriu as portas para a mundialização do capital e para a criação de novos conceitos.

Para consolidar esta hegemonia, tanto econômica como ideológica, o capitalismo buscou, segundo Chesnais (1999), disseminar pelo mundo esses novos conceitos. E, para isso, foi buscar nas escolas americanas de administração de empresas, as chamadas *business management schools*, de Harvard, Columbia, Stanford etc., meios para explicar e difundir estes novos conceitos, por meio de livros e artigos, elaborados por consultores de estratégia e de *marketing*, todos oriundos dessas escolas.

Entre os principais conceitos elaborados por estes consultores, segundo Chesnais (1999), destacam-se dois termos: global e globalização. Estes termos, a partir de então, passaram a influenciar as elaborações teóricas em diversos campos da ciência, tanto da economia, como da sociologia, da geografia etc. Passaram também a determinar as políticas de governos da

maioria dos países. Logo, a globalização foi colocada como única alternativa para o desenvolvimento industrial, especialmente para os países ditos “subdesenvolvidos”.

Para Chesnais (1999) esta ideologia,

Fez sua estreia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. Em matéria de administração de empresas, o termo era utilizado tendo como destinatários os grandes grupos, para passar a seguinte mensagem: em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais. [...] Estimular o "globalismo" significa, para eles, fazer o seguinte chamado aos dirigentes industriais e políticos americanos e europeus: vamos parar de brigar por questões menores e bobas, como quotas de importação e de que modo nós manejamos a política industrial, vamos tomar consciência de nossos interesses comuns e cooperar! (CHESNAIS, 1999, p. 23)

Elaborada, esta ideologia, segundo Chesnais (1999), necessitava ganhar força e chegar até o imaginário social das pessoas. A partir daí foram se construindo novas concepções de mundo, especialmente na economia e na política. O mundo, a partir de agora, deveria ser visto como “sem fronteiras” e, as empresas, sem nacionalidades. O que deveria prevalecer era a liberalização total da economia. Foi para contrapor e denunciar toda esta manobra ideológica, que ganhou hegemonia e se consolidou no mundo todo, que François Chesnais desenvolveu um novo conceito, o de mundialização. Fez isso para definir a fase atual do imperialismo. Pois, segundo ele,

A palavra "**mundial**" permite introduzir, com muito mais força do que o termo "**global**", a ideia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento. Ora, isso é o que as forças que atualmente regem os destinos do mundo não querem de jeito nenhum. Entre os países do Grupo dos Sete - EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Reino Unido, Itália -, os mais fortes julgam ainda poder cavalgar vantajosamente as forças econômicas e financeiras que a liberalização desencadeou, enquanto os demais estão paralisados ao tomarem consciência, por um lado, de sua perda de importância e, por outro, do caminho que vão ter de percorrer para "adaptar-se". Os grandes grupos industriais ou operadores financeiros internacionais, que acabam de recuperar uma liberdade de ação que não conheciam desde 1929, ou talvez mesmo desde o século XIX, estão ainda menos dispostos a ouvir falar de políticas mundiais coercitivas (CHESNAIS, 1999, p. 24).

Na visão de Chesnais (1999) existem aspectos importantes na mundialização do capital que devem ser considerados, por exemplo:

O IED (investimento externo direto) suplantou o comércio exterior como vetor principal no processo de internacionalização; seu papel é tão importante nos serviços como no setor de manufaturas.

O IED caracteriza-se por alto grau de concentração dentro dos países adiantados, especialmente os da Tríade. Esse acerto de alvo se fez às custas dos países em desenvolvimento.

O chamado intercâmbio intrassetorial é a forma dominante do comércio exterior. Caracteriza-se pelo intercâmbio intragrupo, no quadro dos mercados privados das multinacionais, bem como por suprimentos internacionais, organizados pelos grupos, em insumos e produtos acabados.

A integração horizontal e vertical das bases industriais nacionais separadas e distintas está ocorrendo a partir do investimento externo direto. As multinacionais beneficiam-se, simultaneamente, da liberalização do comércio, da adoção de novas tecnologias e do recurso a novas formas de gerenciamento da produção (o toyotismo).

As exigências de proximidade da produção toyotista e as oportunidades proporcionadas pelos grandes mercados continentais (União Europeia e NAFTA), bem como as exigências de proximidade ao mercado final da concorrência oligopolista, explicam a regionalização do comércio exterior, nos três pólos da Tríade.

Os grupos industriais tendem a se reorganizar como "empresas-rede". As novas formas de gerenciamento e controle, valendo-se de complexas modalidades de terceirização, visam a ajudar os grandes grupos a reconciliar a centralização do capital e a descentralização das operações, explorando as possibilidades proporcionadas pela teleinformática e pela automatização.

O grau de interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades aumentou. O investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições transfronteiras engendram estruturas de oferta altamente concentradas a nível mundial.

Sobre essa base, houve o surgimento de oligopólios mundiais num número crescente de indústrias. Constituídos sobretudo por grupos americanos, japoneses e europeus, eles delimitam entre si um espaço privilegiado de concorrência e de cooperação. Esse espaço é defendido contra a entrada de novos concorrentes de fora da área da OCDE, tanto por barreiras de entrada de tipo industrial, quanto por barreiras comerciais regidas pelo GATT.

A ascensão de um capital muito concentrado, que conserva a forma monetária, a qual favoreceu, com grandes lucros, a emergência da "globalização financeira", acentuou os aspectos financeiros dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços.

O movimento da mundialização é excludente. Com exceção de uns poucos "novos países industrializados", que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento.

Esse movimento caracterizou-se, na década de 80, por um claro recuo dos investimentos externos diretos e das transferências de tecnologia aos países em desenvolvimento, bem como por um começo de exclusão de vários países produtores de produtos de base, em relação ao sistema de intercâmbio (CHESNAIS, 1999, p. 24)

Ora, se no mundo todo estes conceitos acabaram por provocar transformações territoriais importantes, certamente no Brasil não haveria de ser diferente. Mas, o que é importante compreender neste processo, em especial sobre as mudanças que vêm ocorrendo relacionadas ao agronegócio dos agrocombustíveis, é que não foi o Brasil que mudou, mas, sim, o capitalismo. Sua maneira e forma de agir é outra, ou seja, seu padrão de acumulação não é mais o mesmo. Foi alterado. O que há e/ou para onde se caminha é uma nova forma de imperialismo.

Mas, se o capitalismo monopolista transnacional exerce sua dominação política e social na esfera das mercadorias, o mesmo não acontece no movimento de acumulação de capital hoje. Por isso, outro ponto importante a ser observado, nesta fase atual do capitalismo é quem

comanda a economia. Ou seja, quem dita as regras no movimento de acumulação de capital? Quem está no topo da hierarquia?

Neste campo, a hegemonia e o comando são do capital financeiro, mais especificamente das instituições financeiras. Mas, no mundo das mercadorias, o comando é dado pelos grupos transnacionais. Isto se dá, segundo Chesnais, porque,

[...] as formas mais concentradas do capital – capital financeiro predominantemente industrial ou capital de investimento financeiro “puro” – beneficiam-se, então, de um campo de operações e de um espaço de dominação que se estende sobre grande parte do planeta, ou mesmo a totalidade se estimarmos que a integração da China ao capitalismo mundial está perto de acontecer (CHESNAIS, 1999, p. 24).

Mas, como bem descreve ele,

Para tudo que pertence à esfera visível das mercadorias, são os grupos industriais transnacionais (os FMN) que têm a condição de assentar a dominação política e social do capitalismo. Porém, não são eles que comandam o movimento do conjunto da acumulação hoje [...], são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado (CHESNAIS, 1999, p. 24).

Neste sentido, segundo Chesnais (1999), o capitalismo em sua fase pós Segunda Guerra Mundial deve ser visto como monopolista, pois o que se verifica é a consolidação de diversos monopólios internacionais que vão dando forma às empresas multinacionais. Nas empresas multinacionais estão presentes os mecanismos modernos do novo padrão de acumulação de capital. Estes mecanismos, por sua vez, acabam por provocar mudanças nas formas de organização interna destas empresas, assim como, nas relações de trabalho, superando, assim, as disputas existentes no controle de fontes de matéria-prima nacional, como dos mercados.

Mas, como ressalta Chesnais (1999), por detrás de todo este processo, não se pode perder de vista que existe o comando das poderosas instituições financeiras: bancos, companhias de seguro, fundos de pensão e sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo. E são estes investidores que vêm se tornando os proprietários-acionários dos grupos de investimentos. São proprietários possuidores, na maioria das vezes, de estratégias desconhecidas da exigência da produção industrial e, normalmente, extremamente agressivas no plano do emprego e dos salários. São estes grupos os principais beneficiários da nova configuração do capitalismo.

Seguindo na mesma linha de raciocínio de Chesnais, Oliveira (2005) afirma que foi a corrida imperialista por mercado e por matéria-prima que levou o mundo à Segunda Guerra

Mundial e alterou a economia mundial, porque, depois disso, foram consolidando-se os grandes monopólios capitalistas internacionais chamados de multinacionais. Enfatiza que,

As multinacionais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho que, por sua vez, permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. O domínio e a expansão das empresas multinacionais, dessa forma, envolvem simultaneamente três processos interrelacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos em nível transnacional (OLIVEIRA, 2005, p. 243-244).

Conforme afirma Oliveira (2005), estes três processos interrelacionados consolidaram a formação de um mercado internacional que mundializou a economia e promoveu uma nova divisão internacional do trabalho, que rompeu com a antiga divisão entre países produtores de bens manufaturados e produtores de matéria-prima. A mundialização do capitalismo “uniu dialeticamente o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial” (OLIVEIRA, 2005, p. 148). Dessa forma, “o centro do capitalismo está em todos os lugares do mundo onde as empresas multinacionais estão” (OLIVEIRA, 2005, p. 148). A partir daí ocorre uma industrialização tardia nas economias subdesenvolvidas cujo maior objetivo é manter esses países subordinados, assim, como simples fornecedores de mão-de-obra barata e de recursos naturais em abundância.

Para Oliveira (2005), com a crise do capital na década de 1970 (a tendência decrescente das taxas de lucro), novas ações foram implantadas destacando-se a transnacionalização de empresas, distribuindo-se por vários países as mais diferentes fases da produção de um determinado produto, ou seja, criam-se países especializados em diferentes fases da produção do capital e, ao mesmo tempo, a empresa mundial. Como destaca ele,

A mundialização do capitalismo colocou as empresas multinacionais (monopólios que em geral atuam oligopolizados) no centro da produção material da existência humana. Esse processo criou, pois, a empresa mundial. Uma empresa que tem na busca do lucro o elo da unidade empresarial e na diversidade produtiva de bens e serviços a sua distribuição territorial em múltiplas localidades do mundo. (OLIVEIRA, 2005, p. 283)

A mundialização do capital, conforme Oliveira (2005), significou a reorganização espacial na medida em que as empresas se estabelecem em redes, cadeias de cooperação e firmam alianças com parceiros nacionais resgatando o pensamento liberal e atuando “no sentido de monopolizar ou mesmo cartelizar o mercado” (OLIVEIRA, 2005, p. 284). Essas são as condições para repor os níveis de expansão e acumulação do capital.

Conforme o exposto, pode-se afirmar que a crescente concentração e centralização na produção e nas vendas de etanol e açúcar no Brasil condiz com o que François Chesnais chamou de mundialização do capital. Neste sentido, o capitalismo no campo brasileiro, no caso, o agronegócio dos agrocombustíveis, vem construindo um conjunto de ações para garantir a expansão da acumulação de capital e, para isso, está firmando uma aliança entre a produção, a circulação e o capital financeiro, formando, assim, grandes monopólios e oligopólios, tendo sempre à frente os grupos de empresas transnacionais e, estas por sua vez, controladas e/ou dirigidas pelo capital financeiro. Portanto, há de fato uma tendência à formação de monopólios e oligopólios, no agronegócio dos agrocombustíveis no Brasil.

Neste caso, de fato o capitalismo no campo brasileiro, organizado na forma do agronegócio, agora, contando com esse setor específico dos agrocombustíveis, formulou e/ou está formulando como estratégia para garantir maior acumulação de capital uma aliança entre a produção, a circulação e o capital financeiro (este no comando), para formar, assim, grandes monopólios e oligopólios. Diante disso, há uma clara tendência à formação de monopólios e oligopólios, por meio do processo de fusão e aquisição no setor sucroalcooleiro no Brasil, que pode ser explicada a partir das teorias sobre o imperialismo, elaborada por autores como Marx, Lênin, Luxemburgo, Harvey, Ploeg, entre outros. Mas, as explicações mais próximas à realidade podem ser encontradas nas análises sobre a mundialização do capital realizadas por François Chesnais.

Este fato, inclusive pode ser encontrado na área de nossa pesquisa, no estado de Goiás, onde grandes grupos econômicos multinacionais vêm investindo tanto na plantação de cana-de-açúcar como na instalação de agroindústrias canavieiras. Ou seja, o capital vinculado ao agronegócio dos agrocombustíveis, monopolizado e/ou oligopolizado, vem se territorializando e/ou monopolizando territórios, de forma intensa, nos últimos anos, especialmente após o ano de 2005, em algumas Microrregiões de Goiás, como veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III. OS IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS SOBRE O CAMPESINATO EM GOIÁS

Conforme o capítulo anterior, dentre os fatores que causaram a expansão da área plantada de cana-de-açúcar três se destacam. São eles: 1) a demanda do mercado externo e interno por açúcar; 2) o aumento do consumo interno de etanol hidratado como combustível para veículos automotores e; 3) a adição de álcool anidro à gasolina.

O discurso de defesa do etanol tem se baseado principalmente em dois argumentos. O primeiro deles é a necessidade de substituir os combustíveis fósseis, que são considerados finitos, pelos renováveis, especialmente os produzidos a partir da biomassa; e o segundo é a necessidade de reduzir as emissões de CO₂ na atmosfera. E, assim, ocorre a expansão do setor sucroalcooleiro que, atualmente, vem passando por um processo de concentração e centralização de capital, tanto na produção como na comercialização do etanol, com formação de monopólios e oligopólios pelas empresas do agronegócio dos agrocombustíveis.

O desenvolvimento do agronegócio dos agrocombustíveis vem causando grandes impactos sobre o campesinato. É este o objeto de estudo deste capítulo: compreender e apreender os impactos causados pela expansão da área plantada com cana-de-açúcar sobre as famílias camponesas, no estado de Goiás. Esse estudo vai desvendar o que, de fato, existe detrás do discurso do desenvolvimento, ou seja, as grandes contradições que atingem principalmente a vida no campo e o campesinato.

Situar a pesquisa no meio rural é necessário porque, no meio urbano, que apenas consome o etanol, identificar as contradições em todo o processo produtivo do etanol, especialmente no que diz respeito à produção da matéria-prima para sua fabricação, a cana-de-açúcar, é muito mais difícil. E é justamente na etapa agrícola, na produção da cana-de-açúcar, que tem se percebido as maiores contradições que envolvem empresas do setor e famílias camponesas. Em Goiás, nas frações de territórios onde se produz e se expande a cana é onde se desenrolam os maiores conflitos.

Além disso, como consequência do aumento da área plantada com cana, no estado de Goiás, importantes áreas de Cerrado³⁵ que deveriam estar protegidas foram/estão sendo tomadas pelo monocultivo de cana-de-açúcar para produção de açúcar e etanol. Essa expansão

³⁵ O Cerrado abrange cerca de dois milhões de quilômetros quadrados e faz conexão com a Amazônia, a Mata Atlântica, o Pantanal e a Caatinga. Sua área central está nos estados de Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, sul do Maranhão, oeste da Bahia e parte do estado de São Paulo e no Distrito Federal. Abrange ainda uma pequena porção no Paraná e enclaves localizados em Roraima, no Amapá e extremo norte do Pará (ISPN, 2010, p. 01).

da cana também traz grandes consequências para a produção de alimentos e, certamente, para a soberania alimentar.

Mas, para aprofundar este debate, antes se faz necessário conhecer como vem se estruturando e se desenvolvendo o agronegócio dos agrocombustíveis no estado de Goiás.

3.1 O agronegócio dos agrocombustíveis no estado de Goiás

Situado no centro do país, Goiás possui 341.300 Km² de área total, com suaves declives em grande parte de seu território, extensos planaltos, também chamados de chapadões e chapadas e nascentes que dão origem a bacias hidrográficas importantes como a Amazônica, a do Prata, a do São Francisco e a do Tocantins-Araguaia. O estado também é caracterizado pelo predomínio de solos da classe dos latossolos que recobrem as chapadas. O clima é tropical subúmido, quente, tendo apenas duas estações bem definidas e contrastantes: o verão, chuvoso, e o inverno, seco (CASTRO, BORGES e AMARAL, 2007).

A formação econômica do estado de Goiás teve início no século XVIII com a extração do ouro. Em função do povoamento heterogêneo, da dispersão das jazidas e da grande distância dos centros litorâneos, as atividades mercantis eram bastante tênues no território. As atividades econômicas relacionadas ao ouro não dispensaram a agropecuária, mas esta era incipiente e assim continuou mesmo com a diminuição do rendimento das minas de ouro. O fluxo migratório para Goiás, ao longo do século XIX, consequência da expansão do café que foi empurrando para o interior as outras atividades agropecuárias, propiciou a consolidação das fazendas de gado (ESTEVAM, 2004).

A organização rural, que surgiu e consolidou-se em Goiás, no século XIX, baseava-se na grande propriedade na qual se praticava pecuária extensiva, para corte, em maior proporção, e, em menor, para produção de leite para consumo próprio, e a agricultura para autoconsumo, com pouco excedente colocado em mercados próximos ou locais. As relações sociais de produção entre proprietários de terra e não proprietários e pequenos proprietários eram, na maioria dos casos, não capitalistas; baseavam-se em relações de compadrio, vizinhança, parentesco e/ou parceria (ou meagem, ou arrendamento) (ESTEVAM, 2004).

No início do século XX, os trilhos da Ferrovia Mogiana que ligavam São Paulo a Araguari, no Triângulo Mineiro, fronteira com o Sudeste de Goiás, chegaram a Catalão, no Sudeste Goiano, estreitando a articulação interregional com São Paulo e convertendo o Triângulo Mineiro em notável entreposto mercantil. A estrada-de-ferro, no território goiano,

incrementou a sua urbanização e fomentou a produção agrícola comercial embora sem dissolver as antigas relações de trabalho e convivência no campo.

A Revolução de 1930 e a estratégia getulista da “Marcha para o Oeste” viabilizaram a construção de uma nova capital para Goiás favorecendo grande fluxo migrante e de investimentos para a região Centro-Sul do País. Nesse contexto, um projeto do governo federal para Goiás criou colônias agrícolas em Goiás, a primeira delas a CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em Ceres. Ainda no contexto da “Marcha para o Oeste”, mas já no governo Kubistchek, ocorreu à construção de Brasília, incrustada no território goiano, que incentivou a migração não só para lá, mas também para outras partes do interior do Brasil. A migração, na segunda metade do século XX, avançou sobre parte do médio-norte do país e a abertura da Rodovia Belém-Brasília facilitou a integração dessa região aos centros comerciais mais ao sul do estado e, logo com a região Sudeste do Brasil. (ESTEVAM, 2004).

Após 1970, o aparato institucional do governo federal, no período da ditadura militar, promoveu a modernização conservadora da agricultura na região dos Cerrados em grande parte movida pelo programa estadunidense da “Revolução Verde” – “conservadora” porque não só manteve como incentivou a continuidade da estrutura fundiária marcada pelos latifúndios e porque excluiu dela os camponeses e *trabalhadores da terra*. Contam-se no aparato institucional o Estatuto da Terra (1964) e o do Trabalhador Rural (1963) e os programas político-econômicos de incentivo à ocupação do Cerrado. A expulsão das famílias camponesas do campo foi notável e, em decorrência, houve acelerado incremento populacional nas áreas urbanas.

O espírito de inovação, o elevado capital técnico por trabalhador, a produção em massa e a alta produtividade passaram a caracterizar grande parte das atividades produtivas na região. A partir de então, a penetração de maquinário e demais investimentos tecnológicos no campo transformaram o ambiente sócio-econômico e natural. O fluxo migratório, forçado, rural-urbano foi significativo nos últimos trinta anos. As famílias foram expulsas das fazendas e grande parte permaneceu em cidades próximas na condição de trabalhadores rurais temporários. O número de agregados de fazendas foi reduzido drasticamente assim como o de lavradores sem terra que cultivavam em pequenas glebas alheias. Antigos meeiros tornaram-se diaristas, da mesma forma que pequenos proprietários passaram a fornecer trabalho acessório em propriedades alheias sazonalmente como assalariados. Enfim, as relações no campo em Goiás tornaram-se monetarizadas e contratuais.

Segundo Estevam (2004), com o processo de modernização da agricultura, o campo foi se “esvaziando”; a urbanização acelerada fez com que cerca de 87% de seus habitantes vivam

nas cidades. Neste sentido, o desenvolvimento econômico de Goiás se deu de forma excludente e seletiva, concentrou-se em poucos produtos e em selecionados produtores. A valorização das terras e as inovações produtivas colaboraram para um intenso esvaziamento do campo havendo incremento populacional sem precedentes nas áreas urbanas. Como destaca Mendonça,

A partir da década de 1980, Goiás se tornou um grande laboratório de políticas de “compensação social”, atendendo as demandas de milhares de famílias – camponesas e *trabalhadoras da terra* que, expulsas do campo, ocupavam de forma desordenada as áreas urbanas, principalmente as metrópoles (Goiânia e Brasília), mas também nas médias cidades goianas. A política clientelista conservava o estilo populista, como forma de amainar as possíveis convulsões sociais, e consolidava o novo pacto social entre as velhas elites oligárquicas e os empresários rurais. O Estado acenava com estímulos fiscais e infraestrutura assegurando a modernização conservadora da agricultura e, concomitantemente, acalentava os trabalhadores desterritorializados com políticas assistencialistas, perpetuando no poder as elites conservadoras (MENDONÇA, 2004, p. 170)..

Desse modo, a formação territorial do estado de Goiás caracteriza-o como sendo um lugar de muita terra sem gente e de muita gente sem terra. Ou seja, um estado com grande concentração fundiária: um pequeno número de grandes propriedades concentra a maior parte das terras.

Como destaca Mendonça (2007), é fundamental compreender a modernização capitalista para assim entender as transformações sociais e espaciais ocorridas nas áreas de Cerrado, o que nada mais é do que a *modernização do território*. Neste sentido, a incorporação dos *territórios goianos* aos interesses dos centros hegemônicos nacionais e internacionais fizeram com que houvesse uma espécie de *hibridagem*, resultante da imposição das inovações técnicas e tecnológicas e da força da tradição, produzindo diferentes singularidades. Por isso, segundo o autor, “a especificidade de Goiás está exatamente nesse processo de construção do espaço que requalifica as relações sociais, econômicas, políticas e culturais a partir da *modernização do território*, sem [...] alterar a estrutura fundiária, altamente concentrada” (MENDONÇA, 2004, p. 174).

Nos últimos anos, como mostra a Tabela 01, as propriedades rurais com áreas acima de 1.000 ha aumentaram no período de 1970 a 1985 e no de 1995 a 2006 diminuíram em relação a 1985, mas a quantidade de 2006 ainda é superior à de 1970; as propriedades com áreas de 100 ha a menos de 1.000 ha se mantiveram praticamente estáveis durante o período de 1970 a 2006. O número de propriedades com área de 10 ha a menos de 100 ha diminuiu entre 1970 e 1980, mas de 1985 a 2006 aumentaram, superando os anos anteriores. De 1970 para 1985, o número de propriedades com menos de 10 ha de área passou de 14.149 para 25.361 e caiu para 21.834 em 2006. Nesses dois grupos os aumentos verificados ocorreram em função da

luta pela terra, mas isso não significa necessariamente conquistas/vitórias da reforma agrária uma vez que o número de propriedades com área entre 100 e mais de 1000 ha praticamente se manteve o mesmo até 2006. Cabe aqui salientar que, este processo ocorreu mesmo com Goiás perdendo parte de seu território, em 1988, para o atual estado de Tocantins.

Tabela 01 – Número de estabelecimentos agropecuários no estado de Goiás – série histórica (1970/2006).

Grupo de área total	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Menos de 10 ha	14.149	16.728	13.825	25.361	12.526	21.834
10 a menos de 100 ha	53.842	52.401	52.136	58.944	55.073	72.241
Menos de 100 ha	67.991	69.129	65.961	84.305	67.599	94.075
100 a menos de 1000 ha	35.366	37.729	39.133	41.217	38.728	34.549
1000 ha e mais	4.187	5.031	5.502	5.811	5.437	4.946
Total	107.544	111.889	110.596	131.333	111.764	133.570

Fonte: IBGE – Censo agropecuário – série histórica.

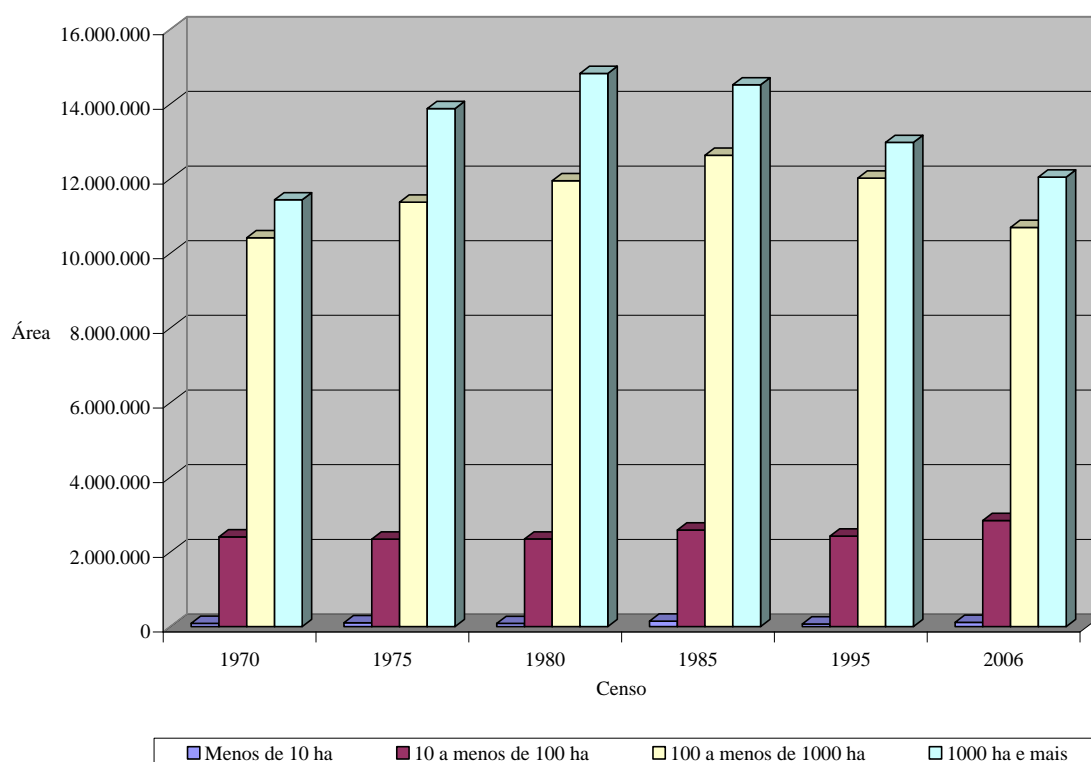


Gráfico 06 – Área (em hectares) de cada grupo de estabelecimentos – série histórica (1970/2006).

Fonte: IBGE - Censo agropecuário.

Conforme mostra o Gráfico 06, a concentração de terras em propriedades com áreas acima de 1.000 ha chegou a aproximadamente 15 milhões de hectares em 1980, o que significa que, em média, cada propriedade destas tinha aproximadamente 3 mil hectares, pois, de acordo

com a Tabela 01 naquele ano foram contadas 5.031 propriedades nesse grupo de propriedades com área superior a 1.000 ha. No mesmo ano de 1980 as propriedades que tinham menos de 100 ha somaram 65.961 (Tabela 01) e a área desse grupo era de aproximadamente 2 milhões de ha, o que dá uma média aproximada de 3,7 ha por propriedade. Em 1985, em 1995 e em 2006 diminuiu um pouco a área com mais de 1.000 ha, mas essa área total ainda se manteve maior que em 1970. E o número de propriedades com área entre 100 ha e menos de 1.000 ha diminuiu em 2006 comparando-se com 1970, mas a área total do grupo dessas propriedades aumentou, mesmo com a perda de parte do território goiano para Tocantins em 1988.

É justamente neste cenário, de grande concentração fundiária, mas que, ao mesmo tempo, envolve também médias e pequenas propriedades e não apenas as grandes que se desenvolve o agronegócio dos agrocombustíveis, no estado de Goiás.

No que se refere ao início da plantação de cana-de-açúcar no estado de Goiás, não se tem uma data exata. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1960, a área plantada com cana-de-açúcar, no estado, era de 3.200 ha. Passou para 4.410 ha em 1970 e, 14.800 ha em 1980, ano no qual começa a se desenvolver a atividade sucroalcooleira em Goiás, com a implantação das primeiras agroindústrias canavieiras. De lá para cá, o setor passou por grandes transformações.

Com a expansão avassaladora da área plantada com cana-de-açúcar no Centro-Sul do país, nos últimos anos (conferir no capítulo anterior), o estado de Goiás, por possuir condições de solo e clima favoráveis à cultura, às quais se associaram outros fatores, que vão desde a logística até às políticas públicas, nacional e estadual, começa também a expandir a plantação da cana. Como destacam Wilkinson e Herrera (2008, p 11), “Os investimentos [...] levam em consideração diversos fatores, entre os quais os seguintes: incentivos, preços de terras, infraestrutura, logística e regulações”. Retornaremos a esta discussão mais à frente.

Em Goiás, a grande expansão da área plantada com cana-de-açúcar vem seguindo a mesma lógica do crescimento em todo o Centro-Sul do Brasil, ou seja, vem ocorrendo após o ano de 2004, quando, de 176.328 hectares plantados, saltou para 655.201 hectares, na safra 2010/2011. Um aumento de 372 % em apenas sete anos. Estes dados podem ser verificados no Quadro 01.

Quadro 01 – Evolução da área plantada de cana-de-açúcar, no estado de Goiás – 1960 a 2011.

Ano/safra	Área plantada (hectares)
1960	3.200
1970	4.410
1980	14.800
1990	106.826
1991	111.861
1992	105.960
1993	108.861
1994	104.582
1995	115.073
1996	117.990
1997	115.187
1998	144.022
1999	148.368
2000	139.186
2001	129.921
2002	203.685
2003	168.007
2004	176.328
2005	200.048
2006	237.547
2007	278.000
2008	416.137
2009	524.194
2010	585.948
2011	655.201

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal; CANASAT.

Org. BUNDE, A. 2011.

Nota: Total cultivado: engloba todas as classes (soca, reformada, expansão e em reforma), mas não inclui os novos plantios de cana, que serão colhidos no ano/safra seguintes. Por exemplo, uma lavoura de cana plantada em fevereiro de 2010 somente estará disponível para colheita na safra 2011/2012 e, portanto, não está incluída na classe "Total cultivado" referente à safra 2010/2011. Por isso, a área total com cana pode ser ainda maior.

A área plantada com cana-de-açúcar, no estado de Goiás, conforme os dados do Quadro 01, teve períodos de aumento e de estabilidade. O Gráfico 07 mostra, de forma mais clara, os ciclos percorridos pela expansão da área plantada com cana-de-açúcar, no estado de Goiás, e, nele, pode-se perceber quatro diferentes ciclos ocorridos.

O primeiro ciclo ocorreu durante a década de 1980. Este período, tido como o inicial, ocorreu em função da criação do PROÁLCOOL, do governo federal, em 1975. Houve um enorme crescimento na área plantada com cana nesta década: de 14.800 ha em 1980 a plantação chegou a 106.826 ha em 1990.

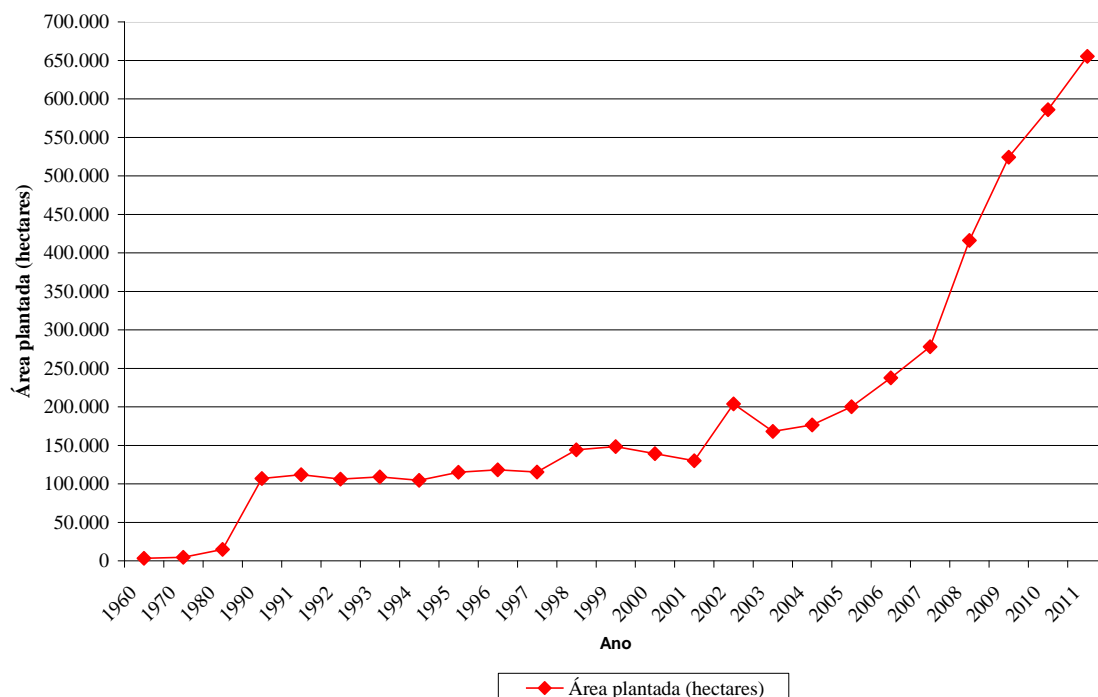


Gráfico 07 – Evolução da área plantada com cana-de-açúcar no estado de Goiás – 1990 a 2011.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal; CANASAT.

Org. BUNDE, A. 2011.

Já com a crise no setor, ocorrida durante a década seguinte, a de 1990, a área plantada com cana-de-açúcar no estado de Goiás se manteve praticamente estável durante este período e até 2000, o que caracteriza o segundo ciclo. Esta estabilidade se deve a dois fatores. O primeiro deles é a redução do preço do petróleo a nível internacional e o segundo, o aumento do preço do açúcar, que fez os usineiros substituírem a produção de etanol pela de açúcar, fato este ocorrido principalmente a partir da metade da década de 1980, conforme Wilkinson e Herrera (2008, p. 10).

Na segunda metade dessa década, no entanto, uma combinação de fatores fez com que o programa [Proálcool] entrasse em colapso. Os preços do petróleo caíram drasticamente, o preço do açúcar no mercado mundial se tornou atraente e a crise econômica no Brasil tornou cada vez mais difícil sustentar os enormes subsídios que o programa exigia (mais de US\$ 10 bilhões ao longo da década). A produção de cana-de-açúcar foi desviada para exportações precisamente no momento em que as vendas de carros estavam em sua maior alta, gerando desabastecimento e pressionando para cima o preço do álcool, o que minou sua atratividade. A decepção dos consumidores gerou um colapso nas vendas de carros movidos a álcool e, no final da década, sua produção caiu fortemente, até ser interrompida na década de 1990.

Desse modo, a crise do setor, durante a década de 1990, estagnou a área plantada com cana-de-açúcar, no estado de Goiás.

O terceiro ciclo, que pode ser dividido em duas fases, se inicia com uma retomada, do ano de 2001 para o ano de 2002, desta vez influenciada novamente pelo aumento dos preços do petróleo e pelo lançamento dos veículos *flex fuel*. Diante desta nova conjuntura, de possibilidade de expansão do setor, o estado de Goiás começa, a partir do ano de 2002, a retomada da atividade do agronegócio dos agrocombustíveis. É este motivo que explica o crescimento elevado da área plantada em 2002, que ultrapassou os 200 mil hectares. Mas, logo em seguida, nos dois anos seguintes, houve uma pequena redução. A segunda fase deste terceiro ciclo inicia-se com a retomada contínua do crescimento em 2006, que expandiu-se crescentemente até o ano de 2011.

O quarto ciclo é o de “explosão” da área plantada com cana, que ocorreu a partir do ano de 2007, quando a área plantada, de 278 mil hectares, salta para mais de 416 mil ha, no ano de 2008, um crescimento de 50%, em apenas um ano.

Outro elemento importante a considerar em relação à área plantada com cana-de-açúcar é a sua localização. Seguindo os critérios de divisão adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado de Goiás possui dezoito microrregiões geográficas. Destas, cinco, segundo dados da Produção Agrícola Municipal, série histórica, do mesmo órgão, se destacam na plantação de cana. São elas: Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois e Ceres. Nestas áreas está concentrada grande parte da plantação. Os dados do quadro 03 mostram a evolução da área plantada, por microrregiões, no estado de Goiás, de 1990 a 2009.

A análise dos dados do Quadro 02 e dos do Quadro 01, mostram que a área plantada de cana-de-açúcar, que, em 1980, era de 14.800 ha, passa para 106.826 hectares, em 1990, um crescimento de 722%, na década. Por este motivo pode-se afirmar que a década de 1980 foi a do primeiro ciclo da cana-de-açúcar, no estado de Goiás.

Mas, esse crescimento ocorrido durante a década de 1980 concentrou-se em algumas microrregiões do estado, tanto que, em 1990, grande parte da área plantada estava concentrada em três Microrregiões geográficas: Vale do Rio dos Bois, com participação de 25%, seguida pela de Ceres, com 24%, e pela do Sudoeste de Goiás, com uma participação de 22%. Juntas estas três microrregiões concentravam 71% de toda a área plantada com cana-de-açúcar, no estado de Goiás, conforme o Gráfico 08.

Quadro 02 - Área plantada (em hectares) com cana-de-açúcar, no estado de Goiás, por microrregiões geográficas – 1990 a 2009

Estado de Goiás e Microrregiões Geográficas	Ano										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Estado de Goiás (total)	106.826	111.861	105.960	108.861	104.582	115.073	117.990	115.187	144.022	148.368	139.186
São Miguel do Araguaia - GO	240	260	80	95	90	120	55	75	125	140	195
Rio Vermelho - GO	55	85	85	75	55	85	70	70	90	110	100
Aragarças - GO	150	146	125	120	120	125	110	128	98	98	98
Porangatu - GO	1.038	894	778	706	676	690	279	470	885	990	920
Chapada dos Veadeiros - GO	1.056	862	862	970	670	850	265	550	890	900	845
Ceres - GO	25.266	24.070	21.136	21.517	17.985	20.852	26.709	27.990	26.420	26.985	25.155
Anápolis - GO	7.374	6.261	7.142	7.721	7.286	8.631	6.579	6.696	9.308	6.891	7.352
Iporá - GO	187	191	188	174	182	189	152	35	35	35	35
Anicuns - GO	1.952	2.642	2.702	3.555	3.054	3.617	5.469	5.320	8.356	9.156	9.156
Goiânia - GO	532	472	565	762	1.275	1.300	1.039	1.134	1.435	875	803
Vão do Paranã - GO	1.154	1.209	1.209	1.239	660	732	292	946	1.041	1.159	1.164
Entorno de Brasília - GO	7.487	13.807	10.447	3.157	3.097	4.595	6.333	6.498	6.683	6.933	6.208
Sudoeste de Goiás - GO	24.005	25.230	19.534	23.355	21.987	26.756	21.206	19.541	27.253	30.290	30.706
Vale do Rio dos Bois - GO	26.650	21.310	28.015	29.153	26.755	19.585	24.121	17.055	31.635	34.685	35.685
Meia Ponte - GO	4.327	6.162	6.300	9.220	13.228	19.209	16.551	20.374	21.258	21.201	14.320
Pires do Rio - GO	763	440	490	560	510	725	1.760	175	280	170	164
Catalão - GO	4.578	7.808	6.290	6.470	6.940	7.000	7.000	8.130	8.230	7.750	6.280
Quirinópolis - GO	12	12	12	12	12	12	-	-	-	-	-

Continua...

Continuação...

	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estado de Goiás (total)	129.921	203.685	168.007	176.328	200.048	237.547	278.000	416.137	524.194
São Miguel do Araguaia - GO	230	75	60	115	107	123	123	147	110
Rio Vermelho - GO	100	180	150	160	185	205	205	215	215
Aragarças - GO	98	118	98	80	78	85	95	87	84
Porangatu - GO	1.090	535	445	348	384	406	406	2.194	3.219
Chapada dos Veadeiros - GO	595	605	620	627	644	642	642	641	642
Ceres - GO	25.885	46.790	45.925	53.770	61.510	62.350	84.006	78.990	76.510
Anápolis - GO	7.678	11.441	11.709	11.894	11.954	12.379	12.592	20.647	20.647
Iporá - GO	40	50	40	60	70	70	70	80	80
Anicuns - GO	9.057	9.057	9.057	9.067	10.572	11.708	12.741	21.329	19.726
Goiânia - GO	582	1.107	1.049	1.029	1.019	1.124	2.460	2.602	2.181
Vão do Paranã - GO	1.127	1.253	1.268	1.272	1.342	1.432	1.432	1.429	1.129
Entorno de Brasília - GO	5.873	5.900	5.380	5.822	5.772	19.352	13.512	16.552	23.002
Sudoeste de Goiás - GO	33.976	53.062	36.806	36.905	41.184	42.500	42.810	69.671	98.018
Vale do Rio dos Bois - GO	23.644	45.777	34.288	24.781	27.361	27.705	31.100	48.560	64.595
Meia Ponte - GO	18.394	24.301	18.879	27.137	34.232	47.706	57.916	94.301	125.171
Pires do Rio - GO	157	374	218	186	294	270	310	402	515
Catalão - GO	1.395	3.060	2.015	3.075	3.340	3.490	3.580	4.590	5.550
Quirinópolis - GO	-	-	-	-	-	6.000	14.000	53.700	82.800

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal – série histórica.

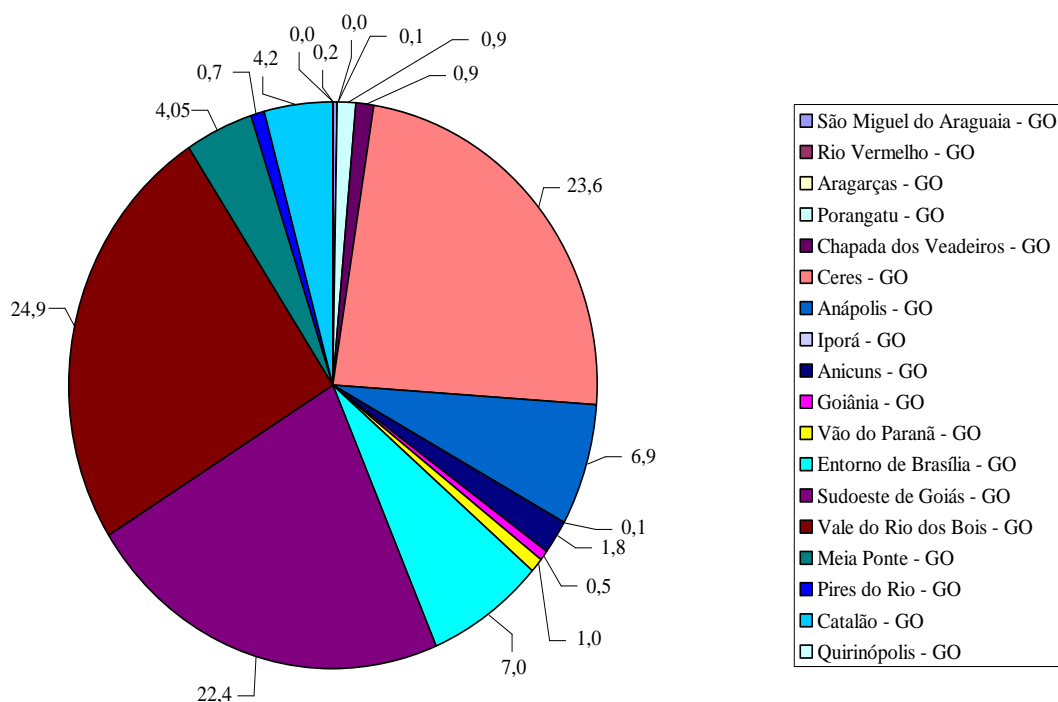


Gráfico 08 - Participação, em percentual, das microrregiões geográficas do estado de Goiás, na área plantada com cana-de-açúcar – 1990.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.
Org. BUNDE, A. 2011.

Passados 19 anos, este cenário mudou. Não é mais o mesmo. Microrregiões onde, até 1990, a plantação de cana-de-açúcar era inexpressiva, atualmente tornaram-se grandes produtoras. Exemplo disso pode-se verificar no Gráfico 09, que mostra a participação, em percentual, de cada uma das dezoito microrregiões geográficas, do estado de Goiás, na área plantada com cana-de-açúcar, dezenove anos depois, ou seja, em 2009.

Entre as cinco microrregiões que atualmente são as grandes produtoras de cana-de-açúcar, no estado de Goiás, a que teve maior expansão na área plantada, entre 1990 e 2009, foi a da Meia Ponte. Passou dos 4.327 ha, em 1990, para 125.171 hectares em 2009. Este crescimento foi de 2.893%. As demais microrregiões também tiveram crescimento significativo, com exceção da de Ceres que, nos últimos dois anos, apresentou uma pequena redução. O Gráfico 10 mostra como vem ocorrendo este aumento na área plantada com cana nestas microrregiões, a partir do ano de 2007.

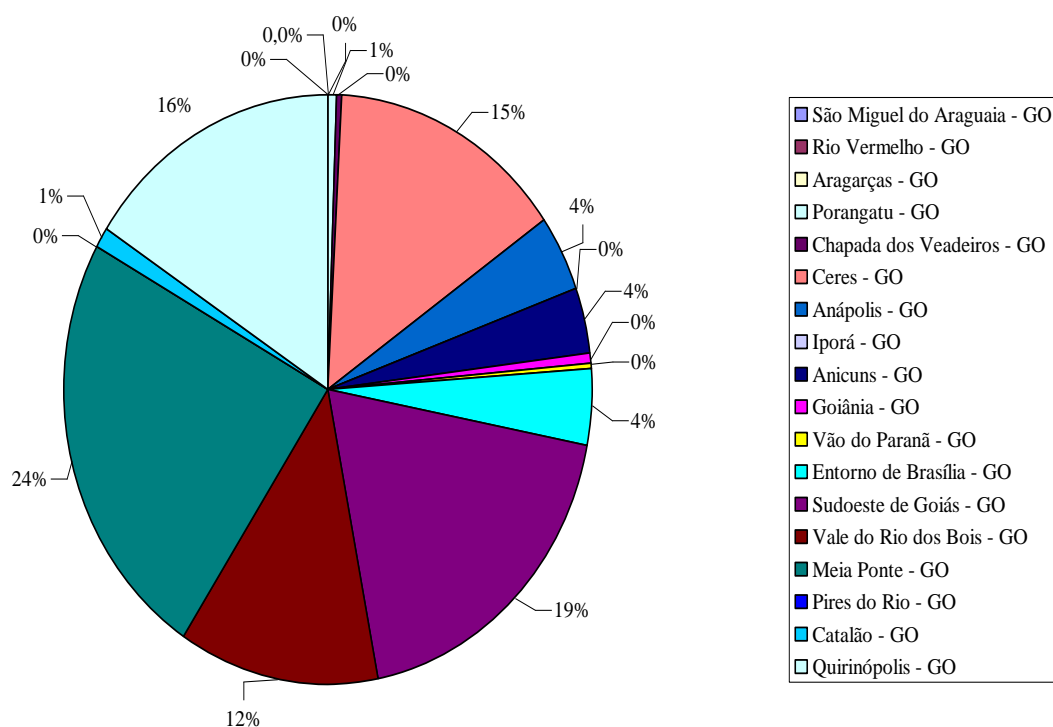


Gráfico 09 - Participação, em percentual, das microrregiões geográficas, do estado de Goiás, na área plantada com cana-de-açúcar – 2009.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal
Org. BUNDE, A. 2011.

Somando-se a área de plantação de cana-de-açúcar das cinco microrregiões (Meia Ponte, com 24%; Sudoeste de Goiás, com 19%; Quirinópolis, com 16%; Ceres, com 15%; e, Vale do Rio dos Bois, com 12%) observa-se que nelas estão concentrados 86% de toda a cana plantada no estado. As demais microrregiões onde a plantação de cana está concentrada são: a de Anápolis, a do Entorno de Brasília e a de Anicuns, com uma participação de cerca de 4% cada uma delas.

Ao se analisar os dados percebe-se que existe uma grande concentração e tendência de crescimento ainda maior na plantação de cana-de-açúcar no Sul de Goiás. Um dos exemplos é o grande crescimento ocorrido no município de Quirinópolis. Até o ano de 2005, a plantação de cana na microrregião de Quirinópolis era praticamente inexistente. O Mapa 01 identifica a distribuição da área plantada (safra 2009/2010) com cana-de-açúcar nos municípios do estado de Goiás.

A produção de cana-de-açúcar no estado de Goiás, na safra 2009/10, se desenvolvia em 92 municípios. Os municípios maiores produtores, na safra 2010/11, segundo dados do canasat,³⁶

³⁶ Dados disponíveis em: <http://www.dsr.inpe.br/canasat/>.

e que possuem área plantada superior a 30 mil hectares, são os municípios de Goiatuba, com 33.039 ha; Itumbiara, 34.208 ha; Santa Helena de Goiás, 36.674 ha e Quirinópolis, com 43.502 ha, o maior produtor do estado. Juntos estes municípios possuem quase um quarto da área plantada com cana, no estado de Goiás, ou seja, 22,5 %.

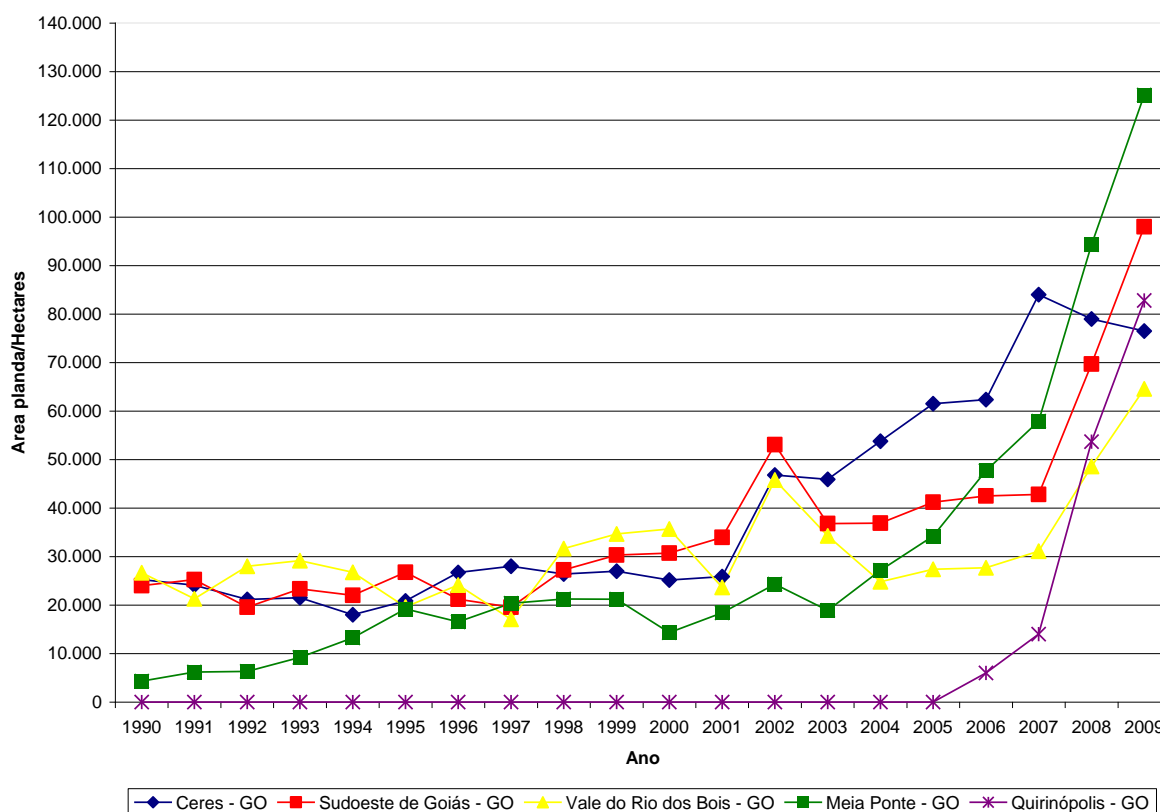
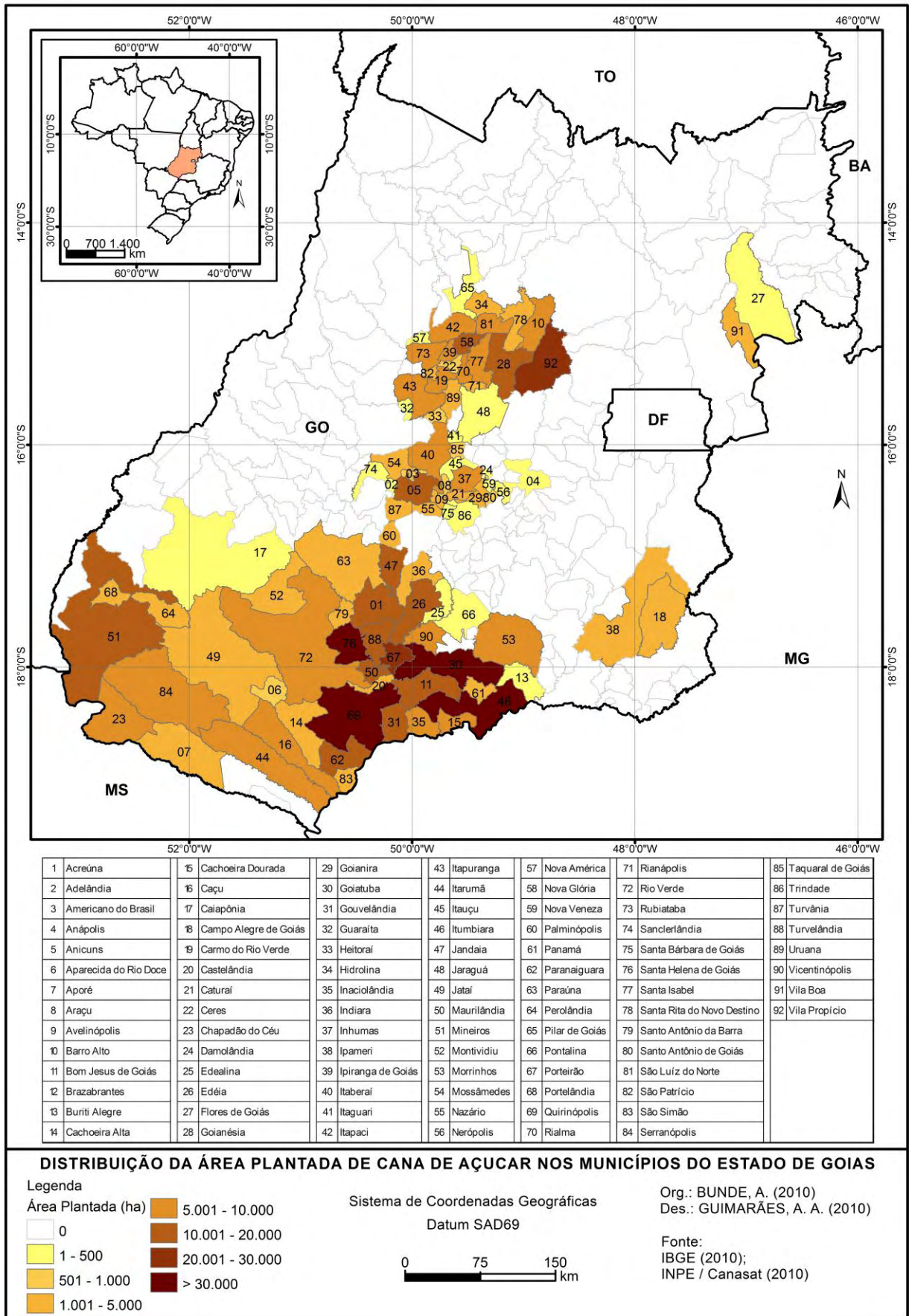


Gráfico 10 – Evolução da área plantada (em hectares) com cana-de-açúcar nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990-2009.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal
Org. BUNDE, A. jan., 2011.

Toda a plantação de cana-de-açúcar e seu enorme crescimento nos últimos anos, no estado de Goiás, têm uma finalidade: produzir etanol e/ou açúcar. É para isso que se cultiva esta planta. Mas, para que isso ocorra faz-se necessário a existência de um parque industrial sucroalcooleiro para a fabricação destes dois produtos. O enorme crescimento da área plantada de cana-de-açúcar, está, portanto, diretamente relacionado à formação e crescimento do parque industrial sucroalcooleiro, necessário para o processamento da cana e fabricação do etanol e do açúcar.



3. 2 A instalação das agroindústrias canavieiras no estado de Goiás

A primeira agroindústria canvieira a se instalar no estado de Goiás foi a Sociedade Açucareira Monteiro de Barros, localizada no município de Goianésia, em 1968, que, posteriormente, foi adquirida pelo Grupo Matari, de Pernambuco, em 1989, quando passou a se chamar Usina Goianésia. Mas, considerando a data do pedido de licenciamento ambiental de funcionamento, a primeira usina a entrar com pedido em Goiás foi a usina Vale Verde Empreendimentos Agrícolas (à época Usina Pite S/A), localizada no município de Itapuranga, que apresentou seu pedido no dia 06.12.1979. Nos dois anos seguintes, 1980 e 1981, inúmeras outras empresas pediram licenciamento ambiental de funcionamento para atuarem tanto na produção de açúcar como na de etanol. Entre elas estão a Destilaria Lago Azul, localizada no município de Ipameri, as usinas Goianésia e Jalles Machado, localizadas no município de Goianésia, a Denusa Destilaria Nova União S/A, localizada no município de Jandaia, a usina Centroálcool S/A, localizada no município de Inhumas, e Anicuns S/A Álcool Derivados, localizada no município de Anicuns³⁷. Foram estas as agroindústrias canvieiras pioneiras na fabricação de açúcar e álcool no estado de Goiás.

Dado início à montagem do parque industrial, no começo dos anos de 1980, a partir da década de 1990 a produção de etanol em Goiás se manteve praticamente estável, evidentemente, como a área plantada com cana. A produção de açúcar, por sua vez, teve pequeno crescimento em algumas safras, devido ao desvio dos usineiros da cana para a produção de açúcar e não de álcool.

No que se refere à produção de etanol, assim como o ocorrido na área plantada com cana, obteve-se um aumento, de 2007 para 2008, de 50%, em apenas um ano. Na safra 2006/07 foram fabricados, em Goiás, 821 milhões de litros de etanol, já na de 2010/11 foram produzidos 2.895.249.000 litros. Neste período, que vai da safra 2006/07 à de 2010/2011, o crescimento na fabricação de etanol, no estado de Goiás, foi de 352,4% (sucessivamente de 47,7%, 29,6%,...). Por isso, pode-se afirmar que o etanol foi responsável por grande parte do crescimento das lavouras de cana-de-açúcar no estado de Goiás.

Já a produção de açúcar foi diferente. Mesmo tendo havido crescimento consecutivo, o grande salto ocorreu a partir da safra 2008/09, influenciado, certamente, pelos seguintes motivos: aumento da área plantada com cana-de-açúcar e aumento do número de agroindústrias canvieiras em operação, que foram influenciados por outros dois motivos: a

³⁷ Ver tabela em: http://www.mp.go.gov.br/nat_sucroalcooleiro/Documents/relacao/tabelaagroindustrias_canvieira.pdf.

tendência de crescimento da demanda interna de açúcar e o aumento da demanda externa e, consequentemente, do preço do açúcar no mercado internacional. O Gráfico 11 apresenta a evolução da fabricação de etanol e açúcar, no estado de Goiás.

Quadro 03 - Evolução da produção de etanol e açúcar no estado de Goiás – Safra 1990/91 a 2009/10.

Safra	Etanol/mil litros	Açúcar/toneladas
90/91	290.879	42.095
91/92	368.201	53.277
92/93	316.833	106.440
93/94	310.738	152.989
94/95	364.401	203.897
95/96	365.669	226.021
96/97	451.611	309.107
97/98	508.339	285.146
98/99	447.979	341.361
99/00	314.759	368.528
00/01	318.431	397.440
01/02	379.284	505.843
02/03	455.124	577.067
03/04	646.344	668.185
04/05	716.937	729.760
05/06	728.535	749.836
06/07	821.556	766.125
07/08	1.213.628	950.602
08/09	1.725.935	958.419
09/10	2.196.179	1.384.081
10/11	2.895.249	1.798.391

Fonte: União da Indústria de Cana-de-açúcar/ÚNICA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA; SIFAEG.

Nota: O total de etanol produzido inclui o álcool anidro e o álcool hidratado.

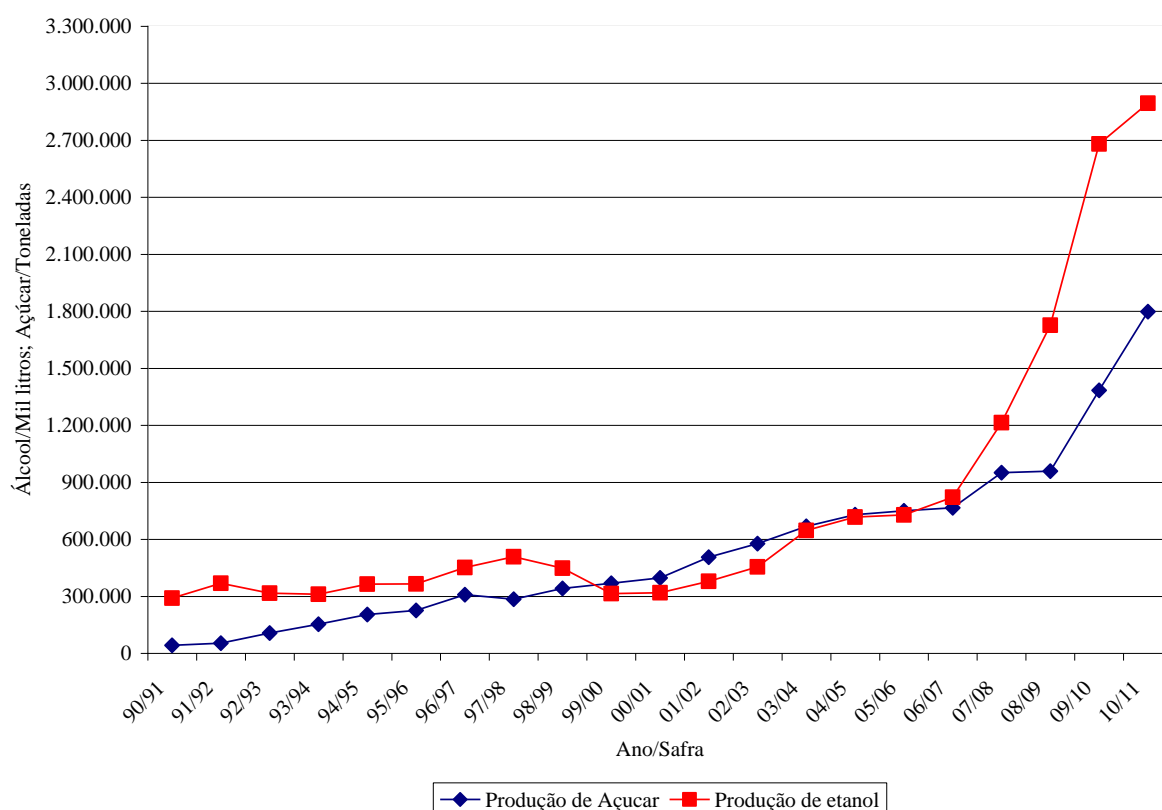


Gráfico 11 – Evolução da produção de etanol e de açúcar, no estado de Goiás – Safra 1990/91 a 2010/11.

Fonte: União da Indústria de Cana-de-açúcar/ÚNICA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA; SIFAEG.

Org. BUNDE, A. 2011.

Nota: Os dados contabilizados da produção de 2011, referem-se à usina CEM que teve suas atividades encerradas no dia 31/01/2011. Todas as demais unidades tiveram o encerramento da produção ainda no ano de 2010.

Para a fabricação de todo o etanol e o açúcar, no estado de Goiás, na safra 2010/11, segundo dados do Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de Goiás – SIFAEG, foram processados cerca de 46 milhões de toneladas de cana. A quantidade de cana-de-açúcar processada, com exceção das safras de 1999/00 e 2000/01, se manteve crescente, durante o período que vai de 1990 a 2010. Estes dados são apresentados no Gráfico 12.

A participação do estado de Goiás na quantidade de cana-de-açúcar processada no Brasil, que na safra 2000/01 era de apenas 2,80 %, passou para 7,3 %, na safra de 2010; Goiás ficou atrás de São Paulo, com 54%, Minas Gerais, com 8,7% e Paraná com 7,5%, segundo dados da CONAB. Ou seja, a participação de Goiás na quantidade processada de cana no país quase triplicou, o que demonstra que, no estado de Goiás, a expansão foi, durante o período, bem superior à média da expansão nacional. Diante disso, conclui-se que o agronegócio dos agrocombustíveis, no estado de Goiás, vem se expandindo nos últimos anos, em quantidades

superiores às observadas no resto do Brasil, principalmente após o ano de 2005, quando, de menos de 20 agroindústrias canavieira, saltou para 36, em operação, em 2009.

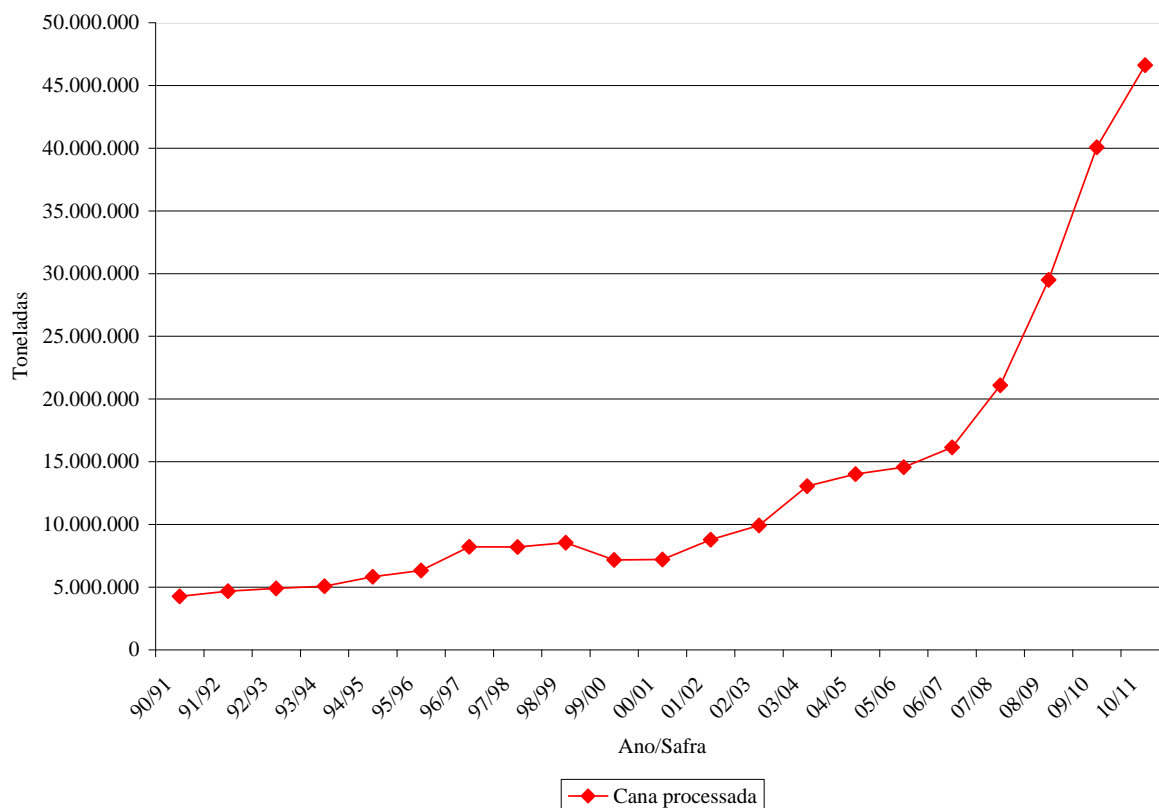


Gráfico 12 – Evolução da cana-de-açúcar processada (toneladas), no estado de Goiás – Safra 1990/91 a 2010/11. Fonte: União da Indústria de Cana-de-açúcar/ÚNICA; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA; SIFAEG Org. BUNDE, A. 2011.

Nota: Os dados contabilizados da produção de 2011 referem-se à usina CEM que teve suas atividades encerradas no dia 31/01/2011. Todas as demais unidades tiveram o encerramento da produção ainda no ano de 2010.

O número de agroindústrias canavieiras do estado de Goiás é superado, segundo dados do SIFAEG, apenas por São Paulo que possuía, em 2009, 199 agroindústrias canavieiras e por Minas Gerais, com 43. Além disso, no estado de Goiás, diversas outras estão em fase de instalação e/ou de licenciamento e estudo e somadas às já em operação chegavam, em 2009, a 58. Na Tabela 02, está descrita a evolução do número de agroindústrias canavieira em operação no estado de Goiás, após o ano de 2000.

Grande parte das agroindústrias canavieiras em operação e/ou em instalação e/ou em projetos está localizada nos lugares onde está o maior plantio de cana-de-açúcar. Destacam-se os municípios de Itumbiara (com 5 agroindústrias canavieiras instaladas e/ou a serem instaladas), Paraúna, Santa Helena, Quirinópolis, Jataí e Goianésia (com duas agroindústrias

canaveiras em operação e mais uma em fase final de instalação), conforme o quadro 04 e o mapa 02.

Tabela 02 – Número de agroindústrias canaveiras em operação no estado de Goiás, 2000 – 2009.

Ano	Agroindústrias canaveira
2000	11
2001	12
2002	12
2003	12
2004	12
2005	14
2006	15
2007	18
2008	28
2009	36

Fonte: SIFAEG / PRODUZIR / ÚNICA / CONAB

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Sócio-econômica - 2010

Quadro 04 – Número de agroindústrias canaveiras no estado de Goiás em operação, em instalação e em projeto – 2009.

Municípios	Empresas	Situação
Acreúna	Usina Canadá S/A	Em operação
	Cotril Açúcar e Álcool Ltda	Em implantação
Anicuns	Anicuns S/A Álcool Derivados	Em operação
Aporé	Nardini Agroindustrial Ltda	Em implantação
Cachoeira Alta	ETH Bioenergia S/A	Em implantação
Cachoeira Dourada	USJ Açúcar e Álcool S/A - São Francisco	Projeto
Caçu	Mendo Sampaio S/A	Projeto
	Rio Claro Agroindustrial Ltda	Em operação
Carmo do Rio Verde	CRV Industrial Ltda	Em operação
Chapadão do Céu	Usina Porto das Águas Ltda	Em operação
Edéia	Tropical Bioenergia S/A	Em operação
Goianésia	Codora Álcool e Energia Ltda (Unidade Otávio Lage)	Projeto
	Usina Goianésia S/A	Em operação
	Jalles Machado S/A	Em operação
Goiatuba	Goiasa Goiatuba Álcool Ltda	Em operação
	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda	Em operação
Gouvelândia	USJ Açúcar e Álcool S/A - São Francisco	Projeto
Inaciolândia	Destilaria Rio dos Bois Ltda	Projeto
Inhumas	Centroálcool S/A	Em operação
	Ipê Agro Milho Industrial Ltda	Em operação
Ipameri	LASA Lago Azul Ltda	Em operação
Itapaci	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda	Em operação

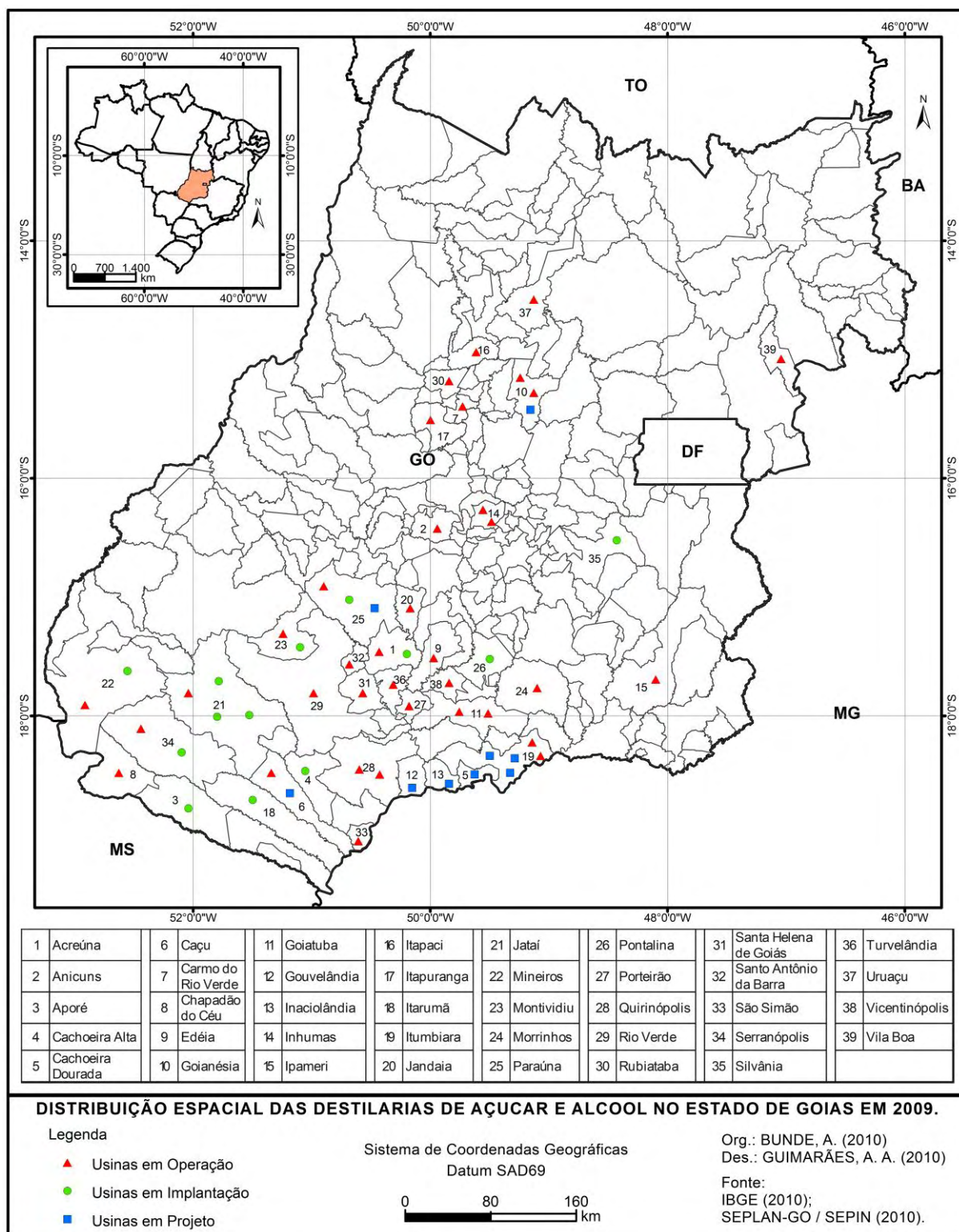
Itapuranga	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda	Em operação
Itarumã	Energética do Cerrado Açúcar e Álcool Ltda	Em implantação
Itumbiara	Itumbiara Energética Ltda - Itel	Projeto
	Central Itumbiara de Bioenergia e Alimentos Ltda	Em operação
	Usina Panorama S/A	Em operação
	Usina Planalto Ltda	Projeto
	Usina Santa Luzia de Açúcar e Álcool Ltda	Projeto
Jandaia	Denusa Destilaria Nova União S/A	Em operação
Jataí	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool	Em operação
	Elcana Goiás Usina Açúcar A. L.	Em implantação
	Grupo Cabrera	Em implantação
	Grupo Cansanção do Sinimbu	Em implantação
Mineiros	Brenco Goiás Ind Com Etanol Ltda.	Em operação
	Brenco Goiás Ind Com Etanol Ltda.	Em implantação
Montividiu	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool	Em implantação
	Destilaria Serra do Caiapó S/A	Em operação
Morrinhos	Açúcar e Álcool Camargo e Mendonça Ltda - Camen	Em operação
Paraúna	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool	Em implantação
	Usina Nova Gália Ltda	Em operação
	Paraúna Açúcar e Álcool S/A	Projeto
Pontalina	Usina Quixadá Fabricação de Açúcar e Álcool Ltda	Em implantação
Porteirão	Usina São Paulo Energia e Metanol	Em operação
Quirinópolis	Usina Boa Vista S/A	Em operação
	USJ Açúcar e Álcool S/A - São Francisco	Em operação
Rio Verde	Usina Rio Verde Ltda	Em operação
Rubiataba	Cooperativa Agroind Rubiataba Ltda - Cooper-Rubi	Em operação
Santa Helena de Goiás	Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S/A	Em operação
Santo Antônio da Barra	Floresta S/A Açúcar e Álcool	Em operação
São Simão	Energética São Simão S/A	Em operação
Serranópolis	Usina Cansanção do Sinimbu S/A	Em implantação
Silvânia	Energética Serranópolis Ltda	Em operação
	Ouro Verde S/A	Em implantação
Turvelândia	Vale do Verdão S/A Açúcar e Álcool	Em operação
Uruaçu	Uruaçu Açúcar e Álcool Ltda	Em operação
Vicentinópolis	Caçu Com. e Ind. de Açúcar e Álcool Ltda	Em operação
Vila Boa	Alda Part. e Agrop. S/A - CBB - Cia Bio. Brasileira	Em operação

Fonte: SIFAEG / PRODUZIR / ÚNICA / CONAB.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010.

Ao se analisar o Mapa 02, percebe-se que há uma concentração do número de empresas em determinadas microrregiões do estado de Goiás e que há uma tendência de crescimento em quatro das cinco microrregiões onde já se concentram mais de 80% da plantação de cana-de-açúcar, como é o caso da microrregião do Meia Ponte, da do Sudoeste

de Goiás, da de Quirinópolis e da do Vale do Rio dos Bois. É nestas microrregiões que ocorrerão a maior expansão no número de agroindústrias canaveiras, posto que nestas microrregiões estão concentradas 12 das 13 agroindústrias canaveiras em instalação e 8 das 9 em projeto, no ano de 2009, como mostra o Mapa 02.



Em 2010, segundo dados da SEFAEG/SIFAÇUCAR³⁸, foram moídas, no estado de Goiás, 46.606.531 toneladas de cana. Destas, 34.646.650 toneladas são de origem própria e 11.959.881 de fornecedores. Isso significa que, no estado de Goiás, 74% de toda a cana processada são produzidos pelas próprias empresas e os demais, 26%, vem de fornecedores.

A maior usina no estado de Goiás é a São Francisco, localizada no município de Quirinópolis, que, por sua vez, é o maior produtor de cana. Esta usina, no ano de 2010, foi a que mais moeu cana-de-açúcar, chegou a 4.723.604 toneladas, sendo, 2.947.737 toneladas oriundas de fornecedores e 1.775.867 toneladas próprias. Ou seja, nesta empresa a maior parte da cana, 62%, vem de fornecedores. No Gráfico 13 pode-se ver o desempenho de cada uma delas.

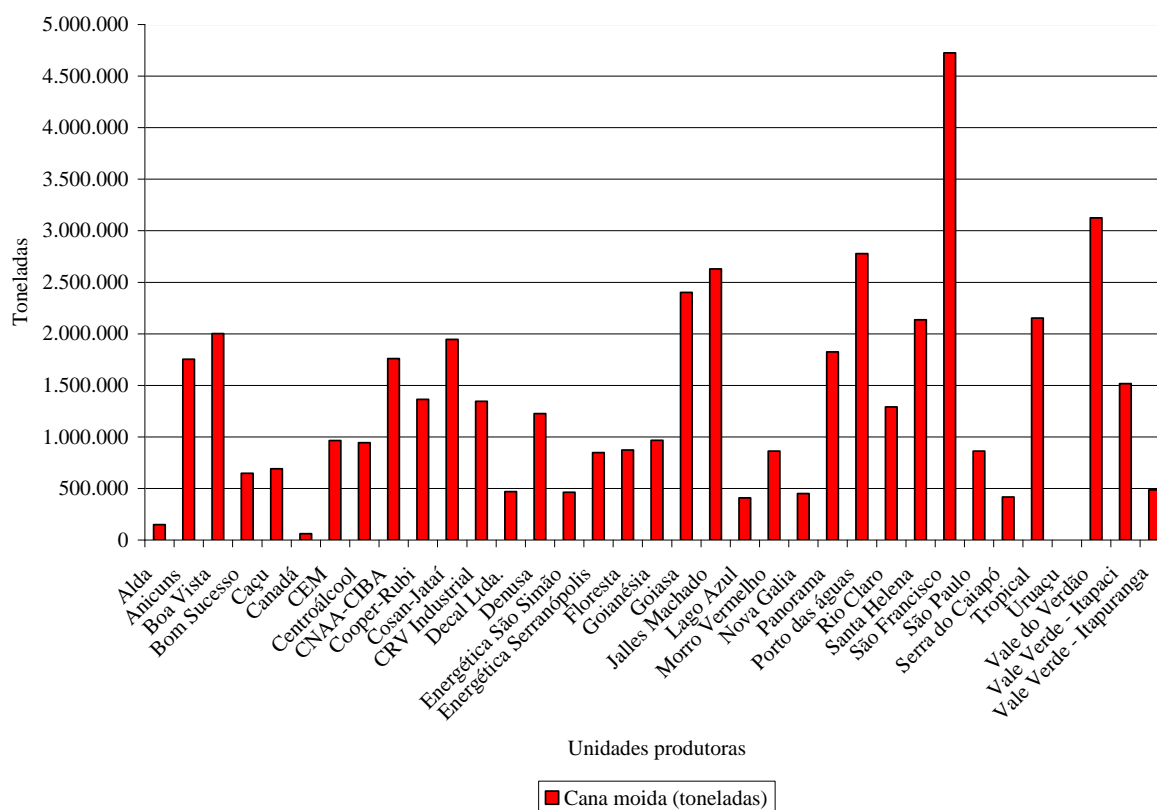


Gráfico 13 – Classificação das agroindústrias canavieiras quanto à quantidade de cana (em toneladas) processada no estado de Goiás – 2010.

Fonte: SIFAEG/SIFAÇUCAR.

Nota: No Gráfico acima constam apenas as 35 empresas sócias do SIFAEG.

Nas áreas onde estão concentradas as usinas, segundo Castro, Borges e Amaral (2007) predomina os usos agrícola e pecuário intensivos da terra. Essas áreas também possuem solos

³⁸ Tabela fornecida pelo Eng. Agrônomo Célio da Silva Gonçalves, gerente de produção agrícola da agroindústria canavieira Goiasa, em visita a mesma realizada no dia 10/02/2011.

com elevadas qualidades para a cultura da cana. Neste sentido, segundo os autores, a expansão do setor sucroalcooleiro estaria se dando seguindo a ocorrência de solos com maior aptidão para a cultura e, ao lado dos solos, a infraestrutura desses lugares, para o escoamento da produção, vem criando uma espécie de zoneamento induzido. Mas, no caso da infraestrutura, isso ocorre porque o agronegócio dos agrocombustíveis exige dos governos federal, estadual e municipal investimentos e construções de infraestruturas locais para atender o escoamento, tanto da matéria-prima, como do etanol e do açúcar. Diante disso, normalmente a implantação de agroindústrias canavieiras em uma determinada região está diretamente vinculada a um grande número de interesses que vão muito além das políticas públicas e da racionalidade do espaço, possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico.

Neste sentido, para que ocorra a concentração de agroindústrias canavieiras em certa região, outros fatores devem ser considerados, especialmente as políticas públicas de incentivo e os benefícios concedidos pelo governo, que nada mais são do que subsídios indiretos ou informais.

No estado de Goiás, benefícios fiscais e incentivos financeiros são concedidos pelo Programa Produzir, da Agência de Fomento de Goiás (GoiásFomento), que propicia um abatimento de até 73% no ICMS das empresas que queiram se instalar e/ou ampliar suas instalações no estado, e pela redução do valor do ICMS sobre o etanol, atualmente de apenas 12%.

Um exemplo de incentivos financeiros, da generosidade do estado de Goiás, é a concessão de R\$ 730 milhões em incentivos fiscais à Rio Claro Agroindustrial, usina da ETH Bioenergia S.A, do Grupo Odebrecht, localizada em Caçu (GO). O valor corresponde ao abatimento, durante 15 anos, de 73% do ICMS das vendas da empresa. A concessão foi feita através do Programa Produzir³⁹, que prevê que a empresa recolha somente 27% do total do ICMS cobrado sobre as vendas.

Para “controlar” os incentivos concedidos a esta empresa, a cada dois anos, o governo de Goiás realizará uma auditoria para verificar se as regras estão sendo cumpridas, como, por exemplo, utilizar mão-de-obra local e contratar deficientes físicos. Caso a companhia seja aprovada, a dívida correspondente a 73% do ICMS é zerada.

Além disso, o valor, que será dado em incentivo, é calculado por meio das informações que a própria empresa fornece no projeto executivo enviado ao governo; não há nenhum mecanismo para saber se as informações são verídicas ou não. Em um caso de abatimento de

³⁹ Dados disponíveis em: <http://www.jallesmachado.com.br/saladeimprensa/2010/05/usina-da-eth-em-goias-tera-730-milhoes-em-incentivos-do-governo/>. Acesso em 15/01/2011.

73% do ICMS devido, a empresa pagará, de ICMS, apenas 27% dos 12% da alíquota que é cobrada. Ou seja, quase nada.

A “generosidade” do estado para com esta empresa (assim como para com outras) é tamanha que o valor dos incentivos é três vezes maior do que os investimentos previstos para serem feitos pela empresa, de R\$ 270 milhões⁴⁰. Portanto, o setor sucroalcooleiro contou e conta com grande generosidade por parte do Estado, que tem se colocado a seu serviço, concedendo incentivos fiscais e financeiros, o que significa transferência do erário público. (SILVA, 2005, p. 01) destaca que

A produção canaveira esteve historicamente submetida à forte regulação estatal, que pode ser dividida por três macropérios: 1) vai desde os tempos das capitâneas hereditárias até 1931 quando foram adotadas medidas casuísticas e de emergência; [a ação estatal nesta fase varia] apenas de grau conforme as circunstâncias e interesses de cada época histórica, marcando a presença do Estado na coordenação da complexa atividade agroindustrial; 2) se deu entre os anos de 1940 a 1990, quando o Estado adotou uma política paternalista e protecionista; 3) começa a partir de 1990 permanecendo até os dias atuais, com a adoção de uma nova política, desta feita, neoliberal, com forte desregulamentação, mas mantendo-se fortemente os subsídios indiretos com a transferência de erário público ao setor, através de concessão de benefícios fiscais e financeiros.

No estado de Goiás, segundo Silva (2005), é através do programa FOMENTAR⁴¹, criado no ano de 1984, e do PRODUIR, criado no ano de 2000, que as empresas do setor sucroalcooleiro se beneficiam dos subsídios indiretos do governo, como destaca a autora:

[...] as Agroindústrias canaveiras de álcool e açúcar são beneficiárias dos programas de industrialização: FOMENTAR desde o ano de 1984 e PRODUIR, a partir do ano de 2000. No ano de 2001, em relação ao álcool etílico anidro combustível – AEAC, apesar de ter havido a substituição tributária, deixando de incidir ICMS na saída da usina sobre o álcool anidro, ainda houve a concessão do benefício fiscal – crédito outorgado do ICMS. Assim, a situação da indústria canaveira em Goiás é de beneficiária de programas de industrialização – Fomentar e Produzir, do benefício fiscal do crédito outorgado do ICMS e da substituição tributária (SILVA, 2005, p. 01).

Nesta situação “As empresas beneficiárias do Fomentar/Produzir receberam o benefício fiscal do crédito outorgado do ICMS, ou seja, coexistem os benefícios fiscais por sobre uma operação não tributada, que é à saída do álcool etílico anidro combustível – AEAC da Usina” (SILVA, 2005, p. 10).

Para Silva (2005), também, apesar do momento atual do setor sucroalcooleiro ser de livre concorrência na negociação dos preços do açúcar e álcool, o que vem acontecendo, na

⁴⁰ Dados disponíveis em: <http://www.jallesmachado.com.br/saladeimprensa/2010/05/usina-da-eth-em-goias-tera-r-730-milhoes-em-incentivos-do-governo/>. Acesso em 15/01/2011.

⁴¹ O Programa FOMENTAR foi criado pela Lei 9.489/84.

verdade, é justamente o contrário: uma autêntica política paternalista e protecionista para o setor.

Diante de todos estes benefícios que as empresas sucroalcooleiras de Goiás vêm tendo da política pública não resta dúvida de que “Tal política traz prejuízos à arrecadação do ICMS e favorecimento à evasão fiscal, indo de encontro aos objetivos sociais de distribuição de renda, que devem se fazer presentes quando da concessão de benefícios fiscais para fomento da industrialização do Estado” (SILVA, 2005, p. 10). Então, no estado de Goiás, não são apenas as condições de solo, clima, logística etc. que vêm influenciando a expansão do setor nos últimos anos. O Estado tem tido papel preponderante por meio de suas políticas protecionistas e paternalistas de transferência do erário público para os capitalistas do setor.

Faz parte das políticas do governo para a expansão da produção de etanol o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, publicado pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2009, cujo objetivo geral “[...] é fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas públicas visando à expansão e produção sustentável de cana-de-açúcar no território brasileiro” (BRASIL, 2009, p. 09). No entanto, como destacam Wilkinson e Herrera (2008, p. 22),

Existem inúmeros outros aspectos que não foram levados em consideração que incluem: a expulsão de outras culturas para a floresta em decorrência da pressão exercida pela cana-de-açúcar; o risco da especialização agrícola em alguns estados; o uso excessivo de recursos hídricos; a falta de regulação fundiária em áreas propostas; e a redefinição das relações com o trabalhador dentro do setor.

Outro importante aspecto da expansão do cultivo de cana-de-açúcar que deve ser considerado são os impactos sobre as famílias camponesas. Segundo dados do Zoneamento, só no Centro-Oeste do país existem cerca de 28 milhões de hectares de terra aptas para o cultivo da cana. Deste total, só no estado de Goiás, encontram-se 12,6 milhões de hectares. Isso significa que o estado de Goiás entra na lista dos estados onde a tendência é manter o atual crescimento na área plantada nos próximos anos, caso continue havendo o crescimento do agronegócio dos agrocombustíveis.

A figura 07 traz, segundo o Zoneamento Agroecológico, as áreas aptas ao cultivo da cana-de-açúcar, no estado de Goiás. De acordo com a figura 07, grande parte das áreas aptas para o cultivo da cana-de-açúcar encontra-se na Mesorregião Sul e na Mesorregião Centro Goiano, considerando a regionalização do IBGE. Nestas áreas, além das condições naturais, como solo e clima, há terras “disponíveis” para o plantio, mas atualmente utilizadas para pastagem ou agricultura de outros produtos, que podem ser facilmente substituídas pela cultura da cana. Mas, caso isso ocorra, conforme observaram Herrera e Wilkinson (2008) as áreas com

pastagens e, conseqüentemente, o rebanho bovino e a produção de grãos teriam que migrar para outras regiões, como a Amazônica.

Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar Estado de Goiás

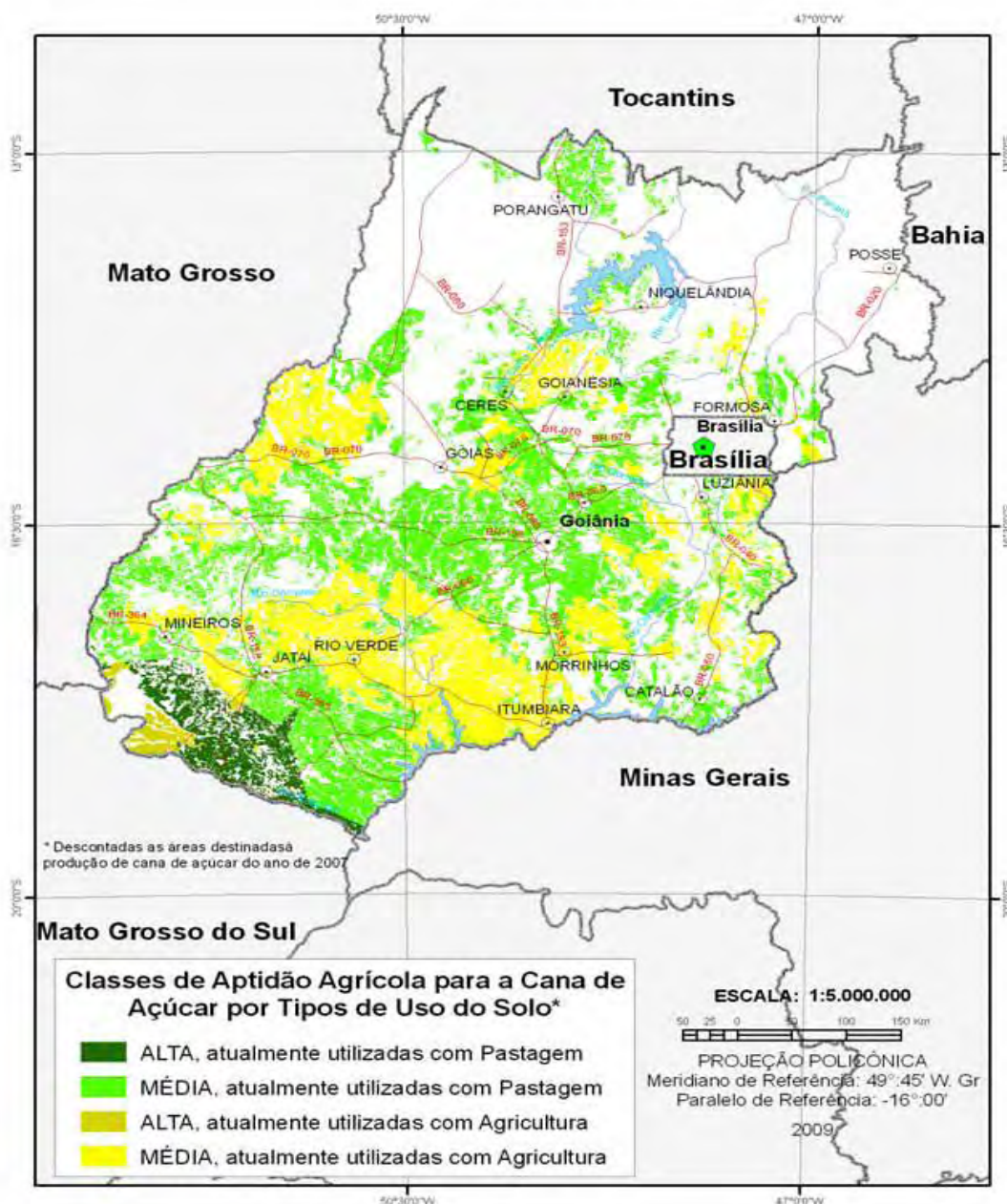


Figura 07 – Zoneamento da cana-de-açúcar no estado de Goiás - 2009
Fonte: (BRASIL, 2009, p. 44).

Ora, se o cultivo da cana-de-açúcar para a produção de etanol visa “solucionar” dois problemas, quais sejam: substituir os combustíveis fósseis por renováveis e reduzir o

aquecimento global, na forma como ele está sendo desenvolvido não causaria outros dois enormes problemas: o deslocamento e/ou redução das áreas produtoras de alimentos e a destruição de vegetação nativa ainda existente?

Para discutir os impactos causados pela produção de combustível da cana-de-açúcar, portanto, é preciso começar pelo campo, na origem do processo, mesmo porque é na expansão da área plantada com cana-de-açúcar que se desenvolvem os maiores conflitos e surgem as maiores contradições.

3.3 Impactos da expansão da área plantada com cana-de-açúcar sobre a produção de alimentos, no estado de Goiás

A demanda de etanol surgida com a criação do PROÁLCOOL, em 1975, levou ao desenvolvimento do cultivo de cana-de-açúcar no estado de Goiás, mas com dupla finalidade: produzir etanol e açúcar.

Já naquele período (em 1975), a agropecuária no estado vinha passando por grandes transformações, dado o avanço das técnicas de produção e das políticas de incentivo, surgidas nos anos de 1960, que fizeram com que, no estado de Goiás, terras que até então eram consideradas improdutivas se tornassem altamente produtivas.

Conforme Mendonça (2005),

As tradicionais áreas de Cerrado – extensos chapadões com topografia plana, até então pouco utilizados, passam a ser intensamente aproveitados [...] devido à disponibilidade de capitais (programas governamentais), de recursos técnicos (máquinas), de tecnologia (desenvolvimento de pesquisas científicas) e do apoio na construção de infraestrutura pelo Estado brasileiro, como forma de viabilizar os interesses do capital privado nacional e transnacional (MENDONÇA, 2005, p. 07).

Prossegue o autor: “foram esses fatores, associados às políticas creditícias e fiscais do Estado para a ocupação racional e indiscriminada das áreas de Cerrado e a construção da infraestrutura necessária que fizeram dessa região o “celeiro” agrícola do país” (MENDONÇA, 2005, p. 07). Mas, este cenário está mudando, ao menos em algumas frações do território do estado de Goiás e a responsável por esta mudança é a expansão da área plantada com cana-de-açúcar que vem ocupando as áreas desde então ocupadas pela agropecuária, especialmente para a produção de alimentos.

A exata avaliação dos impactos causados pela expansão da área plantada com cana-de-açúcar sobre as áreas plantadas pela agropecuária necessita de pesquisa específica. Não só a produção de carne e leite, mas também a de milho, arroz, feijão e mandioca, além da de soja

podem ser fortemente abaladas e as consequências podem ser desastrosas para o estado de Goiás e para o país. Por isso, fazem-se necessários mais estudos⁴².

Os impactos causados pela expansão da área plantada com cana-de-açúcar já podem ser melhor percebidos onde essa expansão ocorre de forma mais acentuada, nas cinco microrregiões geográficas (Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois e Ceres) em que está concentrada grande parte do plantio de cana, em Goiás.

No que se refere aos impactos causados sobre o rebanho bovino, pode-se afirmar que, de fato, a expansão da área plantada com cana vem afetando-o, conforme pode se comprovar por meio da análise dos dados da Produção Agrícola Municipal, do IBGE, série histórica.

No Gráfico 14, a análise do período que vai de 1990 a 2009, em todas as cinco microrregiões onde se expande a cana-de-açúcar, mostra que o número efetivo de bovinos (cabeças) sofreu redução no período, em algumas microrregiões com mais, em outras com menos intensidade.

Mas, se nestas regiões está havendo uma redução no número de cabeças do rebanho bovino, conforme constata o Gráfico 14, no todo do estado de Goiás o que ocorre é justamente o contrário. Segundo dados do IBGE, em 1990, a produção de bovinos no estado era de 17.635.390 cabeças e, em 2009, este número saltou para 20.874.943 cabeças. Um aumento de mais de 18,3%, no período.

Diante disso, conclui-se que, de fato, neste momento, a expansão das lavouras de cana-de-açúcar e/ou mesmo de outras culturas impacta de forma direta o rebanho bovino, nas áreas onde a expansão é maior e expulsa o rebanho para outras áreas e lá ele continua crescendo, mas para manter esse crescimento vai precisar constantemente ir se deslocando. Fazem-se necessários estudos mais aprofundados sobre o assunto o que não será feito nesta pesquisa que intenta estudar os impactos da expansão do cultivo de cana-de-açúcar sobre o campesinato. E, se é aqui abordado o efeito sobre a pecuária é porque, em pequena proporção, o campesinato dedica-se à pecuária, a produção de leite.

O estado de Goiás, no período que vai de 1990 a 2009, triplicou sua produção de leite. Segundo dados do IBGE, em 1990, o estado de Goiás produzia 1.071.966 litros de leite. Em 2009, este número chegou a 3.003.182 litros. Mas, e nas regiões onde se expande a cana-de-açúcar, o que vem ocorrendo? À guisa de resposta, apresenta-se o Gráfico 15.

⁴² Algumas constatações e observações podem ser vistas em: Pressão das plantações de cana e soja pode empurrar criação de gado para áreas de floresta, adverte estudo. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/02/10/pressao-das-plantacoes-de-cana-e-soja-pode-empurrar-criacao-de-gado-para-areas-de-floresta-adverte-estudo/>.

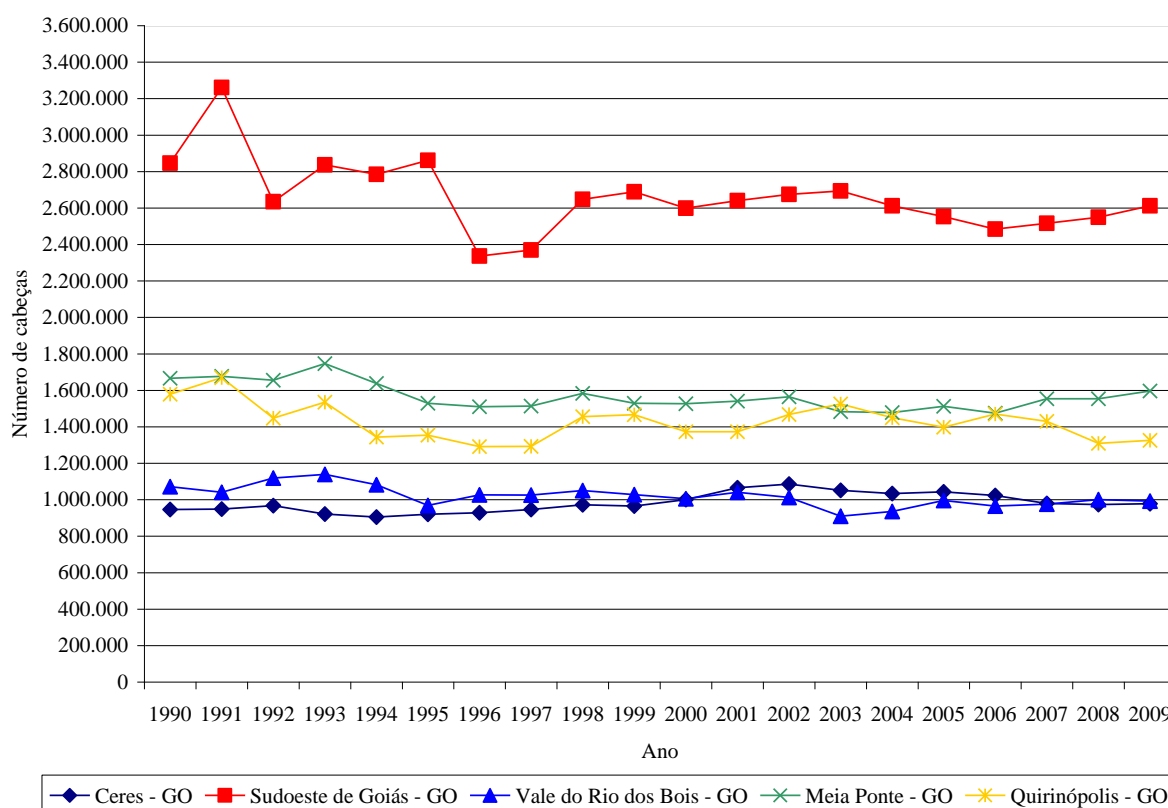


Gráfico 14 – Evolução do efetivo do rebanho bovino (por cabeça) nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Org. BUNDE, A. jan. 2011.

A análise do Gráfico 15 mostra que a produção de leite, nas cinco Microrregiões que mais plantam cana-de-açúcar no estado de Goiás, cresce em apenas duas: Sudoeste e Meia Ponte. Já nas outras três microrregiões, em duas delas a produção de leite manteve-se estável, na de Quirinópolis e na do Vale do Rio dos Bois. Mas, registrou queda na produção a microrregião de Ceres, especialmente após o ano de 2000, ano em que aumentou a área plantada com cana-de-açúcar.

Pode-se concluir que, de fato, a expansão da área plantada com cana-de-açúcar vem impactando também a produção de leite, porque, mesmo que em algumas microrregiões tenha havido crescimento, ele foi menor do que o crescimento de todo o estado.

Na figura 07, que traz o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar no estado de Goiás, observa-se também que nestas mesmas microrregiões existem áreas aptas ao cultivo de cana-de-açúcar mas que atualmente são utilizadas para agricultura. Diante disso, uma das possíveis explicações para a redução no número de cabeças de bovinos e na produção de leite seria a expansão das lavouras, especialmente as de grãos, como a soja, sobre as pastagens.

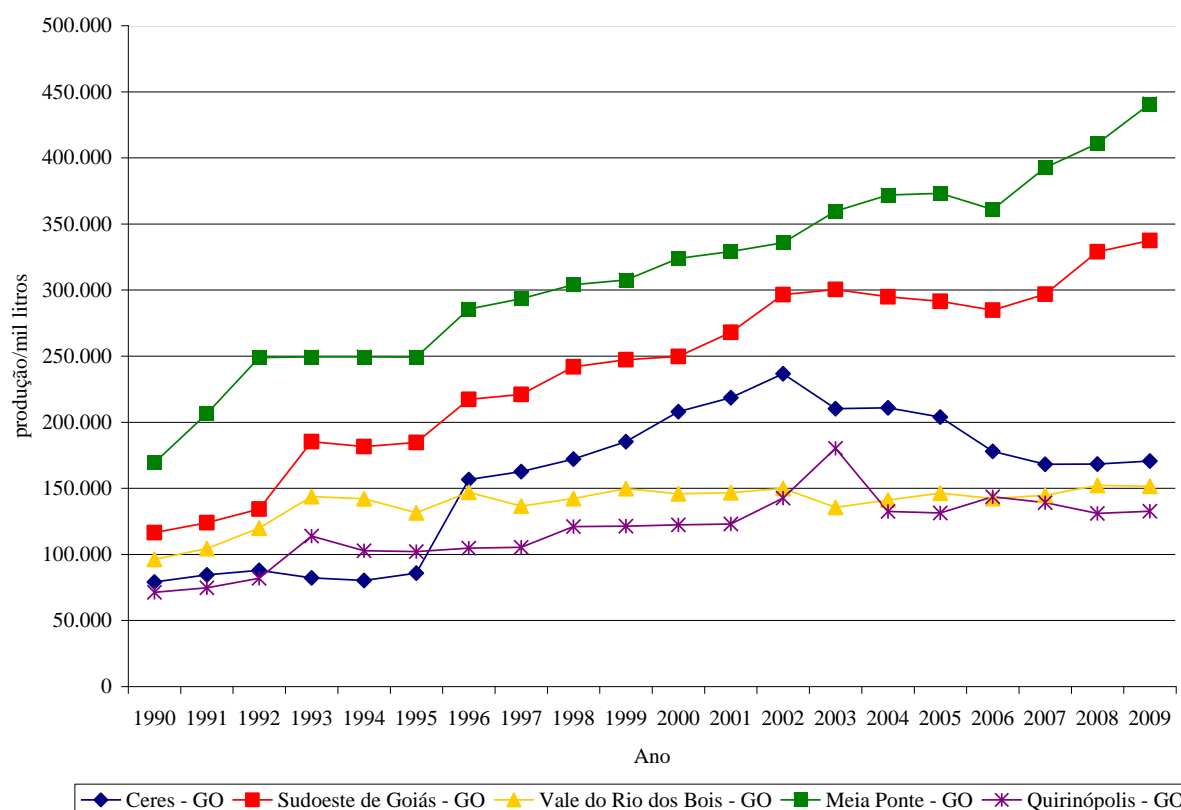


Gráfico 15 – Evolução da produção de leite (mil litros) nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Org. BUNDE, A. jan. 2011.

Mas, os dados sobre a produção de soja, nestas microrregiões, mostram que ela vem sofrendo redução de sua área plantada, especialmente nos últimos cinco anos.

Daí, pode-se concluir que nestas microrregiões, a cana-de-açúcar vem substituindo não apenas o gado, mas também a soja. Dados estes que podem ser observados no Gráfico 16.

Diante dos dados apresentados acima, fica evidente que não é a cultura da soja que vem suplantando o rebanho bovino, mas, sim, a cana-de-açúcar que vem provocando também uma redução na área plantada de soja, especialmente a partir de 2005.

No entanto, essas mesmas constatações que apontam para uma redução no número de cabeças do rebanho bovino, na produção de leite e na área plantada com soja, poderiam também levar a se concluir que esta redução não estaria relacionada à expansão da cana, mas, sim, à de outras lavouras, como o milho, por exemplo. Então, é necessário analisar a produção de milho.

A área plantada com milho também é afetada pela expansão da área plantada com cana-de-açúcar, com exceção da Microrregião do Sudoeste em que, ao contrário, cresceu nos últimos anos. Este crescimento se deve à instalação de um abatedouro de frangos na região, a

Perdigão, localizada no município de Rio Verde. No Gráfico 17 se constata os impactos causados sobre a área plantada com milho.

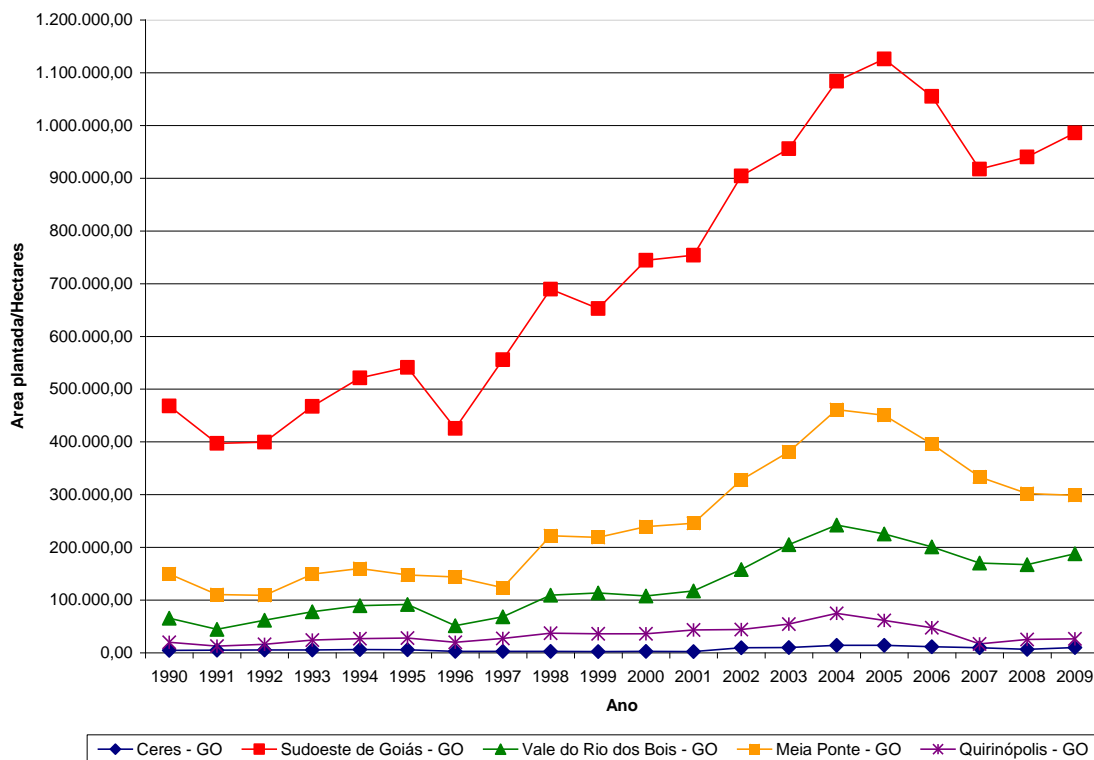


Gráfico 16 – Evolução da área plantada (em hectares) com soja nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal
Org. BUNDE, A. jan. 2011.

Diante dos dados, conclui-se que, de fato, em quatro das cinco microrregiões onde se expande a área plantada com cana-de-açúcar foi afetada de forma direta a área plantada com milho. As microrregiões do Meia Ponte e do Vale do Rio dos Bois são as que apresentam mais claramente redução na área plantada, especialmente após o ano de 2008.

Ora, mas se a expansão da área plantada com cana-de-açúcar vem impactando tanto o rebanho bovino como a produção de soja e milho, que não são usados exclusivamente para alimentação humana, o que então estaria acontecendo com os alimentos, especialmente o arroz, o feijão e a mandioca? Estes estariam também sofrendo com as consequências da expansão da cana? Veja-se o comportamento de cada uma destas culturas.

Dos dois principais produtos que fazem parte da dieta alimentar da população goiana, o arroz e o feijão, o estado de Goiás, que já foi um grande produtor, no caso do arroz, vem sofrendo uma redução drástica na área plantada nos últimos anos. Em 1980, segundo dados do

IBGE, Goiás possuía uma área plantada de 963.508 hectares com arroz. Em 2009, este número caiu para 103.045 hectares. Uma redução de mais de 930% no período.

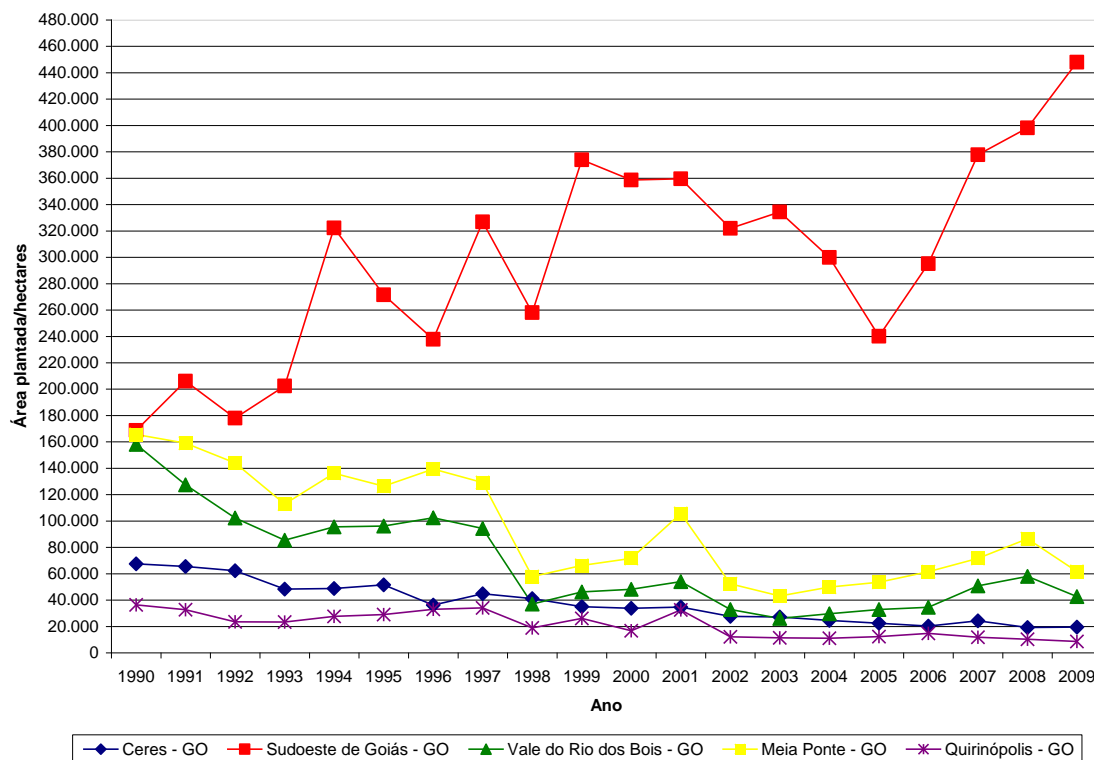


Gráfico 17 – Evolução da área plantada (em hectares) de milho nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal
Org. BUNDE, A. jan. 2011.

No que se refere à área plantada com feijão, a situação não é muito diferente. Embora o estado de Goiás nunca tenha ultrapassado a marca de 200 mil hectares plantados, atualmente, este número é de apenas 100 mil hectares. Ou seja, caiu pela metade, comparado com o que o estado plantava no ano de 1960. No Gráfico 18 se visualiza esta queda drástica na área plantada com arroz e com feijão no estado de Goiás.

O crescimento ocorrido na área plantada de arroz a partir dos anos de 1960 e que perdurou até o ano de 1980 se deu devido ao fato de o arroz ser utilizado como entrada para a lavoura de soja. Após a derrubada do Cerrado, era o arroz a primeira cultura a ser plantada para “amansar a terra”. Destaca Mendonça (2005, p. 09) que “A abertura da fronteira agrícola se deu efetivamente nos anos 1970, com a introdução do cultivo do arroz”. De lá para cá, esta cultura foi sendo substituída por outras, primeiramente pela soja, depois pela pastagem e, agora nos dias atuais, pela cana-de-açúcar.

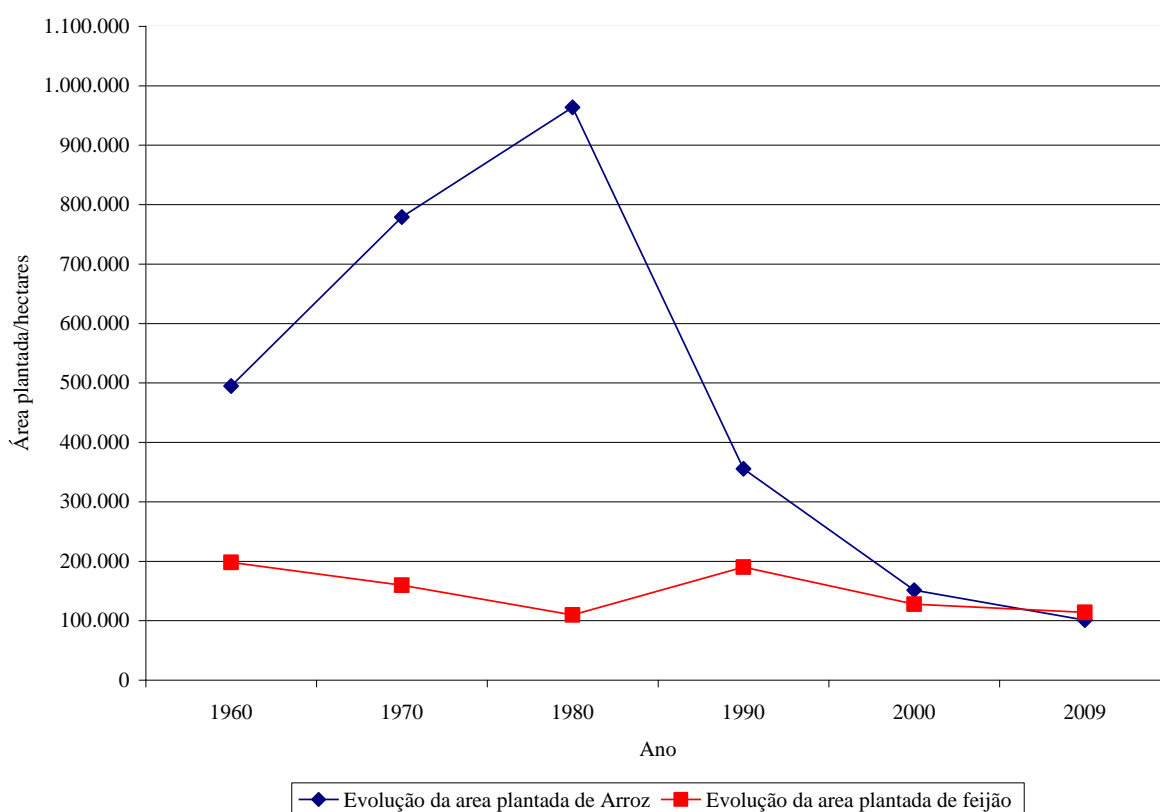


Gráfico 18 – Evolução da área plantada (hectares) de arroz e feijão no estado de Goiás – 1960 – 2009.

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Org. BUNDE, A. jan. 2011

A se persistiresta situação de grande queda na área plantada com arroz nos últimos anos, tudo indica que, num prazo bastante próximo, o estado de Goiás, terá que importar todo o arroz que consome.

Nas áreas em que se expande a plantação de cana-de-açúcar, os impactos sobre a área plantada com arroz são enormes. No Gráfico 19 pode-se visualizar como, e em que intensidade, isso vem ocorrendo, e perceber que nestas microrregiões, caso seja mantida a tendência de queda, num período bastante próximo, a produção de arroz será extinta.

O Gráfico 19 mostra que é na Microrregião do Sudoeste de Goiás que se registra a maior queda na plantação de arroz. Esta microrregião já chegou a plantar mais de 75.000 hectares de terra com arroz; em 2009, plantou apenas pouco mais de 10 mil hectares.

No cultivo de feijão⁴³, a tendência também é de queda na área plantada. Com exceção da Microrregião Sudoeste, que tem apresentado variações, para cima e para baixo, nos últimos anos, nas demais a tendência é de queda. No Gráfico 20 estão os dados desta queda na área plantada com feijão nas microrregiões onde se expande o plantio da cana-de-açúcar.

⁴³ Cabe lembrar que grande parte do feijão plantado atualmente no estado de Goiás é em grandes lavouras irrigadas.

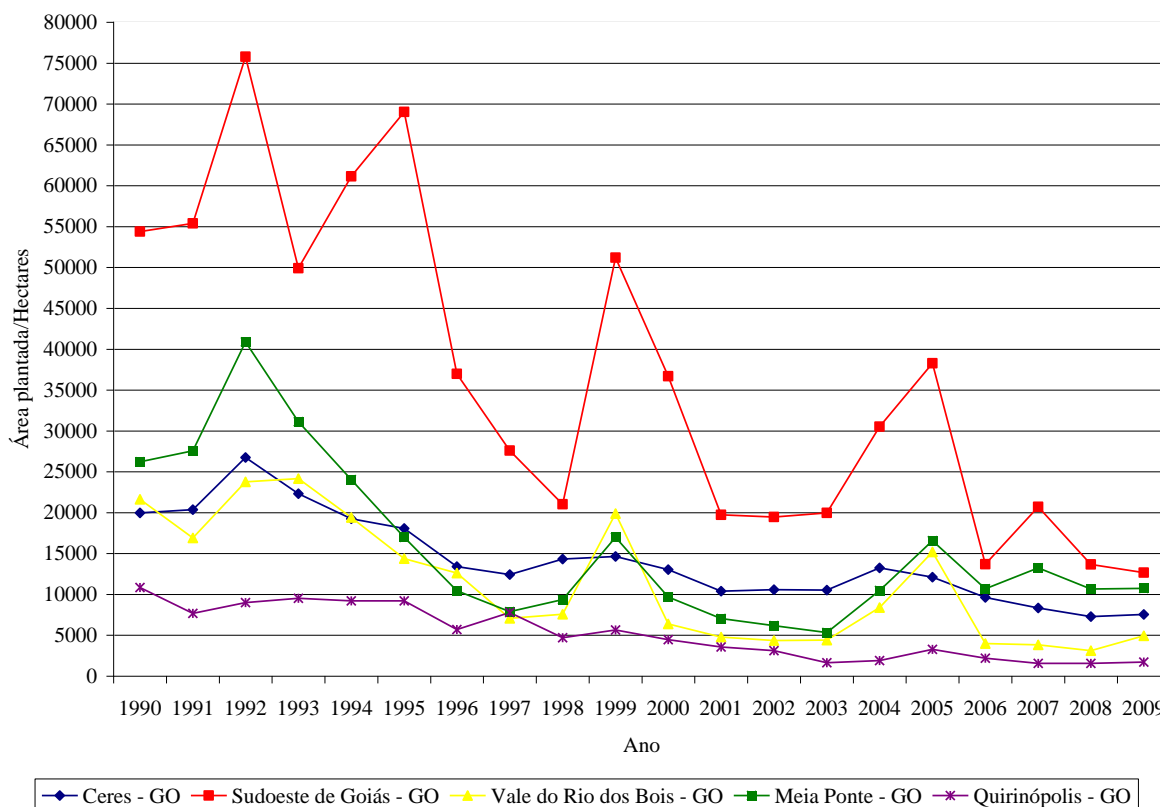


Gráfico 19 – Evolução da área plantada (em hectares) com arroz nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Org. BUNDE, A. jan. 2011.

Diante destes resultados apresentados, não há dúvida de que, no estado de Goiás, a produção dos dois principais produtos da dieta alimentar do povo goiano, o feijão e o arroz, num período bastante próximo, caso mantenha-se a tendência de queda na área plantada, pode ser banida da atividade agrícola e o estado de Goiás pode ficar totalmente dependente da importação destes produtos, mesmo tendo solo, clima etc. propícios para o cultivo destas plantas.

Outro produto que é utilizado na dieta alimentar da população goiana e que vem registrando queda na área plantada é a mandioca. Em 1990, segundo dados do IBGE, no estado de Goiás eram plantados 15.352 hectares com mandioca. Em 2009 este número era de 21.861 ha. Ou seja, houve um crescimento de 42% no período. Mas, nas microrregiões onde se expande a cana-de-açúcar, nos últimos anos, especialmente após o ano de 2007, ano de grande aumento da área plantada com cana, o cultivo de mandioca vem reduzindo-se, com exceção a da de Ceres. Estes dados podem ser observados no Gráfico 21.

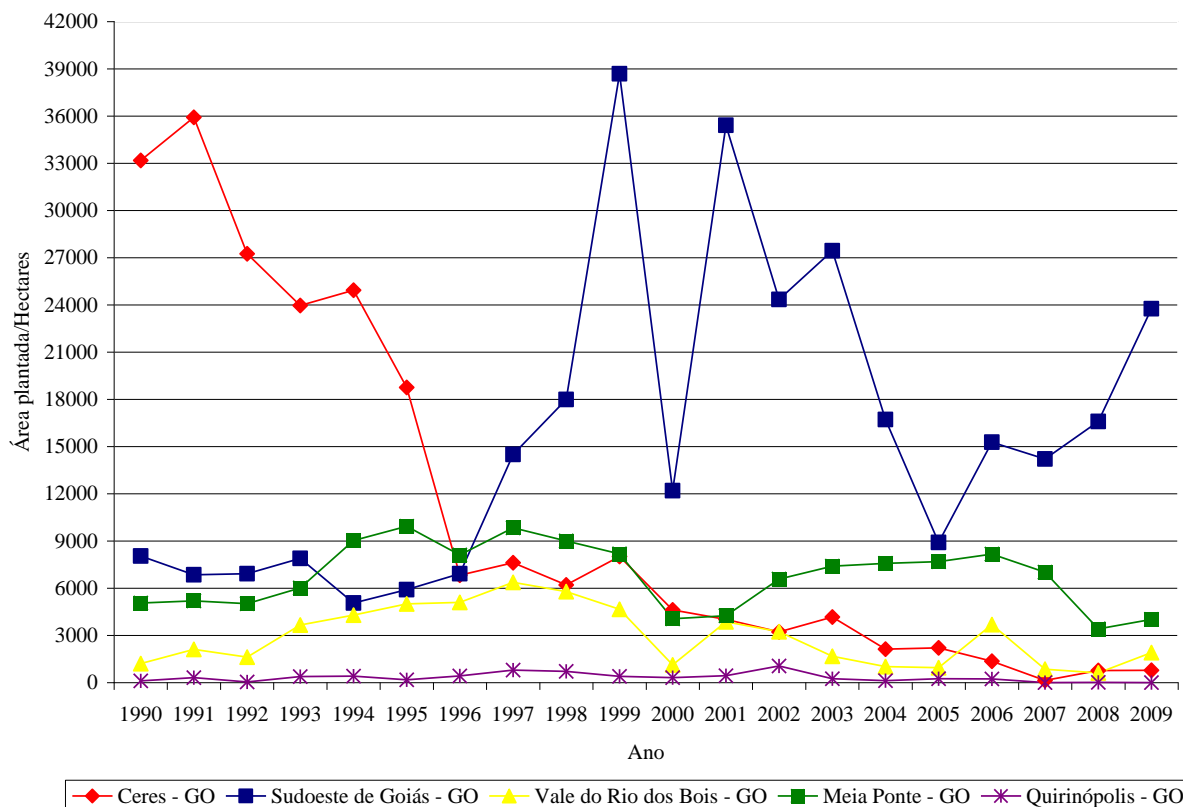


Gráfico 20 – Evolução da área plantada (em hectares) de feijão nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Org. BUNDE, A. jan. 2011.

A análise dos dados sobre a produção de mandioca leva à conclusão de que, de fato, a expansão da área plantada com cana-de-açúcar vem afetando também a produção de mandioca, porque, mesmo que na Microrregião de Ceres a produção de mandioca tenha se mantido estável durante o período, no restante do estado a tendência foi de crescimento e isso não ocorreu naquelas quatro Microrregiões (de Quirinópolis, do Meia Ponte, do Sudoeste e do Vale do Rio dos Bois). Cabe lembrar que grande parte da área plantada com mandioca no estado de Goiás é em unidades de produção camponesa.

Diante disso, pode-se afirmar que a expansão da área plantada com cana-de-açúcar, no estado de Goiás, vem impactando sobremaneira as culturas e criações, especialmente a de bovinos e a plantação de soja e milho. Mas, a pior consequência da expansão da cana é, diretamente, na produção de alimentos, como é o caso do leite que teve redução em três das cinco microrregiões (mas também na carne), do arroz, do feijão e da mandioca.

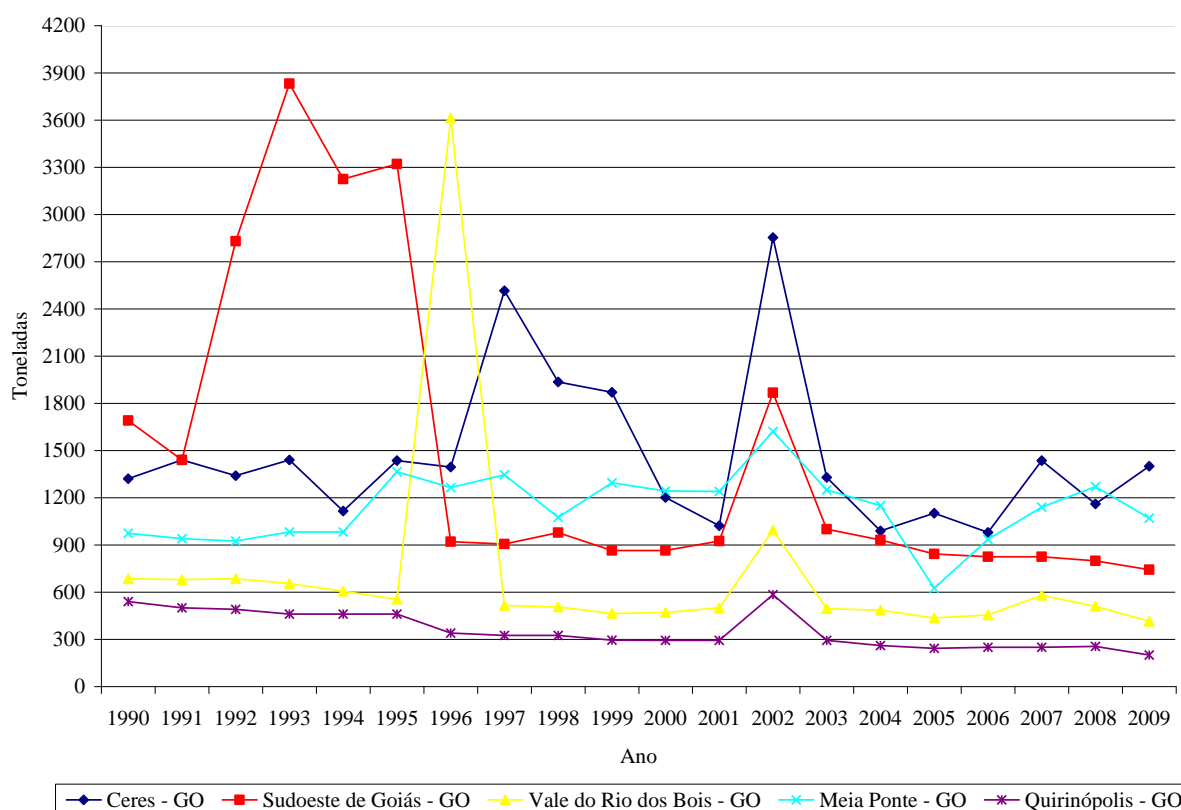


Gráfico 21 – Evolução da área plantada (em hectares) com mandioca nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990 a 2009.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Org. BUNDE, A. jan. 2011

Enfim, no estado de Goiás, a produção de alimentos vem caindo nos últimos tempos. Primeiramente influenciada pela expansão da plantação de grãos (soja e milho) para exportação e/ou para produção de ração para animais e, mais recentemente, pela expansão da área plantada com cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar e etanol.

Diante destes resultados, caso a situação não seja modificada, num prazo bastante curto de tempo, Goiás poderá estar contando com um sistema de produção agrícola que visa manter os *tanques cheios e as barrigas vazias*. Goiás possui e continuaria possuindo soberania na produção de etanol, mas ficaria dependente de outros lugares para a obtenção de alimentos.

A expansão do agronegócio dos agrocombustíveis gera inúmeras contradições. Entre elas está o fato de que, ao mesmo tempo em que este setor se expande, cresce também o arrendamento de terras, a integração das lavouras às indústrias sucroalcooleiras e/ou mesmo as expropriações de terras das famílias camponesas. Mas, é justamente da consciência destas contradições que surgem e/ou se fortalecem as lutas por frações do território, especialmente pela permanência e/ou acesso à terra. Daí a necessidade de se estudar os impactos que o agronegócio dos agrocombustíveis vem causando sobre o campesinato.

3. 4 Os impactos da expansão da lavoura de cana-de-açúcar sobre as famílias camponesas

Para que se possa apreender, compreender e apontar alguns elementos para a reflexão sobre as diversas contradições geradas pelo agronegócio dos agrocombustíveis e seus impactos para o campesinato no estado de Goiás, faz-se necessário utilizar-se algumas categorias de análise da Geografia, tais como espaço, território e territorialidade, considerando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo.

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo foi alvo das reflexões realizadas por José de Souza Martins em “*O cativo da terra*” (1979 (2004)), obra em que o autor detalha a especificidade das relações de produção que configuraram no Brasil o regime de trabalho que foi por ele chamado de “regime de colonato”. O autor analisa o caráter capitalista da produção cafeeira paulista, demonstrando a contradição entre as bases capitalistas de atuação do fazendeiro e as relações não capitalistas de produção do café, baseado no “regime de colonato”.

Martins (2004) mostra que o colonato se caracterizou pela combinação de três elementos: “[...] um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meio de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador” (MARTINS, 2004, p. 19). Analisando esses três elementos, o autor chega à conclusão de que o colonato não é uma forma de trabalho individual, mas, sim, um trabalho familiar e o resultado desse trabalho era a produção de seus próprios meios de vida, o que também permitiu-lhe concluir que essas relações não poderiam ser definidas como sendo relações capitalistas de produção. Martins (2004) afirma que nas relações capitalistas de produção,

A prévia mercantilização de todos os fatores envolvidos nessas relações, mediante o que o salário não pode ser um salário aritmético, [...] mas deve ser salário em dinheiro para que os meios de vida necessários à produção da força de trabalho sejam adquiridos pela mediação do mercado, é condição para que as relações de produção se determinem como relações capitalistas de produção. Tal condição, porém, não se dá nesse caso. O salário aritmético é um salário que entra na cabeça do capitalista, mas não entra no bolso do trabalhador, não produz uma relação social (MARTINS, 2004, p. 19)

É daí que nasce a concepção desenvolvida por Martins de produção capitalista sob relações não capitalistas de produção. Martins (2004) demonstra que é o próprio capital quem engendra e reproduz as relações não capitalistas de produção, para uma coexistência de tempos sociais diferentes. Se a renda da terra é de origem pré-capitalista, ela seria, ao mesmo

tempo, contradição e obstáculo à expansão e ao desenvolvimento do capital. Mas, a renda da terra perde esse caráter à partir do momento em que é absorvida pelo capital para transformar-se em renda territorial capitalizada. A partir desse momento, segundo Martins, o capital introduz uma irracionalidade no seu sistema de reprodução que só é superada pela obtenção da mais-valia, sob a forma de lucro, juro ou renda. Segundo o autor, a determinação histórica do capital não necessariamente destrói a renda da terra, e/ou preserva o seu caráter pré-capitalista, mas transforma-a e a incorpora como renda capitalizada. No caso brasileiro, isso ocorre quando o capitalista se torna proprietário de terra e titular de renda fundiária.

Em sua obra *Capitalismo e tradicionalismo*, Martins (1975), argumenta também que, no Brasil, a penetração do capitalismo no campo se dá de uma forma diferente da que se deu em outros lugares, como os países mais ricos, e não implica necessariamente que este siga somente as características de compra e venda da força de trabalho, ou seja, de oposição entre burguesia e proletariado. Para ele o que caracteriza as relações sociais no campo brasileiro como capitalistas “[...] é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda da terra capitalizada entre produtor e sociedade” (MARTINS, 1975, p. 49). Para ele, estas relações sociais são capitalistas porque a terra não é simplesmente ocupada, mas, sim, comprada. E é por isso que “a renda da terra se impõe como mediação entre homem e sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava suas relações sociais” (MARTINS, 1975, p. 47).

Por isso, as relações sociais no campo devem ser analisadas a partir da propriedade privada da terra, que a transforma em renda capitalizada. Logo, a propriedade privada da terra deve ser vista como a principal contradição social existente no campo porque a terra é um bem natural finito e, como bem natural, implica no direito humano de “pertencer” a todos ou de todos a ela terem acesso.

A terra não é produto do trabalho, de nenhuma forma de trabalho, por isso, conforme Martins, “[...] a terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser fruto do trabalho, mas a própria terra não o é” (MARTINS, 1983, p. 160).

Para Martins (1983), o capital, ao dominar a terra ao se apropriar da terra, assim como se apropria do trabalho, faz com que ela, que não é produto do trabalho e nem da aplicação de capital, seja transformada em mercadoria. Por isso, assim como é necessário que o capitalista pague um salário para o trabalhador, ele necessita também obter uma renda da terra para pagar para ter e manter a posse da terra, dela se apropriar. Segundo o autor, é assim que

trabalho e terra transformam-se em mercadoria no capitalismo. Neste caso, se o trabalhador precisa cobrar um salário pelo seu trabalho, da terra, quando utilizada, tanto pelo capital como pelo trabalhador, precisa-se obter renda. A diferença é, que para o camponês, para os trabalhadores da terra, essa renda, que nem sempre é monetária, é para sua sobrevivência e não para o lucro e acumulação de riqueza.

Transformar tudo em mercadoria faz parte da lógica capitalista. Mas, existem vários obstáculos a isso. Para Santos (2009), a terra torna-se o próprio obstáculo, porque, segundo explica Martins (1983), sem existir uma autorização de quem tem a posse ou a propriedade da terra, o capital não consegue subordinar a agricultura à sua lógica. Quando o capitalista paga a renda da terra a quem dela tem a posse, ela transforma-se em mercadoria e adquire preço; essa é a condição para que a terra seja explorada pelo capitalista, e, assim, o capitalista pode usar a terra e remover o obstáculo que a propriedade e a posse representam no capitalismo. Segundo Martins (1983) o pagamento da terra representa para o capital uma grande irracionalidade. O capital subordina a terra para que ela produza sob seus domínios e pressupostos exatamente quando o trabalho que nela ocorre, ou o seu fruto, se torna subordinado ao capital. Com essas análises Martins conclui que o conceito e/ou o significado da terra para o camponês é que, para ele, terra é *terra de trabalho* e para o capitalista ela é *terra de negócio*.

Para Martins é necessário fazer esta distinção, haja vista que a terra de negócio (terra capitalista), além de ser um dos desdobramentos da propriedade privada, tem como objetivo garantir ao capital a exploração do trabalho quando o capital faz da terra um instrumento de exploração. Já a *terra de trabalho* (terra camponesa, terra de propriedade familiar) não tem como objetivo a exploração do trabalho de outrem. Por isso, afirma o autor, que não se pode confundir propriedade capitalista com propriedade familiar, pois, mesmo que ambas sejam propriedade privada, seus objetivos são diferentes. Enquanto da primeira se visa tirar renda e capitalizá-la e nela se produz a partir da exploração da força de trabalho, da segunda se visa obter a sobrevivência e nela se produz com o trabalho familiar. E, quando o capital se apropria da terra, a primeira coisa que ele busca é transformar esta terra em terra de negócio. Assim, segundo Martins, na propriedade privada da terra de negócio,

[...] ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura (MARTINS, 1980, p. 59).

Está aí uma das características do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo. Então, pode-se deduzir que no campo há capitalistas que têm propriedade de terra

para dela retirar renda e nela explorar o trabalho alheio e há capitalistas que estão proprietários e agropecuaristas, mas têm a terra como uma reserva de valor. Mas, no campo há também os pequenos proprietários e trabalhadores da terra sem terra. E os capitalistas procuram por todos os meios expropriar os camponeses para aumentar suas propriedades e explorar o trabalho destes camponeses junto com os que já não possuem *terra de trabalho*. Mas, isso impulsiona as lutas sociais no campo, quando os camponeses se colocam contra a propriedade capitalista da terra e se fazem sujeitos que lutam pela reprodução de sua própria vida. Surge, então, o camponês como sujeito político, aquele que se apresenta no cenário sócio-político e rompe com a visão que o considera um excluído.

Assim, para Martins (1980), é a mercantilização, ou a transformação da terra em mercadoria que vai imprimir ao capitalismo no campo brasileiro a característica de ter um desenvolvimento desigual e combinado que, ao mesmo tempo, pode engendrar relações não capitalistas e capitalistas de produção. Mas, com o desenvolvimento do capitalismo no campo, as formas não capitalistas vêm se reduzindo, o que fez eclodir mais conflitos pela terra.

Neste caso, para a difusão e o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, o mais importante não é o espaço geográfico no qual ele se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual e, ao mesmo tempo, combinado com as diferentes expressões sociais e os diferentes tempos e momentos sociais no qual se expressam as contradições fundamentais da sociedade.

Assim como Martins (2004), Oliveira (1991) aborda em suas reflexões a produção capitalista no campo que utiliza relações capitalistas (assalariamento) e não capitalistas (sem assalariamento) de produção, mas utiliza a categoria de análise geográfica “território” para mostrar as contradições da formação territorial do campo no Brasil.

A produção do território pela apropriação do espaço para o plantio de cana-de-açúcar para a produção de etanol é uma das formas que tomou o agronegócio dos agrocombustíveis, e devido aos diferentes interesses de classe nele contido, provoca conflitos que têm levado à desterritorialização de famílias camponesas, além de outros impactos sobre as famílias camponesas em Goiás.

Para Oliveira, o capital promove “[...] a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjuga o trabalho nela praticado” (OLIVEIRA, 1991, p. 49).

Referindo-se às questões que envolvem o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, desde a modernização conservadora iniciada nos anos 1960 ou 1970, Oliveira (1991) afirma que “[...] o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura de

nossos dias está marcado pela sua industrialização” (OLIVEIRA, 1991, p. 23). Neste caso, há uma vinculação da produção agropecuária aos processos industriais e aos mecanismos financeiros.

Em suas análises posteriores, a partir de 2004, Oliveira, ao refletir sobre *a territorialização do capital e a monopolização do território* na agricultura através da industrialização, conclui que o capitalismo no campo está, contraditoriamente, unificando o que ele havia separado: a indústria e a agricultura. Um exemplo disso, já apresentado por Oliveira, é o que vem ocorrendo com a indústria sucroalcooleira, aqui denominada de agronegócio dos agrocombustíveis. O capital, segundo Oliveira, ao mesmo tempo em que é proprietário das terras, emprega mão-de-obra assalariada e é também proprietário da indústria. Tudo unificado numa só empresa.

Outro exemplo citado por Oliveira (2004) é a monopolização do território camponês pelas indústrias fumageiras na Região Sul do Brasil. Segundo o autor, as famílias camponesas que produzem a mercadoria (fumo), sem emprego de mão-de-obra assalariada, também são as proprietárias das terras. Mas, sua produção é toda destinada às indústrias monopolistas do fumo. Assim, não há a necessidade da territorialização do capital, e, sim, apenas a sujeição da renda da terra e a subjugação do trabalho da família camponesa ao capital monopolista fumageiro.

No entanto, para Oliveira (2004), nesses dois exemplos da ação do capital no campo existem diferenças na forma da ação. No primeiro caso, o capital se territorializa. No segundo caso, o capital monopoliza o território, sem, entretanto, se territorializar. O primeiro caso, da reprodução ampliada do capital, está baseado em relações capitalistas de produção, ou seja, no trabalho assalariado. Já, o segundo caso, na agricultura camponesa, a produção do capital nunca está baseada em relações capitalistas de produção, ou seja, trabalho assalariado, mas, sim, no trabalho familiar.

Ao tratar da questão, Oliveira (2010) mostra que, no capitalismo monopolista, ocorrem dois importantes mecanismos de controle que garantem a sua reprodução ampliada: *a produção* e *a circulação* de mercadorias. No primeiro caso, ocorre a territorialização dos monopólios, a produção comanda a circulação. O capitalista industrial e o capitalista da agricultura, o grande proprietário de terra, são as mesmas entidades, físicas e/ou jurídicas. No segundo caso, se dá a monopolização dos territórios. E o proprietário do território monopolizado e quem o monopoliza podem ou não ser as mesmas entidades.

Ao se aplicar esta tese para analisar os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre as famílias camponesas em Goiás, faz-se necessário exatamente considerar que, nesse

caso, as duas situações ocorrem ao mesmo tempo: o capital tanto é proprietário de terra e da indústria e emprega mão-de-obra assalariada na terra, quanto arrenda pequenas e médias propriedades de terra para plantar cana-de-açúcar com mão-de-obra assalariada, controlando completamente todo o ciclo desde a produção da matéria-prima à industrialização e circulação do produto.

Diante disso, ocorre a seguinte pergunta: no agronegócio dos agrocombustíveis em Goiás os impactos que a expansão da área plantada de cana-de-açúcar vem causando sobre o campesinato são mais consequências da territorialização dos monopólios ou mais da monopolização dos territórios?

Na tese de doutorado denominada *Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho*, Ana Maria Soares de Oliveira (2009), através de pesquisa de campo, constata que a Usina Boa Vista, em Quirinópolis/GO, possuía, na safra 2008/09, cana plantada em cerca de 21.000 hectares de terra. Mas, apenas 1.000 hectares (5%) eram de terras próprias, 12.000 hectares (57%) eram de parceria/arrendamento e 8.000 hectares (38%) de fornecedores.

Também em Quirinópolis, na Usina São Francisco, a maior do estado de Goiás, pois, no ano de 2010 foi a que mais moeu, chegando a 4.723.604 toneladas de cana-de-açúcar, 2.947.737 toneladas vinham de fornecedores e 1.775.867 toneladas de produção própria. Ou seja, nesta empresa, a maior parte da cana, 62%, vem de fornecedores. Esta empresa não é proprietária das terras nas quais se produz a maior parte da cana que processa.

Outro exemplo é o que vem ocorrendo com a Usina Vale Verde (Unidade Bom Sucesso), no município de Goiatuba, pertencente ao Grupo Farias, uma das quatro unidades do grupo no estado de Goiás e destacada por Oliveira (2009). Segundo a autora, a previsão dessa empresa para a safra 2009/2010 era moer 1.000.000 de toneladas de cana-de-açúcar. Mas, a empresa não possui terras com cana plantada, seja arrendada, seja própria. Toda a cana-de-açúcar processada é proveniente de um grupo de dezessete grandes produtores de soja e milho da região que formaram uma associação, a AFC (Associação dos Fornecedores de Cana), para fornecer cana-de-açúcar para a Unidade Bom Sucesso. A área plantada pelos fornecedores/associados é de 18.000 hectares, dos quais 7.000 mil são destinados à Usina Vale Verde e o restante à Usina Goiasa. Em 2010, a situação destas agroindústrias canavieira era a seguinte: na Usina Bom Sucesso 99,8% da cana moída teve origem de fornecedores e, no caso da Goiasa, 17,9%.

Ao se observar o quadro 05 que traz dados referentes ao total de cana processada no ano de 2010, se percebe que, no estado de Goiás, o capital sucroalcooleiro, de fato, vem se

territorializando, ou seja, controlando tanto a produção da matéria-prima (a cana-de-açúcar), da qual ela é proprietária de 74,3%, como também o processo industrial, a fabricação do açúcar e do etanol. Mas, cabe aqui fazer uma importante observação. Esta tese, a da *territorialização do capital sucroalcooleiro*, ao qual chamamos de agronegócio dos agrocombustíveis, de fato se aplica, mas não na totalidade das agroindústrias canavieiras em Goiás, porque 25,7% (2010) de toda a cana-de-açúcar moída tem origem de fornecedores, ou seja, não são produzidos pelo mesmo capitalista.

No agronegócio dos agrocombustíveis em Goiás, estes dois processos (territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios) vêm ocorrendo simultaneamente, portanto, são estratégias da mesma ação do capital. Disso decorre algumas perguntas: como denominar essa ação do capital e por que ora preferem uma estratégia, ora outra? Uma estratégia suplantará a outra?

Ora, se isso vem ocorrendo, significa que, em Goiás, o capitalismo monopolista ao mesmo tempo em que vem se territorializando vem também monopolizando territórios por meio do controle do fornecimento de matéria-prima, a cana-de-açúcar, que é produzida por outros capitalistas, médios e grandes produtores rurais.

Há uma outra observação importante a ser feita e ela dá nova forma ao agronegócio dos agrocombustíveis no estado de Goiás. Em Goiás, o capitalista industrial e o capitalista da agricultura, especialmente no que se refere à propriedade da terra, na maioria dos casos, não são as mesmas entidades, físicas e/ou jurídicas. Mesmo que 74,3% de toda a cana-de-açúcar sejam produzidos pelos próprios capitalistas industriais, eles não são os proprietários das terras, a maioria da produção de cana-de-açúcar é plantada em terras arrendadas.

O quadro 05 mostra o comportamento de cada uma das 35 usina atualmente associadas ao SIFAEG/SIFAÇÚCAR no que se refere à produção da matéria prima, a cana-de-açúcar.

Com a expansão do setor sucroalcooleiro no estado de Goiás, a procura por terras aumentou/vem aumentando de forma significativa nos últimos anos, fazendo com que, em apenas cinco anos (2005 a 2010), mais de 400 mil hectares fossem invadidos pelo plantio da cana-de-açúcar. Terras que eram utilizadas em outras atividades agrícolas, como a produção de grãos e pastagem, atualmente vêm se transformando num imenso canavial.

Mas, o fato de o estado de Goiás, especialmente em algumas regiões, ter se transformado nos últimos anos, especialmente após a década de 1970, num grande “celeiro agrícola”, elevou o preço da terra fazendo com que a aquisição de grandes áreas se tornasse mais cara. Diante disso, a opção das empresas do agronegócio dos agrocombustíveis vem sendo o

arrendamento de terras. Claro que isso não significa que não haja aquisição. Mas, o que predomina é o arrendamento.

Quadro 05 - Quantidade de cana-de-açúcar processada pelas agroindústrias canavieiras e origem desta matéria prima no estado de Goiás – 2010.

Agroindústrias canavieiras	Origem				Total
	Próprias	Percentual	Fornecedores	Percentual	
Alda	249.471	100,0	-	-	249.471
Anicuns	1.619.999	92,5	131.935	7,5	1.751.934
Boa Vista	1.382.291	69,1	619.260	30,9	2.001.551
Bom Sucesso	1.603	0,2	644.027	99,8	645.630
Caçu	472.351	68,5	216.767	31,5	689.118
Canadá	963.718	100,0	-	0,0	963.718
CEM	40.436	66,6	20.243	33,4	60.679
Centroálcool	942.251	100,0	-	-	942.251
CNAA-CIBA	1.225.745	69,7	532.288	30,3	1.758.033
Cooper-Rubi	1.363.720	100,0	-	-	1.363.720
Cosan-Jataí	993.934	51,1	950.650	48,9	1.944.584
CRV Industrial	-	-	1.344.270	100,0	1.344.270
Decal Ltda.	258.503	55,2	209.688	44,8	468.191
Denusa	1.224.529	100,0	-	-	1.224.529
Energética São Simão	159.895	34,6	302.825	65,4	462.720
Energética Serranópolis	742.546	87,7	103.949	12,3	846.495
Floresta	871.505	100,0	-	0,0	871.505
Goianésia	792.352	82,0	173.820	18,0	966.172
Goiasa	1.971.996	82,1	429.033	17,9	2.401.029
Jalles Machado	2.628.430	100,0	-	-	2.628.430
Lago Azul	408.817	100,0	-	-	408.817
Morro Vermelho	541.604	62,9	319.155	37,1	860.759
Nova Gália	-	-	449.018	100,0	449.018
Panorama	1.822.963	100,0	-	-	1.822.963
Porto das águas	1.958.770	70,5	818.753	29,5	2.777.523
Rio Claro	903.634	70,0	387.271	30,0	1.290.905
Santa Helena	1.922.437	90,1	211.865	9,9	2.134.302
São Francisco	1.775.867	37,6	2.947.737	62,4	4.723.604
São Paulo	601.913	69,9	259.183	30,1	861.096
Serra do Caiapó	311.351	75,0	103.750	25,0	415.101
Tropical	1.874.887	87,1	276.705	12,9	2.151.592
Uruaçu	-	-	-	-	-
Vale do Verdão	3.124.358	100,0	-	-	3.124.358
Vale Verde - Itapaci	1.068.067	70,4	449.040	29,6	1.517.107
Vale Verde - Itapuranga	426.707	87,9	58.649	12,1	485.356
Total	34.646.650	74,3	11.959.881	25,7	46.606.531

Fonte: SIFAEG/SIFAÇÚCAR.

Assim, as empresas do agronegócio dos agrocombustíveis, ao optarem pelo arrendamento não precisam imobilizar capital, como afirmam Ficarelli e Ribeiro (2010, p. 45):

No intuito de restringir os investimentos iniciais e a imobilização de capitais em terras, as agroindústrias canavieiras têm optado pelo arrendamento de terras [...] O arrendamento evita que as agroindústrias canavieiras se comprometam com a terra cultivada em longo prazo, podendo fazer face mais facilmente às incertezas econômicas no futuro.

Mas, há um outro fator que também pode explicar a preferência pelo arrendamento de terras pelas agroindústrias canavieiras em Goiás: a propagação das vantagens que Goiás oferece no plantio de cana, inclusive o baixo preço do arrendos veiculado nos meios de comunicação, como é o caso do Jornal Cana Centro-Oeste. Este jornal, em maio de 2006, em sua edição de nº. 1, na página de capa, refere-se ao Centro-Oeste como um local ideal para a expansão do setor, dadas as condições de solo e clima, assim como, os baixos preços do arrendamento de terra que são 50% menores do que em São Paulo, por exemplo. Veja-se a reportagem:

A Região Centro-Oeste tem muito a oferecer: condições edafoclimáticas favoráveis, com boa distribuição de chuvas durante o ano; disponibilidade de terras a preços mais acessíveis do que outras localidades produtoras de cana-de-açúcar; além de contar com áreas extensas e planas, que apresentam facilidade de uso para a agricultura. É possível planejar o desenvolvimento de canaviais de 20 a 30 mil hectares, ocupando áreas próximas à usina. Isto diminui consideravelmente o custo do transporte [...] o arrendamento de terras tem um valor 50% menor do que o preço de São Paulo (Jornal Cana Centro-Oeste, maio de 2006, 1º ed., p. 01)⁴⁴.

O arrendamento de terras pelo agronegócio dos agrocombustíveis, pôde ser comprovado durante a realização de pesquisa de campo, por este pesquisador, em visitas realizadas a algumas agroindústrias canavieiras no estado de Goiás.

Na Microrregião de Ceres, onde foi entrevistado o Sr. Carlos Odilon de M. Jordão, gerente de produção agrícola da empresa CRV (foto 01), com sede no município de Carmo do Rio Verde (GO), comprovou-se que a empresa possui atualmente, segundo ele, cerca de 22.000 hectares de terras plantadas com cana-de-açúcar, mas, segundo ele mesmo, apenas 2.000 hectares são de terras próprias, os outros 20.000 ha são de terras arrendadas.

Segundo ainda o mesmo entrevistado, outra unidade da empresa com sede no município de Rubiataba/GO, a cerca de 35 quilômetros de Carmo do Rio Verde, a Usina Cooper-Rubi, também possui aproximadamente 22.000 hectares de cana plantados, sendo, também, apenas mais ou menos 2.000 ha em terras próprias e os outros 20.000 em terras arrendadas⁴⁵. Perguntado também sobre por que a empresa opta pelo arrendamento, o entrevistado disse: “É

⁴⁴ Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/pdf/149/%5Ccentroeste.pdf>. Acessado em 18/02/2011.

⁴⁵ Informações obtidas a partir de entrevista realizada durante trabalho de campo no dia 23 de junho de 2010.

questão de custo e benefício. E tem a questão do valor, porque quem é grande proprietário, ele, não vai querer se desfazer da sua área. Ele arrenda uma parte e deixa uma parte como um negócio”. Perguntado sobre se a usina arrenda terra de pequenos proprietários o mesmo afirmou que sim, mas disse também que: “normalmente a gente compra terra pequena que a usina tem interesse” (Sr. Carlos Odilon de M. Jordão, gerente de produção agrícola da empresa CRV, entrevista em 23/06/2010).



Foto 01 – Usina CRV de açúcar e álcool, em Carmo do Rio Verde (GO).
Autor: BUNDE, A., junho/2010

No que se refere ao valor pago pelo arrendamento por alqueire/ano, em levantamento feito junto a algumas famílias camponesas da região, constatou-se que a CRV paga aos camponeses o equivalente a R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) ao ano por alqueire de terra.

Na Microrregião do Meia Ponte, a usina Goiasa Goiatuba Álcool LTDA., localizada no município de Goiatuba/GO também mantém a mesma prática. Em entrevista, o Sr. Célio da Silva Gonçalves, gerente de produção agrícola desta empresa, perguntado sobre a quantidade de cana que a empresa planta, respondeu: “são 35 mil hectares, dos quais, 10% aproximadamente são em terras próprias e cerca de 15%, de fornecedores”⁴⁶. Os demais 75%, segundo ele, são produzidos na forma de parceria, que, na verdade, é um arrendamento

⁴⁶ Informações obtidas a partir de entrevista realizada durante trabalho de campo no dia 10 de fevereiro de 2011.

(porque na parceria o proprietário de terra parceiro se compromete a produzir determinada quantidade e cedê-la por certo preço ao parceiro comprador), tanto de grandes e médios quanto de pequenos proprietários. Perguntado sobre o motivo que a empresa teve para fazer a opção pelo arrendamento o entrevistado disse:

[...] a empresa prefere a parceria porque com isso não é preciso imobilizar capital. O grupo entende que o investimento em terra traz vantagens e desvantagens [...] todo capital imobilizado requer mais capital para capital de giro [...] o grupo entende que é melhor a parceria do que o investimento em terra (Sr. Célio da Silva Gonçalves, gerente de produção agrícola da usina Goiasa Goiatuba Álcool LTDA., entrevista em 10/02/2011).

Sobre o valor pago pelo arrendamento, o entrevistado respondeu “se paga para os parceiros o equivalente a uma produção de 50 a 60 toneladas de cana por alqueire/ano [...] o que equivale em torno de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)” (Sr. Célio da Silva Gonçalves, gerente de produção agrícola da usina Goiasa Goiatuba Álcool LTDA., entrevista em 10/02/2011).

Pôde-se constatar durante a pesquisa de campo que as empresas do setor têm optado pelo arrendamento de terras para a produção da cana-de-açúcar realmente porque esse mecanismo permite um maior retorno e reprodução do capital investido, num menor tempo, ainda mais levando-se em consideração que no estado de Goiás o custo do arrendamento é mais barato do que em outras regiões do Brasil, como é o caso de São Paulo, por exemplo, e que a cana é uma cultura semiperene.

Além disso, o agronegócio dos agrocombustíveis tem encontrado facilidade para implementar essa prática no estado de Goiás porque os proprietários de terras, sejam eles grandes, médios ou pequenos, em busca de ganhos econômicos, têm/vêm facilitando e aderindo à prática do arrendamento de suas terras para o plantio de cana-de-açúcar.

Os arrendadores de terra, na maioria dos casos, têm aderido a essa prática para garantir a remuneração do capital investido, a renda de algumas áreas de terra ociosas e/ou menos rentáveis. Mas, podem existir grandes diferenças entre os casos, ou seja, cada caso é um caso. Como destacam Ficarelli e Ribeiro (2010, p. 46),

A finalidade do arrendamento é basicamente a remuneração do capital sobre terras ociosas por parte do arrendador. Entretanto, ele não acontece da mesma forma em todos os casos e regiões, por conta das particularidades de cada proprietário. Como o arrendamento só é possível por meio de um acordo entre dois indivíduos, ele acontece quando se mostra vantajoso para ambos.

Assim, vários outros motivos podem levar os proprietários a arrendarem suas terras, total ou parcialmente, para as empresas do agronegócio dos agrocombustíveis. Segundo Dulley & Santos (1990, p 113), *apud* Ficarelli e Ribeiro (2009, p. 08-09), esses motivos podem ser:

- a) Redução dos riscos inerentes à produção agrícola [...]. Quando o proprietário dá parte de sua terra ou toda ela, está procurando deliberadamente reduzir os riscos da produção agrícola, ou fugir deles (quando arrenda integralmente a propriedade). Em ambos os casos, essa categoria diferencia-se no que tange o risco, procurando minimizá-lo;
- b) Dificuldade de administrar toda a propriedade por conta própria. Importante ressaltar que este processo se dá de preferência nas médias e grandes propriedades nas quais é mais comum o absenteísmo do proprietário, e onde há menor interferência deste no trabalho agrícola. Isto também pode ocorrer por questões familiares, como divórcios e estados de enfermidade, dentre outros;
- c) Dificuldade na obtenção de financiamento agrícola em condições economicamente favoráveis em época oportuna;
- d) Dificuldade em investir na compra de máquinas e equipamentos necessários para expandir a área de cultivo próprio e;
- e) O proprietário desenvolve outras atividades econômicas além da agricultura e não se dispõe, ele próprio, a conduzir a sua propriedade.

Se estes fatores podem explicar o arrendamento de grandes e médias propriedades de terra, mas mesmo entre estes cada caso é um caso, ou seja, os motivos não são os mesmos nem o arrendamento acontece da mesma forma com todos os arrendadores, o arrendamento que envolve famílias camponesas requer análise cuidadosa.

Em Goiás, em alguns casos, as famílias camponesas estão sendo iludidas pelas possibilidades de obtenção de renda fácil e, muitas vezes, acabam caindo nas falsas promessas apresentadas pelas empresas. É o que vem acontecendo, por exemplo, na Microrregião de Ceres. Constatou-se durante trabalho de campo⁴⁷ que isso ocorre com a família de M. M. P. G., no município de Ipiranga de Goiás, que arrenda suas terras para a empresa Cooper-Rubi, Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba Ltda.

Residente na Comunidade Água Branca, no município de Ipiranga de Goiás⁴⁸, M. M. P. G. relata a *armadilha* (falsas promessas) na qual as famílias camponesas acabaram caindo devido ao discurso da empresa para sensibilizá-las. Como as falsas promessas vêm acompanhadas de um discurso bem elaborado, as famílias só percebem a armadilha na qual caíram quando começam a receber os pagamentos do arrendamento e quando não conseguem mais desenvolver nenhuma atividade produtiva em função dos impactos causados pelo monocultivo da cana. A essas falsas promessas soma-se a baixa renda das famílias camponesas, que as leva a precisar obter mais renda para suprir suas necessidades. Na maioria

⁴⁷ Partes destas informações estão contidas no trabalho *Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre as famílias camponesas – município de Ipiranga de Goiás/Brasil*, apresentado no IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/V Simpósio Nacional de Geografia Agrária: A questão (da reforma) agrária na América Latina, balanço e perspectiva. Niterói – RJ, 29 de outubro a 02 de novembro de 2009, elaborado por Altair Bunde e Marcelo Rodrigues Mendonça.

⁴⁸ O município de Ipiranga de Goiás, assim como os municípios vizinhos, Ceres, Rialma, Rubiataba, Nova Glória, Carmo do Rio Verde, São Patrício e outros, surgiram a partir do Decreto Lei nº. 6.882, de 19 de fevereiro de 1941, do então Presidente da República Getúlio Vargas, que criou a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), no Vale do São Patrício, que trouxe para a região colonos de vários estados brasileiros e também de outros países, tornando-se logo uma das principais produtoras de alimentos.

das vezes as empresas oferecem pagamento antecipado, uma ilusão que muitas famílias não percebem.

Proprietária de 5,5 alqueires⁴⁹ de terra, a família de M. M. P. G. arrendou 5 alqueires para a Cooper-Rubi e ficou com apenas 0,5 alqueire livre, onde ficam localizadas a casa e uma área de pasto na qual criam 6 vacas leiteiras, das quais tiram, em média, 8 litros de leite por dia, que são vendidos no comércio local. Na foto 02 pode-se ver o imóvel rural de propriedade da família, cercado pela plantação de cana-de-açúcar nas terras que arrendou à Cooper-Rubi.



Foto 02 - Comunidade Água Branca, município de Ipiranga de Goiás (GO):
Propriedade cercada pela plantação de cana-de-açúcar.
Autor: BUNDE, A., maio/2009

Segundo M. M. P. G., “Já faz três anos que *arrendamo* a terra para a usina. Antes nós *mexia* com leite, gado. Tinha muita roça, plantava arroz, milho, amendoim, mandioca. Antes de arrendar a terra, vendia 70 litros de leite todo dia. Mas, em 2006, teve um rapaz da usina e que fez o contrato, e nós *arrendamo* 5 alqueires”.

Perguntada se estava arrependida de ter arrendado suas terras para a Cooper-Rubi, a senhora M. M. P. G. afirmou o seguinte: “Nós vamos pegar para trás a terra. O aluguel é por 6 cortes. Já fez 2 cortes e falta mais 4 cortes [...]”.

⁴⁹ Alqueire é uma unidade de medida de superfície agrária equivalente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás a 10.000 braças quadradas (4,84 hectares).

Analisando os relatos, pudemos observar que as expectativas de melhoria na qualidade de vida da família a partir da renda obtida com o arrendamento de suas terras se frustraram. Sem ter mais como produzir nem mesmo os alimentos para o seu próprio consumo e como a renda obtida com o arrendamento de suas terras é baixa, em vez de melhorar, sua qualidade de vida acabou piorando. Além disso, tem a ociosidade da família que não consegue mais plantar em suas terras. Assim, as expectativas de melhoria de vida e de obtenção de benefícios com o arrendamento das terras, propagadas pela usina, não passam de mera estratégia/tática de exploração das famílias camponesas.

Mas, também há aquelas famílias camponesas que arrendam terra para as agroindústrias canavieiras e se dizem satisfeitas com o que recebem pelo arrendamento. É o caso do senhor J. A. de S., residente na Comunidade Curral Queimado, no município de São Patrício (GO). O Sr. J. A. de S. arrenda cerca de 2,3 alqueires de terra para a Usina CRV e recebe o equivalente a uma produção de 55 toneladas de cana-de-açúcar, cerca de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) por alqueire/ano. Perguntado por que ele arrendava as terras para a Usina e se era vantagem, o senhor J. A. de S. respondeu: “Eu acho, porque a terra é um dom de Deus e se a gente *fô mexê* com lavoura não dá não. Os *cereal* e os *alimento* não *vale* nada. Nunca deixô nenhum dinheiro pra nós”⁵⁰. Ainda, segundo o Sr. J. A. de S., a empresa paga em dia: “nunca vi alguém ‘cramá’ do pagamento”, disse o entrevistado.

No entanto, neste caso, é preciso fazer algumas ressalvas. Na data da entrevista, em junho de 2010, o Sr. J. A. de S. estava com 73 anos de idade, sua esposa encontrava-se enferma e seu filho preferiu o trabalho na usina. Diante da dificuldade em desenvolver a agricultura devido à falta de força de trabalho, somada à falta de incentivo por parte dos governos que não remuneraram adequadamente a produção das famílias camponesas, a decisão de arrendar as terras para as agroindústrias canavieira era o melhor que o Sr. J. A. de S. pode fazer.

Mas, existem também aquelas famílias que, mesmo com dificuldades, resistem ao arrendamento. É o que ocorre, por exemplo, com a família da senhora L. B. C., também residente na Comunidade Curral Queimado, no município de São Patrício, Goiás. Segundo a entrevistada, “a usina trouxe grande prejuízo, a cana invadiu tudo, este ano *prantamo* arroz, mas não deu nada. *Tocô* só seis saquinho de arroz pra cada um”. Ainda, respondeu a entrevistada, quando perguntada se era vantagem arrendar terra para a usina: “não é vantagem nenhuma. Eles *acaba* com tudo”.

⁵⁰ Entrevista realizada por Altacir Bunde em 24 de junho de 2010.

Esta mesma resistência também foi identificada em outras Microrregiões do estado de Goiás, como é o caso da do Meia Ponte, no município de Goiatuba onde, mesmo cercado por cana por todos os lados e convivendo com a poeira e os agrotóxicos que são aplicados, o Sr. P., camponês residente próximo à usina, afirma de maneira categórica: “*Vô morrê aqui mas não vô arrendá as minha terra pra eles [...] eles já tivero aqui muitas veiz [...] mas, já disse, não vô arrendá minhas terra*”⁵¹.

Na foto 03 outra propriedade cercada pela cana-de-açúcar.



Foto 03 – Propriedade camponesa cercada pela cana, município de Goiatuba (GO).
Autor: BUNDE, A., fevereiro/2011

Nestes tipos de casos, e em outros, observados na pesquisa de campo, percebe-se que a resistência em arrendar as terras, a concepção de mundo, especialmente a consciência dos prejuízos econômicos, sociais e ambientais que o monocultivo da cana-de-açúcar provoca influenciam na decisão das famílias camponesas de não arrendarem suas terras para o agronegócio dos agrocombustíveis.

Diante do exposto e considerando-se as afirmações feitas por Oliveira (2010) sobre a territorialização do capital, do que cita como exemplo as indústrias canavieiras, que ao mesmo tempo em que é proprietária da indústria, é também proprietária das terras e emprega mão-de-obra assalariada, no estado de Goiás, ao menos no que se refere à propriedade da terra, embora as empresas controlem a plantação da cana-de-açúcar e a produção, a indústria não é a

⁵¹ Entrevista realizada por Altacir Bunde em 09 de fevereiro de 2011.

proprietária da maioria das terras, portanto, esse controle não é total, se dá sobre cerca de 75% da matéria-prima, três quartos, o que é considerável, porém, a produção da cana é obtida de diversas formas, preferencialmente a partir de terras arrendadas, de parcerias, de fornecedores e, em minoria, de terras próprias.

As indústrias não controlam a produção total da matéria-prima, assim como também o título de propriedade de grande parte das terras. Mas, isso é o que vem acontecendo até o momento, portanto, não significa que num futuro próximo a indústria não possa vir a controlar completamente todo o ciclo produtivo.

No estado de Goiás o que vem ocorrendo é que o capital se territorializa para produzir bens, sejam eles *commodities*⁵², como é o caso do açúcar, ou simplesmente mercadorias, como o etanol, que pode vir a ser, num futuro próximo, também uma *commoditie*, e também parte da matéria-prima (cana-de-açúcar) utilizada para a produção destes dois bens. Ao mesmo tempo, o capital monopoliza, de diferentes formas, o território. Portanto, há, de fato, uma hegemonia do modo capitalista de produzir na agricultura, ou seja, o capital de fato controla todo o processo produtivo e domina e/ou tenta dominar, quase que na totalidade, a fração do território no qual está instalado.

Entretanto, as ações do capital em todo tempo e lugar são crivadas de contradições – o que é próprio de sua natureza – conforme constatado por este pesquisador. A primeira dessas contradições são os impactos ambientais que o monocultivo da cana-de-açúcar e o processo de fabricação do açúcar e do etanol causam. Durante o plantio, o desenvolvimento e a colheita da planta ocorre grande aplicação de venenos e outros problemas resultam da industrialização: resíduos da produção do açúcar e do etanol. A segunda contradição é a disputa de terras. A pressão do agronegócio dos agrocombustíveis sobre as famílias camponesas leva à e/ou busca a expropriação do campesinato e/ou a agregação de territórios camponeses às empresas do setor.

Piacente (2005) divide em duas categorias os impactos ambientais: os agrícolas e os industriais. Entre os agrícolas, segundo o autor, destacam-se: minimização da biodiversidade devido à substituição da vegetação natural pela monocultura canavieira; contaminação das águas superficiais e subterrâneas e também do solo, pela utilização excessiva de adubos,

⁵² *Commodities* (significa mercadorias em inglês) e pode ser definido como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. As *commodities* são negociadas em bolsas de mercadorias, portanto, seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional.

corretivos e herbicidas; poluição por embalagens de agrotóxicos; compactação do solo devido ao tráfego de máquinas pesadas durante o plantio, os tratamentos culturais e a colheita; assoreamento de corpos d'água devido à erosão do solo em áreas de renovação de lavoura; emissão de fuligem e gases de efeito estufa na queima durante o período de colheita. Na categoria dos impactos ambientais industriais, o autor relaciona: a geração de resíduos potencialmente poluidores, como a vinhaça e a torta de filtro; a utilização intensiva de água para o processamento industrial da cana-de-açúcar e o forte odor gerado na fase de fermentação e destilação do caldo para a produção de etanol.

Impactos ambientais como esses, mostrado também Piacente (2005), puderam ser identificados, no estado de Goiás, durante os trabalhos de campo. Na Microrregião de Ceres, em visitas de campo, realizadas entre os dias 14 e 15 de maio de 2009, foram feitas várias anotações, a partir de conversas com algumas famílias camponesas, e registros de imagens (fotográficas), através do que pôde-se comprovar os vários impactos do plantio de cana-de-açúcar sobre o campesinato, alguns dos quais são descritos a seguir.

Um dos exemplos é o que vem ocorrendo na Comunidade Córrego da Boa Vista. Neste local, segundo F. C. dos S.⁵³, com a chegada da plantação de cana, há cerca de 5 anos, a vida das famílias camponesas tornou-se muito difícil. Caminhões passam na porta da casa formando uma nuvem de poeira, que causa doenças e ainda suja tudo, desde a casa onde se mora até as plantações. Não se consegue mais produzir, tamanha é a poluição causada pelo plantio e colheita da cana. Segundo ele, “A cana é uma desgraça. A poeira, a fumaça e *fulige* torna praticamente difícil de *vivê* aqui. *Nóis fica* doente. Tem problema respiratório” (camponês, F. C. dos S., depoimento em 14/05/2009).

Ainda segundo as declarações de F. C. dos S.: “Aqui se produzia de tudo. Mas, agora, com a poeira dos caminhões que cai nas plantas e contamina tudo e acaba matando as *planta*, além do veneno que é utilizado que mata até as árvores [...]”. O mesmo camponês, F. C. dos S., dá continuidade ao seu relato:

As árvores *tão* sendo *arrancadas* e as águas *poluída*. Usam *venenos abortantes* que mata as *árvores*. Eles *batem* veneno na beira da cerca e acaba *matano* nossos *animais*. A cinza cai na comida, na roupa e estraga tudo. Aqui *nóis tinha* fartura e hoje não *temo* como *produzi* nem para *comê* porque *tá* tudo contaminado. Todo veneno aplicado vai *pará* no córrego e contamina tudo.

Podem-se constatar pelas fotos 04 e 05 as declarações do camponês: um caminhão transportando cana-de-açúcar passando em frente à sua propriedade e as queimadas que são

⁵³ Morador na Comunidade denominada de Córrego da Boa Vista. Entrevista realizada no dia 14 de maio de 2009, no município de Ipiranga de Goiás/GO.

realizadas antes do corte, em área do município de Nova Glória (GO), próxima à sua residência.

Outro exemplo que pode ser citado é o que vem ocorrendo na Comunidade Bom Jesus⁵⁴, onde, cercado pelo canavial, vive J. P. de M. F., com sua esposa e um filho. Tentando sobreviver do trabalho em seu pequeno pedaço de terra, relata seu sofrimento e sua luta para sobreviver diante dos impactos causados pela empresa Agro-Cana (empresa ligada à Usina Vale Verde, com sede na cidade de Itapaci (GO), que planta cana na região para a produção de etanol). Segundo ele,

[...] o veneno da cana *tá prejudicando* tudo. Onde *derramaram* veneno até a bananeira *tá morrendo*. Na minha terra nada dá bem por causa do veneno. O veneno que eles *mexe é brabo* demais. No milho o veneno não afeta muito, mas o arroz, o amendoim, o feijão não dá mais nada. O feijão que *prantei*, perdi tudo por causa do veneno. *Prantei 40 quilos* de feijão e não colhi nada.



Foto 04 - Comunidade Córrego da Boa Vista, município de Ipiranga de Goiás (GO): caminhão transportando cana-de-açúcar.

Autor: BUNDE, A., maio/2009.

⁵⁴ Entrevista e fotos realizadas por Altacir Bunde em 14 de maio de 2009.



Foto 05 - Município de Nova Glória (GO): homem queimando a cana-de-açúcar antes do corte.

Autor: BUNDE, A., maio/2009.



Foto 06 – Comunidade Bom Jesus, Córrego do Café, Ipiranga de Goiás (GO): propriedade cercada por cana-de-açúcar.

Autor: BUNDE, A., maio/2009

Referindo-se à água de uma pequena represa ao lado da sua residência, J. P. de M. F. disse o seguinte: “A água já pertence ao veneno. Estou com medo de perder a água da mina, de *bebê* [...]”. Perguntado sobre o que pensa da plantação de cana, respondeu que “[...] aqui *tá* tudo cercado de cana. Quando queima, tapa tudo de cinza. Os *animal*, as *capivara*, morre tudo queimada [...]”.

Em seu relato, a senhora E. M. G. da S., esposa do senhor J. P. de M. F., sobre a plantação de cana diz o seguinte: “Eu acho que a cana acaba com tudo. Acaba com a terra, com a água e com as *árvore*. A gente *pranta* os trem e não dá nada [...]”. Perguntada se sabia por que não se produzia mais nada, respondeu: “Acho que não dá nada por causa dos *remédio* que eles *bota* na cana, que *é* muito brabo”.

Estes mesmos impactos também podem ser identificados em outras microrregiões do estado de Goiás, onde se expande a área plantada com cana. Um dos exemplos é o que vem ocorrendo no município de Itumbiara (GO), onde as empresas poluem o meio ambiente, segundo o Sr. J., residente na fazenda Boa Vereda, distante a 56 quilômetros da cidade de Itumbiara. O camponês relata os dramas sofridos devido à ação das empresas do agronegócio dos agrocombustíveis na região. Segundo ele: “deram o combate e, do meu irmão, lá, *mataro* dois alqueire [...] *acabô* com o milho [...] os *pexe*, e o mato do meu pai lá vai *brotá* de novo [...] puseram fogo na cana e não avisou ninguém não, *queimô* tudo [...] até a cerca, *queimô* tudo”. Perguntado se havia morrido muitos peixes, diz o entrevistado “matou mil e quinhentos *pexe* do meu irmão, lá, com veneno [...] deu combate na roça e *pexe* de 3, 4 quilos morreu tudo, teve que pôr dentro da carreta do trator e *enterrá* tudo”. Depois da chegada da cana, diz o entrevistado, “hoje *nóis* só *pranta* milho [...] não dá mais nada [...] mandioca, feijão arroz, nem banana [...] nada produz por causa dos *veneno*” (entrevistado Sr. P., camponês, depoimento em 09/02/2010)⁵⁵.

Outro problema constatado e relatado por diversas famílias camponesas é que, em muitos locais a aplicação dos venenos é feita de avião e, com o vento, este acaba se deslocando para as propriedades camponesas que se encontram cercadas pela cana e/ou até mesmo para a população que mora nas cidades que se encontram cercadas de cana. Um desses exemplos é o município de Maurilândia (GO), onde moradores relataram, em conversas informais, as dificuldades enfrentadas por causa dos venenos que são aplicados na cana, bem como, da poeira e dos materiais particulados que caem sobre as residências. Esta cidade encontra-se totalmente cercada, por todos os lados, pela cana, como pode ser visto na foto 07.

⁵⁵ Entrevista realizada por Altacir Bunde em 09 de fevereiro de 2011.



Foto 07 – Cidade de Maurilândia (GO) cercada por todos os lados pela plantação de cana-de-açúcar.

Autor: BUNDE, A., fevereiro/2011.

Mas, é claro que, a tudo o que vem ocorrendo, os camponeses não assistem de forma passiva. Nestas frações do território se estabelece um processo de luta. Um dos exemplos está na foto 08, na qual o camponês F. C. dos S. exhibe as mais de 300 assinaturas de um abaixo-assinado dos moradores pedindo providências ao Promotor Público sobre os impactos da plantação de cana nas condições de vida (trabalho, produção e residências) dos camponeses. Mas, até a data da foto (maio de 2009), nenhuma providência havia sido tomada por parte das autoridades competentes. Segundo ele, os moradores já interromperam a estrada quatro vezes para forçarem a empresa a aguarem-na para reduzir a poeira e a poluição.



Foto 08 - Comunidade Córrego da Boa Vista, município de Ipiranga de Goiás (GO): abaixo assinado com mais de 300 assinaturas pedindo providências às autoridades para o fim da poluição.

Autor: BUNDE, A., maio/2009.

Os relatos dos entrevistados e as fotos anteriores comprovam que as atividades desenvolvidas durante o plantio e a colheita da cana-de-açúcar impactam de forma significativa as famílias camponesas residentes nas comunidades rurais. Além disso, também causa grandes impactos sociais, econômicos e ambientais que comprometem o desenvolvimento de atividade agrícola por parte das famílias camponesas e, com isso, afeta a produção de alimentos.

A disputa por terra entre famílias camponesas e empresas do agronegócio dos agrocombustíveis, que vem ocorrendo em determinadas frações territoriais, via grandes projetos de lavouras de cana-de-açúcar, é uma situação ainda mais dramática. Os interesses de classe são totalmente antagônicos. De um lado, as grandes empresas, buscando incessantemente o lucro, de outro, as famílias camponesas, que vivem nestas frações de território e precisam nele permanecer. Nesta disputa pela terra, ou seja, pela fração de um determinado território, normalmente são as famílias camponesas que sofrem as piores consequências. Esses projetos, para se instalarem, na maioria dos casos, precisam remover desta fração de território as famílias camponesas que ali residem, para, a partir daí, se apropriar de suas terras.

Evidentemente esses projetos, por visarem somente o lucro, não trariam, como não trazem, nenhum benefício para as famílias camponesas. Ao contrário, buscam tirar-lhes o que de mais precioso eles têm e/ou desejam ter: a terra e seu território. Concorda com isso Martins:

Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, [...] de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações [...]. Não se trata de *introduzir* nada na vida dessas populações, mas de *tirar-lhes* o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terra e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (MARTINS, 2003, p. 61-63).

Para remover as famílias de seus territórios, a forma adotada, em muitos casos, é a da violência, tanto a praticada diretamente pelo capital ou indiretamente, com o apoio estatal. Essa é uma situação histórica porque “[...] a expansão capitalista não se fez sobre terra de ninguém. As vítimas, com frequência, impuseram ao capital e ao Estado, que aí também emergia, condições, exigências e limites – basicamente o reconhecimento de direitos pré-capitalistas, condições e origem dos direitos sociais modernos” (MARTINS, 1993, p.66). A expansão do agronegócio dos agrocombustíveis em Goiás está fazendo muitas vítimas, de várias formas, que também reagem de maneiras diferentes, mas reagem. Por exemplo,

famílias que há mais de 5 anos ocupam uma área de cerca de 91 alqueires, no município de Bom Jesus (GO).

Esta área, conhecida como Fazenda Santa Juliana, segundo relatos dos ocupantes e conforme fotos do local, antes da ocupação, há cinco anos atrás, era abandonada, totalmente improdutiva, não se produzia nada. Mas, após a ocupação, as famílias camponesas começaram a desenvolver a agricultura e, atualmente, neste local se produz de tudo: planta-se arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças etc., cria-se pequenos animais, produz-se leite, enfim, tudo aquilo que é necessário para a garantia da soberania alimentar das famílias e ainda excedentes que vendem no mercado local. Tudo o que é de base para uma boa alimentação pode ser encontrado nesta área. As fotos 09 e 10 mostram como era a área antes de ser ocupada e após a ocupação.



Foto 09 – Área abandonada, fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).
Autor: Foto cedida pelo STR, Itumbiara (GO).



Foto 10 – Área após ocupação, fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).
Autor: Foto cedida pelo STR, Itumbiara (GO), fevereiro/2011.

Por esta área vem se travando uma grande disputa. Esta terra, que atualmente está ocupada por 21 famílias camponesas, encontra-se cercada de cana-de-açúcar por todos os lados e, no intuito de se apropriar da mesma, segundo relato de acampados e lideranças locais, agroindústrias canavieiras da região vêm pressionando as autoridades para “tomarem providências”, com o intuito de expulsarem as famílias camponesas do local. Como afirma Martins (1993), projetos capitalistas, como o do agronegócio dos agrocombustíveis, têm como pressuposto, para se instalarem, a destruição de formas de sobrevivência não capitalistas e a remoção das famílias que mantêm essas práticas, consideradas empecilhos à viabilização de seus empreendimentos. E também pode se acrescentar o fato de que a existência delas é uma evidência de que há opção, que o capitalismo não é o único modo de produção possível. Assim, os capitalistas, com o apoio do Estado, precisam acabar com esse “mau exemplo”.

Segundo relato das famílias e de lideranças camponesas locais, foi justamente por este motivo que, no dia 31 de dezembro de 2010, de forma violenta, as famílias foram despejadas do local onde viviam há cerca de cinco anos. A expropriação ocorre porque é um “requisito da reprodução capitalista do capital” (MARTINS, 1981 p. 141).

Durante a ação de despejo, as casas destas famílias foram totalmente destruídas, animais foram mortos e/ou soltos. A violência foi tamanha que não sobrou nada. Todas as benfeitorias que existiam no local foram completamente destruídas. As fotos 11 e 12 mostram os destroços e a tentativa de reconstrução dos barracos pelas famílias expulsas, que retornaram ao local, após a desocupação.



Foto 11 – Restos de casa destruída, área ocupada na fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).
Autor: BUNDE, A., fevereiro/2011.



Foto 12 – Restos de casa destruída, área ocupada na fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).
Autor: BUNDE, A., fevereiro/2011.

Segundo relato da sr^a. M. S. C. da S., para o despejo das famílias camponesas a justiça determinou a reintegração de posse, mas, segundo a entrevistada, essa reintegração foi concedida para quem não era proprietário da terra. Para a entrevistada: “[...] aproveitaram o momento de final de ano, quando o país estava sem governo, para praticar a ação”. Ainda, segundo ela, a violência tem relação com uma usina da região, porque “[...] quem derrubou as casas dos *posseiros* que *tavam* lá há cinco anos foi as máquinas da usina Goiasa, para você *ve* tamanha a covardia”, afirma a entrevistada, visivelmente emocionada. E, após o despejo, continua ela: “eles colocaram pistoleiro na área para o pessoal não voltar” (M. S. C. da S. líder camponesa na região, depoimento em 09/02/2011).

O relato e as fotos comprovam que tudo que ali existia, no que se refere à infraestrutura foi totalmente destruído. Além disso, os traumas da violência permanecem; foram narrados durante os depoimentos, emocionados, dos posseiros que vivem na área.

De toda a violência ali praticada, um dos sinais mais marcantes foi o depoimento de um morador local que, emocionado diante do barraco totalmente destruído, mostrava os destroços de brinquedos de sua neta, que não pôde tirar antes da casa ser demolida. Perguntado sobre o porquê fizeram isso, o sr. D., emocionado, respondeu:

Eu acho que é a ganância por dinheiro, maltrata as pessoas, maltrata o ser humano, [...] é o dinheiro, a ganância do ser humano [...] a minha neta queria as bonecas, mas eles não *dexaro* ela *pegá* [...] *troxero* uma máquina que era um monstro, achava que *nóis* era uns *bandido* [...] a minha neta falô: “*vô*, o que eles vão *arrumá* pra *nóis*?” (camponês, depoimento em 09/02/2011).

A neta do entrevistado tem apenas quatro anos de idade a assistiu a demolição de sua casa e a destruição dos seus brinquedos. Segundo o avô entrevistado, a menina ficou com trauma do que aconteceu:

[...] ela tá com trauma da escola, sabe? Pra entrá no ônibus ela acha que é um trem, é um trator [...] então, a *vó* dela todo dia tem que í lá. Às vez até í na escola com ela. Ela *pegô* trauma com o trem que entrou, a máquina que estragou o brinquedo dela, então ela acha que os *trem grande* assim, os *caminhão grande*, ela acha que é uma máquina *mau* que *estragô* os *brinquedo* dela. A gente *tá conversano* com ela, a professora, a diretora também *tá ajudano*, então *vamo vê* se ela esquece um pouco o trauma que ela teve (camponês, depoimento em 09/02/2011).

A foto 13 mostra os destroços da casa e os brinquedos que foram destruídos, que ali ainda se encontram.

Mas, mesmo diante de toda a violência praticada, as famílias retornaram e continuam no local. Estão reconstruindo suas moradias, cuidando de suas plantações e alimentando a esperança de um dia ali poder viver em paz, dignamente.



Foto 13 – Destroço da casa e de brinquedos que foram destruídos durante a expulsão das famílias camponesas da fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).
Autor: BUNDE, A., fevereiro/2011.

Fernandes (2000) descreve o processo de territorialização do capital e expõe a diferença entre posseiro (que acaba servindo aos interesses do capital, porque ele chega primeiro, para “amansar a terra”) e trabalhadores da terra, sem-terra, que são os que resistem ao capital.

Os sem-terras ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração – terras devolutas e/ou griladas. As lutas por frações do território [...] representam um processo de territorialização na conquista da *terra de trabalho* contra a terra de negócio e de exploração. Essa é a diferença fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam onde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam onde o grileiro, o empresário, o latifundiário estão (FERNANDES. 2000, p. 67).

Embora existam diversas formas de resistência nesta luta por frações de território, as ações coletivas como das famílias sem-terras parecem oferecer mais perigo ao capital, talvez por ser mais visível pela sociedade. Também por isso são mais violentamente combatidas.

No município de Rubiataba/GO também ocorre resistência e luta de famílias sem-terras que se encontram acampadas, reivindicando acesso a um pedaço de terra para o trabalho de sobrevivência. A grande maioria das pessoas que estão acampadas, segundo relatos próprios, já trabalhou um dia no corte de cana e hoje está excluída dele. Essas pessoas encontraram, na luta pela terra, a alternativa e a esperança de vida. A foto 14, mostra o acampamento de famílias sem-terras, no município de Rubiataba (GO), cercado, por todos os lados, pela cana-de-açúcar.



Foto 14 – Acampamento de sem-terra, município de Rubiataba (GO).
Autor: BUNDE, A., junho/2010

A resistência que está ocorrendo na Microrregião de Ceres também pode ser constatada em outras microrregiões. É o caso da Microrregião do Meia Ponte, no Sul de Goiás, onde existem várias famílias acampadas e que vivem praticamente no meio do canavial. Um dos exemplos é um acampamento de famílias sem-terras no município de Bom Jesus (GO), como mostra a foto 15, em seguida.



Foto 15 – Acampamento de sem-terras, município de Bom Jesus (GO).
Autor: BUNDE, A., fevereiro/2011

Para Oliveira (2007) a permanência e a luta pela permanência e/ou pelo acesso à terra, por frações do território, é “produto do próprio desenvolvimento do capital”. Neste estudo, através da pesquisa de campo, pôde-se comprovar a veracidade dessa afirmação, o que, leva à conclusão de que no espaço, anterior ao território, ocorre um processo constante de construção/destruição/manutenção/transformação permeado de contradições, para a manutenção ou formação de territórios.

A apropriação e/ou tentativa de apropriação do espaço, a territorialização, pelo agronegócio dos agrocombustíveis, em Goiás, através da expansão da plantação de cana-de-açúcar, traz, portanto, contradições que se expressam na luta por frações do território e na resistência à territorialização deste capital. Em alguns casos, a ação do capital leva à desterritorialização das famílias camponesas. Em outros, leva à sua territorialização. Diante disso, fica evidente que a expansão da área plantada com cana-de-açúcar provoca uma grande luta por frações de território e que pode levar à construção, positiva ou negativa, de novas territorialidades.

Segundo Raffestin (1993), ao se apropriar do espaço, a sociedade, ou parte dela, dá certa utilidade ao mesmo, reivindicando-o como lugar em que seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência, a partir do trabalho que o modifica. Nessa apropriação do espaço estão contidas, especialmente, relações de poder.

As microrregiões geográficas do estado de Goiás onde se expande a área plantada com cana-de-açúcar vêm passando por um processo de transformação que envolve no mínimo dois momentos distintos/contraditórios: a territorialização do agronegócio dos agrocombustíveis e a desterritorialização e/ou reterritorialização do campesinato. Oliveira explica que

O processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. [...] É essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conforme regiões. (OLIVEIRA, 1999, p. 74-75).

Para Calabi e Indovina (1992, p. 57), “existe um uso do território, por parte do capital, diverso e sujeito a contínuas modificações, em correspondência com as diversas fases de desenvolvimento do processo produtivo”. Segundo os autores, a formação de um território pela ação capitalista é repleta de intencionalidades e ações políticas que materializam a contradição do capitalismo. Assim, o uso específico do território (produção, circulação ou reprodução) pode ou não promover a expropriação e o desenraizamento social de grupos que mantêm práticas não capitalistas nesse território, conforme for conveniente para o capital no momento.

De todo o modo, porém, a apropriação do espaço (território camponês) pelo agronegócio dos agrocombustíveis para a plantação de cana-de-açúcar, ou seja, sua territorialização, significa a destruição e a expropriação do território camponês e a construção, contraditória, de um território capitalista. Este, por ser contraditório, leva à busca de reterritorialização camponesa nessa formação territorial, que é para o capital, um processo de (re) utilização da mesma fração do território para a garantia de menor custo de produção e a máxima garantia de lucro, o que leva à conclusão de que a expropriação, inevitavelmente, vai ocorrer, em maior ou menor grau, em diversos momentos desse processo e com formas diferentes. Por isso, a resistência e a luta da parte dos camponeses também vão ter formas e momentos variados de expressão.

A apropriação de terras camponesas pelo agronegócio dos agrocombustíveis para a plantação de cana-de-açúcar é parte de um processo global de estruturação produtiva do

capital que está levando à resignificação de frações de território no estado de Goiás. A implantação de inovações técnicas e tecnológicas, dadas como novas formas produtivas, altera/vem alterando significativamente as relações sociais de produção e atingindo as relações dos camponeses com a *terra de trabalho*. É neste processo que são incorporadas pelo agronegócio dos agrocombustíveis, a partir das necessidades dos mercados, frações de território ao processo de concentração do capital, pois o “território (na sua totalidade) não é “outro” com relação ao “processo capitalista”, mas, ao contrário, este é usado e se transforma em função daquele processo geral”. (CALABI; INDOVINA, 1992, p. 57). Portanto, o “novo” uso de uma dada fração de território pelo agronegócio dos agrocombustíveis para o plantio da cana-de-açúcar faz parte da constante produção e reprodução do capital.

O capital, para sua reprodução, carece de controle da natureza exterior para a produção constante e esta produção, por sua vez, necessita de condições sociais e técnicas/tecnológicas para se efetivar; assim, de forma histórica, o capital se apropria da natureza. Neste sentido, a apropriação de terras camponesas pelo agronegócio dos agrocombustíveis é essencial para a reafirmação do capital sucroalcooleiro. Isso expressa uma fase de produção do capital, a que subjuga e desterritorializa centenas de famílias camponesas, pela qual já passaram outros lugares.

A desterritorialização camponesa ocorre porque, para a dinâmica do capital, o “[...] território entra diretamente no processo produtivo como capital constante: como matéria-prima” (CALABI; INDOVINA, 1992, p. 59); o capital concebe, então, a terra e o território camponês como valor que deve ser apropriado por ele. Neste caso, o território é um elemento de valorização do capital. Desta forma, para o capitalismo, o objetivo fundamental da relação com a natureza passou a ser a produção de lucros e não mais o uso para as necessidades humanas.

Como destaca Marx (1985, p. 104), a ruptura do vínculo sociedade-natureza que o capitalismo pratica leva-o a considerar “a natureza como objeto de produção e a natureza humana como processo de reprodução” dele, do capital. Isso cria uma “segunda natureza”, que contradiz tanto a natureza quanto o homem e cujas ações são implacáveis. Os limites ao desenvolvimento capitalista, as condições essenciais de sua produção, desse modo, não mais existem. Segundo Marx,

Somente com o capital a natureza se torna um puro objeto de utilidade, e deixa de ser reconhecida como força em si; e o próprio conhecimento teórico das suas leis autônomas apresenta-se simplesmente como astúcia capaz de subordiná-la às necessidades humanas, quer como objeto de consumo, quer como meio de produção. Graças a esta tendência, o capital leva a superar quer as barreiras e os preconceitos nacionais, quer a idolatria da natureza, a satisfação tradicional,

orgulhosamente restrita entre limites restritos, das necessidades existentes, e a reprodução do velho modo de viver. Em relação a tudo isso o capital atua destrutivamente, opera uma revolução permanente, abate todos os obstáculos que freiam o desenvolvimento das forças produtivas, a dilatação das necessidades, a variedade da produção e a exploração e a troca das forças da natureza e do espírito. (MARX, *apud* QUAINI, 2002, p. 128).

Para Smith (1988), nesses parâmetros, a natureza se efetiva enquanto parte da totalidade do capital e, dessa forma, a “comercialização da natureza” e a “naturalização do mercado”, mediante as necessidades do capital, deslocam o conflito da luta de classes para o conflito da relação entre o homem e a natureza. Entretanto, há que se perceber que a superação dessas duas situações, por contraditórias que são, está embutida nas relações de produção que, sendo resultado de uma construção histórica e social, podem, devem e necessitam ser destruídas.

Smith (1988) afirma que a necessidade de acumulação, dada pelo caráter específico da produção e da sociedade capitalista (uma classe que domina os meios de produção e outra que domina somente a sua própria força de trabalho), faz com que o capital volte-se para a maior exploração dos recursos naturais, em todos os lugares possíveis.

No capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios de produção ocorre, em princípio, em escala mundial. A procura de matérias-primas, a reprodução da força de trabalho, a produção das mercadorias de consciência burguesa estão todas generalizadas sob o modo de produção capitalista (SMITH, 1988, p. 88).

Desse modo, conforme afirma Smith,

A natureza se torna dialética produzindo os homens, tanto como sujeitos transformadores que agem conscientemente em confronto com a própria natureza, quanto como forças da natureza. O homem constitui-se no elo de ligação entre o instrumento do trabalho e o objeto do trabalho. A natureza é o Sujeito-Objeto do trabalho. Sua dialética consiste nisto: que os homens modificam sua própria natureza à medida em que eles progressivamente eliminam a natureza exterior de seu e de sua exterioridade, à medida em que mediatizam a natureza através de si próprios e à medida em que fazem a própria natureza trabalhar para seus próprios objetivos (Smidt, *apud* Smidt, op. cit: 52).

E esse “novo” vínculo sociedade-natureza no estado de Goiás, na área de pesquisa, (re)configura frações do território através da expropriação de famílias camponesas que, pressionadas e/ou expulsas de suas terras pelo agronegócio dos agrocombustíveis, perdem a sua condição social, perdem a sua condição de continuar existindo enquanto tal. Neste contexto, a territorialização do agronegócio dos agrocombustíveis em Goiás deve ser entendida como o “processo onde o capital se territorializa e varre do campo os trabalhadores” (OLIVEIRA, 2003, p. 15).

Essa lógica, a da expropriação camponesa, é constituída *no e para* o capitalismo que, para se tornar hegemônico onde chega, exclui, marginaliza os modos de vida que se contrapõem a ele, mesmo que sejam, em força e intensidade, ao menos aparentemente mais fracos, porque o capitalismo alimenta a ideia de que o absoluto domínio dos recursos naturais fortalecem-no na sua totalidade porque garante sua produção e reprodução. Assim, o “desenvolvimento” capitalista não visa jamais contemplar as populações locais e os trabalhadores, visa, sim, atender o caráter produtivista e expansionista do capitalismo, seja no campo, seja na cidade. A ordem capitalista é: “a rápida inclusão de novos territórios de matérias-primas de proporções ilimitadas” (LUXEMBURGO, 1985 p. 246).

Luxemburgo (1985) já dissera que o capital promove a expansão geográfica e a reorganização espacial, (re)criando infinitamente o processo de acumulação para garantir a sua existência enquanto modo de produção. Nas palavras da autora,

O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda a parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo (LUXEMBURGO, 1985, p. 250).

Neste sentido, a lógica da produção capitalista configura o território dando aparente hegemonia às relações capitalistas e transformando a natureza em instrumento, meio para atingir a sempre necessária acumulação do capital. Estabelece-se uma relação em que o homem se apresenta como sendo externo à natureza, capaz de designar preço (e não uso) de todas as condições materiais da existência humana. Contudo, como ressalta Porto-Gonçalves (2006, p. 121), a “[...] mesma paisagem, com a mesma materialidade, pode ser lida de modos diferentes por diferentes povos e culturas ou por diferentes segmentos no interior de uma mesma sociedade”, mesmo quando o “território tende a naturalizar as relações sociais e de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 05), numa sociedade desigualmente dividida em classes desiguais. Aqui é necessário considerar que “o conceito de natureza não é natural [...], foi criado pelo homem (PORTO-GONÇALVES, 1998, p. 23). Conforme Porto-Gonçalves (1998), toda sociedade, toda cultura, cria, institui uma determinada ideia de natureza. Diz o autor ainda que:

A natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza. Daí se tomar a revolução neolítica, a agricultura, um marco da História, posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a natureza ‘naturalmente’ dá para a coleta daquilo que se planta, que se cultiva. (PORTO-GONÇALVES, 1998, p. 26-27).

Ainda, de acordo com Porto-Gonçalves foi a partir da divisão técnica e social do trabalho que se construíram as bases iniciais para que houvesse a dicotomização e a fragmentação do agir e pensar da sociedade capitalista industrial. Assim, "a ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo" (GONÇALVES, 1998, p. 35).

Mas, as contradições geradas e as que vêm sendo geradas no capitalismo levam um espaço geográfico e/ou frações dele a apresentar diferentes paisagens (ou configurações territoriais) porque a materialidade é construída sob diferentes prismas (pelo menos parcialmente), sob diferentes relações de produção, fazendo com que haja sempre múltiplas territorialidades criadas e pertencentes a diferentes sujeitos sociais, que expressam suas racionalidades na (re) configuração do espaço.

O fato de diferentes sujeitos sociais atribuírem diferentes sentidos a uma mesma fração do território acaba por gerar conflitos, exemplo do que é o caso em estudo, em que os territórios e/ou frações deles onde se desenvolve o plantio da cana-de-açúcar não são os mesmos para os camponeses, que há dezenas de anos vivem ali, e para o agronegócio dos agrocombustíveis, que ali busca se territorializar.

O território, para Raffestin (1993), "reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral". Conforme o autor "os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais ou produtivistas" (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Assim, pode-se reconhecer diferentes territorialidades e territórios, inclusive no mesmo espaço geográfico, fato este que pode ser comprovado em nossa pesquisa, na qual, colocam-se, de um lado, o capital, e do outro, as famílias camponesas com ou sem terra.

As relações que produzem a vida modificam outras, como as relações com a natureza e as relações sociais, por isso o autor afirma ainda que a "territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema" (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

O antagonismo entre grupos humanos diferentes surge das diferentes funções dadas a um mesmo território por esses diferentes grupos. As famílias camponesas constituem seu território buscando, em primeiro lugar, sua sobrevivência, para o que precisam desenvolver, às vezes contraditoriamente, porque fazem parte de determinada sociedade, todas as dimensões da vida – econômica, cultural, social etc. O espaço que ocupam é seu espaço de

vida, seu território, local de moradia e de trabalho, coletivo e individual, e que possibilita a construção de relações humanas com significados e sentidos específicos. E é no seu território que as famílias camponesas pensam a sua reprodução social e a de sua comunidade. Para isso plantam roças, criam animais, constroem moradias, infraestruturas sociais, realizam festas e atividades religiosas, trocam dias de trabalho, ou seja, formam seus domínios. É no espaço-terra que os camponeses tecem sua territorialidade.

Já, contrariamente a isso, o capital, ao se apropriar/organizar o território, nas suas relações puramente capitalistas, cria uma paisagem homogênea, morta – *um mar de cana* –, em que o espaço é o espaço da reprodução do capital, da geração de lucro, da expropriação camponesa, da exploração do trabalho e dos recursos naturais.

São racionalidades e objetividades totalmente distintas, contraditórias, do capitalismo, embora inerentes a ele – mas são justamente as contradições do capitalismo que podem combatê-lo. Enquanto os camponeses visam o *cultivo* do espaço-terra, o agronegócio dos agrocombustíveis visa à reprodução do capital, o lucro. E nesse processo de transformação constante do território, surgem os conflitos, o “entrechoque de concepções distintas [...] na luta por uma fração do território capitalista”. E esse caráter conflituoso da situação se intensifica porque a resistência do camponês significa a “luta por um outro território, não capitalista” (OLIVEIRA, 2009, p.4).

O “novo” uso do espaço, dado pelo agronegócio dos agrocombustíveis através do monocultivo da cana-de-açúcar em Goiás, vem transformando a vida das famílias camponesas num pesadelo, porque o poder concentrado, sob a forma do dinheiro, da propriedade privada, da tecnologia e da ideologia, faz com que o processo de desterritorialização/destruição das relações não-capitalistas de produção, a exemplo das comunidades camponesas, seja maior do que o de sua (re)territorialização/criação.

Diante desta situação não resta outra alternativa: para não desaparecer, a população camponesa do território precisa lutar, para *barrar* a ofensiva do capital ou para se territorializar em outros lugares próximos com condições mais favoráveis para sua sobrevivência. É preciso abalar a “coerência” estruturada pelo capital, que se modifica conforme a configuração territorial e a consciência de classe das partes ali estabelecidas.

No caso dos camponeses, conforme destaca Mendonça (2007),

Os camponeses e *trabalhadores da terra* [...], ao perderem suas condições de existência no campo, buscam reconquistá-las, deslocando-se para as áreas de fronteira agrícola e/ou intensificando a ocupação das terras mediante a organização e a mobilização dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária. Milhares de famílias desterritorializadas do seu *locus* de trabalho e moradia não conseguem sobreviver nas cidades e ingressam nos movimentos sociais,

assegurando um novo conteúdo político à reforma agrária (MENDONÇA, 2007, p. 02-03).

É essa ação política dos movimentos sociais que lutam pela permanência e/ou pelo acesso à terra que pode levar à manutenção e/ou recriação do campesinato, fazendo com que a reforma agrária, mesmo que burguesa, continue tendo sentido e sirva para dar um novo sentido e motivar a superação da sociedade capitalista também no meio urbano. É ela que garante a territorialização e/ou reterritorialização das famílias camponesas. Na luta contra o capital no campo, o caminho encontrado para isso tem sido a mobilização permanente para se manter e/ou ter acesso à ela, a terra, sem o que as políticas públicas de combate à pobreza existentes em nosso país não lograrão êxito.

Diferentes transformações sócio-espaciais ocorridas em áreas de expansão da plantação de cana-de-açúcar no estado de Goiás estão (re)criando diferentes territorialidades e entre elas o campesinato. Isso ocorre porque a ação capitalista no campo vem causando impactos brutais para os camponeses, dada a violência posta e imposta sobre eles, mas, mesmo assim, não foi capaz de eliminá-los, pois sua resistência fez com que eles continuassem presentes na história, nos dias atuais, inclusive nas sociedades capitalistas, em alguns locais com mais e em outros com menos força e presença.

Diante disso, ao analisarmos o campesinato, poderíamos concluir nossas análises de diferentes formas. A primeira delas é a de que de fato, Marx, Lênin e Kautsky tinham razão, o campesinato é incompatível com o desenvolvimento do capitalismo no campo, dado a expulsão do campesinato existente nos territórios onde se expande a área plantada com cana-de-açúcar no estado de Goiás, identificada por nós durante nossa pesquisa de campo. Mas, também poderíamos concluir nossas análises seguindo as ideias de Luxemburgo e afirmar que ele (o campesinato) é funcional ao agronegócio dos agrocombustível, pois, em muitos casos, os camponeses arrendam suas terras para estes capitalistas.

Mas, nesse caso, como explicaríamos a luta de resistência/permanência, a luta pela vida, nos territórios estudados, das famílias camponesas com ou sem terra? Foi por este motivo que já no primeiro capítulo optamos por analisar o campesinato como classe social e é por isso que concordamos com as ideias de Shanin (1983), que argumenta que fatores econômicos cumulativos desagregam o campesinato, premissa esta construída a partir das análises das obras de Marx, Lênin e Kautsky; mas, se isso ocorre, diz o autor, ao mesmo tempo, fatores biológico-demográficos agregam o campesinato, para isso o autor busca elementos de explicação em Chayanov; diz ele ainda que fatores políticos (política conjuntural) desagregam

o campesinato, mas, ao mesmo tempo, o agregam (redistribuição de terra) e recriam-no e foi justamente isto que identificamos em nossa pesquisa.

4. TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esta dissertação é resultado de um amplo estudo realizado em livros, dos autores clássicos até os mais recentes; de leituras e pesquisas em revistas, jornais, *sites* etc.; mas, principalmente, da investigação empírica realizada durante as pesquisas de campo em áreas onde está concentrada a produção de cana-de-açúcar, como é o caso das Microrregiões de Quirinópolis, do Meia Ponte, do Sudoeste, do Vale do Rio dos Bois e de Ceres. As reflexões feitas neste caminho compõem esta dissertação.

Adotando este procedimento metodológico (pesquisa teórica, análise de dados e pesquisa empírica, por meio de trabalho de campo), foi possível apreender o processo de reordenamento territorial e produtivo que vem ocorrendo em frações do território goiano a partir da modernização do agronegócio, particularmente, nesta pesquisa, dos agrocombustíveis.

A expansão das áreas plantadas com cana-de-açúcar e a instalação de novas agroindústrias canavieiras apontam para o redesenho territorial do espaço agrário goiano, especialmente nas Microrregiões de Quirinópolis, do Meia Ponte, do Sudoeste, do Vale do Rio dos Bois e de Ceres, tendo em vista que a cana-de-açúcar vem ocupando áreas de pastagens e cultivos fazendo com que haja uma diminuição no rebanho bovino (produção de leite e carne) e na produção de grãos (soja e milho), nas culturas que compõem a alimentação básica do povo goiano, como é o caso do feijão e do arroz, que estão sendo substituídas pela cana. Se for mantida a atual tendência de expansão da área plantada com cana, o estado de Goiás organiza uma produção no campo que torna os “*tanques cheios à custa de barrigas vazias*”, ou seja, haverá grande oferta de etanol e escassez de alimentos. Portanto, o estado de Goiás, mesmo possuindo áreas aptas para o cultivo de alimentos poderá continuar a não possuir soberania alimentar e ter que importar alimentos básicos.

Respaldado por um discurso “*ambientalmente correto*”, produzido a partir das possibilidades reais do fim dos combustíveis fósseis e da *crise ambiental*, e contando sempre com o apoio do Estado e ante a perspectiva de aumento da demanda interna e externa de etanol e açúcar, o capital nacional e internacional, em busca de sua reprodução ampliada, vem intensificando o controle e/ou apropriação de partes do território de Goiás.

Como resultado deste fenômeno, tem-se o acirramento da luta de classes travada pelo controle e/ou posse do território, colocando-se de um lado os capitalistas do agronegócio dos agrocombustíveis e, de outro, as famílias camponeses, com ou sem terra. Cabe salientar que

também existem outros sujeitos envolvidos neste conflito, especialmente os trabalhadores assalariados do campo, entre outros.

As pesquisas de campo possibilitaram apreender e identificar algumas das estratégias utilizadas pelo agronegócio dos agrocombustíveis na apropriação e/ou tentativa de apropriação e controle e/ou monopolização de frações territoriais, fundamentais para a expansão já engendrada e para a que se prevê. Falsas promessas, mentiras, cooptação, intimidação, violência e exploração humana por parte do capital, contando com o apoio do Estado, são algumas dessas estratégias do capital.

Com a pesquisa teórica, a análise de dados, as pesquisas em artigos e *sites* foi possível compreender o papel que os governos, brasileiro e de Goiás, vêm exercendo nessa situação. Ora, agentes do discurso sobre os falsos benefícios que o agronegócio dos agrocombustíveis trará para o país, para algumas regiões, para a sociedade e para o meio ambiente, como geração de emprego, renda e de divisas, devido ao aumento das exportações de etanol e açúcar, e a redução da emissão de CO₂ na atmosfera. Ora os governos, brasileiro e de Goiás, para atrair este tipo de negócio, afrouxam ao máximo as normas de regulamentação e a fiscalização, em áreas como a ambiental, a trabalhista, a social etc. e, ao mesmo tempo, “blindam” política e juridicamente todos os crimes cometidos pelas empresas do setor para que não se tornem públicos. O Estado é um dos principais fomentadores e facilitadores do agronegócio dos agrocombustíveis, com a transferência do erário público para o capital privado, nacional e internacional. O Estado acoberta os crimes cometidos contra as famílias camponesas, com e/ou sem terras e contra o meio ambiente, sendo, em muitos casos, agente da violência, como no episódio de reintegração de posse da fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).

Como destaca Oliveira (2007), é como produto do próprio desenvolvimento do capital que surgem os conflitos entre classes fazendo com que o território seja objeto de um longo e constante processo de construção/destruição/manutenção/transformação. Neste momento a transformação ocorrida em uma dada fração do território é fruto da apropriação e da monopolização e/ou tentativa *de* do território pelo agronegócio dos agrocombustíveis para a produção da cana-de-açúcar. Esta ação do capital tem levado à desterritorialização das famílias camponesas, em alguns casos. Já, em outros, à sua territorialização. É a partir da expansão da área plantada com cana-de-açúcar sobre os territórios camponeses que surge e se fortalece a luta pelo território de pertencimento e que tem levado à construção de novas territorialidades.

Nas microrregiões geográficas do estado de Goiás onde se expande a área plantada com cana-de-açúcar, vem ocorrendo um processo de transformação que envolve no mínimo duas situações distintas e contraditórias. São elas: a territorialização do agronegócio dos agrocombustíveis e a desterritorialização e/ou reterritorialização do campesinato. Neste sentido, a apropriação do território camponês pelo agronegócio dos agrocombustíveis para a plantação de cana-de-açúcar provoca a expropriação camponesa, mas também a reterritorialização camponesa.

A apropriação das terras camponesas no estado de Goiás pelo agronegócio dos agrocombustíveis para a plantação de cana-de-açúcar é parte de um processo global de reestruturação produtiva do capital que se faz com novas configurações territoriais. A implantação de inovações técnicas e tecnológicas, dadas como novas formas produtivas, altera/vem alterando significativamente as relações sociais de produção e atinge as relações dos camponeses com a *terra de trabalho*. É neste processo que são incorporadas pelo agronegócio dos agrocombustíveis, a partir das necessidades do mercado, frações de território para a concentração do capital. O “novo” uso de uma dada fração de território pelo agronegócio dos agrocombustíveis, o plantio da cana-de-açúcar, faz parte da constante produção e reprodução do capital, que carece de um determinado controle da natureza exterior, dado pela produção constante que necessita de condições sociais, técnicas/tecnológicas para evidenciar sua forma histórica de apropriação. Desse modo, ocorre a apropriação de terras camponesas pelo agronegócio dos agrocombustíveis para a plantação de cana-de-açúcar. Entretanto, este processo expressa outra face do capital, a que subjuga e desterritorializa milhares de famílias camponesas.

O agronegócio dos agrocombustíveis é fundamental para alimentar o metabolismo do capital, por isso são constituídas alianças entre latifundiários, usineiros, empresas automobilísticas e Estado, que formulam estratégias para garantir a acumulação, a concentração e a centralização do capital, por meio da associação para o controle da produção e da circulação pelo capital financeiro, o que dá origem aos grandes monopólios e oligopólios existentes no setor. Isso feito, o capital segue para o próximo passo, qual seja: a territorialização dos monopólios e oligopólios, via desterritorialização dos camponeses, e a monopolização de territórios, através da sujeição e subjugação da renda da terra. Mas, no estado de Goiás, toda esta situação está vinculada ao grande centro produtor e condutor das ações capitalistas, que é o estado de São Paulo, o que faz com que Goiás, assim como o Triângulo Mineiro/MG, onde a situação é a mesma, sejam apenas apêndices.

Esta pesquisa comprova que o capitalismo no campo, representado pelo agronegócio dos agrocombustíveis, vem construindo uma estratégia, em Goiás, especialmente nas áreas onde se expande o plantio da cana-de-açúcar, para controlar o território camponês mediante o arrendamento total e/ou parcial das poucas terras camponesas. Faz-se isso com falsas promessas das quais, somadas à falta de políticas públicas e à ineficácia das já existentes, as famílias camponesas se tornam presas fáceis para o capital, porque faltam políticas públicas que promovam o desenvolvimento das forças produtivas camponesas para, assim, se garantir renda e qualidade de vida para as famílias camponesas.

A forma atual de organização política das famílias camponesas para resistir à desterritorialização provocada pela expansão da área plantada com cana-de-açúcar, somada à ação deste setor do agronegócio para neutralizar as famílias camponesas, suas formas de produção e reprodução, tem tornado a luta, cada vez mais difícil para as famílias camponesas que vivem nestes territórios.

Os impactos da expansão da plantação de cana-de-açúcar sobre as famílias camponesas que permanecem no campo geram grandes disputas. Isso porque os impactos incluem, por exemplo, a circulação de máquinas pesadas que provoca poeira que afeta as suas plantações, animais, moradias etc. Também, o uso intensivo de venenos, que em muitos casos são aplicados por aviões, afeta as terras camponesas poluindo nascentes, córregos, a água de uma maneira geral, os pastos etc., todo o meio ambiente. Essa degradação ambiental impede as famílias camponesas que ainda vivem nestes territórios de desenvolver algumas atividades agrícolas, especialmente as relacionadas à produção de alimentos. Durante a colheita da cana, com as queimadas, o material particulado emitido pela incineração da palha polui o ambiente, causa doenças respiratórias, acúmulo de cinzas em locais impróprios, emissão de dióxido de carbono etc. Com a industrialização, que gera resíduos, como a vinhaça, a torta de filtro e os materiais particulados, além de problemas sonoros, odores indesejáveis etc., esses territórios se tornam locais insalubres e contaminados.

Ante o exposto, evidencia-se uma complexa trama de relações, envolvendo, de um lado, o agronegócio dos agrocombustíveis e, de outro, as famílias camponesas, especialmente nas microrregiões de Goiás onde está concentrada grande parte da produção de cana. Nestas áreas instalou-se uma disputa econômica e ideológica entre projetos de desenvolvimento, dado que a expansão da área plantada com cana-de-açúcar não ocorre somente em áreas de pastagens degradadas, mas, ao contrário, vem substituindo a produção de grãos e de alimentos, assim como expropriando famílias camponesas.

Assim, o desafio para nós, pesquisadores, especialmente os da Geografia, é a apreensão e a compreensão da fase atual da luta de classes no campo e as alternativas que se apresentam para a resistência e superação camponesa da situação imposta pela lógica destrutiva do capital sobre as famílias, com ou sem terra. Esta superação somente virá a partir da constituição de um modelo alternativo ao que está posto, o capitalismo. Portanto, reconhece-se aqui o campesinato como elemento importante para a construção de uma sociedade em que a vida – toda a vida – seja respeitada.

Entende-se também que, para que se possa confrontar a estratégia burguesa construída pelo capital, faz-se necessária a construção de uma aliança popular no campo que vá muito além das lutas sociais reivindicatórias. Fazem-se necessárias a acumulação e a junção de forças, de todos os trabalhadores, inclusive os urbanos, que sejam capazes de mudar a atual situação desfavorável às famílias camponesas. Mas, isso somente será possível a partir de mudanças na estrutura agrária brasileira e na sociedade em geral. Para se promover essas mudanças, necessariamente, há que se estabelecer consensos que permitam alianças entre todos os trabalhadores que vão além das ações conjunturais. É preciso também que se construam ações que vão além dos programas assistencialistas dos governos. Para isso, as lutas camponesas devem ter como perspectiva a conquista de políticas públicas de melhoria da produção e de aumento da renda familiar, mas também as transformações estruturais da sociedade. São eminentes e iminentes a resistência e a superação, que só podem se dar a partir da luta política coletiva organizada em movimentos sociais. Caso isso não ocorra, a atual tendência à luta de classes no Brasil transformará a sociedade num caos.

Espera-se que esta pesquisa tenha atingido o objetivo de apreender, compreender e publicizar os impactos causados pela expansão do agronegócio dos agrocombustíveis, particularmente, sobre o campesinato no estado de Goiás. Para tanto esta e outras pesquisas sobre o tema têm que considerar que, conforme Mendonça, “há pouco tempo, os agrocombustíveis eram festejados como uma das alternativas para salvar o planeta do acúmulo de gás carbônico e da dependência excessiva do petróleo [...] eram o sinônimo de uma *nova era*, a era da energia limpa e ambientalmente saudável [...]”. Mas, diante de tantas contradições, “[...] o vento virou radicalmente. Os agrocombustíveis, quase de uma hora para outra, estão sendo considerados o vilão do planeta – responsáveis pela atual crise de alimentos, pela disparada nos preços” (MENDONÇA, 2008, p. 223).

As discussões sobre o agronegócio dos agrocombustíveis e o campesinato ainda requerem grandes aprofundamentos teóricos e conceituais, para que não se fique somente na apreensão das contradições deste processo. É necessário qualificar este debate como ponto de partida

para a defesa do território para a vida, cuja expropriação pelo capital permite a territorialização deste e, ao mesmo tempo, a monopolização de território, em prejuízo das famílias camponesas e de todo o povo.

Também faz-se necessária a construção de um outro projeto de desenvolvimento para o campo no Brasil, que tenha como base a agricultura camponesa, que seja baseado na produção de comida saudável e diversificada, respeitando quem produz e quem consome, que promova a geração de renda e a autonomia das famílias camponesas perante as grandes empresas, que respeite e valorize nossa biodiversidade, através da prática agroecológica, que estabeleça novas relações sócio-econômicas de solidariedade, esperança e vida para toda a vida e por toda a vida.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7^o Ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez. 2005.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. *In*:_____. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 147-176.

ARIENTE, W. L.; FILOMENO, F. A. **Economia política do moderno sistema mundial**: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007.

ASSAD, E. & PINTO, H. S. **Aquecimento global e cenários futuros da agricultura brasileira**. São Paulo, agosto de 2008. Disponível em: www.climaeagricultura.org.br. Acessado em setembro de 2010.

BOMBARDI, L. M. **O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 14, pp. 107-117, 2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Produção e Agroenergia. 2. ed. rev. - Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

BRAY, S. C. **Aspectos da trajetória teórico-metodológica da geografia agrária no Brasil**. Campo-território: Revista de Geografia Agrária, v. 3, nº. 5, p. 05-13, fev. 2008.

BUNDE A.; MENDONÇA, M. R. **A “crise dos alimentos” e a construção da soberania alimentar popular na visão do Movimento Camponês Popular (MCP)**. Trabalho apresentado no XI EREGEO – Simpósio Regional de Geografia. 04 a 07 de setembro de 2009. UFG – *Campus* de Jataí/GO.

BUNDE A.; MENDONÇA, M. R. **Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre as famílias camponesas – Município de Ipiranga de Goiás/Brasil.** Trabalho apresentado no IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 29/10 a 02/11/2009. Niterói – RJ.

BUZANELLO, E. J. **A burguesia agrária:** elementos teóricos e interpretação operativa. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/6642/6258. Acessado em: 15/08/2010.

CALABI, D. & INDOVINA, F. **Sobre o uso capitalista do território.** Revista do Departamento de Geografia da USP. N. 9, 1992, p. 57 a 66.

CASTRO, S. S. de; BORGES, R. O.; AMARAL, R. **Estudo da expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás:** subsídios para uma avaliação do potencial de impactos ambientais. (Anais SBPC). 2007.

CARDOSO, C. F. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, A. A.; MACHADO, C. de M. D. e PEREIRA, E. A. **Biocombustível, o mito do combustível limpo.** Disponível em: <http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc28/03-QS-3207.pdf>. Acessado em dezembro de 2010.

CARTILHA DA ASSEMBLEIA POPULAR. **Para debater a crise.** São Paulo. 1º edição, março de 2009.

CARTILHA. **Biodiesel e biocombustíveis:** energia, alimento, renda e trabalho para o Brasil e para o mundo. Gabinete Dep. Frei Sérgio. Via Campesina, 2005.

CARVALHO, H. M. **A ameaça à soberania nacional pela expansão do complexo agroquímico a partir da cana-de-açúcar e do etanol.** Reflexões apresentadas no Seminário Internacional: Agro-combustíveis como obstáculo à construção da soberania alimentar e energética. São Paulo, 17 a 19 de novembro de 2008.

CARVALHO, H. M. **Inovações tecnológicas na produção de agrocombustíveis:** base do império das fontes de energia renovável. Publicação eletrônica. (mensagem pessoal). Mensagem recebida por alta.cir@hotmail.com>, em: 20 de julho de 2009.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, H. M. **Na sombra da imaginação (2):** a recampenisação no Brasil. Curitiba. Maio de 2010. Publicação eletrônica. (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <alta.cir@hotmail.com>, em: 21 de maio de 2010.

CARVALHO, H. M. **Na sombra da imaginação (1):** reflexão a favor dos camponeses. Curitiba, abril de 2010. Publicação eletrônica. (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <alta.cir@hotmail.com>, em: 11 de abril de 2010.

CARVALHO, H. M. **A conjuntura brasileira no campo.** Texto apresentado durante palestra realizada para o Movimento Camponês Popular (MCP). Brazabrantas (GO), março de 2011.

CARVALHO, L. C. **Agroanalyses** – a revista de agronegócios da FGV – vol. 21 – nº 9, 2001.

CHAYANOV, A. V. **La organizacion de la unidad econômica campesina** . Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do capital.** São Paulo, Xamã VM Ed.Graf.Ltda., 1999.

CIRNE, R. **Sesmaria e terras devolutas.** Livraria Sulina, Porto Alegre, 1954.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República.** Edusp, São Paulo, 1992

COUTINHO, C. N. **Os efeitos da “via prussiana” sobre a intelectualidade brasileira.** Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/157-livro/551-os-efeitos-da-via-prussiana-sobre-a-intelectualidade-brasileira>. Acessado em 15/04/2010

COUTO, G. S. **Cana-de-açúcar em Goiás: problemas ou potencialidades.** IX Simpósio Nacional do Cerrado: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais e II Simpósio Internacional de Savanas Tropicais. Brasília, DF. 12 a 17 de outubro de 2008.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Trad. De Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Fortis. São Paulo: Global, 1985.

ESPANHOL, A. N. **Bioenergia e cultivos alimentares: produzir para quem?** Revista Formação, n. 15, volume 2. São Paulo, 2007, p. 189-226.

ESTEVAM, L. **O Tempo da Transformação – Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás.** Goiânia: Editora da UCG, 2004.

FELÍCIO, M. J. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês.** Campo-território: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERLINI, V. L. A. **A civilização do açúcar - Séculos XVI a XVIII.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

FERNADES, B. M. & WELCH, C. A. **Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil.** In: **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** FERNANDES, B. M. (org.). 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, D. de O. **Geografia agrária no Brasil: conceituação e periodização.** Terra Livre. São Paulo, nº 16, pp. 39-70, 1º semestre/2001.

FICARELLI, T. R. de A. & RIBEIRO H. **Dinâmica do arrendamento de terras para o setor sucroalcooleiro: estudo de casos no estado de São Paulo.** Informações Econômicas, SP, v.40, n.1, jan. 2010. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2010/tec4-0110.pdf>. Acessado em novembro de 2010.

FICARELLI, T. R. de A. & RIBEIRO H. **Efeitos socioambientais do arrendamento de terra e a expansão dos canaviais no estado de São Paulo**. Encontro dos Geógrafos da América Latina – EGAL Montevideo, Uruguay. Abril de 2009. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area06/6100_Ficarelli_Thomas.pdf. Acessado em outubro de 2010.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: ed. Fundo de Cultura, 1959

GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 4.ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1985.

GORENDER, J. **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou**. (coordenador Lourenço Dantas Mota). São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000 – (Livre Pensar; 4).

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza. **Cana-de-açúcar avança em áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável do Cerrado**, 2010.

JANK, M. S. **A Globalização e o setor sucroenergético brasileiro**. Disponível em: <http://unica.com.br/opiniao/show.asp?msgCode={3F9EA33E-4132-4292-BDB8-F3BE97FF854}>. Acessado em 12/06/2010.

JANK, M. S. **Discurso proferido na cerimônia de premiação da primeira edição do prêmio top etanol, que aconteceu no dia 07 de junho de 2010**. Disponível em: <http://unica.com.br/opiniao/show.asp?msgCode={31AA6706-B947-4D05-B648-1A5A86890363}>. Acessado em 12/06/2010.

Jornal Valor Econômico, Caderno de Mercado, 15/09/2010.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto E.W. Maas. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.

KOSSMANN, I. e GRAIN. **Com clima conturbado, ganham as corporações**. Cadernos de Biodiversidade, nº. 63, caderno 30, janeiro de 2010. Disponível em: www.grain.org/biodiversidad_files/biodiv-63-pt-caderno.pdf. Acessado em setembro de 2010.

KOSSMANN, I. e GRAIN. **Crise climática**. Cadernos de Biodiversidade, nº. 62, caderno 29, outubro de 2009. Disponível em: www.grain.org/biodiversidad_files/biodiv-62-pt-cuadernillo.pdf. Acessado em setembro de 2010.

LAURIAS, N. C. **O papel dos incentivos fiscais no processo de estruturação industrial em Goiás (1998-2006)**. Disponível em: www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/view/147/198. Acessado em: novembro de 2010.

LEITE, R. C. de C. **A expansão do proálcool como programa de desenvolvimento nacional**. Universidade de Campinas (UNICAMP, 2006.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Alfa Ômega, 1986.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Tradução: Sílvio Donizete Chagas. 2º Ed. São Paulo: Centauros, 2002.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LÊNIN, V. I. **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. Goiânia: Alternativa, 2002, p. 225.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Tradução: Antônio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos o homem e a sociedade, 1973.

LÖWY, M. **Os piores cenários possíveis**. Le Monde Diplomatique Brasil, 17/08/2010. Pg. 1 a 4. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br/print.php?tipo=ar&id=512>. Acessado em: dezembro de 2010.

LÖWY, M. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução, elementos para uma análise metodológica. São Paulo: EDUC, 2000. 108 p.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARCOCIA, R. **A participação do etanol brasileiro em uma nova perspectiva na matriz energética mundial**. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2007.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 11, nº. 12, pp 57-67, jan-jun./2008.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2º Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MARTINS, J. de S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, J. de S. **A reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra.** 8º Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINS, J. de S. **Caminhando no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo.** São Paulo: HUCITEC, 1989.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo.** 1. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975. v. 1. 161 p.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I, V. II; tradução 20º Ed. de Reginaldo Sant'Anna.** 20º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **Miséria da filosofia: resposta a filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847).** Tradução de Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. **O 18 brumário de Louis Bonaparte.** São Paulo: Centauro, 2003.

MARX, K. e ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista.** Obras escolhidas. V. 1. São Paulo: Editora Alfa Ômega, s/d, p. 21 - 47.

MENDONÇA, M. R. **Bioenergia e viabilidade da produção de alimentos: para quem?** Revista Formação, n. 15, volume 2. São Paulo, 2007, p. 189-226.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho: a ação política construída pelos trabalhadores da terra e pelos trabalhadores urbanos na luta pela reforma agrária em Goiás – Brasil.** Disponível em:

<http://www.alasru.org/cdalasru2006/05%20GT%20Marcelo%20Rodrigues%20Mendon%C3%A7a.pdf> - Tecnologia Google Docs. Acessado em 05/10/2009.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, M. Rodrigues & MESQUITA, H. A. **O agro-hidro-negócio no Cerrado goiano: a construção das (re)existências**. Catalão/GO: UFG. Anais do II Encontro de Barragens, Salvador/BA, 2008.

MIZIARA, F. **Expansão da Lavoura de Cana em Goiás e Impactos Ambientais**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. GT 23 – Sociedade e Ambiente. Disponível em: www.labogef.iesa.ufg.br/.../ARTIGO_CANA_BOLETIM_GOIANO_18288.pdf. Acessado em: outubro de 2010.

MOTTA, M. (organizadora). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MOURA, M. M. **Invasão, expulsão e sucessão**. In: Anuário Antropológico, 82. Fortaleza, Rio de Janeiro, 1984.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, M. F.; TROMBIN, V. G.; CONSOLI, M. A. (Coordenadores). **Mapeamento e quantificação do setor sucroenergético em 2008**. Centro de Pesquisa e Projetos em Marketing e Estratégia e Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia. Ribeirão Preto/SP, setembro de 2009.

NOVAIS, F. A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. São Paulo: CEBRAP/Brasiliense, 1977.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1809)**. São Paulo, Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **Mundo rural e geografia**. Geografia agrária no Brasil: 1930 – 1990. Resenha. AGRÁRIA, São Paulo, nº 2, pp. 109-114, 2005.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. Tese de doutorado. Presidente Prudente, 2009.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas nos campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. Terra Livre, AGB, São Paulo, n.21, p.113-156, jul./dez.2003.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007, 184p. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>.

OLIVEIRA, A. U. de. **Os agrocombustíveis e os alimentos**. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194_OLIVEIRA_Arivaldo_Umbelino.doc.

Acessado em: 05 de agosto de 2009.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia agrária**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia agrária: perspectiva no início do século XXI**. Texto apresentado na mesa redonda “Perspectiva da Geografia Agrária” no II Simpósio Nacional de

Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – “O Campo no Século XXI”, realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003.

OLIVEIRA, A. U. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos.** Disponível em: [http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194 Oliveira Ariovaldo Umbelino.doc](http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194_Oliveira_Ariovaldo_Umbelino.doc). Acessado em: 05 de agosto de 2009.

OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização do capital, luta de classes e a luta pelo território no Brasil.** Goiânia/GO, fevereiro de 2010. Trabalho apresentado durante um curso de formação de lideranças camponesas do Movimento Camponês Popular (MCP).

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses.** Ed. UNESP. São Paulo, 2006.

PAULINO, E. T. **Produção de alimentos e biocombustíveis: a quem beneficia?** Revista Formação, n. 15, volume 2. São Paulo, 2007, p. 189-226.

PIACENTE, F. J. **Agroindústria canavieira e o sistema de gestão ambiental: o caso das agroindústrias canavieiras localizadas nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.** 2005. 181p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – UNICAMP, Campinas. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000386200>>. Acessado em: 18/07/2009.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇAVES, C. W.; ALENTEJANO, P. **Geografia agrária da crise dos alimentos no Brasil.** Disponível em: <<http://alainet.org/active/29607&lang=eshttp://alainet.org/active/29607&lang=es>>. Acessado em: 12 de julho de 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

PORTO-GONÇALVEZ, C. W. **De saberes e de território: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Disponível em: <http://www.Bibliotecavirtual.clasco.ar/ar/libros/grupos/cecen/04poto.pdf>. Acessado em: 20/11/2009.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo – colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. 3 ed. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS (Rio de Janeiro, RJ). **Agrocombustíveis e a agricultura familiar camponesa: subsídios ao debate**. – Rio de Janeiro: REBRIP/FASE, 2008.

REVISTA EXAME. Edição 972, 28/07/2010.

RODRIGUES, D. de O. **Colonização portuguesa, escravismo e atividades econômicas: breve balanço historiográfico**. Texto digitalizado, 2005. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/colonizacaoportuguesaescravismoeatividadeseconomicas.pdf>. Acessado em: 05/05/2010.

RUIZ, F. C. **Reflexões do comandante-em-chefe. Intensifica-se o debate** Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=3583>. Acesso em: 10 de julho de 2009.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, T. M. B. B. **Turismo e campesinato – embates ideológicos e culturais em Colombo/PR**. São Paulo. Tese de doutorado, 2009.

SANTOS, G. R. DOS; WEHRMANN, M. E. S. DE F. **Agroenergia no Brasil**: fragilidades, riscos e desafios para o desenvolvimento sustentável. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica Vol. 15: 1-13. Disponível em: http://www.redibec.org/IVO/rev15_01.pdf.

SHANIN, T. **La Classe Incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, T. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Nera, ano 8, n. 7, julho/dezembro de 2005.

SILVA, C. M. da. **A acumulação por centralização**: novos traços da fase imperialista na América Latina. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_cristiano.pdf. Acessado em: 02 de abril de 2010.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio** – efeitos da Lei de 1850. Ed. Unicamp, Campinas, 1996.

SILVA, M. A. M. **Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão internacional do trabalho**. Revista Pegada – vol. 9, n.1, junho de 2008.

SILVA, M. A. M. **Bioenergia e viabilidade da produção de alimentos para quem?** Revista Formação, n. 15 volume 2. 2007, p. 189-226.

SILVA, M. A. M. **Sabe o que é ficar borrado no eito da cana?** Disponível em: 189.28.128.179:8080/pisast/informacoes-do...da.../file. Acessado em: dezembro de 2010.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, E. L. L. de; MACEDO, I. de C. [coordenação e organização]. **Etanol e bioeletricidade**: a cana-de-açúcar no futuro da matriz energética. São Paulo: Luc Projetos de Comunicação, 2010.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1998.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de campo em geografia**. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/78/76> - Tecnologia Google Docs. Acessado em: 06 de março de 2010.

TAGNIN, R.; MATTES, D. **Conversão dos biomas remanescentes em agrocombustíveis e alimentos: queimar ou comer?** Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=8&cod_artigo=141>. Acessado em: 12 de julho de 2009.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no Pontal do Paranapanema!** □ Legitimação das terras devolutas improdutivas e neutralização dos movimentos sociais. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/GeografiadoBrasil/AgronegocioAlcoolizado.pdf>. Acessado em: junho de 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 4º. Ed. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. *In*: _____. **Tratado da metodologia: pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 351-368.

VALVERDE, O. **Metodologia de geografia agrária**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, nº 1, p. 1-16, fev. 2006.

VICENTE, C. **Revolução verde: uma promessa fracassada**. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_destques_semana&Itemid=24&task=detalhes&idnot=1706&idedit=13>. Acessado em: 14 de julho de 2009.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. José Marcos Mariane de Macedo; São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILKINSON, J.; HERRERA, S. **Os agrocombustíveis no Brasil**. Quais perspectivas para o campo? Brasil: OXFAN, 2008.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WOORTMANN, Ellen F. - 1983. **O Sítio Camponês**. Anuário Antropológico/81. Edições Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.

WOORTMANN, Klaas - 1990. **Com parente não se negueia**. O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87. Edições Tempo Brasileiro.

ZAMPIERI, D. **A cana-de-açúcar e o setor sucroalcooleiro (situação 2010 e tendências 2011)**. Setembro/ 2010. Disponível em: www.seab.pr.gov.br.

Sites Consultados:

<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>

<http://www.dsr.inpe.br/canasat/>

<http://www.portalunica.com.br>

<http://www.agricultura.gov.br/>

<http://www.portaldoagronegocio.com.br>

<http://www.jornalcana.com.br>

<http://www.iea.sp.gov.br/>

<http://www.udop.com.br>

<http://www.cepea.esalq.usp.br>

<http://www.abag.com.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://e-commerce.cultura.com.br>

<http://www.folha.uol.com.br/>

www.estadao.com.br/

<http://www.ideanews.com.br/>

<http://www.ideaonline.com.br/idea/>

<http://www.revistanegocios.com.br/>

<http://www.imagemgoias.com/>

<http://www.inovacao.unicamp.br/>

<http://isindical.blogspot.com/>

<http://www.reporterbrasil.org.br/>

<http://www.agrolink.com.br/>

<http://www.anfavea.com.br>

<http://www.cut.org.br/>

<http://www.brasildefato.com.br/>

[http://www.seab.pr.gov.br.](http://www.seab.pr.gov.br)

<http://www4.fct.unesp.br>

<http://www.grain.org>

<http://www.canasat.com.br>

<http://pt.wikipedia.org/>